



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH),**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

A patrimonialização no Haiti:

O Parc National Historique e a comunidade de Milot (1980-2020)

LOUDMIA AMICIA PIERRE-LOUIS

Foz do Iguaçu
2022



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO Em
HISTÓRIA (PPGHIS)

A patrimonialização no Haiti:

O Parc National Historique e a comunidade de Milot (1980-2020)

LOUDMIA AMICIA PIERRE-LOUIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo

Foz do Iguaçu
2022

LOUDMIA AMICIA PIERRE-LOUIS

A patrimonialização no Haiti:

O *Parc National Historique* e a comunidade de Milot (1980-2020)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo
UNILA

Prof^a. Dra. Rosangela De Jesus Silva
UNILA

Prof^a. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci
UNILA

Pesquisador. Dr. Rodrigo Charafeddine Bulamah
UNIFESP

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

P623

Pierre-Louis, Loudmia Amicia.

A patrimonialização no Haiti: O Parc National Historique e a comunidade de Milot (1980-2020) / Loudmia Amicia Pierre Louis. - Foz do Iguaçu, 2022.

176 f.: il., color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu – PR, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo.

1. Patrimônio Cultural do Haiti - Milot. 2. Caribe. 3. História. 4. Memória Social. 5. História Oral. I. Venegas Marcelo, Prof. Dr. Hernán. II. Título.

CDU 904:351.853(729.4)

AGRADECIMENTO

Às vezes, tomados pela aceleração do tempo, esquecemos ou simplesmente deixamos para depois as palavras de agradecimento. Eu talvez tenha deixado de agradecer às pessoas que muito me apoiaram na minha caminhada. Aproveito, então, este espaço para dizer o quanto sou grata.

Quero começar agradecendo à UNILA, onde tudo começou. Onde aprendi tanto com colegas de aula e professores atenciosos. Obrigada a todos os professores e professoras do curso de História, além de outros cursos que em muito contribuíram para minha formação na graduação, especialização e agora no mestrado. Agradeço em especial aos professores Ana Rita Uhle, Jean Bosco Kakozi Kashindi, Pedro Afonso Cristovão dos Santos. Quero agradecer também à UNILA pela bolsa de estudo sem a qual esses anos de mestrado seriam mais difíceis.

Agradeço em especial ao meu orientador e professor Hernán Venegas Marcelo. Obrigada por se dedicar tanto para a realização dessa pesquisa, por sua paciência e perspicácia. Obrigada por proporcionar esta experiência de troca e de construção em conjunto. Seus comentários foram sempre muito construtivos e pertinentes para este meu caminhar.

Agradeço aos membros da banca: professoras Rosangela De Jesus Silva e Tereza Maria Spyer Dulci e o pesquisador Rodrigo Charafeddine Bulamah por terem aceitado contribuir com essa pesquisa com suas críticas.

Agradeço ao grupo “história oral” composto por Laura, Juliana e a queridíssima professora Maria Eta Vieira. O nosso grupo foi muito além de discutir questões sobre a história oral. Foi um grupo de constante apoio, de preocupações compartilhadas e muitas delas resolvidas em conjunto. Obrigada por compartilhar esse espaço sem o qual meus diálogos com os moradores de Milot estariam comprometidos. Nossos encontros foram sempre excelentes, tão primordiais para o seguimento da pesquisa.

Seria impossível realizar uma parte importante da pesquisa sem ter podido conversar com Myrbel, Rose-Berthide, Sophonie e Maurice Étienne, por isso meu mais sincero agradecimento. Obrigada por terem se disponibilizado para as entrevistas e dividido comigo suas percepções acerca do patrimônio em Milot. Não poderia deixar de agradecer a Gerard Maxime, que conheci no trabalho de campo da graduação desde 2019 e que me colocou em contato com os colaboradores desta

pesquisa. Muito obrigado mesmo. Essa pesquisa é tanto minha quanto de vocês!

Papi et manmi, je vous aime fort. Obrigada por sempre acreditarem em mim, e me deram todo o apoio e o amor que nunca as palavras ou as ações serão suficientes para retribuir. Obrigada aos melhores pais, Ronald e Béatrice!

Obrigada a meus irmãos, Bécatrie, Laetitia, Fabrice e Jean. Vocês me inspiram, sempre. *Aurore, ma chérie, je pense à toi!*

Obrigada ao melhor tio de todos os tempos, André.

Evens, meu eterno *ti doudou*, obrigada pelo seu amor.

Minhas meninas, Bécatrie, Clerdine e Djenika, sem a nossa rede de constante afeto, esses últimos anos de pandemia seriam ainda muito mais desoladores. Não sei como conseguiria ficar bem nesses dias sem a amizade de vocês. Amo muito vocês, e obrigada por tudo.

Agradeço a Bárbara, colega e amiga que a UNILA me deu. Obrigada pelas trocas, por dar sempre “uma olhada” nos meus trabalhos e sempre contribuir para que fiquem bons. Obrigada pelas dicas de leitura sobre a memória. Obrigada por sempre me desejar o melhor e compartilhar comigo as felicidades das conquistas. Quero dizer que é tudo recíproco, você sabe. Obrigada pelo carinho.

Obrigada, Paulo, “biblioteca ambulante” desde a turma de história bacharel de 2016. Quantas vezes os textos que me enviou salvaram minha pesquisa! É sempre um prazer ter essas trocas com você e espero sempre mantermos esse contato.

Obrigada a todos que de uma maneira ou outra me socorreram na vida e desculpa por não poder citar todos os nomes. Espero, em outra ocasião, demonstrar meu agradecimento e apreço.

*Haiti est un accordéon. Un temps elle est toute petite,
un temps elle est très grande.*

(De um camponês haitiano)¹

¹ “Haiti é um acordeão. Às vezes ele é muito pequeno, outras vezes ele é muito grande” (Tradução nossa). Frase dita por um camponês haitiano, numa entrevista para o documentário “*Haiti Dreams Of Democracy*” de Jonathan Demme. Infelizmente seu nome não foi revelado. Extrato disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVqSW8xFM6T/>. Acesso em:: 03/11/2021

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como objeto de estudo a patrimonialização do *Parc National Historique* (PNH-CSSR) e seus efeitos na comunidade de Milot, no Haiti. Objeto de tombamentos no âmbito nacional (Haiti, 1995) e internacional (UNESCO, 1982) o PNH-CSSR inclui o complexo monumental do Palácio *Sans-Souci* e suas dependências, a Cidadela *Laferrière* e o Site *des Ramiers*. Suas transformações antes e depois do tombamento da UNESCO é de relevante interesse para esta dissertação de mestrado cujo recorte temporal se situa entre as décadas de 1980 e de 2020. Assim, partimos do insuficiente diálogo entre as ações de preservação públicas e as comunidades locais, questão que se aplica ao caso da comunidade de Milot. Do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com os estudos históricos sobre Caribe, o patrimônio e suas políticas públicas, com a história oral e com o campo da memória social, também dialoga com os estudos decoloniais. Espera-se que este trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão do campo patrimonial e seus desdobramentos no Haiti, sobretudo, ao re-pensar suas relações com sujeitos subalternos e excluídos das políticas públicas do patrimônio na comunidade de Milot.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural do Haiti - Milot. Caribe. História. Memória Social. História Oral.

ABSTRACT

The object of this master's thesis is the patrimonialization of the Parc National Historique (PNH-CSSR) and its effects on the community of Milot, Haiti. Considered an object of national (Haiti, 1995) and international (UNESCO, 1982) listing as heritage site, the PNH-CSSR includes the monumental complex of the Palais Sans-Souci and its dependencies, the Citadel Laferrière and the Site des Ramiers. Its transformations before and after the UNESCO inscription is of relevant interest for this master's thesis, which time frame is between the 1980s and the 2020s. We start from the insufficient dialogue between public preservation actions and local communities, an issue that applies to the case of the Milot community. From the theoretical point of view, the work dialogues with historical studies on the Caribbean, heritage and its public policies, with oral history and with the field of social memory, and also with decolonial studies. It is hoped that this work can contribute to a better understanding of the heritage field and its unfoldings in Haiti, especially by re-thinking its relations with subaltern subjects and those excluded from heritage public policies in the community of Milot.

Keywords: Haiti's cultural heritage - Milot. Caribbean. History. Social memory. Oral history.

RÉSUMÉ

Le présent mémoire de maîtrise a pour objet d'étude la patrimonialisation du Parc National Historique (PNH-CSSR) et ses effets sur la commune de Milot, en Haïti. Étant un patrimoine national (Haïti, 1995) et international (UNESCO, 1982), le PNH-CSSR comprend l'ensemble monumental du Palais Sans-Souci et ses dépendances, la Citadelle Laferrière et le Site des Ramiers. Ses transformations avant et après l'inscription à l'UNESCO sont d'un intérêt pertinent pour ce mémoire de maîtrise dont le cadre temporel se situe entre les années de 1980 et de 2020. Ainsi, nous partons du dialogue insuffisant entre les actions publiques de préservation et les communautés locales, une question qui s'applique au cas de la communauté de Milot. D'un point de vue théorique, la recherche dialogue avec les études historiques sur les Caraïbes, le patrimoine et ses politiques publiques, avec l'histoire orale et les études de la mémoire sociale, ainsi qu'avec les études décoloniales. Il est à espérer que ce travail puisse contribuer à une meilleure compréhension du champ patrimonial et de ses évolutions en Haïti, notamment en re-pensant ses relations avec les sujets subalternes et les exclus des politiques publiques patrimoniales dans la communauté de Milot.

Mots clés: Patrimoine culturel d'Haïti - Milot. Caraïbes. Histoire. Mémoire sociale. Histoire orale.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CAPÍTULO I - O CARIBE, A UNESCO E O HAITI	25
2.1. O CARIBE - <i>REGIÓN DE REGIONES</i>	25
2.2. A UNESCO E O PATRIMÔNIO NO CARIBE.....	37
2.3. HAITI, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS	52
3. CAPÍTULO II - O PATRIMÔNIO, O PARC NATIONAL HISTORIQUE E MILOT	73
3.1. O PATRIMÔNIO E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO HAITI.....	73
3.2. O <i>PARC NATIONAL HISTORIQUE</i> , MILOT E HENRY CHRISTOPHE	91
3.3. MILOT, MEMÓRIA, ORALIDADE E HISTÓRIA.....	107
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICES.....	152
APÊNDICE A - ROTEIRO BASE DE PERGUNTAS	153
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM MAXIME MYRBEL.....	154
APÊNDICE C - ENTREVISTA COM ROSE-BERTHIDE DORCIN	163
APÊNDICE D - ENTREVISTA COM JEAN-BLAISE SOPHONIE	168
APÊNDICE E - ENTREVISTA COM MAURICE ETIENNE.....	170

1. INTRODUÇÃO

A literatura que estuda o patrimônio tem-se utilizado de expressões, tais como: patrimônio galopante; proliferação patrimonial (HARTOG, 2006); noção invasivo (BABELON; CHASTEL, 1994) para tratar de seu uso exponencial em nossas sociedades desde os últimos anos do século XX, tanto pelos Estados como pelas populações civis. Essa demanda por patrimônio é um sintoma do nosso tempo presentista, como entendido por François Hartog (2006; 2021). O presente em busca de raiz e de identidade, preocupado em preencher a lacuna deixada pela ruptura entre o campo de experiência e horizonte de expectativa, anseia por certo controle do futuro visto como assustador, e a conservação do passado por meio do patrimônio para se legitimar (HARTOG, 2021, p. 156 e 238).

A memória tornou-se assim uma obsessão, deixando-nos seduzidos pela lembrança e, conseqüentemente, com um pânico do esquecimento (HUYSSSEN, 2000). Segundo Andreas Huyssen (2000, p. 28), é justamente numa tentativa de “combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço” que perseguimos constantemente a memória e, por conseguinte, o patrimônio. Os usos variados do patrimônio cultural na sociedade que vão desde o político, o identitário e o econômico (CHOAY, 2001; CAMARGO, 2005) justificam a corrida ao *status* de Patrimônio Mundial (PEIXOTO, 2002), pelos Estados-nação. E, nesse sentido, o Haiti entrou nessa corrida em 1982, com o tombamento do *Parc National Historique* (PNH-CSSR) pela UNESCO, numa época que marca uma importante intervenção do organismo no Caribe Insular, e é também marcada pela ditadura dos Duvalier no Haiti (1957-1986).

O PNH-CSSR na cidade de Milot, localizado no norte do país, é também patrimônio nacional desde 1995, e é o maior símbolo cultural e identitário nacional. Os monumentos do PNH-CSSR - *Citadelle Laferrière*, *Palais Sans-Souci* e *Ramiers* foram construídos por Henry Christophe logo depois da independência nacional. E, esses monumentos funcionam tanto como “uma defesa contra o traumatismo da existência” (CHOAY, 2001); como monumentos da barbárie (BENJAMIN, 1987, p. 226); e como monumentos de orgulho, de insatisfação e de esperança não muito utópica, conforme testemunham Maxime Myrbel, guia turístico; Rose-Berthide, recepcionista na prefeitura da cidade; Sophonie Jean-Blaise, uma artesã; e Maurice Etienne dono de um centro cultural e hostel, em Milot. Todos eles

nasceram, cresceram e moraram a maior parte do tempo ou ainda moram em Milot. Entendemos assim o patrimônio sobretudo, como um espaço de disputas tanto materiais como simbólicos entre os vários grupos que compõem a sociedade (CANCLINI, 1994).

Se é o Estado que atribui valores aos bens culturais² mediante a patrimonialização e conforme seus interesses; cada grupo da população é conseqüentemente representado por esses bens de formas variadas e se apropria deles também de formas diferentes. Precisamente, é esse quadro que se observa no Haiti - no caso específico do PNH-CSSR, situado em Milot.

Figura 1 - Vista da frente do *Palais Sans-Souci*



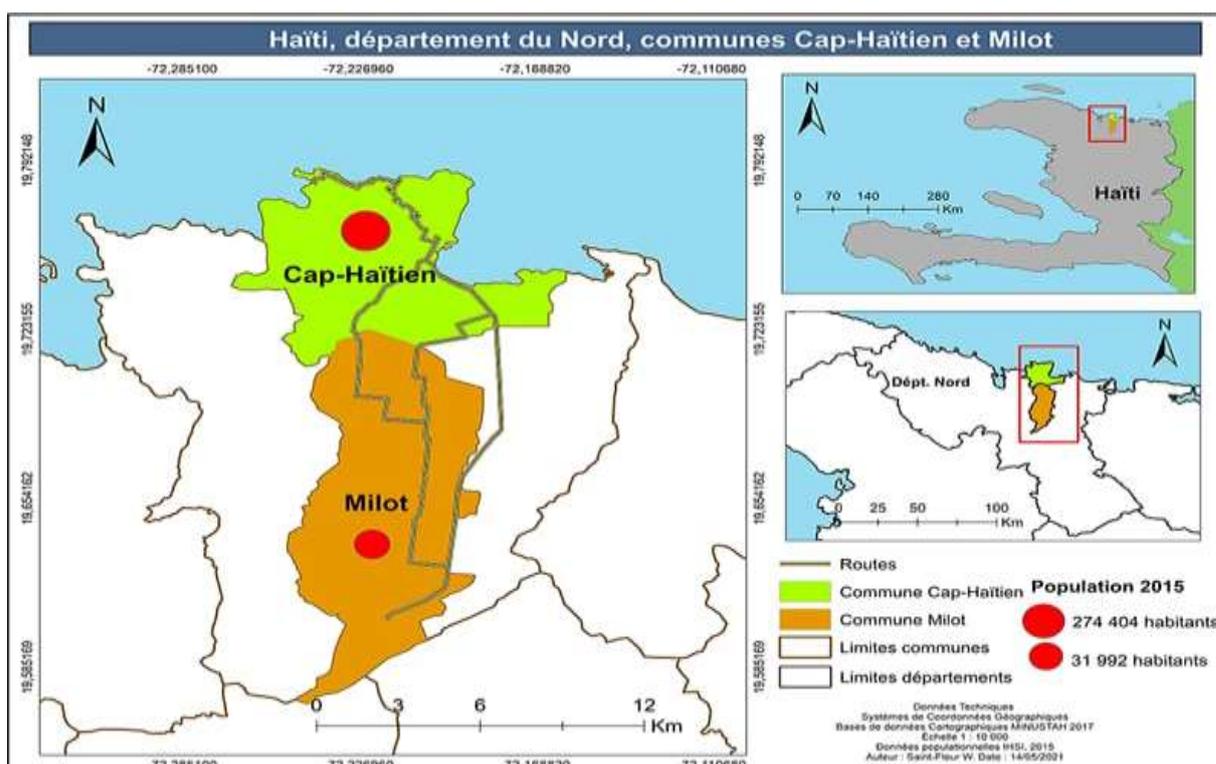
Fonte: *Haiti, Ministère de la Planification et de la Coopération Externe, 2013*

Territorialmente o Haiti está dividido por *départements*, *arrondissements* e *communes*. Cada *départements* é dividido entre *arrondissements* que é por sua vez uma aglomeração de *communes*. Milot é assim, uma *commune* do

² Fazemos uso do conceito de “bem cultural”, entendo-o como o conjunto de bens produzidos por uma sociedade e que usufruem de proteção especial. Ou seja, são os bens que foram escolhidos e aos quais foram atribuídos valores excepcionais para representar a dita sociedade e que conseqüentemente devem ser salvaguardados. Desta forma, ao longo do texto nos referimos tanto a “bem cultural” como “bem patrimonial” para tratar dos bens tombados que estão juridicamente reconhecidos pelo Estado. Cf. CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

arrondissement de l'Acul-du-Nord, localizado no *département* do Norte cuja capital é *Cap-Haïtien*³. A cidade de Milot tem 76 Km² de extensão e, segundo o último censo de 2015, moram ali cerca de 30 mil pessoas, com uma população majoritariamente jovem e com menos de 9 mil vivendo em região urbana (MEF, 2016). Portanto, Milot é uma cidade especialmente rural, e sua população vive, sobretudo da agricultura, da venda dos produtos cultivados em feiras locais e do turismo.

Figura 2 - Mapa mostrando *département* do Norte destacando as cidades de *Cap-Haïtien* e Milot



Fonte: Données cartographiques MINUSTAH, 2017, donnée populationnelle, IHSI, 2015. IN: SAINT-FLEUR; DE CARVALHO FALCA LIMA, 2021, p.57⁴

Milot foi no período colonial uma importante região cafeeira e, no governo de Henry Christophe, se transformou em Cidade Real, cujas principais ruínas, Palácio *Sans-Souci*, *Citadelle Laferrière* e *Ramiers*, constituem o Parque Nacional Histórico no Norte do país, numa área de 27 Km². Sendo o PNH-CSSR o único

³O *département* do Norte é composto por 6 *arrondissements*: Acul-du-Nord, Cap-Haïtien, Borgne, Grande-Rivière-du-Nord, Limbé, Plaisance e Saint-Raphaël. O *arrondissement* Acul-du-Nord é composto por 3 *communes*: Milot, Acul-du-Nord e Plaine-du-Nord.

⁴ SAINT-FLEUR, Weldy; FALCA LIMA CARVALHO DE, Laís Stefany. Enjeux et contraintes augmentées du développement touristique patrimonial urbain en Haïti: le cas du Cap-Haïtien et de Milot. **Bulletin de la Société Géographique de Liège**, 76, p. 55-68, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356555141_enjeux_et_contraintes_augmentees_du_developpement_touristique_patrimonial_urbain_en_haiti_le_cas_du_caphaitien_et_de_milot_challenges_and_increased_constraints_of_urban_heritage_tourism_development_i. Acesso em: 29/11/2022.

Patrimônio Material da Humanidade do país, a cidade de Milot acaba usufruindo de uma atenção particular do Estado e de organizações internacionais como a própria UNESCO e a OEA, por meio de programa de incentivo ao turismo. Por sinal, a cidade se encontra não muito longe de outros pontos turísticos importantes do país como *Labadee*, um ponto principal de cruzeiros, e *Cap-Haïtien*, capital do *département*, cujo centro histórico é Patrimônio Nacional. No entanto, os moradores de Milot, lamentam a falta de infraestrutura turística na cidade.

Figura 3 - Vista aérea da *Citadelle Laferrière*, Milot



Fonte: Barrau, Sebastian, “*Citadelle Laferrière - Haïti*”, 2019⁵

Para estudar Milot, Rodrigo Bulamah (2018, p. 64) utiliza noções como “concepção monumental da história”, de Michael Herzfeld (1991) e “efeitos de Estado” de Michel-Rolph Trouillot (2003). Ambas as noções permitem analisar a cidade como efeito moderno do Estado-nação que usa seus aparelhos burocráticos - no caso, a patrimonialização - para impor o seu poder criando um “efeito de identificação” e um “efeito de espacialidade”. As ruínas de Milot são apropriadas pelo poder público e transformadas em artefatos culturais que evocam um passado heroico; que, mediante a invenção de narrativas patrimoniais criteriosamente definidas, reforçam a formação da comunidade política e imaginada, limitada e soberana (ANDERSON, 2008) haitiana. Afinal, os patrimônios têm, entre outros, justamente a função simbólica de

⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/s3bastienb>. Acesso em:: 23/07/2022.

unir indivíduos de um determinado território em torno de um mesmo sentimento de pertencimento.

No entanto, a memória nacional oficializada pelo Estado por meio de seus diversos aparatos está sempre sendo questionada pela população de Milot. Se, Milot é marcado por uma série de violências simbólicas e materiais - com a construção da cidade por Henry Christophe e pelos Duvalier com sua patrimonialização -, seus habitantes através dos vários tipos de relacionamentos que estabelecem - de parentesco, amizade, de vizinhanças; de compromissos com espíritos e ancestrais -, movimentam a vida ressignificando-a diariamente e se apropriam de forma diferente dos monumentos do parque (BULAMAH, 2018, p. 42).

Figura 4 - O Complexo de *Ramiers* visto desde uma janela da *Citadelle Laferrière*



Fonte: Loudmia A. Pierre-Louis, 2019

É numa tentativa de analisar tanto a memória histórica nacional como a memória social dos moradores de Milot acerca dos monumentos do PNH-CSSR que surgiu este trabalho. Por certo, o interesse em estudar o patrimônio no Haiti surgiu cursando a disciplina “História, Patrimônio e Memória”, no segundo semestre da graduação em História - América Latina, na UNILA. A partir do tema “patrimônio” era possível pensar questões que sempre foram instigantes, como por exemplo, a memória, a identidade, o Estado-nação e, também o Haiti e o Caribe. Esses dois

últimos, na UNILA, uma instituição que tem os olhos voltados à América Latina, parecem não se encaixar, uma vez que professores e alunos parecem nunca ter o mesmo consenso que costumam ter acerca de Cuba ou da República Dominicana, referente a se o Haiti é latino-americano ou não. Então surgem falas como “América Latina e o Caribe”, mas esse Caribe não é estudado.

Daí nosso interesse em estudar o patrimônio no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e agora, como tema dessa dissertação, a qual pode ser classificada como a continuidade do TCC. Na ocasião foi analisado o processo de patrimonialização no Haiti entre 1940 e 1990, quando foi possível um outro tipo de aproximação ao país, à sua história, ao seu patrimônio, mas desde a perspectiva do Estado, já que a análise feita privilegiou os documentos oficiais. Essa experiência trouxe novos interesses e dúvidas e uma delas é referente à relação entretida entre o povo haitiano, especificamente a população da cidade de Milot, com os patrimônios históricos nacionais do PNH-CSSR.

E, como haitiana imigrante no Brasil, a relação mantida com a questão é, portanto, acadêmica, buscando produzir um saber científico sobre o Haiti, tantas vezes estereotipado, e é também uma relação afetiva, numa tentativa angustiante de manter contato com o *ti peyi an mwen*, Haiti. Michel Pastoureau, ao se perguntar sobre o direito que o historiador tem de se comprazer, nos disse uma vez, que

[...] o prazer do historiador é uma das forças motrizes de sua pesquisa, que uma relação de simpatia, ou mesmo de avidez ou de júbilo com o objeto de suas pesquisas, não pode senão ajudá-lo a melhor compreender os homens e a sociedade sobre os quais ele se debruça (1998, p. 127 apud CAIRE-JABINET, [1994]/2003, p. 10).

Então, a seguinte dissertação propõe estudar a apropriação do *Parc National Historique* pela população de Milot problematizando as relações sociais entretidas por essa comunidade e com esse patrimônio. A periodização estudada centra-se nas décadas em que ocorre o processo de tombamento (1980-1990), e os anos de realização da pesquisa (2020-2022), uma vez que as mudanças vivenciadas com o tombamento dos monumentos são constantes e ainda estão em curso, ademais os valores do patrimônio também não são fixos, mudam com o tempo e as pessoas, continuamente, se relacionam com eles de forma diferente. E, para ter essa aproximação com os moradores de Milot, a metodologia da história oral se tornou imprescindível. Segundo Vich e Zavala (2004, p. 9-21), a oralidade, todo o conversado na vida cotidiana formal ou informalmente, constitui-se em meio de atualização da

memória. E, portanto, possibilita também a construção das identidades e a formação das comunidades.

Este estudo - é importante que enfatizemos - tem um posicionamento político com o fazer investigativo, afinal, toda história é antes de tudo política, e isso se reforça uma vez que trabalhamos com a memória social e a história oral. Os estudos sobre a história oral demonstram como na América Latina essa metodologia é marcada pelo seu vínculo político e social (BOM MEIHY, 2000; BOM MEIHY; SALGADO RIBEIRO, 2021; ALBERTI, 2019). De fato, os estudos da história oral apresentam-na como a história dos excluídos, uma contra-história, uma história militante e politicamente engajada (FERREIRA, 2002; BOM MEIHY, 2000; BOM MEIHY; SALGADO RIBEIRO, 2021; ALBERTI, 2019). Uma vez que as memórias populares subterrâneas são ressaltadas pela história oral opondo-se à memória oficial, nacional e opressora, ela, a história oral, se enquadra, portanto, numa tentativa de democratizar o saber historiográfico, legitimando as narrativas do passado dos grupos historicamente marginalizados (POLLAK, 1992).

E, no caso de Milot, nos deparamos com uma população que foi violentada durante a construção dos monumentos e durante a sua patrimonialização e cuja participação na patrimonialização dos monumentos e na valorização turística deles, os aspectos histórico-culturais dessa comunidade foram pouco estudados. Isso limitou um maior contato com o envolvimento pessoal, íntimo da população local com os monumentos. A história oral nesse caso nos facilitará esse contato mais pessoal. Uma das diferenças da história oral segundo Alessandro Portelli (1997), comparando com as fontes escritas, é justamente o fato de nos aproximar muito mais do significado dos eventos para as pessoas envolvidas do que com a linearidade dos acontecimentos. Não quer dizer, no entanto, que a história oral não se importe com os fatos, como bem lembra o oralista italiano. Mas a história oral se destaca por enfatizar “não apenas o que o povo fez mais o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31), enfatizando um envolvimento pessoal mais íntimo com o tempo e o espaço, questões que geralmente escapam às fontes convencionais.

Nesse sentido, o presente trabalho faz uso da história oral como metodologia de pesquisa favorecendo uma aproximação com a identidade e a memória social da comunidade de Milot. Contudo, a dissertação não inicia a escrita dos capítulos com as narrativas dos moradores de Milot e essas narrativas tampouco

estão espalhadas em todo o corpo do trabalho, aparecem no nosso último subcapítulo, isso porque organizamos a dissertação da seguinte maneira: optamos em começar a estudar o Caribe, a atuação da UNESCO no Caribe Insular e o contexto que deu lugar aos monumentos de Milot, a saber: a Revolução de 1791. Sendo assim, os temas abordados no primeiro capítulo foram pesquisados no intuito de guiar nosso próprio raciocínio e de ajudar o leitor no entendimento da questão patrimonial no Haiti. O Haiti, país caribenho, precisa ser estudado e entendido num contexto caribenho. As aproximações com a UNESCO e o debate acerca do poder da historiografia de silenciar fatos mesmo quando eles persistem como acontecimento e de terem marcado o mundo no qual ocorreram são essenciais para a compreensão do PNH-CSSR como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Então, o primeiro capítulo “O Caribe, a UNESCO e Haiti”, foi dividido em três subcapítulos: 1) O Caribe - “*Región de Regiones*”; 2) A UNESCO e o Patrimônio no Caribe; 3) Haiti, Histórias e Memórias. No primeiro subcapítulo dialogamos com as principais formas como o Caribe, região da qual faz parte o Haiti, é estudado dentro da academia na tentativa de apreender a complexidade histórico-cultural que a confere uma identidade de região exótica por uns e de resistência por outros. Para tanto, fizemos uma pesquisa bibliográfica baseada, principalmente, em autores oriundos da região como o historiador porto-riquenho Antonio Gaztambide-Geigel (2006), o historiador cubano Joaquín Santana Castillo (2007), a especialista mexicana Laura Muñoz (2014), o historiador colombiano Jorge Enrique Elías Caro e o antropólogo Fabio Silva Vallejo (2009) que tratam desses Caribes diversos, desde o entendimento do conceito de região. Propomos uma sistematização da região do Caribe, apresentando - sem esgotar a questão - sua evolução histórica e seu uso tanto pelos caribenhos como pelos não-caribenhos.

No senso comum, uma região é entendida como um espaço natural com fronteiras naturais exatas. Mas, sua concepção diz respeito, sobretudo, a um espaço construído socialmente. Ou seja, uma região é “uma rede de relações, em última instância, estabelecida por um *auctor*, seja ele um cientista, um governo, uma coletividade, uma instituição ou um líder separatista” (POZENATO, 2003, p. 4). Portanto, uma região não é necessariamente um espaço geograficamente definido, pois dentro de uma região geográfica delimitada por fronteiras terrestres e/ou marítimas podem existir várias outras regiões - culturais, linguísticas, econômicas etc. O conceito de região, então, foge de uma análise unicamente física. Ele configura-se

mediante relações de poder construídas política e culturalmente desde processos históricos (HAESBAERT, 2010; POZENATO, 2003). É nesse sentido que analisamos o Caribe como uma região múltipla, social e historicamente construída, com fronteiras bastante difíceis de serem definidas.

Uma vez identificada o Caribe como uma “*región de regiones*” (ELÍAS CARO; S. VALLEJO, 2009) no segundo subcapítulo concentramos nossa atenção na UNESCO. Já que é imprescindível falar desta Organização quando tratamos de cultura, de forma geral, e de patrimônio, em particular, no mundo contemporâneo, visto o seu empenho em promover a diversidade cultural do mundo. No entanto, foge da nossa intenção elaborar um histórico extenso da Organização mas apenas apontar alguns elementos essenciais que possam guiar nossa pesquisa.

Em primeiro momento destacamos também por meio de uma pesquisa bibliográfica, as principais mudanças ocorridas no tempo, no seio da Organização. Apontamos as primeiras ações da Organização no Caribe Insular, identificando o mapa cultural da mesma na região desde os tombamentos em massa de bens patrimoniais nas décadas de 1980 e questões como o turismo cultural. As informações trazidas neste segundo subcapítulo foram embasadas em algumas teses de doutorado de autores que estudam o patrimônio, como Ivana Morales Peres dos Santos (2017), Mariana de Souza Rolim (2017), Ely Guimarães dos Santos Evangelista (2000). Outros enfatizam mais o turismo, como Cecília Ribeiro Pereira (2012) e, a própria cultura, como Flavio Luis Soares de Barros (2017). Também usamos alguns artigos de outros especialistas como Chloé Maurel (2009), Saskia Cousin (2008), Nilo Dytz Filho (2014), Sheilla Borges Dourado (2013), Elder Patrick Maia Alves (2010), Bjarke Nielsen (2013) e André Fontan Köhler (2019) que analisam diretamente o funcionamento, as atuações e as mudanças da UNESCO.

Já que o patrimônio central da nossa pesquisa, o Parque Nacional Histórico, tem seu contexto de construção inserido na guerra de independência haitiana, tratamos no terceiro subcapítulo, do evento que tornou relevante a construção do PNH-CSSR, a saber a Revolução de 1791. Foi realizado um balanço dos estudos históricos contemporâneos relacionados ao Haiti, caracterizando o lugar e espaço dedicado à Revolução Haitiana na historiografia das Revoluções Atlânticas. Esse propósito é complementado com outros estudos oriundos do campo da memória, identificando a história haitiana como sendo uma memória silenciada, subterrânea, fraca (POLLAK, 1989; TRAVERSO, 2012) dentro da “Era das Revoluções”. Assim,

podemos estabelecer relações entre a importância da Revolução de 1791, o lugar marginal que ocupa o Haiti e sua Revolução na historiografia ocidental e o esforço haitiano em exaltar esse evento que constitui o mito fundador da nação, resgatado pela historiografia nacional e representado nos patrimônios nacionais. Assim, um espírito da história da historiografia, das Revoluções Modernas, da História Atlântica norteia o relato deste subcapítulo. Autores como Michel-Rolph Trouillot ([1995]/2016), Roberto Breña (2021), Juan Antonio Hernández (2005), Élizabéth Grou (2013), Alejandro Enrique Gomez (2010), Enzo Traverso (2012), Carlo A. Célius (2019), Hector Michel (1993) e Joseph Délide (2020) são nossos principais referenciais.

Uma vez cumprido esse nosso primeiro objetivo nos entregamos à escrita do segundo capítulo: “O patrimônio, o *Parc National Historique* e Milot”, também dividido em 3 subcapítulos: 1) O patrimônio e o processo de patrimonialização no Haiti; 2) O *Parc National Historique*, Milot e Henry Christophe; 3) Milot, memória e oralidade, para analisarmos especificamente a questão patrimonial no Haiti e em Milot.

No primeiro subcapítulo, por meio de um levantamento bibliográfico, fazemos um estudo crítico da noção do patrimônio, problematizando-o como um campo de disputas e embates pela apropriação de narrativas sobre a nação. Questionamos, trazendo elementos históricos e políticos da realidade haitiana, a patrimonialização de uma memória nacional épica em detrimento de uma memória de sofrimento atrelado ao período colonial escravista no país. E apresentamos o contexto socio-histórico no qual ocorreram as principais iniciativas voltadas à cultura e ao patrimônio no Haiti. Os principais autores que nos serviram de referência foram Jean-Pierre Babelon; André Chastel (1994); Françoise Choay (2001); François Hartog (2021; 2006); José Reginaldo S. Gonçalves (2015; 2007a,b); Jean Davallon (2015); Regina Abreu (2015); Krzysztof Pomian (1984); Néstor García Canclini (1994) quem nos ajudaram a apreender melhor a noção de patrimônio. Por sua vez, Laënnec Hurbon (1979; 1987), Kenrick Demesvar (2015); Jean Ronald Augustin (2016), nos ajudaram na análise do caso haitiano.

No segundo subcapítulo, estudamos a constituição do Parque Nacional Histórico em Milot destacando a figura do rei Henry I, idealizador dos monumentos. Conseqüentemente, tal exercício problematizou a memória histórica legitimada pelo poder estatal durante a patrimonialização do PNH-CSSR, entendendo a importância desse patrimônio como símbolo de liberdade e paradoxalmente também como monumentos da barbárie, como analisado por Walter Benjamin. Pois, se os

monumentos de Milot, como vários outros, foram construídos num contexto de defesa da independência nacional e da liberdade do Homem Negro; a construção dos mesmos e o processo de patrimonialização durante a ditadura dos Duvalier foi violento para com a população local. Nesse subcapítulo, Antônio Carlos Diegues (2008) e Kenrick Demesvar (2015) nos ajudaram a estudar a noção de Parque Nacional e de Parque Nacional Histórico. Por sua vez, Jean-Herold Pérard (2018); Thomas Madiou (1848, 1987, 1988); Joseph Saint-Rémy (1839), Jean Price-Mars (1934); Michel-Rolph Trouillot (2016); Jean Alix René (2019) nos ajudaram a entender melhor o contexto socio-histórico da construção dos monumentos de Milot; além de Walter Benjamin (1987) e Michael Löwy (2011), os quais nos ajudaram em nossas críticas.

No último subcapítulo, refletimos sobre as formas pelas quais os bens patrimoniais de Milot foram recebidos pela população local dialogando com suas narrativas. Assim, o conceito de memória social e a metodologia da história oral guiaram a escrita desta parte do trabalho. É preciso enfatizar que esta pesquisa de história oral foi feita de forma remota. Fizemos a transcrição, a textualização, a transcrição das entrevistas⁶ e a tradução do crioulo haitiano para o português das partes usadas na dissertação.

Muitos dos pesquisadores orais, como José Carlos Bom Meihy defendem a ideia de que a história oral precisa ser realizada sempre em contato direto entre os colaboradores, entrevistados e entrevistadores, ou seja, presencialmente. O autor defende a ideia de que, fazer história oral vai além de uma simples coleta de narrativas, sendo outros elementos igualmente importantes e têm que ser considerados pelo pesquisador, como expressões faciais e corporais, por exemplo (BOM MEIHY; SALGADO RIBEIRO, 2021, p. 19). Isso porque para os oralistas, da interação corpo-a-corpo depende o sucesso de uma entrevista, definida pela performance das narrativas “produzida e veiculadas por um corpo e percebidas pelos sentidos de outro” (SANTHIAGO; BARBOSA DE MAGALHÃES, 2020, p. 3).

⁶ A transcrição é passagem do oral à escrita exatamente como ocorreu a entrevista, com as perguntas e as respostas, as repetições, erros gramaticais etc. Na textualização as perguntas são retiradas do texto ficando somente as respostas, os erros gramaticais foram corrigidos e o texto foi reorganizado, mantendo o “tom vital”, ou seja, o essencial de cada fala, ficando assim mais fluido. Já a transcrição consiste na transformação final do trabalho dos discursos numa tentativa de levar para o leitor não somente o que foram ditos, mas também as sensações, “a aura do momento da gravação”. Com a transcrição, sendo uma ficção, a escrita se transforma num texto vivo, mantendo certa oralidade, respeitando sobretudo a essência da fala do narrador, para que ele se reconheça no documento final (BOM MEIHY; SALGADO RIBEIRO, 2021, p. 139-145; 155-161).

Porém, devido à pandemia da Covid-19 e, também a questões no Haiti decorrente do assassinato do Presidente da República, em 07 de julho de 2021, tornou-se inviável um trabalho de campo em Milot e tivemos que realizar nossas entrevistas online. Contudo, há de se confessar o quanto gostaríamos de ter ido para o Haiti e conversar diretamente e em mais de uma ocasião com os participantes da pesquisa.

Num texto publicado em 2020, no início da pandemia, Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães discutem sobre a possibilidade de realização de entrevistas online, conduzidas de acordo com os princípios da história oral no contexto do isolamento social. Nesse artigo, os autores buscaram entender a cautelosa rejeição do uso de entrevistas à distância, ao mesmo tempo que propõem um “olhar aberto e crítico” para seu uso e defendem “que a ausência física do corpo não impede o êxito de uma entrevista” (SANTHIAGO; BARBOSA DE MAGALHÃES, 2020, p. 3). Segundo eles, os quatro critérios críticos da entrevista com história oral: oralidade, imediatez, dialogicidade e situacionalidade foram mantidos, em experiências próprias e de outros pesquisadores com as entrevistas online garantindo bons resultados. Nessas experiências, segundo os autores, não foram percebidas diferenças no conteúdo, na intensidade, no envolvimento e aproveitamento entre as entrevistas presenciais e online (SANTHIAGO; BARBOSA DE MAGALHÃES, 2020, p. 10-11).

No entanto, os autores não defendem um uso indiscriminado da entrevista à distância, entendendo que tem seus prós e contras. Para eles, as entrevistas online não pretendem substituir a presencial mas quando imprescindíveis, como no contexto da pandemia, como no nosso caso, não podem simplesmente serem ignoradas a partir de argumentos de que deixa-se de se aproveitar muitas coisas nas entrevistas à distância em questão de profundidade, por exemplo, (SANTHIAGO; BARBOSA DE MAGALHÃES, 2020, p. 15). Pois, apesar de que os autores reconhecem que ainda existem muito mais dúvidas do que certezas, para eles “a entrevista virtualmente conduzida pode ser frutífera e até necessária” (SANTHIAGO; BARBOSA DE MAGALHÃES, 2020, p. 15) enquanto reforçam a necessidades dos cuidados metodológicos.

Durante nossa experiência, observamos a oralidade, imediatez, dialogicidade e situacionalidade. No geral, os diálogos foram todos muito fluidos, observou-se o prazer dos colaboradores em participar da pesquisa. A principal

dificuldade encontrada foi ter que desconsiderar a participação de vários interessados no projeto por não terem acesso fácil a tecnologia (um bom celular; um sinal constante de internet). Inclusive as ligações realizadas tiveram muitas falhas por causa da intermitência do sinal de internet de Milot. Foram várias tentativas de entrevistas até conseguir conversar com os quatro participantes dessa pesquisa.

Conseguimos a autorização do uso das entrevistas pela concordância verbal dos colaboradores entrevistados, ficando eles cientes do uso das mesmas para o estudo. A princípio pensamos na criação de bancos de história com as vozes dos narradores a serem usados como arquivo no museu da *Citadelle Laferrière*, como umas das formas de devolução do trabalho à comunidade. Mas, ainda estamos trabalhando sobre essa proposta. As entrevistas estão salvas e na ocasião apropriada prosseguiremos com esse objetivo. Entretanto, entregamos a transcrição das entrevistas a cada colaborador e se encontram também em anexo na dissertação (em crioulo).

Neste último subcapítulo também nos apoiamos, fundamentalmente, na tese de doutorado em antropologia social da UNICAMP, de Rodrigo Bulamah, sobretudo, para entender um pouco mais do cotidiano dos moradores de Milot, uma vez que não pudemos estar por lá, realizando nosso próprio trabalho de campo. A partir de uma antropologia da história, o autor analisou as formas cotidianas e rituais com que os moradores de Milot produziam representações sobre a história e dedicou uma parte do trabalho, analisando as relações dos moradores de Milot com os monumentos do PNH-CSSR. Também referenciamos outros autores como Maurice Halbwachs (1990); Tzvetan Todorov (2000); Elizabeth Jelin (2002); Andreas Huyssen (2000); Marieta de Moraes Ferreira (2002; 2018); Víctor Vich e Virginia Zavala (2004); Alessandro Portelli, (1997); José Carlos Sebe Bom Meihy (2000; 2020; 2021); Verena Alberti (2019) quem nos ajudaram a pensar a relação da memória e da história oral. Outros autores como Cecília Londres (2012); Sônia Regina Rampim Florêncio (2012) e Simone Scifoni (2012) nos auxiliaram com a noção de Educação Patrimonial para pensar o diálogo entre o Estado e a comunidade de Milot em relação ao PNH-CSSR.

No mais, ressaltamos que as teorias decoloniais norteiam a realização desta pesquisa. Entendemos que a modernidade, inseparável do colonialismo, é uma série de práxis extraordinariamente desumana (DUSSEL, 1994) cuja violência perpassa o período de colonização territorial do mundo. Pois, a colonialidade trata-se da dominação da cultura ocidental sobre as demais culturas, da colonização do

imaginário dos outros e do controle da sua epistemologia. Sendo assim, o Ocidente e suas instituições têm papéis violentos nas suas formas de “lidar” com o outro. E, os países latino-americanos e caribenhos, ao se tornarem independentes, tendo o Ocidente como modelo de civilização acabaram por praticarem também a colonialidade. Assim, entendemos que “o Estado moderno não deve ser visto como uma unidade abstrata, separada do sistema de relações mundiais que se configuram a partir de 1492, e sim como uma função no interior desse sistema internacional de poder” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 90-91) que sempre cria conforme suas necessidades e especificidades seus miseráveis (CASIMIR, 2018, p.111).

2. CAPÍTULO I - O CARIBE, A UNESCO E O HAITI

“Caribe: es el único mundo en que no me siento extranjero y donde pienso mejor”⁷

2.1. O CARIBE - REGIÓN DE REGIONES.

O Caribe é uma região múltipla, social e historicamente construída, com fronteiras difíceis de serem definidas, e é também uma região estereotipada. O substantivo estereótipo, nos três dos mais consultados dicionários do português brasileiro - o Aurélio⁸, o Michaelis⁹ e o Priberam¹⁰ - é definido como um padrão formado a partir de clichês, de ideias preconcebidas e desprovidas de originalidade. Assim, são circuladas ideias parciais produzidas - em boa medida pelo Ocidente - que projetam imagens embaçadas do Caribe. Na prática, as imagens parciais que se conformam mediante esses estereótipos, apresentam-se como definitivas em não poucos manuais didáticos, em inúmeros guias turísticos e na indústria cinematográfica contribuindo para a fixação das mesmas.

Assim, o Caribe tem sido enxergado pelo mundo dito civilizado como o lugar da barbárie, da bruxaria e dos ditadores (HURBON, 1988). A região é também exotizada, associada a destinos turísticos paradisíacos, aos romances e às aventuras, aos tesouros escondidos, aos corsários e aos piratas. Associa-se igualmente, à pobreza, ao negro e ao mestiço hipersexualizado. Já o indígena é quase sempre ausente das imagens criadas do Caribe, uma vez que foram na sua maioria aniquiladas, suas memórias foram silenciadas e apagadas¹¹. Como apontado acima,

⁷ PÉREZ BETANCOURT, 2005 apud CASTILLO, 2007.

⁸ A versão do Dicionário Aurélio foi acessada pelo aplicativo.

⁹MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estere%C3%B3tipo>. Acesso em:: 30/01/2021.

¹⁰PRIBERAM. Dicionário de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/estere%C3%B3tipo>. Acesso em:: 30/01/2021.

¹¹ A população indígena das Grandes Antilhas foi quase totalmente dizimada com a colonização. Alguns dos grupos existentes na região eram os arawak, os siboney, os caribes e os taínos, sendo estes os mais numerosos da região. Nos dias atuais, povos indígenas neo-taínos, sobretudo, da Rep. Dominicana e de Porto Rico “ressurgiram” e reivindicam seus direitos como indígenas. No Caribe continental, a presença dos indígenas é mais marcante. No ano de 2000, a população panamenha era composta por 10,1% de indígena. Em Costa Rica, por exemplo, onde vivem 8 grupos étnicos diferentes de indígenas, 2,4% da população, em 2011 se declararam indígenas. Na região caribenha da Colômbia, por sua vez, existem 11 etnias diferentes de indígenas e 3 na Venezuela. Cf. OROVIO NARANJO, Consuelo. GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, M. Dolores. RUÍZ DEL ÁRBOL MORO, María (Ed.). *El Caribe: origen del mundo moderno*. Madrid: Doce Calles, 2020. p. 151-181.

essas representações distorcidas que alimentam o imaginário do Ocidente sobre o Caribe têm sido difundidas, entre outros meios, pelas produções cinematográficas.

Estereótipos e exotismos têm caracterizado a produção cinematográfica sobre o Caribe desde o século passado até a atualidade. O cinema hollywoodiano pode servir de exemplo (CANALS, 2013). Dois tipos de filmes podem ser identificados: 1) os filmes de pirataria; 2) os filmes de terror. Nos filmes com trama de pirataria, a natureza exuberante e tropical da região, as riquezas que essa natureza poderia oferecer, como alimentos e tesouros eram evidenciados, assim como os ambientes festivos. Nessas produções, as práticas de ritos “supersticiosos” e “animalescos” eram constantes e o negro era infantilizado (CANALS, 2013). O antropólogo Roger Canals, que tem estudado as representações fílmicas desde o cinema estadunidense até o documental etnográfico contemporâneo fez um levantamento de vários filmes.

Dentre eles, deve-se mencionar: “*Piratas del mar Caribe*” lançado em 1942; “*Caribe*” de 1945; *Los corsarios del Caribe* de 1961¹². E, como não poderia faltar, a tetralogia “Piratas do Caribe” 2003, 2006, 2007 e 2011, um dos filmes de pirataria mais conhecido na atualidade. Concordamos com o autor com a afirmação de que esses filmes forjaram no imaginário do Ocidente um Caribe exótico que ainda prevalece. O outro grupo de filmes hollywoodianos ao qual fazemos alusão são as produções que cultivam o mito do zumbi. O filme *White Zombie*, de Victor Halperin, lançado em 1932, consta como a primeira produção a se alimentar da cultura popular haitiana do “*zonbi*”. Esse filme deu espaço para outras produções que atraíram cada vez mais público, como *Ouanga* (1936), de George Terwilliger; *I walked with a zombie* (1943), de Jacques Tourneur e *Voodoo man* (1944), de William Beaudine, dentre outros (PEPIN, 2011).

Esses quatro filmes que tratam do Caribe e, mais especificamente, do Haiti, são baseados na “superstição” do vodu, religião de matriz africana, estereotipada como um culto de canibais em que imperam sacrifícios e bruxaria. Desse modo, as imagens do Caribe inclinam-se para dois extremos. É apresentado

¹² Roger Canals escreve em espanhol e cita os filmes também nessa língua. O filme “*Piratas del mar Caribe*” (1942) foi traduzido no Brasil com o título “Vendaval de Paixões”. Ele foi dirigido por Cecil B. DeMille e, filmado no porto de Havana em Cuba e ganhou o Oscar de Melhores efeitos especiais. O filme “*Caribe*”, de 1945, foi traduzido como “Pirata dos Sete Mares” no Brasil. Foi produzido pela RKO e dirigido por Frank Borzage. E, “*Los corsarios del Caribe* ou “*Drake, O Corsário*”, no seu título no Brasil, de 1961, foi dirigido por Eugenio Martín numa coprodução entre Espanha, Itália e Alemanha.

tanto como o lugar das aventuras, das diversões, das riquezas e da beleza paradisíaca, tanto como o lugar das superstições e do perigo. E é justamente como opera o exotismo. O exotismo assenta-se sobre o conceito de alteridade e suas noções principais são a do longínquo e do maravilhoso. Essa última faz referência tanto às virtudes e à beleza como ao monstruoso e ao sentimento de estranheza (AFFERGAN, 1987; TODOROV, 1989 apud FREITAS, 1998).

Segundo sua etimologia grega “*exóticos*”, o exotismo faz referência ao desconhecido, ao misterioso, àquilo que transcende a cotidianidade do sujeito que exotiza (FREITAS, 1998; HELLER, 2009). O conceito é dentro da academia objeto de estudo de áreas diferentes, mas tem sido, sobretudo, estudado pela antropologia, a sociologia e a história literária¹³. Mas a princípio, o conhecimento exótico que se tinha na Europa do mundo afastado, desconhecido e estranho provinha da literatura de viagem, como enfatiza a antropóloga Anne Décoret-Ahiha (2005). É justamente nas viagens de “descoberta” da América e das grandes expedições marítimas ocidentais, que a palavra exótica emerge como aponta a historiadora Anaïs Fléchet (2008). Desde o primeiro contato dos europeus com o “Novo Mundo” que se deu na região do Caribe, ela foi exoticamente concebida, embora, como salienta o historiador Leonid Heller a noção seria utilizada por esses viajantes somente a partir do final o século XIX (HELLER, 2009).

Ao ler os escritos de Cristóvão Colombo que fundamentam parte das análises do filósofo e linguista Tzvetan Todorov (1983), observamos, se não a palavra exótica, o sentimento do exotismo. É possível perceber os sentimentos de estranheza e de fascinação que dominaram a Cristóvão Colombo durante seu primeiro contato com o “Novo Mundo”, com a terra e os homens que a habitavam. Desde as florestas densas muito verdes, as variedades de peixes e pássaros coloridos, o clima quente sinônimo de riqueza (ouro), e seres sobrenaturais, até seus habitantes de aparência ao mesmo tempo animalesca e formosa, vistos tanto como os melhores homens do mundo e como os mais cruéis, selvagens e canibais deixavam Colombo maravilhado (TODOROV, 1983). Assim, a palavra exótica surgiu no contexto histórico do

¹³Entre alguns dos estudiosos que trabalham o conceito, destacam-se os antropólogos Clifford Geertz, James Clifford e Francis Affergan; o filósofo Tzvetan Todorov; a socióloga Dominique Schnapper; os especialistas da literatura Frank Lestringant, Jean-Marc Moura e Lise Queffélec, entre outros. Cf. FLÉCHET, 2008, p. 21. Obs: no texto, a autora apresenta Tzvetan Todorov como sociólogo e Francis Affergan como filósofo, fizemos as devidas adequações.

colonialismo e, portanto, serviu de justificativa para a dominação dos povos originários pelos europeus, carregando então os valores violentos da modernidade/colonialidade.

Frisamos aqui rapidamente, que o exótico se faz acompanhar da ideia do selvagem com a qual foram associados os povos indígenas. Na verdade, trata-se de um mito que tem acompanhado a imaginação do Ocidente antes mesmo da conquista e colonização, segundo o antropólogo Roger Bartra (2011). Assim, os exóticos são os desconhecidos primitivos, selvagens e bárbaros em oposição aos civilizados conhecidos. É interessante conceber o exotismo como percepções imparciais, porém forjadas sobre o “outro” a partir de uma realidade existente, contudo desconhecida, fragmentada, reconfigurada e recontextualizada pelo sujeito que exotiza (MASON, 1998, apud STASZAK, 2008, p. 13).

Portanto, o exotismo se alimenta da ignorância acerca do “outro” e é nesse sentido que Todorov (1983, p. 29) salienta: “Colombo descobriu a América, mas não os americanos”, pois além do desconhecimento que se tinha desses povos, faltou também o desejo de compreender esse “outro” no seu próprio contexto. O que então, esses estereótipos e exotismos ocultam? Ora, poderíamos responder que omitem a heterogeneidade que caracteriza o Caribe. Ocultam um Caribe criouloizado, cujo denominador comum foi o apagamento do indígena, a escravidão africana cujas latências ainda são visíveis nas sociedades caribenhas. Ocultam, também, um Caribe entendido como um espaço estratégico e de rivalidades imperiais.

Essa multiplicidade de caribes aludida anteriormente diz respeito tanto aos diferentes territórios que compõem a região como à diversidade sociocultural dos mesmos. Mas, também remete às várias formas como esses caribes são analisados dentro da academia. Foram a França e a Inglaterra que durante a primeira metade do século XX realizaram as primeiras pesquisas sobre o Caribe, concentradas nos territórios de Ultramar e voltadas à história das *plantations* (ELÍAS CARO, 2009). E, apesar de que, desde então, tenha-se produzido muito sobre a região, ainda é bastante impreciso falar sobre o que é o Caribe. Numa tentativa de apreender o Caribe, o historiador porto-riquenho, Antonio Gaztambide-Geigel (2006) propõe quatro tendências para seu estudo, a saber: 1) *el Caribe Insular o etno-histórico*; 2) *el Caribe geopolítico*; 3) *el Gran Caribe o Cuenca del Caribe*; e 4) *el Caribe Cultural o Afro América Central*.

O Caribe geopolítico, por exemplo, se refere à ideia de um Caribe que foi alvo do intervencionismo estadunidense. As ilhas do mar Caribe, América Central

e Panamá integram esse Caribe. O Caribe cultural, ou Afro-américa Central - como denominado pelo autor a partir dos estudos do antropólogo estadunidense Charles Wagley, sobre a divisão cultural do continente¹⁴ - abrange parte do continente que está ao sul dos Estados Unidos e ao norte do Brasil, sem incluí-los (Estados Unidos e Brasil). Esse Caribe cultural leva em conta a forte população afro e o sistema de *plantation* que caracterizou a organização socioeconômica desta parte das Américas (GAZTAMBIDE-GEIGEL, 2006, p. 18; SANTANA CASTILLO, 2007, p. 314).

As Antilhas, conjunto de ilhas localizadas no mar Caribe entre a América do Norte e a América do Sul e a leste da América Central, são estudadas de formas diferentes. Identificou-se duas divisões geográficas sobre as Antilhas. A do historiador Reginaldo Jonas Heller que divide as Antilhas do Caribe em quatro grupos: 1) as Grande Antilhas: Cuba, as ilhas de *Quisqueya*¹⁵, Porto Rico e Jamaica; 2) as Pequenas Antilhas, formadas principalmente por Barbados, Guadalupe, Martinica e Trinidad e Tobago e numerosas outras pequenas ilhas; 3) as ilhas das Bahamas; 4) as Antilhas Holandesas (Aruba, Bonaire e Curaçao) e as outras pequenas ilhas situadas perto da costa Venezuelana (HELLER, 2008, p. 32-33). O antropólogo venezuelano Omar González Nãñez (2009, p. 32), por sua vez divide as Antilhas em três grupos: as Bahamas, as Grandes Antilhas e as Pequenas Antilhas. As Pequenas Antilhas são divididas entre as ilhas Sotavento e as ilhas Barlavento. Esta última divisão existia, segundo Gaztambide-Geigel (2006), desde finais do século XVII.

É frequente associar o Caribe apenas com as Antilhas, já que remete ao seu uso mais antigo. Tal associação se deve ao fato de que um dos primeiros grupos étnicos das Antilhas que Colombo encontrou nas suas viagens se denominarem caribes. Segundo Gaztambide-Geigel (2006), os ingleses identificavam suas possessões americanas, as Pequenas Antilhas como as *West Indies*, mas já

¹⁴ Charles Wagley propõe dividir o continente em três áreas culturais: 1) Euro-américa composto pela América do Norte e alguns países da América do Sul como Chile, Argentina e Uruguai; 2) Indo-américa que inclui os países andinos, México e boa parte da América Central; 3) A América das *plantations*, formada pelo sul dos Estados Unidos, o Caribe Insular, o norte do Brasil, e as costas da América Central e do norte da América do Sul, onde a *plantation* foi a forma de organização socioeconômica predominante e com uma grande população negra (GAZTAMBIDE-GEIGEL, 2006, p. 18; SANTANA CASTILLO, 2007, p. 314).

¹⁵ Se bem que o autor faz uso da nomenclatura Hispaniola, preferimos o nome de Quisqueya atribuído à ilha pelos indígenas, hoje dividida entre a Rep. do Haiti e a Rep. Dominicana. A historiadora Odette Roy Fombrun defende seu uso, em vez de Hispaniola como Colombo a denominou. Segundo ela, Quisqueya evoca a cultura taína enquanto Hispaniola evoca o genocídio dos indígenas e, portanto, o colonialismo. Cf. ROY FOMBRUN, Odette. Renommons l'île: Quisqueya, non pas Hispaniola. **Revue d'Histoire et de Géographie**, n. 206. 2001. p. 52, 53.

desde o século XVII passaram a fazer uso de *caribby/caribbee islands* e a chamar o mar como *Caribbean Sea*. E, por muito tempo, eram os únicos territórios considerados caribenho (Figura 5).

As Grandes e Pequenas Antilhas juntamente com Bahamas, Bermuda, Belize e as Guianas conformam a primeira tendência proposta por Gaztambide-Geigel (2006), a de Caribe Insular ou Etno-histórico. Esse Caribe Insular corresponde ao conceito clássico de Caribe e com as concepções de identidades das populações locais. Também enfatiza a experiência do sistema de *plantation* e da escravidão.

Foi, sobretudo, a partir do final do século XIX e, início do XX que o Caribe começou a ser cada vez mais empregado para designar o mar e os países banhados por ele, antes disso, no século XVI, por exemplo,

Las Capitulaciones de Santa Fe de Granada, contrato entre los reyes de España y Cristóbal Colón, hablan de lo que Colón había «descubierto en las mares Oceanas». [...] A fines de siglo [XVI], las mares se habían multiplicado y confundido. Entre estos, aparece nuestro Caribe como «Golfo de Tierra Firme» Aparecen mares del Norte, de Bacallaos, de Sargazos, del Mediodía o del Brasil, del Pirú, Mar Pacífico, Mar del Sur y, siempre el de mayor jerarquía, Mar Océano. [...] Pero mediado el Siglo XVI por lo menos un mapa francés describe en detalle un Mer des entilles. La confusión prevaleciente se refleja también en un mapa holandés de la «América Occidental», hecho en 1594 (GAZTAMBIDE-GEIGEL, 2006, p. 4)

Figura 5 - Mapa identificando as Índias Ocidentais e parte da costa caribenha da América do Sul e Central. *Charte von West Indien* 1828; Escala 1 6 000 000. Crédito: Walch Johann



Fonte: *Bibliothèque nationale et universitaire de Strasbourg*.¹⁶

¹⁶ Disponível em: <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb44932243h>. Acesso em: 11/06/2021.

Para os historiadores Antonio Gaztambide-Geigel e Joaquín Santana Castillo, que estudam as diferentes interpretações existentes na historiografia do uso do Caribe, as décadas de 1960 e 1970 podem ser analisadas como o marco da “*caribeñización*” da região. Pois, apesar de que os primeiros usos constantes do Caribe para referir-se à região, correspondem ao período do final do século XIX e princípio do século XX (GAZTAMBIDE-GEIGEL, 2006; SANTANA CASTILLO, 2007; GONZÁLEZ ARANA; VIDAL ORTEGA, 2009; ELÍAS CARO, 2009), foi a partir das décadas de 1970 que o Caribe tem sido enxergado por seus estudiosos como uma “*región de regiones*”. Esses estudos enfatizaram cada vez mais as diversas formações econômicas, sociopolíticas e culturais e as fronteiras inapreensíveis da região. Fala-se a partir daí também do “*Gran Caribe*” (GAZTAMBIDE-GEIGEL, 2006; SANTANA CASTILLO, 2007). Antonio Gaztambide-Geigel inclui nessa abordagem, além das Antilhas, os países do continente que têm suas costas banhadas pelo mar Caribe e que têm um papel importante na geopolítica da região. Refere-se então, às costas dos países da América Central, à uma parte do México, às costas norte da Colômbia e da Venezuela.

Alguns elementos como a independência das ilhas anglófonas - Jamaica e Trindade e Tobago (1962); Guiana e Barbados (1966); Granada (1974); e Suriname (1975) - contribuíram para a “*caribeñización*” da região. O processo de independência desses países os levou a construir um sentimento de pertencimento ao Caribe e buscando uma integração entre eles, criaram os primeiros blocos econômicos da região: a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), em 1965 e a Comunidade do Caribe (CARICOM), em 1973. Também durante essas décadas, publicaram-se duas importantes obras que trazem uma discussão sobre o significado do Caribe e reforçam a aludida “*caribeñización*” da região.

Essas duas obras são: “*From Columbus to Castro: The History of the Caribbean, 1492-1970*” (1970) e “*De Cristóbal Colón a Fidel Castro: el Caribe, frontera imperial*” (1970), cujos autores são Eric Williams e a Juan Bosch, respectivamente. Para o trinitário Eric Williams, o Caribe compreenderia apenas as ilhas do Mar Caribe. Por sua vez, o dominicano Juan Bosch aproxima-se da noção de “*Gran Caribe*” ao defender a ideia de que o Caribe integra as costas colombianas e venezuelanas, assim como também as costas da América Central e do Golfo do México (GAZTAMBIDE-GEIGEL, 2006; SANTANA CASTILLO, 2007). É importante ressaltar

que autores e ativistas como C.L.R. James, W. Adolphe Roberts, Germán Arciniegas, José Enamorado Cuesta, Ramiro Guerra foram pioneiros ao estudar a região a partir de processos históricos em comum. Eles ampliaram a definição clássica do Caribe para além das ilhas. As importantes obras de Eric Williams e de Juan Bosch beberam muito desses estudos das décadas de 1930 e 1940 (SANTANA CASTILLO, 2007, p. 311).

Por esses anos de “*caribeñización*” da região, além do conceito de “*Gran Caribe*” também outro conceito, o de “Cuenca del Caribe” (Bacia do Caribe) passou a ser muito utilizado. Os pesquisadores enfatizam a importância geopolítica da Bacia do Caribe com a criação do *Caribbean Basin Initiative (CBI)*, em 1982, por Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos (GAZTAMBIDE-GEIGEL, 2006; SANTANA CASTILLO, 2007; DUBESSET, 2012). Além do *Gran Caribe* e Bacia do Caribe, a mexicana Johanna von Grafenstein cunhou o conceito de *Circuncaribe*. Esse conceito faz alusão a “*toda el área que abarca las costas continentales de las cuencas marítimas Golfo-Caribe [ou seja Venezuela, Colômbia e México], así como el arco de las Antillas*” (VON GRAFENSTEIN, 1997, p. 14, apud, SANTANA CASTILLO, 2007, p. 315). Esses últimos conceitos, os de *Gran Caribe*, de Bacia do Caribe e de *Circuncaribe* assemelham-se. De forma geral, os três referem-se ao espaço que inclui as Antilhas, as costas da América Central, as costas nortes da América do Sul e partes do México.

É interessante observar que se os países chamados de Caribe Continental, tiveram que esperar as décadas de 1980 para se integrarem ao “*Gran Caribe*”, tecendo uma identidade como contra-argumento à geopolítica estadunidense, tal aproximação nos séculos anteriores já existia. Afirmamos isso, porque durante o período colonial e os primeiros anos do século XIX, o mar Caribe era o único meio de comunicação desses países com o exterior. Inclusive, muitas vezes mantinham uma relação muito mais frequente com as Antilhas do que com outras cidades de seu interior (GONZÁLEZ ARANA; VIDAL ORTEGA, 2002, apud ELÍAS CARO; VALLEJO S., 2009, p. 86). No entanto, a partir do século XIX os países caribenhos continentais desenvolveram uma política mais andina, ficando de costas ao mar (ARDILA, 2005; ALARCÓN, 2006 apud ELÍAS CARO; VALLEJO S., 2009, p. 72; SANTANA CASTILLO, 2007, p. 324-326), o que os distanciaram cada vez mais da região até as décadas de 1980.

Como dissemos, os primeiros usos mais constantes do Caribe para referir-se à região, correspondem ao período do final do século XIX e princípio do século XX, precisamente uma época que coincide com a hegemonia dos Estados Unidos¹⁷. Eis o contexto no qual “*el Caribe se inventa*”, para usarmos uma expressão do historiador Gaztambide-Geigel (2006). A pesquisadora Laura Muñoz em um artigo publicado na Revista Brasileira do Caribe¹⁸, de 2014, traz uma reflexão singular sobre a região nesse sentido. Ela estuda as diversas “leituras” do Caribe através dos mapas da *National Geographic Magazine*, entre o período que vai do final do século XIX à 2014 e aponta assim, a diferentes formas como o Caribe foi apreendido pelo Estados Unidos, formas essas que marcaram as construções identitárias da região.

Ela divide o período estudado em cinco períodos: 1) 1898-1919; 2) 1920-1938; 3) 1939 até o fim da 2ª Guerra Mundial; 4) 1947-1989; 5) 1990-2014. A *National Geographic Magazine*, revista considerada difusora do conhecimento geográfico, conseguia as cartografias, num primeiro momento, do governo estadunidense. Difundia assim, uma imagem do Caribe digamos, oficial. Depois, com a criação de seu departamento cartográfico, em 1914, desenhava seus próprios mapas (MUÑOZ, 2014, p. 287). De forma geral, pode-se dizer que a *National Geographic Magazine* associa o Caribe a um “*espacio de defensa, [una] área de inversión, [y] un centro turístico*” (MUÑOZ, 2014, p. 273). Nos 11 mapas analisados pela pesquisadora, a geografia associada ao conceito de Caribe varia, chegando a ser ampla ou restrita.

Para se ter uma ideia desta afirmação, no primeiro período, que vai de 1898 até 1919, a “*Caribbean region*” é composta pela América Central, as ilhas do mar Caribe, incluindo o território de México, uma parte dos Estados Unidos com a península da Flórida. No segundo período, o Caribe é concebido apenas com o conjunto de ilhas que fazem ponte entre o norte e o sul da América. No terceiro

¹⁷Doutrinas como o Destino Manifesto, a Doutrina Monroe, o Corolário Roosevelt e inclusive a Política da Boa Vizinhança fundamentaram a hegemonia, o expansionismo e as ocupações militares estadunidenses na América Latina e no Caribe. A política imperial estadunidense no Caribe, em detrimento da exercida pela Europa, se expressa na participação dos EUA em conflitos bélicos como na guerra hispano-cubano-estadunidense que resultou na derrota da Espanha, a transformação de Cuba em protetorado e a anexação de Porto Rico aos EUA; nas ocupações militares, por exemplo, da República Dominicana (1916-1924), no Haiti (1915-1934), Cuba (1917-1922), Nicarágua (1926-1933) e de países como Granada, Honduras, México, Colômbia, Venezuela, Panamá, El Salvador, Costa Rica, Guatemala entre outros, em mais de uma ocasião.

¹⁸Muitos dos textos usados nessa pesquisa são da Revista Brasileira do Caribe, única revista especializada de história voltada especificamente para os estudos do Caribe no Brasil, publicada pelo PPGHIS da UFMA.

período, durante a Segunda Guerra Mundial, México volta a fazer parte do Caribe; assim como uma parte mais ampla dos Estados Unidos. No quarto período, que abrange boa parte da segunda metade do século XX e que corresponde com a Guerra Fria, a ideia de um Caribe turístico se impõe, todavia, ideias diferentes desse Caribe foram constantemente difundidas.

Por exemplo, num mapa de 1954, o Caribe é Insular, romântico, rico em minerais e sobretudo, estratégico para a defesa dos Estados Unidos. No entanto, essa imagem de um Caribe paradisíaco, muda a princípios dos anos de 1960 quando passa a ser identificado como um lugar perigoso devido ao avanço do comunismo em Cuba, e a ameaça desse comunismo atingir outros territórios da região. Mas, a partir das décadas de 1970, o Caribe não é mais conformado apenas por ilhas - se bem que elas ainda ocupam um lugar de destaque turístico e estratégico - senão que, inclui também a península de Yucatán, no México, a América Central, e o norte da América do Sul. No quinto e último período (1990-2014), estudado pela pesquisadora, o Caribe surge não somente como o lugar das praias paradisíacas, mas também com um lado sombrio, das sequelas da escravidão, do intervencionismo estadunidense e da pobreza.

Em função dessas considerações entendemos, como analisado por Pedro L. San Miguel (2019), que o Caribe se define fundamentalmente por forças geopolíticas. O Caribe se modifica conforme os interesses políticos e econômicos, entre outros, dos Estados Unidos. Desta forma, o pertencimento a essa região às vezes, se dá muito mais por interesses do que por um sentimento de afinidade surgido de experiências derivadas de uma história, cultura e, também de um espaço geográfico em comum (SANTANA CASTILLO, 2007). Parece que a região se configura, sobretudo, a partir do olhar do imperial.

A região é um arte-fato, segundo o geógrafo Rogério Haesbaert, que se dedica ao estudo dos conceitos de território e região. Sua condição de arte-fato é analisada como “a imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política”. Ou seja, a região é entendida como instrumento analítico e metodológico de pesquisa, mas também como o espaço de ações de grupos sociais - hegemônicos e não-hegemônicos - que constroem articulações e des-articulações regionais (HAESBAERT, 2010; 2019). Desta forma, a região do Caribe não poderia se configurar apenas pelo olhar externo. Vários dos estudos realizados sobre o Caribe pertencem à especialistas caribenhos desde os anos de 1930 (C.L.R.

James, W. Adolphe Roberts, Germán Arciniegas, José Enamorado Cuesta, Ramiro Guerra). Eles analisam os aspectos econômicos, culturais e históricos que caracterizam a diversidade da região, de forma a construir uma identidade desde o próprio Caribe e a criar e manter laços entre si, tornando o Caribe um conceito fluido, uma *“región de regiones”*.

É por isso que Antonio Gaztambide-Geigel orienta identificar e justificar toda vez o Caribe ao qual se faz referência. O autor também alerta, que todas as definições do Caribe consistem em tentativas de apreender melhor a região dentro do mundo científico, mas que nenhuma se caracteriza por ser a correta. Por isso, nos dedicamos nesse primeiro item do trabalho à sistematização da região do Caribe, apresentando - sem esgotar a questão - sua evolução histórica, e destacando qual dos vários caribes estudamos. Assim, dentre as definições trazidas até agora, consideramos particularmente muito fértil o conceito de Caribe Cultural ou Afro América Central. Esta percepção traz para a análise a questão da escravidão e, portanto, permite enxergar o Caribe como marco da modernidade/colonialidade, e, também entender as ideias exóticas produzidas acerca da região. Como evidenciam, os estudos decoloniais a modernidade se deu juntamente com o colonialismo desde o primeiro contato europeu com a América no final do século XV (DUSSEL, 1994, 2005; BALLESTRIN, 2013).

Em seu texto intitulado *“Moderno de otro modo: Lecciones caribeñas desde el lugar del salvaje”*, o antropólogo e historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot (2011, p. 89) destaca: *“Eric Wolf escribió alguna vez [...] que el Caribe es «eminentemente un área del mundo en donde la modernidad primero desplegó sus poderes y simultáneamente reveló las contradicciones que le dieron la luz»*”. Por exemplo, foi no espaço do *Caribe Insular* que os europeus construíram as primeiras cidades no “Novo Mundo” evidenciando a conquista, a colonização do território e a aniquilação dos indígenas. A primeira delas foi a Cidade *La Isabela* construída em 1494 na ilha de Quisqueya. A outra foi a *Villa de Santo Domingo*, fundada em 1498, hoje Capital da República Dominicana e Patrimônio da Humanidade.

Também o Caribe, como um todo, se caracteriza por ser a região que primeiro experimentou a escravidão de negros africanos no continente americano, “acolheu” mais escravizados que o próprio Brasil - colônia que por si só importou cerca de quatro milhões de africanos (TROUILLOT, 2016, p. 43; REIS, 2018). Se bem que Trouillot não define o Caribe ao qual se refere (Insular e/ou continental), Hernández

(2005), entretanto, aponta que a colônia de *Saint-Domingue* e Jamaica eram as mais populosas de escravizados do Caribe. Omar González Nãñez (2009) também colabora com esta questão ao apontar que os escravizados eram muito mais numerosos na área do Caribe e do Golfo de México, e as colônias francesas e inglesas eram as colônias com mais escravizados negros do “Novo Mundo”. Em contrapartida foi também no Caribe onde a escravidão de negros africanos foi pela primeira vez abolida, no Haiti.

Portanto, ao mesmo tempo que esta tendência cultural nos permitem ver as violências da colonialidade, também nos permitem ver as várias formas de resistência praticadas por parte dos povos caribenhos, as práticas decoloniais. O conceito de Jean Casimir (1991), intelectual haitiano, de *contraplantación* citado por Gaztambide-Geigel (2006), pensa a cultura caribenha como uma resposta à sociedade de *plantation*, portanto, uma resposta à sociedade escravista e colonial e não como a cultura da sociedade de *plantation*. Segundo Casimir (1991, p. 118, apud GAZTAMBIDE-GEIGEL, 2006, p. 19):

El Caribe puede definirse como la América de las plantaciones en la medida en que viene de un pasado marcado por el apogeo y la decadencia de la plantación. Lejos de edificarse a partir de los estilos de vida impuestos por Occidente, está región inventó otras formas de vida para superar los estragos que acarreó la sociedad esclavista.

Esta invenção de novas formas de vida se deu mediante a criouliização. Conforme o filósofo e poeta martinicano Édouard Glissant ([1996]/2005) o Caribe, as antilhas, é constituído de culturas *compósitas* caracterizadas pelo princípio da identidade rizoma que permite a prática da criouliização. Essa criouliização que se dá nas *plantations* é determinada, sobretudo, pela presença na região dos escravizados africanos que souberam criar culturas totalmente novas e imprevisíveis a partir dos pensamentos rastros/resíduos¹⁹. No entanto, para que a criouliização se dê de maneira equilibrada e justa, a Relação precisa não hierarquizar as culturas que a constituem. Pois, “a criouliização exige que os elementos heterogêneos colocados

¹⁹ Baseando-se nos pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari, Glissant apropria-se das noções de raiz única e a noção de rizoma em função de uma categorização das culturas e das identidades. De forma geral a “identidade raiz única” é aquela que exclui as diferenças e a “identidade rizoma” vai ao encontro das outras diferenças sem se perder e sem eliminar as particularidades das outras culturas, criando assim, uma cultura totalmente nova e inesperada; permite a criouliização. Já os pensamentos rastros/resíduos são os vestígios culturais, para dizer de certa forma, que sobraram depois da despossessão do ser dos escravizados, e transmitidos entre eles através da oralidade. Se bem que a criouliização se dá nas *plantations* das Américas, segundo a tese de Glissant, ela se estende no mundo inteiro, trata-se do encontro das humanidades.

em relação se ‘intervalorizem’, ou seja, que não haja degradação ou diminuição do ser nesse contato, nessa mistura [...]” (GLISSANT, 2005, p. 22).

Nesse sentido, o Caribe se caracteriza pelo contato de diferentes culturas, todas igualmente importantes que se ajustaram e se ajustam para criar realidades imprevisíveis. A criouliização se enquadra na proposta do autor como resistência ao mundo global que não permite pensar a complexidade entre o singular e o universal, superando as dominações no Caribe e no mundo. É também nesse sentido que apesar de reconhecermos que o Caribe seja de marcada herança africana, preferimos falar de Caribe cultural em vez de Afro-américa Central, como denominado por Gaztambide-Geigel (2006). É, na tentativa de não correr o risco de silenciar os outros povos que também fazem parte desta região, os indígenas e asiáticos, por exemplo, que o preferimos.

No entanto, apesar de enfatizar nossa preferência pelo Caribe Cultural que coincide com o espaço geográfico do *Gran Caribe* e abarca elementos culturais, sociais, políticos e econômicos, nesse trabalho nos interessa o Caribe Insular como definido por Gaztambide-Geigel (2006), a saber as Pequenas e Grandes Antilhas, Belize e as Guianas. Destacamos que esta escolha se deve ao fato de tratarmos mais especificamente na pesquisa do patrimônio haitiano e, também porque esse Caribe Insular inclui aspectos da escravidão, portanto da violência da modernidade/colonialidade e da resistência dos povos. Consequentemente, interessa-nos caracterizar um pouco a atuação da UNESCO na região do Caribe, uma vez que esse patrimônio cultural que estudamos no Haiti, o Parque Nacional Histórico, faz parte dos Patrimônios da Humanidade da Organização.

Assim, no nosso próximo subcapítulo concentramos nossa atenção na UNESCO, colocando em perspectiva histórica sua presença no Caribe Insular. Inventariamos os patrimônios culturais, naturais e mistos tombados pela Organização, fazendo ênfase à diversidade do Caribe Insular, partindo do entendimento deste como uma “*región de regiones*”.

2.2. A UNESCO E O PATRIMÔNIO NO CARIBE

A UNESCO se tornou a mais notável das organizações internacionais que atentam à proteção do patrimônio cultural. Se bem que suas primeiras ações como Organização eram voltadas muito mais à Educação e à Ciência, a Cultura

acabou usufruindo de maior relevância, já que dispõe do maior número de regulamentações e dispositivos normativos (SANTOS, 2017; ALVES, 2010; DYTZ FILHO, 2014). A importância da UNESCO não se detém no plano internacional, uma vez que tem grande influência em nível nacional também. Muitos países passaram a adquirir políticas culturais nacionais a partir da atuação da Organização e ratificaram suas convenções.

O desejo de recomeço, de reconstrução torna-se sempre muito forte depois de eventos dramáticos como foram as duas Guerras Mundiais. Como no pós-Primeira Guerra Mundial, nos anos que seguiram à Segunda Guerra Mundial, o mundo - Europa e os Estados Unidos, sobretudo - se unira em organizações supranacionais para tratar das questões que levaram à guerra e desta forma, evitar eventos similares²⁰. Assim, a UNESCO, foi criada com a missão de coordenar as questões relacionadas à Educação, à Ciência e à Cultura, já que, para esta instância da ONU, é mediante o conhecimento do outro que seria possível combater entre os povos, as diferenças, os preconceitos e as desconfianças que levam à guerra.

Partia-se do pressuposto de que os acordos políticos e econômicos não seriam suficientes para impedir estes eventos bélicos. Pois, segundo o entendimento da Organização, a guerra dava-se pelo desconhecimento e desentendimento profundo dos elementos culturais que o mundo compartilha, como pelo não respeito das diferenças e de noções como a dignidade e a igualdade (EVANGELISTA, 2000; BARROS, 2017; NIELSEN, 2013, ROLIM, 2017). Uma vez que as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz [...], portanto, esta paz deve ser estabelecida com base na solidariedade intelectual e moral da humanidade (UNESCO 1946, p. 294. Tradução nossa)²¹.

Flávio Luís Soares Barros (2017), na sua tese de doutorado, analisa a UNESCO a partir de três fases. Na primeira, enfatiza o período que antecede a

²⁰ Após a Primeira Guerra Mundial foi criada a Liga das Nações em 1919 e existiu até 1946 quando deu lugar à ONU. Os objetivos da Liga eram praticamente os mesmos da ONU. Em linhas gerais pretendia criar condições para manter a paz entre as nações. Antes da criação da UNESCO, outros organismos e medidas tinham sido tomadas para a preservação de bens culturais e para a promoção da educação, como foi caso do Comitê Internacional para a Cooperação Intelectual da Liga das Nações, a Carta de Atenas (1931), o Pacto Roerich (1935). Para mais informações sobre as organizações que antecederam a ONU, a UNESCO. Cf. Evangelista (2000); Barros (2017); Santos (2017); Rolim (2017).

²¹ *Les guerres prenant naissance dans l'esprit des hommes, c'est dans l'esprit des hommes que doivent être élevées les défenses de la paix; [...] par conséquent, cette paix doit être établie sur le fondement de la solidarité intellectuelle et morale de l'humanité* (Texto original em francês).

criação da Instituição (1871-1945) para se aproximar das noções de civilização e humanista de cultura que nortearam a segunda fase da Organização de 1945 a 1985, mas que foram gradualmente substituídos pelo conceito antropológico de cultura. A terceira fase por ele analisada estende-se de 1985 a 2015 que se caracteriza pela introdução do tema de desenvolvimento e progresso como incentivo à preservação cultural. Esse recorte é o mesmo que respeitamos a seguir e que autores que citamos nesta parte do trabalho, com outras palavras, apontam.

Observamos que apesar da UNESCO visar a valoração das culturas, nos seus primórdios, objetivava o entendimento humanista da cultura, da dualidade entre civilização e barbárie. Como demonstrado na tese da Cecília Ribeiro Pereira, (2012, p. 16) até os anos de 1950, a UNESCO promoveu “a ideia de progresso e de civilização como algo que poderia ser unificado e alcançado pelo conhecimento neutro e universal”. Nesta mesma década a Organização passou a contar com o Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas aos países pobres/empobrecidos, visando o desenvolvimento econômico equilibrado destes países, tendo como exemplo os países europeus e os Estados Unidos.

Vale a pena destacar que os estudos sobre as teorias e práticas de desenvolvimento (MOTA, 2001) apontam que a noção de desenvolvimento teve seus fundamentos e pressupostos no século XVIII, marcado sobretudo por importantes mudanças sociais incentivadas pelo Iluminismo e a Revolução Industrial. Nesses anos do século XVIII até a Segunda Guerra Mundial, existia uma associação importante entre desenvolvimento e progresso, partindo do entendimento de que “evoluir significa produzir mais” (MOTA, 2001, p. 26). No entanto, nos anos que seguem à Segunda Guerra Mundial, a ideia de desenvolvimento passa a ter maior alcance, se transforma para enfatizar outras questões além da produção material, mas desta vez relacionadas às políticas de bem-estar social, como “direitos sociais, segurança social e políticas redistributivas de renda” que surgem na Europa Ocidental (MOTA, 2001, p. 26).

Contudo, esses estudos apontam como o desenvolvimento na América Latina e no Caribe tem viés altamente colonial, pois se caracteriza por ser “burguês, eurocêntrico, correspondente à dominação racial e sexual” (SANTOS; DARIDO, 2021, p. 134). Segundo os autores, Nathan Santos e Marcela Darido (2021), as propostas de desenvolvimento para América Latina e o Caribe não preveem uma real autonomia dos países da região, incrementam, no entanto, práticas para manter

as relações de dependência. Isso porque, as políticas de desenvolvimento pensadas para a América Latina e o Caribe por organizações internacionais como a UNESCO, desconsideram o que autores decoloniais como Quijano (2000) destacam, como os padrões coloniais que determinam e explicam as diferentes trajetórias do desenvolvimento capitalista na região. Ou seja, essas organizações tendem a ignorar as especificidades histórico-sociais de cada país e os efeitos da modernidade/colonialidade na realidade atual das nações pobres/empobrecidas, e conseqüentemente não propõem medidas sérias para superar a relação colonial de dominação.

Assim, as primeiras ações da UNESCO para (re)construir o mundo eram voltadas para “as regiões insuficientemente evoluídas” (MAUREL, 2013, p. 63). E, sua presença no Caribe Insular remonta nos anos que logo seguiram sua criação, investindo, sobretudo, no setor da Educação e do Desenvolvimento Durável (MAUREL, 2009). O Haiti foi um dos primeiros países onde a UNESCO interveio por meio do projeto de “Educação de Base” entre 1947 e 1954. Mas como - nos seus primórdios - a UNESCO tinha uma tendência eurocêntrica e, seu entendimento tanto da cultura como da educação era fruto da colonialidade; este projeto encabeçado pelo etnólogo Alfred Métraux no Caribe, ao mesmo tempo que pretendia promover e incentivar as particularidades culturais locais, visava amenizar a pobreza na região pela superação das superstições e da ignorância de seus habitantes²² (MAUREL, 2009; 2013).

Os valores culturais que difundia, eram, portanto, valores ocidentais, buscava a modernização e ocidentalização das sociedades (EVANGELISTA, 2000; BARROS, 2017; NIELSEN, 2013; ROLIM, 2017; COUSIN, 2008; MAUREL, 2009). A Organização teria que tornar acessível o “melhor” das produções artísticas e culturais para facilitar a educação dos povos e levá-los à perfeição e à civilização (NIELSEN, 2013; MAUREL, 2009). A noção de “diferença colonial” está aí latente pela subalternização, por meio da colonialidade do poder, do conhecimento e das

²² Alfred Métraux acaba interessando-se pela cultura popular do vodu e realiza relatórios das suas observações no Haiti entre as décadas de 1940 e 1950. Esses relatórios na época foram publicados com bastante reticência por parte da UNESCO, que se mostrava pouco interessada por esse tipo de estudo, e o projeto piloto “Educação de Base” não fez uso do relatório. As pretensões da UNESCO por meio do projeto foram frustradas, pois, segundo seus principais envolvidos, o projeto foi um fracasso total. No entanto, o relatório realizado por Lucien Bernot, não está nos arquivos da UNESCO, pois precisava “receber o mínimo de publicidade possível” e ficar na confidencialidade para não “arruinar” a fiabilidade da Organização (MAUREL, 2013, p. 85).

dimensões culturais dos outros não ocidentais, efetivada pela UNESCO, portadora e guardiã dos valores ocidentais universais (MIGNOLO, 2020).

Até meados da década de 1960 e início dos anos 1980, a UNESCO deu muita ênfase aos aspectos materiais, eruditos e elitistas da cultura, para seu valor histórico, artístico e científico. Assim, a arquitetura dos monumentos, o urbanismo das grandes cidades, os sítios naturais com valores estéticos, bem como a escrita e as obras de arte eram os elementos que desfrutavam do cuidado preservacionista da Organização (SANTOS, 2017; NIELSEN, 2013; ROLIM, 2017). Portanto, os aspectos imateriais da cultura, como as culturas não escritas, as tradições, modelos de vida, os sistemas de valores eram considerados pouco excepcionais para serem incluídos dentro das medidas de mudanças do mundo em (re)construção.

A percepção de cultura da UNESCO muda pouco a pouco com os próprios estudos das teorias da cultura que passa pelo universalismo e o relativismo cultural até chegar do entendimento antropológico da cultura²³, às noções de diversidade que englobam mais elementos das práticas humanas. E, a UNESCO se vê, pelo aumento considerável de seus membros não europeus, entre as décadas de 1960 e 1980 a aplicar nos seus documentos e práticas uma ideia de cultura que representasse a diversidade dos mesmos (EVANGELISTA, 2000; BARROS, 2017; NIELSEN, 2013; DYTZ FILHO, 2014), adotando assim, uma ideia de cultura e de patrimônio não - ou talvez, apenas menos - eurocêntrica.

Assim, analisando algumas cartas patrimoniais - “documentos de referência, de caráter prescritivo ou indicativo, relacionadas a questões preservacionistas, [...] ao aproveitamento econômico do patrimônio cultural, [etc.]” (KÖHLER, 2019, p. 139) - pode-se observar que no final da década de 1980 e início dos anos 2000, a cultura passou a ser mais inclusiva e a UNESCO incluiu nas suas preocupações a cultura imaterial (ALVES, 2010; EVANGELISTA, 2000; BARROS, 2017). Algumas cartas patrimoniais chaves da UNESCO podem aqui serem lembradas: a “Declaração do México”, de 1982; a “Declaração para a Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares”, publicada em 1989; a “Declaração Universal sobre

²³ Os autores David Berliner e Chiara Bortolotto (2013), citados por Cousin (2008), enfatizam como que historicamente a UNESCO manteve laços estreitos com a antropologia, acolhendo no seu seio desde seus primeiros anos de existência etnólogos como Michel Leiris, Paul Rivet e Alfred Métraux, os quais foram porta-vozes da luta contra o racismo, contribuíram para o desenvolvimento de políticas para a promoção da diversidade cultural.

a Diversidade Cultural”, de 2001; a “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, publicada em 2003 e a “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, aprovada em 2005.

Estas cartas patrimoniais apontam para uma maior preocupação da UNESCO, neste período, com a diversidade e direitos das minorias, que passa a questionar a tradicional compreensão do patrimônio histórico e artístico. A diversidade cultural, as tradições, as culturas populares são celebradas e o diálogo intercultural passa a ser prioridade do sector cultural da Instância (NIELSEN 2013; ALVES, 2010; KÖHLER, 2019; BARROS, 2017). O próprio entendimento da Educação Patrimonial e a participação social sofre mudanças, o “foco passou do ensino para educar as massas, acerca da necessidade de conservar e respeitar os monumentos, para o incentivo a uma participação e controle mais ativos por parte dos habitantes locais” (KÖHLER, 2019, p. 138).

Apesar da importância da UNESCO para o setor da cultura, como demonstra Evangelista (2000) na sua tese, reconhece, no entanto, que a instituição teve altos e baixos na sua administração tanto na Educação, Ciência e Cultura. Flávio Luís Soares Barros (2019), desde os estudos das Relações Internacionais aponta para a pluralidade de conceitos como o de cultura na UNESCO, o que enfraquece o caráter normativo da Instância. Por sua vez, Nielsen (2013), mostra como que a UNESCO deixa de considerar outros aspectos da vida social e vê na cultura e na educação os únicos meios para superar as desigualdades e evitar conflitos e guerras. Para a Organização “a cultura em si liberta; reconhecer e promover a diversidade cultural deveria levar ao progresso em direção à igualdade e à paz” (UNESCO 1996, p. 1; UNESCO 2000c; WRIGHT 2000 apud NIELSEN, 2013, p. 81. Tradução nossa)²⁴. Parece que apenas promovendo a diversidade cultural, as desigualdades sociais se resolvem.

Não desconhecemos a importância da promoção cultural, ou da riqueza cultural como forma de criar mais empatia e tolerância no mundo. Mas, questionamos sobre o acesso à cultura por todos, independentemente das suas condições sociais, raciais, de gênero e econômicas, por exemplo. Atenuando outros setores decisivos da realidade social para criar um mundo mais igualitário, “a

²⁴ *La culture en soi libère; reconnaître et promouvoir la diversité culturelle devrait aboutir à un progrès vers l'égalité et la paix* (Texto original em francês).

perspectiva ideológica da UNESCO corre o risco de ser mais estética que política”²⁵ (PIETERSE 2001, p. 236; TURNER 1993, p. 414 apud, NIELSEN, 2013, p. 95. Tradução nossa)²⁶.

Nessa mesma linha de raciocínio podemos fazer uso da interculturalidade funcional como proposta por Catherine Walsh (2012). Segunda ela, as tentativas de reconhecimento da diversidade cultural tendem a ser apenas um novo multiculturalismo, sem reais aspectos críticos, políticos, construtores e transformadores. E essas tentativas se caracterizam como uma interculturalidade funcional. Essa ideia de interculturalidade, pregada por Instituições como a UNESCO, reconhece a diversidade e a converte em patrimônio da humanidade e como meio de criar uma sociedade mais inclusiva, tolerante e assim assegurar a democracia e o desenvolvimento social. No entanto, seguindo o modelo neoliberal, tal ideia não trata das questões estruturais que dão lugar a essas desigualdades e, portanto, sustenta a reprodução e administração das desigualdades dentro da ordem de mundo estabelecida. Assim, segundo a autora,

[e]l reconocimiento y respeto a la diversidad cultural se convierten en una nueva estrategia de dominación, la que apunta no a la creación de sociedades más equitativas e igualitarias, sino al control del conflicto étnico y la conservación de la estabilidad social con el fin de impulsar los imperativos económicos del modelo (neoliberalizado) de acumulación capitalista, ahora haciendo “incluir” los grupos históricamente excluidos a su interior (WALSH, 2012, p. 64).

Em contrapartida à interculturalidade funcional, Catherine Walsh (2012) propõe uma outra, a interculturalidade crítica. Pois, ao contrário da primeira esta última é um projeto que *“apuntala hacia la posibilidad de no solo co-existir sino de con-vivir (de vivir “con”) en un nuevo orden y lógica que parten de la complementariedad de las parcialidades sociales”* (WALSH, 2012, p. 69). A proposta

²⁵ Referente à politização da Instituição, nos seus primórdios, os Estados Unidos exerciam grande influência sobre as decisões internas, e as escolhas dos primeiros patrimônios mundiais. E, em duas ocasiões (décadas de 1980 e 2010), alegando o posicionamento político da Organização frente a algumas questões, como a ocupação do território palestino por Israel, saiu da UNESCO, deixando de contribuir financeiramente e deixando a Organização com importante falta de verba (DOURADOS, 2013, p. 27; DYTZ FILHO, 2014, p. 36). Com a adesão da Palestina na UNESCO em 2011, dando lugar ao entendimento de que a Organização o reconhece como um Estado, os Estados Unidos, novamente, deixam a UNESCO. A maior potência econômica mundial, classificou tal evento como “lamentável, prematuro e prejudicial ao objetivo comum de uma paz abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio” (NULAND, 2011, apud DYTZ FILHO, 2014, p. 35). O Reino Unido também saiu da UNESCO nos anos 80 alegando a politização da Organização. Nesse sentido, a UNESCO, quanto menos se envolver em assuntos “polêmicos”, melhor, e alguns Diretores-Gerais da Organização, como Federico Mayor, têm se dado a missão de “despolitizar” ao máximo a Organização (DYTZ FILHO, 2014).

²⁶ *La perspective idéologique de l’Unesco court le risque de devenir plus esthétique que politique* (Texto original em francês).

da interculturalidade crítica é de questionar a lógica do capitalismo, direcionando a uma profunda transformação das estruturas de poder que perpetuam a “desigualdad, racialización, subalternización e inferiorización de seres, saberes y modos, lógicas e racionalidades de vida” (WALSH, 2012, p. 66). Portanto, a interculturalidade crítica é um projeto altamente decolonial.

Se, nos primórdios da sua criação na pós-Segunda Guerra Mundial em 1946, a cultura representava os valores europeus, privilegiando a monumentalidade e excepcionalidade do patrimônio, sítios raros, nos anos de 1980 e, sobretudo nas décadas seguintes, como vimos, isso muda. Observa-se uma transição ideológica dentro da Instituição que passa de um ideal de “igualdade excludente” para um ideal de “diferença inclusiva” (BARROS, 2017). Buscando cada vez uma maior diversidade cultural do mundo e aliando cultura e desenvolvimento, visando a superação das desigualdades sociais, em particular nos países pobres/empobrecidos, a UNESCO volta-se para o popular, o imaterial, para o “Terceiro Mundo”, notadamente para a América Latina e o Caribe.

A cultura e o patrimônio são vistos como produtos, e os Estados-nação são encorajados a investir e explorar seus bens culturais mediante o turismo internacional (RICARDO, 2009). O turismo internacional seria o turismo de massa ou social, que coexiste com o turismo tradicional, voltado para a geração de renda, para as economias nacionais, mas requerendo preparação e planejamento para atender um grande e novo contingente de turistas (KRAPF, 1963, p. 6 apud, PEREIRA, 2012, p. 30). Estabelece-se, então, relações intrínsecas entre o turismo internacional e o progresso e o desenvolvimento.

Demasiadamente criticado, a UNESCO elabora um discurso alternativo acerca do turismo internacional visto como excessivamente voltado à geração de renda, propondo o turismo cultural²⁷. O turismo vai se apropriando das

²⁷ A partir de 1966, o turismo foi abordado como turismo cultural nos textos oficiais da UNESCO, considerado como elemento de conhecimento capaz de promover a paz entre os povos; como promotor da educação e de difusão da cultura popular; como principal fator de promoção do desenvolvimento a ser levado em conta pela ONU durante a década do desenvolvimento (1966-1970); como meio de financiar a preservação do patrimônio cultural universal. Assim, o turismo de interesse eminentemente cultural, além de se associar à proteção dos bens culturais, deve se voltar ao desenvolvimento econômico e social dos povos. Cf. UNESCO. *Actas de La conferencia general, 14ª reunión*, Paris, 1966, p. 65-66. Disponível em: [Actas de la Conferencia General, 14a reunión, París, 1966, v. 1: Resoluciones - UNESCO Digital Library](#). Acesso em: 21 de outubro de 2021. Segundo Pereira (2012) esta mudança de terminologia seria um modo da Organização “não dar margem à discussão sobre o substantivo turismo [...]”. Seria algo posto para enobrecer a atividade, festejada até então por suas vantagens

mudanças ocorridas no entendimento de cultura para se adequar às novas ideologias da UNESCO, enfatizando sobretudo os benefícios socioculturais deste último. No entanto, sem dispensar sua importância econômica, a UNESCO passou a denunciar seus efeitos nefastos: “prostituições, tráficos ilícitos de bens culturais, destruição ou desnaturação de espaços, perdas de valores e identidades” (FURT; MICHEL, 2011 apud DEMESVAR, 2015, p. 79. Tradução nossa)²⁸. Assim, para as Instituições Internacionais como a UNESCO, o turismo cultural é, aquele que consegue “aliar desenvolvimento econômico e visitas do patrimônio, práticas e trocas culturais, mercado de bens e serviços”, sendo, as populações, o patrimônio cultural e natural mais respeitado do que o valor econômico (COUSIN, 2008, p. 42-43 e 47. Tradução nossa)²⁹.

Como lembrado por Pereira (2012), os bens culturais foram desde tempos indefinidos portadores de valores econômicos, no entanto, com as décadas de 1950 e 1960 tiveram uma maior relação com o turismo de massa, décadas que marcam o início do turismo internacional como lembra Cousin (2008). Anteriormente, o turismo era voltado para as classes elitistas para a apreciação, o culto das obras de arte, também com grande conotação econômica. Ou seja, os novos entendimentos sobre a cultura, a participação e pressão dos movimentos sociais exigindo direitos culturais, levou, sim, a uma nova investida patrimonial, dando lugar a narrativas outrora silenciadas, reprimidas e subalternizadas. Porém, tal abertura por parte da UNESCO beneficiou-se, inclusive, muito do uso do valor econômico dos bens culturais. Pois, como analisado pelos autores, os aspectos econômicos do turismo cultural constituíram elementos determinantes que levaram a UNESCO a dar mais espaço em seu meio a esses bens culturais e a sua conservação.

Com a criação do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM) desde 1956 e, a criação em 1965 do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), associados à UNESCO, a conservação, o planejamento e o turismo foram cada vez mais realçados como solução ao subdesenvolvimento. O turismo cultural foi na 13ª e 14ª

econômicas [...]. Ou seria mesmo uma tentativa de aproximá-lo das atividades da Organização [...] (PEREIRA, 2012, p. 36-37).

²⁸ *Prostitutions, trafic illicite des biens culturels, destruction ou dénaturation d'espaces, pertes de valeurs et d'identité* (Texto original em francês).

²⁹ *La politique de tourisme culturel se présente comme une manière d'allier développement économique et visites du patrimoine, pratiques et échanges culturels, marché de biens et de services* (Texto original em francês).

Conferência Geral da UNESCO analisado na sua inter-relação com a preservação do patrimônio monumental e o desenvolvimento (PEREIRA, 2012, p. 32). E, em “*La protección del patrimonio cultural de la humanidad: lugares y monumentos* (1969), da UNESCO, o turismo cultural foi situado no plano prático que juntamente com o jurídico e o científico caracterizavam a atuação da UNESCO no campo da cultura” (PEREIRA, 2012, p. 34).

Observa-se, no caso latino-americano e caribenho, com as Normas de Quito, por exemplo, de 1967 e a Resolução de São Domingos, de 1974, um incentivo aberto ao turismo visando especificamente o patrimônio e o desenvolvimento da região³⁰ (KÖHLER, 2019). Nos estudos da historiadora Laura Muñoz (2014) dos mapas da *National Geographic Magazine*, como tratamos no subcapítulo antecedente, entre as décadas de 1947 a 1990 o Caribe passou a ser associado à ideia de uma região turística, ao mesmo tempo que os aspectos do subdesenvolvimento da região são realçados. E, é também nesse período que o turismo passa a ser cada vez mais assinalado como uma solução à pobreza/empobrecimento de regiões como a América Latina e o Caribe. É preciso contextualizar e lembrar como nota Cousin (2008), que esse período diz respeito à Guerra Fria e que o turismo adquire um papel político atrelado à política externa dos Estado Unidos de lutar contra a influência do comunismo na América Latina e no Caribe.

Entre 1995 e 2005, por exemplo, o fluxo e os benefícios turísticos no Caribe aumentaram de 44% para 143%, conforme apontado por Dubesset (2012), o que conferiu à região o lugar de um dos principais polos turísticos do mundo. No entanto, os modelos turísticos da região são em sua maioria, mal elaborados e

³⁰ As Normas de Quito de 1967 é a primeira carta patrimonial que vincula diretamente o patrimônio monumental ao desenvolvimento econômico da América Latina, por meio do turismo cultural. É também a primeira carta patrimonial que explicitamente considera a iniciativa privada como uma parceira na tarefa de utilizar economicamente o patrimônio cultural. A Resolução de São Domingos de 1974, também voltado ao patrimônio latino-americano e caribenho, destaca as funções sociais e econômicas - pelo aproveitamento turístico - do patrimônio cultural, como o incentivo à participação da iniciativa privada em sua preservação. A Resolução foi publicada pela OEA, que promoveu o evento que deu lugar às normas (KÖHLER, 2019, p. 147-148 e 151; PEREIRA, 2012, p. 30-40). Também em 1976 foi publicada “A Carta de Turismo Cultural”, resultado do Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, realizado na Bélgica, que aponta o desenvolvimento como meta do turismo cultural. Sem embargo, a carta foi revisada pelo ICOMOS em 1999, na Assembleia Geral no México, e passou a ser chamada de “*Carta Internacional sobre turismo cultural: La gestión del turismo en los sitios con patrimonio significativo*”. Esta revisão está carregada de mudanças significativas sobre o próprio entendimento do turismo cultural que passou a ser considerado “uma experiência resultante da relação entre o turista e seu contato com a cultura local”, mas também os aspectos positivos do turismo, exaltados anteriormente, passaram a ser questionados com “considerações sobre os perigos e desacertos possíveis de um turismo excessivo, mal planejado ou não sustentável” (PEREIRA, 2012, p. 39-40).

acarretam conflitos entre o controle estrangeiro do setor e os pequenos comerciantes locais; a degradação do meio ambiente, o turismo sexual, a estandardização da oferta turística e a recriação artificial da paisagem cultural caribenha³¹ (TAYLOR, 1993; VIVAS, 2012). Nos estudos do economista Kurt Krapf, especialista do Banco Mundial, ele apontava que o turismo tinha essa capacidade de valorizar “as matérias primas” abundantes nos países em desenvolvimento: o clima, a natureza e o patrimônio” (KRAPF, 1961, p. 881 apud COUSIN, 2008, p. 43. Tradução nossa)³². Aqui podemos estabelecer ligação com a ideia de um Caribe estereotipado e exotizado, associado em grande medida a destinos turísticos paradisíacos, relacionados a seus quatro “Ss” “Sea, Sand and Sun” and Sex - Mar, Areia e Sol e Sexo (Dolfus, 1997, apud AVELLA, 2009, p. 31).

Se, o conceito de patrimônio tem sofrido significativas mudanças desde a Carta de Atenas de 1931, é nas décadas de 1970 que a questão do patrimônio vem ocupando um lugar cada vez maior nos debates internacionais graças às principais realizações da UNESCO nesse âmbito, visando a proteção coletiva dos bens culturais universais. A Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de 1972, e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, são referências notáveis.

Contudo, ao compararmos a lista do patrimônio material com a lista dos bens imateriais, observamos que o patrimônio material ainda ganha certo destaque. Os primeiros Patrimônios Culturais Imateriais listados foram em 2008 e são num total de 630 divididos entre 139 países³³ contra 1154 patrimônios materiais de 167 países³⁴. Para gerenciar melhor a complexidade de seu trabalho, a UNESCO dividiu o mundo por cinco regiões culturais: Europa e a América do Norte; Ásia e Pacífico; América Latina e Caribe; África; e os Estados Árabes.

Diga-se de passagem, que esta divisão “cultural” do mundo é, sobretudo, uma divisão política e econômica. Se fosse possível juntar a América do

³¹ Para acompanhar as violências praticadas contra o povo de Porto Rico em nome do desenvolvimento e do turismo. Cf. Bad Bunny - El Apagón - Aquí Vive Gente (Video Oficial) | Un Verano Sin Ti. **Youtube**, 16 de set. de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1TCX_Aqzoo4. Acesso em: 29/12/2022.

³² “*Matières premières*” abondantes des pays en voie de développement: le climat, la nature et le patrimoine (Texto original em francês).

³³ UNESCO. *Consulter les listes du patrimoine culturel immatériel et le Registre des bonnes pratiques de sauvegarde*. Disponível em: <https://ich.unesco.org/fr/listes>. Acesso em: 01/06/2021.

³⁴ UNESCO. *Liste du patrimoine mondial, statistiques*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/stat#d6>. Acesso em: 07/09/2021.

Norte com a Europa, por exemplo, por que não juntar a África e os Estados Árabes? E ainda, nos perguntamos: por que o Estado de Israel não foi incluído no grupo Ásia e Pacífico? Poderia também ser incluído nessa nossa sujeição de África e Estados Árabes e não no grupo Europa e a América do Norte. Aproveitamos para apontar também que a distribuição do Patrimônio Mundial, se dá de forma bastante desigual entre essas cinco regiões da UNESCO (Figura 6 e 7).

Figura 6 - Distribuição do Patrimônio Mundial Material por região

	África	América-latina e Caribe	Ásia e Pacífico	Estados Árabes	Europa e América do Norte
Patrimônio cultural	54	100	195	80	468
Patrimônio Natural	54	38	70	5	66
Patrimônio Misto	39	8	12	3	11
Patrimônio em Perigo %	29%	8%	12%	40%	8%
Porcentagem Mundial	8,49%	12,65%	24%	7,63%	47,23%

Fonte: UNESCO³⁵

Nessa corrida ao status de Patrimônio Mundial (PEIXOTO, 2002) - já que a Lista do Patrimônio Mundial funciona como “uma espécie de selo de qualidade dos bens culturais inscritos, [...] referendado por especialistas em nome da UNESCO” (PEREIRA, 2012, p. 10) - os países da região Europa e a América do Norte souberam se garantir em um lugar de destaque, com importantes investimentos no setor e, ocupando uma hegemonia, portanto, no mercado turístico³⁶. A América Latina e Caribe ocupa o terceiro lugar da lista, com 12.65% dos bens culturais tombados mundialmente. Dentre os 146 bens da região, existe uma predominância dos bens

³⁵ Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/stat>. Acesso em: 17/07/2022.

³⁶ Na sua pesquisa, Cecília Ribeiro Pereira, (2012) aponta que a partir dos anos 1950, o turismo aumentou de forma considerável no mundo comparando com os anos anteriores. No entanto, o “aproveitamento” do turismo internacional se deu de forma desigual entre os países. Em 1950, a Europa recebeu cerca de 66,5% dos turistas do mundo; a América do Norte, 24,5%; a América Latina e Caribe, 5%; a África, 2,5%; a Ásia e Austrália, 1%, e Oriente Médio, 0,5%. Segundo as fontes dela, em 1963, essa ordem não havia sido alterada, a Europa ainda permanecia como destino turístico principal do mundo, tendo recebido 73% dos turistas (EL CORREO, 1966, p.6 apud, PEREIRA, 2012, p.29). Os dados recentes apontam para a mesma realidade, segundo as informações da Organização Mundial do Turismo, no ano de 2018 a Europa tinha recebido 710 milhões de turistas e faturado 570 bilhões de dólares, contra 216 milhões de turistas que foram para as Américas, 348 milhões na região da Ásia e Pacífico, 67 milhões na África e 60 milhões no Oriente Médio. *WORLD TOURISM ORGANIZATION. International Tourism Highlights. Edition, UNWTO, Madrid, 2019*. Disponível em: [Estatísticas Turismo Mundial - Dados e Fatos](#). Acesso em: 08/09/2021.

culturais construídos - 100 contra 38 bens naturais e 8 bens mistos e, entre eles, 6 estão em perigo³⁷. Como se observa (Figura 7), a seguir:

Figura 7 - Mapa do patrimônio mundial da UNESCO dividido por região. As cores amarelas representam os bens culturais; as verdes, os bens naturais e as vermelhas os bens em perigo



Fonte: UNESCO³⁸

Muitos países Insulares da região haviam se tornado Estado-membro da UNESCO na mesma década de 1940, como Cuba, Haiti e República Dominicana, outros como Jamaica e Barbados aderiram à Organização nas décadas de 1960, após suas independências, e a maioria aderiram nas décadas de 1980. Já Curaçao está como membro associado, um pouco mais recentemente, desde 2011. E, a maioria dos países da região ratificaram a Convenção de 1972, na mesma década e no decorrer dos anos de 1980 e 1990. Poucos países como Barbados, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago ratificaram a Convenção nos primeiros anos de 2000, e mais recentemente, Bahamas o fez em 2014³⁹.

Foi principalmente nas décadas de 1980 e de 1990, que se observa um real engajamento dos países caribenhos acerca do patrimônio no âmbito mundial. Ocorreu, por exemplo, o tombamento da *Ciudad vieja de La Habana Vieja y su sistema de Fortificaciones* (1982), o de *Trinidad y Valle de los Ingenios* (1988), o de *Santiago de Cuba* (1997) e o do *Parque Nacional del Desembarco del Granma* (1999), todos em Cuba; o tombamento da *Ciudad Colonial de Santo Domingo*, na República

³⁷ UNESCO. *Liste du patrimoine mondial, statistiques. Liste du patrimoine mondial en péril par région*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/stat/#s9>. Acesso em: 07/09/2021.

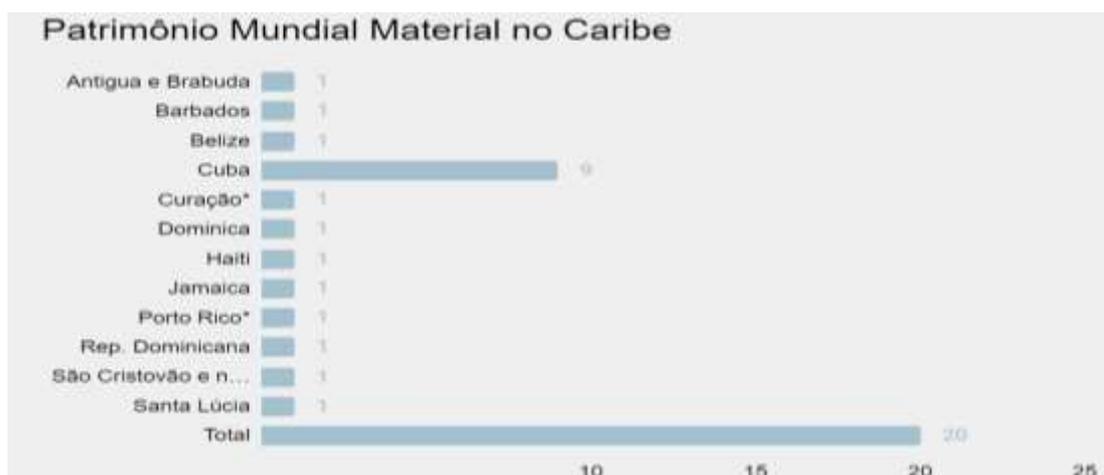
³⁸ Disponível em: [UNESCO Centre du patrimoine mondial - Liste du patrimoine mondial](http://whc.unesco.org/fr/etatsparties/). Acesso em: 17/07/2022.

³⁹ UNESCO. *États parties. Situation de la Ratification*. 23/10/2020. Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/etatsparties/>. Acesso em: 01/06/2021.

Dominicana (1990); do *Morne Trois Pitons National Park*, na Dominique (1997); da *Fortaleza y Sitio Histórico Nacional de San Juan* (1983), em Porto Rico. Alguns patrimônios foram tombados mais recentemente nas décadas de 2010, como *Blue and John Crow Mountains*, na Jamaica, em 2015; *Antigua Naval Dockyard and Related Archaeological Sites*, em Antígua e Barbuda, no ano de 2016.

Fazendo um levantamento dos Patrimônios da Humanidade por região, observamos que o Caribe Insular possui 20 bens culturais, naturais e mistos inseridos na lista da UNESCO (Figura 8). Os patrimônios de Porto Rico e de Curaçao estão listados na região “Europa e América do Norte” por serem países que dependem politicamente dos Estados Unidos e dos Países Baixos, respectivamente. Porém, os consideramos na nossa análise como Patrimônio Mundial caribenho e contabilizamos 148 bens mundiais na região da América Latina e do Caribe - contra 146 que a UNESCO reconhece. Na figura 8, apenas inserimos os países do Caribe Insular que possuem algum patrimônio na lista da UNESCO, os países que não estão, ou não possuem nenhum, como é o caso da Guadalupe e da Martinica - territórios ultramarinos da França - Trinidad e Tobago; Granada; São Vicente e Granadinas e Arruda.

Figura 8 - Patrimônio Mundial Material no Caribe Insular



Fonte: UNESCO⁴⁰

No Caribe Insular estaria localizado, então, cerca de 13,5% dos bens da região (Figura 9), a maioria são bens culturais monumentais, apenas 5 são de caráter natural e 1 misto. Cuba, conta com a maioria deles. Os bens naturais são: *Belize Barrier Reef Reserve System*, em Belize; *Parque nacional Desembarco del*

⁴⁰ Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/&%20order=region>. Acesso em: 17/07/2022.

Granma e *Parque nacional Alejandro de Humboldt*, em Cuba; *Morne Trois Pitons National Park* em Dominica e *Pitons Management Area*, em Santa Lúcia. Na Jamaica se encontra o único bem misto, o *Blue and John Crow Mountains* que possui valores naturais e culturais.

Figura 9 - Mapa do patrimônio mundial localizado no Caribe Insular



Fonte: UNESCO⁴¹

Ao analisar esses tombamentos no Caribe Insular, é possível identificar a transição do entendimento mais eurocêntrico da cultura e do patrimônio para uma aceitação antropológica da cultura, como apontamos anteriormente. Pois, os primeiros bens tombados foram todos bens materiais construídos. E, quase todos remetem ao período colonial na região, são arquiteturas de defesa como o Parque Nacional da fortaleza de *Brimstone Hill*, em São Cristóvão e Neves o *Castelo de San Pedro de la Roca*, em Cuba, e as Fortalezas e Sítio Histórico de San Juan, em Porto Rico; as principais cidades criadas pela administração colonial relacionadas a indústria açucareira e cafeeira e portos comerciais, como o Centro histórico de *Bridgetown* e sua guarnição militar, em Barbados; a *Ciudad Colonial de Santo Domingo*, na República Dominicana; o Centro histórico urbano de *Cienfuegos* e a *Ciudad Vieja de La Habana y su sistema de Fortificaciones*, em Cuba, e a *Zona histórica de Willemstad, centro de la ciudad y puerto*, em Curaçao.

Mas outros patrimônios estão relacionados à resistência dos povos indígenas e negras como as *Blue and John Crow Mountains*, na Jamaica, constituindo um território quilombola, o único patrimônio cultural misto, como já apontamos, tombado em 2015. Além de possuir valores naturais por ser umas das regiões de

⁴¹ Disponível em: [Carte Interactive - UNESCO Centre du patrimoine mondial](#). Acesso em: 17/07/2022.

biodiversidade vegetal mais importantes das Antilhas, é caracterizado também por ser o espaço de acolhimento dos negros escravizados e dos indígenas que permitiu a prática das suas expressões culturais como ritos religiosos, práticas de medicina tradicional, danças, dentre outras expressões ainda presentes no país⁴². Ou seja, observa-se a inclusão dos valores imateriais da cultura como um dos elementos que atribuem valores excepcionais ao patrimônio jamaicano.

Outro patrimônio que remete à resistência dos negros no continente é o Parque Nacional Histórico na cidade de Milot no Haiti, o qual, a seguir, abordaremos mais detalhadamente, trazendo os contextos da sua construção e significado simbólico para as lutas antirracista e antiescravista no continente. Mas, antes é importante tratar do evento que tornou relevante a construção do parque, a saber a Revolução Haitiana de 1791 e pontuar sua representação na historiografia das Revoluções Atlânticas e na historiografia nacional.

2.3. HAITI, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

“[...] Haiti onde a negritude pôs-se de pé pela primeira vez e disse que acreditava na sua humanidade [...]”

Aimé Césaire, Diário de um retorno ao país natal⁴³.

Tendo em vista que “sem colonialismo não haveria modernidade”, (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p.16), a modernidade pode ser analisada, então, como sendo uma “práxis irracional de violência”, (DUSSEL, 2005, p. 29), e o Caribe Insular como marco da modernidade/colonialidade. Foi no Caribe Insular que os europeus construíram as primeiras cidades do “Novo Mundo” evidenciando o seu poder aniquilador para com a população indígena. Foi também no Caribe, onde primeiro se fez uso da mão de obra de escravizados africanos no continente americano. E, foi inclusive no Caribe, onde esta escravidão foi pela primeira vez abolida, no Haiti, num exercício decolonial da sociedade.

A Revolução Haitiana de 1791 tem como marco uma reunião no *Bois Caïman*, na região norte da colônia, em 14 de agosto. Nesse encontro os escravizados de *Saint-Domingue* discutiam, sobretudo, as estratégias para garantir a sua libertação,

⁴² UNESCO. *Blue and John Crow Mountains*. Disponível em: [Blue and John Crow Mountains - UNESCO World Heritage Centre](#). Acesso em: 22/10/2021.

⁴³ CÉSAIRE, Aimé. **Diário de um retorno ao país natal**. Trad. Lilian Pestre de Almeida. 1ª. ed., 1ª. reimpr., São Paulo: EDUSP, 2021, p. 31.

mas a experiência colonial trouxera novas demandas: a inevitável independência do território da França. Na noite de 22 a 23 de agosto de 1791⁴⁴, as Planícies do Norte, região mais próspera da colônia se pôs em chamas, levando mais tarde a revolta para todo o resto da ilha e culminando com a abolição da escravidão e a independência nacional, em 1804.

Essa apresentação que fazemos da maior revolução moderna de escravizados é bastante simplista e não condiz com a complexidade do evento. Fica aqui nossa *mea-culpa*, pois não caberia dentro do objetivo da nossa dissertação, trazer detalhadamente os acontecimentos que caracterizam a Revolução de 1791 - a historiografia a respeito já é bem relevante. Mas apontamos como esse evento⁴⁵ apesar da sua tamanha importância simbólica, política e econômica, foi silenciado. Foi silenciado apesar de ter sido amplamente conhecido e discutido para além-mar, causando medo e pânico nas sociedades escravocratas devido a sua apropriação pelos demais escravizados.

Além disso, a revolução causou enormes prejuízos militares e econômicos, sobretudo, à França e à Inglaterra. Com a venda da Luisiana pela França, os Estados Unidos expandiram seu território e a economia de *plantation*. Inclusive colônias como Cuba, Jamaica, Porto Rico e Brasil, souberam aproveitar da decadência da sua maior concorrência, *Saint-Domingue*, para se garantirem no mercado mundial com o aumento da mão de obra escrava, produzindo a chamada “segunda escravidão” (CASIMIR, 2018; GOMEZ, 2010; HERNÁNDEZ, 2005; GROU, 2013; TROUILLOT, 2016; MARQUESE, 2009; MARQUESE, PARRON, 2011; NASCIMENTO, 2008).

“A liberdade para os negros é uma quimera” (DORSINVILLE, 1965 apud TROUILLOT, 2016, p. 121). Essas foram as palavras de um colono referente a possibilidade dos escravizados se rebelarem contra o sistema colonial, e representavam como o Ocidente, de forma geral, concebia as revoltas dos escravizados. O antropólogo e historiador Michel-Rolph Trouillot, no seu livro “Silenciando o passado: poder e a produção da história” ([1995]/2016), apresenta a

⁴⁴ O dia 23 de agosto foi escolhido pela UNESCO como Dia Internacional de Lembrança do Tráfico Negro e sua Abolição em reconhecimento do marco da Revolução Haitiana.

⁴⁵ Fazemos uso da noção de evento entendendo-a como o próprio Trouillot a apresenta, com fronteiras indefiníveis, ou seja, é quase impossível definir com exatidão quando e onde começa e termina um evento, mas se trata de um acontecimento que rompe com uma ordem pré-estabelecida trazendo novas verdades (ALAIN BADIOU apud HERNÁNDEZ, 2005).

sua tese de que a Revolução de 1791 foi por muito tempo vista como sendo impossível. Os escravizados eram vistos como incapazes de levar a cabo uma revolta vitoriosa tanto pelos escravocratas como pelos abolicionistas, e é nesse sentido que o autor explora a Revolução como um evento impensável.

A impossibilidade da resistência era uma retórica usada pela sociedade colonial para não reconhecer a humanidade dos escravizados e manter uma certa ordem social. Pois, ao mesmo tempo que as sublevações eram negadas, os colonos se armavam de medidas punitivas cada vez mais violentas para contê-las e de táticas discursivas para minimizá-las (TROUILLOT, 2016, p. 137). Mas esse não foi o único motivo que tornou impensável esta revolução. A Revolução Haitiana era impensável porque colocava em questão a escravidão e o racismo da forma mais radical jamais concebida pelo Ocidente⁴⁶. A maior revolução moderna de escravizados, realizada na mais lucrativa e cobiçada colônia europeia do Novo Mundo, e que era também um dos maiores centros científicos do hemisfério ocidental (MC CLELLAND, 1992 apud MARQUESE, 2009, p. 858), que rompeu com o sistema escravista e colonial foi tão inconcebível pelo Ocidente que ela acabou sendo silenciada pela própria historiografia que trata da Era das Revoluções (TROUILLOT, 2016; BREÑA, 2021).

O historiador e cientista político Roberto Breña, estudioso da história e das revoluções atlânticas, nos ajuda a trilhar caminho para entender a presença do Haiti no mundo revolucionário. Apesar de não trabalhar exatamente com a Revolução Haitiana, e sim, com o estudo do liberalismo espanhol e seu impacto na América espanhola, suas contribuições são caras ao nosso estudo. No seu artigo “*Los movimientos de independencia en el continente americano durante la Era de la Revolución*”, de 2021, o pesquisador mexicano esclarece que os movimentos de independência dos países do continente americano são estudados dentro do período histórico chamado pelos historiadores contemporâneos de “Era das Revoluções”. E segundo ele, apesar de caber nesse período, diversos recortes temporais, para

⁴⁶ Para uma leitura crítica da Revolução Haitiana e do período pós-revolucionário. Cf. Jean Casimir (2005) que faz uma análise, entre outras, da implantação do Estado Moderno Haitiano e critica os aspectos coloniais que se perpetuaram para além das *plantations* e as várias formas de resistência da população camponesa. Jean Alix René (2019), trata da cultura política popular, apontando as várias revoltas camponesas que propõem um modelo de estado diferente ao imposto pela elite, e a violenta repressão desta última. O segundo capítulo do livro de Trouillot (2016), também pode ser lido nesse sentido. O autor faz uso da expressão “Guerra dentro da guerra” para tratar sobre as divergências entre os revolucionários durante a guerra da independência no Haiti.

estudar as independências americanas, o recorte que se estende de 1775 a 1825 é o preferível⁴⁷.

Conforme o autor, das revoluções americanas, a das Treze Colônias tem sido a mais estudada na academia. As Revoluções Haitiana, da América espanhola e a Brasileira foram até pouco tempo, muito pouco estudadas, ficando de certa maneira à sombra da Revolução Americana - e ainda continuam. No entanto, esta situação, no caso da Revolução Haitiana começa a mudar no final da década de 1980, mas, com muito mais interesses nos anos de 1990 e 2000 e segue evoluindo com passos firmes, sobretudo no mundo anglófono (CÉLIUS, 2019). Esta situação se deve, dentre outras, à importância “[d]el abordaje atlántico de la Era de la Revolución⁴⁸” (BREÑA, 2021, p. 5).

A história atlântica, nos diz Breña (2021, p. 6), vem contribuindo para dinamizar os estudos da Era das Revoluções, incentivando a inclusão de novos conteúdos, focando nas continuidades, coincidências e semelhanças dos eventos, estimulou seu alcance e implicações. “*La historia atlántica ha hecho contribuciones fundamentales en temas como los intercambios comerciales, las migraciones y la esclavitud, entre otros*” (BREÑA, 2021, p. 6). Segundo o autor, as quatro revoluções atlânticas por excelência são a Americana, a Francesa, a Haitiana e a América espanhola, sendo incabível estudar as revoluções atlânticas sem estudar as revoluções americanas.

Para traçar um ponto de partida dos estudos das revoluções atlânticas é preciso pensar nos historiadores Jacques Godechot (1907-1989) e Robert Palmer (1909-2002). Os dois historiadores apresentaram em 1955, no *X Congresso Internazionale di Scienze Storiche*, em Florença, o seguinte trabalho: “*Le problème de l’Atlantique du XVIIIème au XXème siècle*”. Depois, em 1959 e 1964, Robert Palmer

⁴⁷ Segundo o autor o período de 1775 a 1825 é o mais adequado para tratar da Era das Revoluções americanas, pois cronologicamente, temos o processo de independência das Treze Colônias que se dá entre 1775 e 1783; o movimento revolucionário haitiano entre 1791 e 1804; as Revoluções Hispânicas que se dão entre 1808 e 1825, incluído a revolução política em Espanha metropolitana entre 1808 e 1814, e entre 1820 e 1823; e o processo independentista brasileiro que se dá a partir de 1808 até 1822.

⁴⁸ O historiador Carlos Célius (2019) aponta para a mudança nos estudos sobre o Haiti pela nova história imperial, pela história global e conectada, pelos *subalterns studies*, por abordagens pós-coloniais e decoloniais e por questões sobre a(s) modernidade(s). Nas palavras de Roberto Breña (2021), a tendência dos estudiosos de evitarem cada vez mais o eurocentrismo ou “Occidente-centrismo”, se interessando por temas outrora relegados ao esquecimento, situação que conversa com os novos aportes dos estudos multiculturais nesse processo favoreceu novos estudos sobre o Haiti e a América espanhola.

publica *“Age of the Democratic Revolution (A Political History of Europe and America 1760-1800)”*, em dois tomos (BREÑA, 2021; V CONGRESO, 2009). No entanto, nos seus primórdios, os estudos sobre as revoluções atlânticas - que começa com o nome de revoluções democráticas - deixavam de lado tanto a Revolução Haitiana como as Revoluções Hispânicas, estas sociedades não eram enquadradas como parte das civilizações atlânticas.

Mas não foram apenas Jacques Godechot e Robert Palmer quem silenciaram a Revolução de 1791. Dentro do mundo inglês, historiadores como Eric Hobsbawm, prestigiado por suas importantes contribuições à historiografia e preocupado com a história vista de baixo, no seu livro *“A Era das Revoluções - 1789-1848”* (1962), um clássico do assunto, o Haiti é mudo. Como observado no livro em questão, Eric Hobsbawm, não reservou muito espaço para a Revolução Haitiana no seu estudo, aspecto que é criticado por estudiosos da revolução como Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 160) e Robin Blackburn (2006, p. 645). As celebrações do Centenário da Emancipação dos Escravos na França, em 1948, e a comemoração do Bicentenário da Revolução Francesa, nos anos de 1980, tampouco trouxeram muita novidade na historiografia francesa a respeito do Haiti (TROUILLOT, 2016).

Esta historiografia é quase infinita, mas dois autores importantes, atentos aos temas das revoluções, como François Furet (1927-1997) e Mona Ozouf (1931), não podem faltar nestas linhas. No *“Dicionário Crítico da Revolução Francesa”* organizado por eles em 1988, temas como a escravidão e o colonialismo e consequentemente a Revolução Haitiana não são destacados⁴⁹ (TROUILLOT, 2016, p. 160-161 e 166). Outro autor que Breña cita e que contribuiu muito para a história atlântica, considerado por ele como um dos mais importantes que trata da questão é Bernard Bailyn (1922-2020). No entanto, no seu livro *“Atlantic History (Concept and Contours)”* de 2005, o historiador estadunidense também não faz referência à Revolução Haitiana (V CONGRESO, 2009).

Segundo Trouillot (2016), silenciamentos estão no próprio exercício do fazer historiográfico, se dão desde a escolha do tema até as fontes e arquivos,

⁴⁹ Seria muito extenso e quase impossível trazer aqui toda essa historiografia. Mas, Trouillot (2016) faz um excelente levantamento dessa produção. No caso da historiografia francesa muitas das fontes sobre o período colonial e referente ao Haiti estão na França, produzidas pela própria administração colonial. Logo, a “inacessibilidade” de fontes - um problema sério quando se trata da Revolução Haitiana, mas sobretudo para os historiadores no Haiti - não “pode explicar o considerável desprezo que a historiografia francesa dispensa à questão colonial e, por extensão, à Revolução Haitiana” (TROUILLOT, 2016, 164).

como também na elaboração da narrativa. No entanto, certos silenciamentos são produzidos não pela inviabilidade de contar os fatos como o faria “Funes, o memorioso”⁵⁰, mas são escolhas do historiador referente à relevância do objeto para a pesquisa. Esse poder arquivístico, nos diz Trouillot (2016, p. 172) leva a escolhas que podem ser tanto conscientes como inconscientes já que “um silenciamento eficaz não requer uma conspiração, nem mesmo um consenso político. Suas raízes são estruturais”. No seu livro já citado, muito mais que discutir “o que é a história”, o autor se propõe entender “como a história funciona”; entender o “processo de produção histórica”; entender a “condição de produção das narrativas” de modo a enxergar melhor a distinção e a interposição das duas formas da historicidade - o processo socio-histórico/fato e o conhecimento desse processo, as narrativas sobre estes fatos.

Uma vez que esses dois “lados” da historicidade são direcionados pelo poder, sua análise o permite “descobrir o exercício diferencial de poder que viabiliza certas narrativas e silencia outras” (TROUILLOT, 2016, p. 55), já que a existência dos fatos não garante a sua transformação em narrativa história e isso diz muito sobre a presença da Revolução Haitiana na historiografia. No capítulo três de seu livro, o autor analisa os eventos entre 1791 e 1804, na colônia de *Saint-Domingue* como sendo acontecimentos impensáveis⁵¹ e sendo impensáveis, o silêncio estaria já impregnado nas fontes e na própria narrativa da história, já que seriam incapazes de registrar aquilo que fogia da “realidade”. Como bem lembra Trouillot (2016, p. 61) “na história, o poder começa na fonte”, constitui a “materialidade do processo socio-histórico a qual define o cenário para futuras narrativas históricas”.

Nesse sentido, os silêncios acerca da Revolução do Haiti na historiografia se dão de duas formas: 1) por rasuras - narrativas que tendem a apagar diretamente o fato da revolução; 2) e por banalização - narrativas que tendem a esvaziar uma série de eventos singulares de seu conteúdo revolucionário, ao ponto de o conjunto de fatos acabarem por se tornar banais. As narrativas de rasura tendem a rejeitar ou a negar, pela generalização, os fatos para atingir a sua relevância; já a

⁵⁰ Aqui nos referimos a Irineu Funes, personagem do conto “Funes, o memorioso” de Jorge Luis Borges, publicado originalmente em 1942, em espanhol. Nesse conto, Funes cuja memória infalível o levava a se recordar minuciosamente de cada coisa, conseguia reconstruir dias inteiros, tarefa que demandava também dias inteiros.

⁵¹ Fazendo uso do trabalho de Pierre Bourdieu (1980), Trouillot (2016, p. 136) nos diz que o impensável é aquilo para cuja conceituação não se dispõe de instrumentos adequados, como a falta de inclinações éticas ou políticas propensas a levá-lo em conta como por falta de instrumentos de pensamento, tais como problemáticas, conceitos, métodos e técnicas. Logo, a Revolução Haitiana era impensável pelas sociedades coloniais escravocratas, uma vez que fugia do quadro referencial das mesmas.

banalização foca em detalhes para extirpar os fatos da sua singularidade. Se bem que essas fórmulas de silenciamento podem se dar de forma independente, quando se juntam o resultado é um “poderoso silenciamento” (TROUILLOT, 2016, p. 157). E, a Revolução Haitiana sucumbe à junção delas, o que torna a situação bem mais complexa. Pois, alguns dos fatos que não foram apagados pelas generalizações acabam sucumbindo à irrelevância de um conjunto de detalhes jogados no meio da narrativa.

No sentido apontado por Trouillot, essa prática de banalização da Revolução Haitiana pode ser observada no texto supracitado de Roberto Breña, publicado em 2021. Além de tratar, entre outros, da questão das revoluções atlânticas propriamente dita, de discorrer sobre a noção de revolução como uma palavra movediça, o autor estabelece relações de semelhanças e de dessemelhanças entre as Revoluções Americana, Haitiana, Hispânica e Brasileira, o que torna o texto bastante relevante. Para o autor, *“todos estos movimientos tuvieron como su más importante consecuencia la adquisición de la independencia política”*; todos buscaram alcançar uma série de princípios como *“soberanía nacional, derechos y libertades individuales”* e, de forma geral, tiveram a maioria características muito mais políticas que sociais (BREÑA, 2021, p. 23).

Mas sobretudo, o autor tenta desfazer certos comentários historiográficos segundo ele, excessivos, que tentam ver na Revolução Haitiana, o principal motor para a explosão dos demais movimentos revolucionários do continente. No caso das independências hispânicas, a Revolução do Haiti apenas foi lembrada, segundo Breña, como um contraexemplo - voltaremos a isso mais para frente - a ser evitado para impedir um profundo abalo das hierarquias sociais. O evento que realmente levou à independência dessas colônias, foi a invasão napoleônica da península ibérica em 1808. Com esta invasão, a Espanha e suas colônias tiveram um novo rei, José Napoleão Bonaparte, irmão mais velho de Napoleão Bonaparte, o que acarretou a crise hispânica e na queda do império espanhol.

O pesquisador reconhece a importância da Revolução Haitiana para a luta contra a escravidão, sendo nesse sentido, *“la más revolucionária de todas”* (BREÑA, 2021, p. 11). E, alega que *“si hubo una etapa de la historia durante la que nació lo que con frecuencia se denomina “modernidad política”, esa fue sin duda la Era de las Revoluciones”*. Foi durante esse período histórico que *“se colocaron las bases de los sistemas modernos”* (KIPPERMAN, 2012, p. 121 apud BREÑA, 2021, p.

6). Sem embargo, esta revolução, a haitiana, estaria longe de ser um dos precursores da modernidade política. Pois, suas instituições políticas instauradas logo depois do movimento revolucionário foram “*descaradamente dictatoriales en sus políticas, como lo muestran cada una de sus constituciones*” (GEGGUS, 2011, p. 547 apud BREÑA, 2021, p. 12). Portanto, um trabalho historiográfico rigoroso precisaria ter cuidado em querer apresentar a Revolução Haitiana como um símbolo da modernidade política das revoluções atlânticas.

Talvez, a questão não seja se a Revolução Haitiana foi o principal exemplo para a modernidade política ou se influenciou as independências hispânicas. Mas, muito mais que isso, a questão principal para nós é sobre a importância da sua revolução para os Direitos Humanos, para população negra daquele período e para nossas sociedades atuais que sofrem ainda das sequelas do período colonial. Por acaso o Haiti não outorgou auxílio a Francisco de Miranda e a Simón Bolívar, dois importantes líderes nos seus projetos independentistas da América hispânica, com a condição deles abolirem a escravidão por onde quer que fossem?

Pois bem, apesar de Roberto Breña (2021) enfatizar reiteradamente a importância do movimento revolucionário na colônia de *Saint-Domingue* que rompe com o sistema escravista, o relato do pesquisador também traz como efeito a diminuição do evento. Argumentamos isso ao analisar a ênfase que faz o autor sobre, por exemplo, o papel que teve a febre amarela nessa guerra. Supostamente facilitou a luta dos escravizados, uma vez que os mosquitos teriam aniquilado boa parte do exército francês e os revolucionários somente tiveram que terminar com o que sobrara dele (BREÑA, 2021, p. 9 e 11). Talvez esse detalhe não seja desprovido de relevância, mas qual seria exatamente sua importância no texto do autor para o entendimento da complexidade da Revolução Haitiana? Os soldados do exército metropolitano foram os únicos que padeceram dessa febre?⁵²

Podemos inclusive, nessa mesma linha de interpretação, comparar o tratamento dado pelo autor às Revoluções Hispânicas e a Haitiana. Vemos a empreitada do autor em contextualizar a “carência” de instituições políticas modernas

⁵² Não conhecemos nenhum estudo que faça tal análise no caso da colônia de *Saint-Domingue* ou no Haiti pós-independência, mas alguns trabalhos importantes estudam essa realidade em outras colônias do Caribe Insular e na América Latina como o Peru, Brasil e México. Nesse sentido, cf. Casa de Oswaldo Cruz, “Sobre febre amarela em História, Ciências, Saúde” – Manguinhos. Disponível em: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/ideias-de-raca-influenciaram-diagnostico-da-febre-amarela-no-caribe-no-comeco-do-seculo-20/>. Acesso em: 09/03/2022.

na América espanhola por uma falta de experiência política da mesma. Essa “carência” levou os hispano-americanos a improvisar depois das independências. Digamos que, estavam aprendendo com o processo. Pois, ao contrário das Treze Colônias que tiveram instituições representativas por cerca de um século e meio, as colônias hispano-americanas não as tiveram no mesmo nível (BREÑA, 2021, p. 16-17). No caso haitiano, Roberto Breña não teve o mesmo cuidado em desvendar sua afirmação. Como explicar as “constituições ditatoriais” do Haiti que menciona Breña?⁵³ Mas, uma das afirmações do autor que mais nos chamou a atenção é a seguinte: “*la Revolución Haitiana es inconcebible sin la Revolución Francesa*” (BREÑA, 2021, p. 24).

À medida que a revolução se dá, uma historiografia que pode ser classificada de tradicional e cujas fronteiras vão da rasura à banalização atribui como consequências diretas ao levante dos escravizados a apropriação desses últimos dos ideais abolicionistas e de liberdade da Revolução Francesa. Não seria histórico afirmar ou pretender que não houve nenhuma influência da Revolução Francesa ou mesmo da Americana no processo revolucionário haitiano, mas ao propor que o levante só teve lugar devido a causas externas esse discurso ignora todo o histórico de resistência dos escravizados que se dá desde os barcos negreiros. Corrobora para deslegitimar a Revolução de 1791 e apoia a falácia de que os escravizados precisavam ouvir dos brancos o conceito de liberdade, para tomar consciência da sua condição de escravizados e se rebelar. Esta tendência dos historiadores de explicar a Revolução Haitiana no prisma da Francesa se explica, conforme Trouillot (2016) pelo poder arquivístico. Pois, são muitos os que relutam contra as próprias fontes que trazem conclusões diferentes.

As próprias influências africanas também são ignoradas nesses discursos. Juan Antonio Hernández (2005), na sua tese, demonstra essas influências, oferecendo uma discussão dos debates contemporâneos sobre a Revolução Haitiana e sua relação com a modernidade ocidental e suas consequências imediatas no

⁵³ No seu livro o historiador René (2019), cita a obra: *Democratic and Revolutionary Traditions in Latin America* (2001), do historiador inglês Alan Knight. Nessa obra o pesquisador da América Latina, apesar de supor uma certa inevitabilidade da evolução histórica das sociedades, aponta a democracia como um processo não linear na história da região, tendo altas e baixas com, por vezes, aberturas liberais e, por outras, conservadoras. Ou seja, esse estudo ajuda a não atestar para uma suposta tendência própria à sociedade haitiana de ser autoritária, violenta ou ditatorial, mas atestar para realidades semelhantes tanto na Europa como na América Latina baseadas em teorias sociais conservadoras e do liberalismo. Cf. RENÉ, 2019, p. 248.

Caribe do início do século XIX. Para tanto, ele usa como referência o texto “*I am a subject of the King of Congo: african political ideology and Haitian revolution*”, de 1993 do historiador John Kelly Thornton. O especialista em história da África, da diáspora africana e do mundo atlântico enfatiza que em *Saint-Domingue*, os escravizados nascidos na África (boçais) eram numericamente superiores aos nascidos na colônia (crioulos) e a maioria vinha do Reino do Congo.

Nas décadas que antecederam à revolução, o Reino do Congo passava por guerras civis e as principais demandas eram referentes às reformas políticas e à delimitação do poder do soberano. Boa parte dos escravizados boçais participaram dessas guerras e trouxeram com eles táticas de guerrilhas, ideias de política, Estado, modo de governar essenciais à revolução. Thornton ressalta que a presença dos Congos em *Saint-Domingue* pode ser vista como uma fonte de ideias revolucionárias tanto quanto a França. Ele parte do pressuposto de que as questões que moldaram as guerras civis no Congo podem muito bem ter moldado uma guerra civil diferente no Caribe (THORNTON, 1993, p. 186 apud HERNÁNDEZ, 2005, p. 44-45).

Na sua dissertação de história na *Université de Montréal*, Élizabéth Grou (2013), faz uma análise dos principais autores estrangeiros contemporâneos que discutem a partir de perspectivas diferentes a Revolução Haitiana. Os historiadores que ela estudou são Laurent Dubois, David Geggus, Robin Blackburn, João Pedro Marques, Jeremy Popkin e Carolyn Fick - que inclusive participou da sua banca. O principal aspecto que ela estuda é a análise que faz cada autor das circunstâncias que levaram à revolução e o papel desempenhado pelos diversos grupos sociais de *Saint-Domingue* no evento, tendo como pano de fundo a participação dos escravizados como agentes históricos principais ou não da revolução (GROU, 2013, p. 9-38).

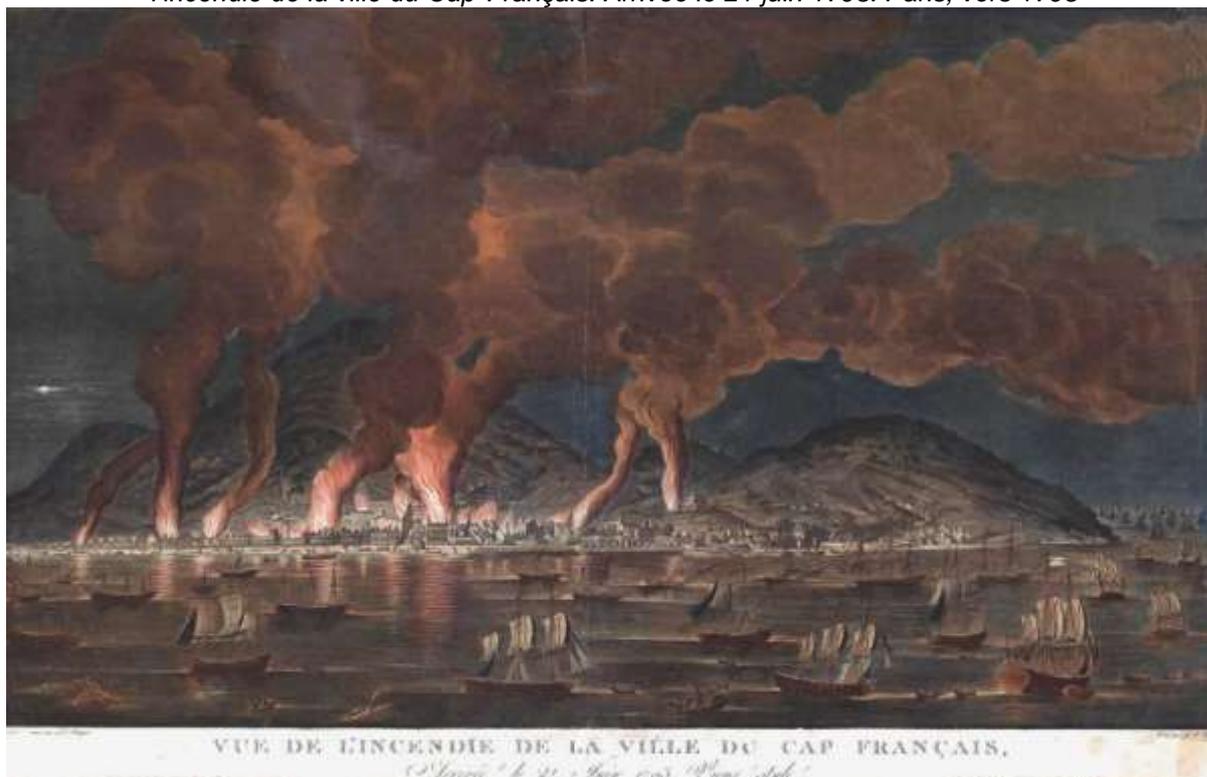
Segundo a autora, Marques e Popkin, por exemplo, apontam fatores externos à colônia para explicar a abolição da escravidão e a transformação das estruturas sociais e políticas da colônia. Em contrapartida, Dubois reconhece um desejo de transformação da ordem política entre todos os protagonistas envolvidos, enquanto Fick afirma que apenas os escravizados insurgentes alimentavam o desejo de liberdade. Marques, Geggus, Popkin e Blackburn apontam que os líderes da rebelião, pelo menos até a mudança de posição de Toussaint Louverture, negociaram ganhos limitados como sua própria emancipação e melhores condições de vida nas plantações para os escravizados. Fick nega tal tese, conclui que apesar dos

escravizados não terem tido um projeto político formalmente teorizado, eles procuraram abalar o sistema da escravidão e obter sua liberdade, buscavam mais do que reformas no sistema.

Blackburn admite a importância de fatores exógenos na decisão francesa de proclamar a emancipação - em 1794, a qual é restabelecida em 1802 -, ao mesmo tempo que reconhece a importância das ações insurgentes nessa decisão. Geggus afirma que a apropriação dos ideais revolucionários franceses pelo movimento de *Saint-Domingue*, sob a liderança de Toussaint Louverture, está na origem da evolução do movimento revolucionário. A posição dos autores sobre as causas da progressão do movimento de protesto em um movimento revolucionário os leva a se posicionarem direta ou indiretamente sobre a participação dos escravizados como principais agentes do movimento. Desta forma, conclui Grou (2013, p. 09-36), aqueles que enfatizam a contribuição dos escravizados para a transformação da colônia, reconhecem neles homens e mulheres capazes de agir e transformar o mundo no qual vivem. Para os autores que defendem apenas – ou, sobretudo – causas externas para explicar a abolição da escravidão, nos parece evidente que os escravizados não são os responsáveis pela grande transformação que se deu no sistema político e social de *Saint-Domingue*.

Outra análise que traz a historiadora na sua dissertação (2013) é sobre o uso da Revolução Haitiana como contraexemplo pelas sociedades escravocratas, como menciona Breña (2021). Esta questão é tratada na historiografia, a partir das noções de “medo haitiano” ou “medo do Haiti” ou ainda “haitianismo” e refere-se ao temor que as elites escravocratas tinham de padecer nas mãos dos escravizados como aconteceu em *Saint-Domingue* (NASCIMENTO, 2008; MOREL, 2017). Na sua tese de doutorado, o historiador Alejandro Enrique Gomez (2010), propôs as noções de *síndrome coletivo*, *traumatismo coletivo* para analisar em âmbito supranacional a relação da elite escravocrata branca europeia e crioula com a Revolução Haitiana. E trabalha com noções como angústia, medo, pânico, horror e outras manifestações do âmbito ideológico. Um espírito de inquietação tomava conta dos brancos, nos faz saber ele, no dia seguinte às queimadas das plantações nas Planícies do Norte, em 1791 (Figura 10). O *medo haitiano* se manifestara durante todo o século XIX e mesmo após a abolição da escravidão na região que ele analisa (Jamaica, Cuba, Venezuela e o Estado da Virgínia no sul dos Estados Unidos).

Figura 10 - Vista do incêndio da cidade de Cabo Francês. *Jean-Baptiste Chapuy, Vue de l'incendie de la ville du Cap-Français. Arrivée le 21 juin 1793. Paris, vers 1795*



Fonte: Coll. Archives départementales de la Martinique. In: GOMEZ, 2010, p. 97

Esse medo se reforçara com o aumento das revoltas violentas locais das populações negras escravizadas e livres. Pois, o levante em *Saint-Domingue* “foi interpretado por muitos escravos e homens mestiços livres de outros territórios como o sucesso de seus pares nesta colônia francesa, e motivara novas manifestações de resistência violenta” (GOMEZ, 2010, p. 187. Tradução nossa)⁵⁴. Na colônia cubana, José Antonio Aponte, foi acusado de ser o autor por trás de uma conspiração contra a escravidão e o colonialismo em Cuba. Esse artesão negro livre, possuía um livro de pintura, onde se encontrava entre outros, retratos de figuras importantes da Revolução Haitiana. Segundo as autoridades, tal livro servia como endoutrinamento às rebeldias dos negros (HERNÁNDEZ, 2005 p. 172-249). Também na Venezuela como na Jamaica, músicas fazendo referências às principais figuras da revolução, incentivava às rebeliões (GOMEZ, 2010). Na distante colônia do Brasil também se observou fenômenos parecidos (NASCIMENTO, 2008; MOREL, 2017; REIS, 2018).

⁵⁴ *Cela fut interprété par beaucoup d'esclaves et des hommes libres de couleur d'autres territoires comme une réussite de leurs pairs dans cette colonie française, et motiva des nouvelles manifestations de résistance violente* (Texto original em francês).

Como bem demonstra Gomez (2010), a angústia dos escravocratas se alimentava de outros acontecimentos como a radicalização da Revolução Francesa; os movimentos abolicionistas na França e Inglaterra; os conflitos sobretudo nas colônias francesas do Caribe. Mas a abolição da escravidão e independência do Haiti, o “medo haitiano”, foi o recurso retórico argumentativo mais recorrido pelas sociedades escravocratas locais e das metrópoles tanto para refutar quanto para apoiar o abolicionismo. Ou seja, os eventos em *Saint-Domingue* intensificaram os debates acerca das questões relacionadas à suspensão ou não do comércio negreiro e de certa forma a abolição - progressiva - da escravidão. É, portanto, concludente o impacto da Revolução do Haiti nessas questões. No entanto, ela não será, na historiografia, nem lembrada como o “mal exemplo” que ela foi na concepção dos escravocratas.

Essas análises reforçam a tese de Trouillot (2016), como apontamos anteriormente, de que a Revolução Haitiana foi inconcebível enquanto acontecia e mais de 200 anos não foram suficientes para romper com essa lógica. Ela foi impensável pela radicalidade com a qual questionou e rompeu com a escravidão, o racismo e o colonialismo. E, portanto, o seu silenciamento também condiz com o lugar modesto reservado a esses temas na historiografia ocidental. Logo, “quanto menos importante para a história mundial parecerem o colonialismo e o racismo, tanto menos importante também parecerá a Revolução Haitiana” (TROUILLOT, 2016, p.159). Pois, a história do Haiti e da sua revolução diz muito mais respeito às práticas desumanas da civilização ocidental do que ao Haiti. *O mito da modernidade* (DUSSEL, 1994, 2005) não se sustem mais. Ao falar da Revolução do Haiti, necessariamente haverá de falar de questões caras ao Ocidente, questionar a universalidade das Revoluções Francesa e Americana.

[...] a Revolução Haitiana era o teste decisivo para as pretensões universalistas tanto da Revolução Americana como da Revolução Francesa. E ambas falharam. *Em 1791, não havia registro de debate público, nem na França, nem na Inglaterra, nem nos Estados Unidos, a respeito do direito dos escravos negros a obter autodeterminação e do direito de fazê-lo por meio da resistência armada* (TROUILLOT, 2016, p. 145. Destaque do autor).

No seu livro “O passado, modos de usar: História, memória e política”, Enzo Traverso, (2012) explora as relações entre a história e a memória e analisa alguns aspectos do uso público do passado. Apesar de realizar um exercício, sobretudo, a partir da memória do Holocausto, algumas discussões trazidas pelo autor podem nos ajudar a pensar a relação entre memória e história haitiana. O autor, no

seu segundo capítulo “O tempo e a força” trata das noções de “memórias fortes” e “memórias fracas”. Segundo ele, as memórias que conseguiram se tornar oficiais, consagradas por importantes instituições como o Estado, obtêm a visibilidade necessária para se tornarem memórias fortes. No caso contrário, estamos falando das memórias fracas, silenciadas ou subterrâneas.

Mas, a “força” ou a “fraqueza” de uma memória, depende da influência dos portadores de tal memória no âmbito político e econômico nacional e internacional. E, acertadamente lembra o historiador italiano que, toda “memória forte” expõe-se ao risco de esmagar as memórias mais “fracas” (TRAVERSO, 2012, p. 83), uma vez que são privilegiadas pela escrita histórica que as torna palpáveis pelo seu uso político. “Quanto mais forte é a memória - em termos de reconhecimento público e institucional - mais o passado de que é vector se torna susceptível de ser explorado e historicizado” (TRAVERSO, 2012, p. 84).

As reflexões do especialista conversam com as aproximações de Trouillot, pois, nos levam ao pressuposto de que a história haitiana, notadamente, sua revolução constitui-se em memória subalterna, “fraca”, esmagada pela excessiva validação desfrutada na historiografia pelas demais Revoluções Modernas. Mas, sobretudo, pela pouca importância do Haiti no âmbito político e econômico do mundo globalizado, ou melhor dizendo, pelo pouco espaço reservado ao Haiti pelos demais países, se considerarmos que fora desde o movimento revolucionário - antes mesmo da independência - marginalizado diplomaticamente e economicamente por países inclusive da América Latina, não isentamos, no entanto, a própria elite e o Estado haitiano das suas responsabilidades nessa questão.

O Haiti e os Haitianos, principais portadores da memória da Revolução de 179, são lembrados internacionalmente sob o prisma da miséria e do caos político. Qual foi a importância de tamanho movimento se a desigualdade reina no país? De *Perles des Antilles* ao país mais pobre das Américas, a revolução é desdenhada, servindo para retificar discursos racistas da incapacidade dos negros de se autogovernar. O Haiti é ainda relacionado às tragédias. É “como se o empobrecimento fosse a única chave de leitura para entender as estruturas sociais e as relações de poder e de dominação no país” (JOSEPH, 2021). A revolução que foi durante todo o século XVIII e XIX impensável, tornou-se, um não evento (TROUILLOT, 2016, p. 159), um suposto evento que não trouxera nenhuma verdade nova.

Se, a historiografia internacional silenciou a Revolução Haitiana, seja por suas narrativas de rasura ou de banalização, a historiografia produzida no Haiti, logo após a independência, no entanto, fez sua a missão de ir contra esses silenciamentos e de se criar um lugar entre as nações. Organizados em torno do *Cercle littéraire*, os intelectuais haitianos publicaram, nas décadas de 1830, no jornal científico e literário *Le Républicain* - depois *L'Union* -, seus projetos políticos, culturais e nacionais para o país. O *Cercle littéraire* pretendia definir a haitianidade e era preciso que os haitianos escrevessem sua história e contar suas próprias “verdades”. O secretário do *Cercle littéraire*, Émile Nau, mediante um manifesto evidenciava tal preocupação:

[...] são os estrangeiros que ainda escrevem a nossa história: ela será sempre defeituosa enquanto não for nacional. Contudo, as melhores histórias dos povos são aquelas que nasceram deles mesmos e que, conseqüentemente, deram o sentido de sua nacionalidade. Somente o haitiano é chamado a cumprir tal encargo para o Haiti (ARDOUIN, 1865: III apud DÉLIDE, 2020, p. 70-71. Tradução nossa)⁵⁵.

Os historiadores Carlo A. Célius, (2019) e Joseph Délide (2020) elaboraram estudos sobre os discursos históricos produzidos no Haiti após a revolução e as condições que caracterizaram o surgimento desta historiografia. Segundo eles, o campo historiográfico haitiano tem sido abastecido por escritos desde os primeiros momentos da colonização por ocidentais com interesses variados, produções que constituem uma “biblioteca colonial”⁵⁶. E os haitianos têm tido um papel importante na área, ao elaborar contradiscursos a essas produções da “biblioteca colonial”, provocando uma crise do discurso colonial (CÉLIUS, 2019).

A historiografia haitiana escrita por haitianos tem como momento de fundação, portanto, a revolução e independência. E esses são os temas privilegiados dos primeiros historiadores que produzem, conforme Trouillot (2016) um discurso épico que vangloria esses eventos. Com a independência, uma série de documentos oficiais foram produzidos para pensar e fundamentar o novo Estado-nação em

⁵⁵ “[...] ce sont encore les étrangers qui écrivent notre histoire: elle sera toujours défectueuse tant qu'elle ne sera pas nationale. Or les meilleures histoires des peuples sont celles qui sont nées d'eux-mêmes et qui ont, par conséquent, donné le sens de leur nationalité. L'Haitien seul est appelé à remplir un tel mandat pour Haïti” (texto original em francês).

⁵⁶ Traduzimos a expressão “*bibliothèque coloniale*” que Carlo A. Célius, (2019) emprestou de Valentin Yves Mudimbe para referir-se ao conjunto de produções elaboradas pelo Ocidente colonial acerca da África, com forte conotação racista. Apesar de ter sido pensada para o continente africano serve muito bem para o nosso fim.

construção, mas não somente; obras literárias⁵⁷ também se multiplicaram com viés bastante nacionalistas, e a necessidade de um discurso propriamente historiográfico fez-se presente. O discurso épico da revolução que traz no seu seio a valorização da negritude, pontua Trouillot (2016), serve tanto como meio para enfrentar os discursos racistas vindos do exterior, quanto um meio para a elite se afirmar no poder⁵⁸.

Nesse primeiro momento do surgimento da historiografia no Haiti, as fontes orais cumpriram um papel proeminente. Pois, além de boa parte dos historiadores tratarem de questões recentes relacionadas à independência, tendo os testemunhos oculares se tornado essenciais para seus trabalhos, o acesso às fontes escritas era complicado. Esta historiografia que pretende elaborar uma história panorâmica do país se enfrenta com o sério problema da inexistência de arquivos públicos organizados no país e a dispersão de importantes arquivos em mãos particulares. Inclusive, muitas vezes, as únicas fontes disponíveis são textos produzidos por europeus, sem contar que boa parte das fontes existentes de caráter oficial encontram-se no exterior, notadamente na França. Portanto, o historiador haitiano precisa ir à França para realizar suas pesquisas, traslado que dificulta ainda mais seus trabalhos (CÉLIUS, 2019).

Esses trabalhos, segundo Célius, (2019) que se propõem trazer novas análises e conclusões a partir do Haiti, se caracterizam por um exercício crítico aprofundado das fontes, tanto oral como escrita e de alta responsabilidade científica. “A nova historiografia [haitiana] parte de uma concepção aberta da prática histórica quanto às fontes em que se baseia, sua disponibilidade, suas descobertas e os limites das interpretações que possibilitam” (CÉLIUS, 2019, p. 79. Tradução nossa)⁵⁹. Mas, segundo Trouillot (2016, p. 172), os discursos épicos dos historiadores haitianos são limitantes, uma vez que se “destacam na hora de colocar os fatos em perspectiva, mas seus fatos são fracos, às vezes errados, especialmente a partir do momento em que o regime de Duvalier [1957-1986] passou a politizar explicitamente o discurso histórico” (TROUILLOT, 2016, p. 172).

⁵⁷ Para uma aproximação com a literatura haitiana do século XIX e XX. Cf. HOFFMANN, Léon-François. *Histoire littéraire de la Francophonie: Littérature d'Haïti*. Université de Princeton. EDICEF, 1995.

⁵⁸ Para um estudo do uso da negritude como forma de manter o poder no Haiti. Cf. RENÉ, 2019; CASIMIR, 2018; HURBON 1979 e 1987, p.174.

⁵⁹ *La nouvelle historiographie démarre sur une conception ouverte de la pratique historique en ce qui concerne les sources sur lesquelles elle repose, leur disponibilité, leurs découvertes et les limites des interprétations qu'elles rendent possibles* (Texto original em francês).

Entre alguns autores do primeiro momento do surgimento da historiografia no Haiti, Carlos A. Célius (2019) apresenta os trabalhos de Jean-Louis Vastey (1781-1820), quem foi barão no reino de Henry Christophe no Norte⁶⁰. Esse político, um dos primeiros teóricos do anti-imperialismo e antirracismo do Caribe, realiza uma leitura crítica do sistema colonial escravista, dedicando uma notável atenção para os aportes do continente africano e dos negros para a humanidade, para o Haiti (NICHOLLS, 1991 apud MIDDELANIS, 2006; BALBUENA, BRUSCHETTI, 2020). O trabalho dele consiste em um dos primeiros discursos historiográficos haitianos de desconstrução do racismo colonial ao se contrapor abertamente às ideias de inferioridade racial do ocidente, marcando o que seria a grande diferença entre a leitura ocidental da revolução e a leitura dos haitianos desse evento⁶¹.

Então, só é possível falar de uma historiografia nacional, a partir dos anos de 1830, quando os estudos acabam por ter uma maior consistência, sendo publicados por meio de vários periódicos que publicavam obras literárias e historiográficas (CÉLIUS, 2019; DÉLIDE, 2020). Esse primeiro momento da historiografia é constituído por obras que podem ser classificadas em três tipos: *mémoires*, *études* e *compilations*. Os *études* e *compilations* como indica Célius, são histórias que se estendem sobre um período mais ou menos longo enfatizando elementos políticos e jurídicos. Já os *mémoires*, de forma geral, se caracterizam por dois pontos específicos: o recorte temporal recente e o envolvimento do autor nos fatos relatados ((CÉLIUS, 2019, p. 72-73 e 78).

Entre os vários historiadores destacados nesse período, estão: Thomas Madiou (1814-1884), Beaubrun Ardouin (1796-1865), Joseph Saint-Rémy (1815-1858)⁶². Esses intelectuais, principais membros do *Cercle littéraire*, mestiços

⁶⁰ Logo após a independência nacional o país foi dividido em dois Estados, uma República no Sul e um Reino no Norte. Esta nota é apenas para guiar o leitor, mas, mais para frente no nosso segundo capítulo essa questão será abordada mais detalhadamente.

⁶¹ Na bibliografia do texto de Célius, vários textos do Vastey são referenciados. Mas deixamos aqui o título: Vastey, baron de, 1814, *Le système colonial dévoilé, Cap-Henry, P. Roux Imprimerie du Roi* que tem uma versão em inglês: *The Colonial System Unveiled* e uma também em espanhol "El sistema colonial develado".

⁶² Outros historiadores importantes contribuíram para essa historiografia como Joseph Balthazar Inginac (1773-1847); Linstant Pradine (1812-1883); Beauvais Lespinasse (1811-1863); Edmond Bonnet (? -1873); Émile Nau (1812-1860); Justin Bouzon (1850-1928); Louis-Joseph Janvier (1855-1911) (CÉLIUS, 2019, p. 77-79). Entre as obras destacam-se "*Histoire d'Haïti, de 1492 à 1848*" - 8 tomos - de Thomas Madiou; "*Études sur l'histoire d'Haïti; suivies de la vie du général J.-M. Borgella* (1853-1860)" - 11 tomos - de Beaubrun Ardouin; "*Pétion et Haïti, étude monographique et historique*" entre 1854 et 1857 - 5 tomos - e "*Essai sur Henri-Christophe, général haïtien*", e "*La Vie de Toussaint-L'Ouverture*", em 1850 de Joseph Saint-Rémy.

oriundos de famílias abastadas, acabam por ocupar postos políticos e diplomáticos importantes. Esta condição permitiu-lhes, conforme Célius (2019) se deslocarem internamente e no exterior tendo assim, maior facilidade de acessos às fontes arquivísticas e contato com relatos de importantes testigos dos eventos pesquisados. Esse fato também atesta a politização da produção de uma história nacional no Haiti. Esses nomes marcaram o primeiro momento da historiografia nacional, que se estende até as décadas de 1950 quando, esta historiografia que se qualifica por ser uma escrita política, altamente patriota e nacionalista, inclinando-se para os fatos e os grandes personagens, sofre importantes mudanças. Segundo Hector Michel (1993) o principal ponto desse novo momento historiográfico que inicia nas décadas de 1950, é a introdução cada vez mais destacada de aspectos sociais tanto do período colonial e da revolução - que continuam sendo temas centrais - como do período pós-revolucionário.

O movimento historiográfico no Haiti acompanha a evolução do saber histórico no mundo. Se observamos no primeiro momento, que se estende da independência à 1950, as tendências historicistas e positivistas, a partir desta década os novos aportes da Escola dos Annales e as influências marxistas e da história social inglesa, e das próprias demandas sociais do povo haitiano, trazem um novo olhar. A partir dos anos de 1950 - até os anos de 1990 - observa-se, portanto, segundo o historiador haitiano Hector Michel (1993), renovação dos estudos históricos desde as fontes, temáticas e análises. Temas sociais como as reivindicações camponesas, a questão da terra, o estudo da vida social e cultural durante o período colonial e do lugar dos quilombolas na resistência contra a escravidão⁶³, crítica às formas violentas do Estado também se tornam proeminente⁶⁴. A criação da *Société d'Histoire et de*

⁶³ A figura do quilombola foi recuperada nas novas vertentes históricas a partir da década de 1950 e apropriada pelo duvalierismo. Durante a ditadura em 1968, uma estátua, o “*Marron Inconnu*” (quilombola desconhecido), foi esculpida por Albert Mangonès e ocupa lugar entre os demais heróis nacionais na maior praça da capital, o *Champs-de-Mars*. Essa estátua foi, pela ONU, em 1989, escolhida para fazer alusão ao artigo 4 da Declaração Universal dos Direitos Humanos sobre a abolição da escravidão. Para uma aproximação com o tema do quilombola na escrita nacional no Haiti Cf. BÉCHACQ, Dimitri. *Les parcours du marronnage dans l'histoire haïtienne: entre instrumentalisation politique et réinterprétation sociale*. *Ethnologies*, n.28(1), p. 203–240, 2006. disponível em: <https://doi.org/10.7202/014155ar>. Acesso em: 30/05/2022.

⁶⁴ Vários são os estudos que analisam as produções historiográficas no Haiti, a maioria analisa até o final do século XX. Mas quase todos estão inacessíveis na Web e nas bibliotecas brasileiras - pelo menos em Foz do Iguaçu. Cf. Hector Michel (1993) e CAUNA, Jacques. *Bibliographie historique haïtienne 1980-1986 (période coloniale et révolutionnaire)*. In: *Revue française d'histoire d'outre-mer*, tome 74, n°276, 3e trimestre, p. 333-350, 1987. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/outre_0300-9513_1987_num_74_276_2603. Acesso em: 01/11/2021, que fazem um importante levantamento da história da historiografia haitiana. Citam as principais produções

Géographie Haïtienne, em 1923, como lugar principal de produção histórica também influenciou essas pesquisas, juntamente com a criação na década de 1940, do *Bureau d'Ethnologie*⁶⁵. No entanto, essa segunda fase da historiografia nacional é também marcada pelo pouco acesso a fontes arquivísticas, o que tem como principal consequência a fixação e a repetição do conhecimento produzido sobre a revolução e a independência o que limita o saber historiográfico produzido no Haiti⁶⁶ (HECTOR, 1993).

A análise historiográfica de um país permite entender as diversas facetas dessa nação e as diversas formas como seu passado foi e está sendo analisado e entendido. Pois, o trabalho historiográfico está profundamente inserido no seu tempo. Portanto, muito além de enumerar as obras escritas e seus respectivos autores com a exatidão das datas, a análise historiográfica precisa levar em conta o lugar social de produção, os procedimentos de análise científicos e a construção da escrita do texto, conforme orientado por Michel Certeau (1982). O exercício que propomos está longe disso. Mas de forma geral, pontuamos que a historiografia nacional, até a segunda metade do século XX, foi dividida entre duas perspectivas principais: a *mulâtre* e a *noiriste* - as duas carregadas de uma tendência épica. As duas perspectivas se focaram na questão da cor analisada como principal e muitas vezes única explicação aos problemas sociais e políticas do país⁶⁷.

historiográficas que estudam o Haiti e sua Revolução, tanto por haitianos como por estrangeiros até as décadas de 1990. Entre os trabalhos citados estão: Pressoir Catts, Trouillot Ernst, Trouillot Hénock. ***Historiographie d'Haïti***. Instituto Panamericano de Geografia e Historia, México, 1953. Pioneiro desse exercício.

⁶⁵ A *Société d'Histoire et de Géographie Haïtienne* foi criada em 1923 e inaugurada em 1924. Em 1925, lança o Bulletin da *Société d'Histoire et de Géographie Haïtienne* que seria chamada de Revue, no ano seguinte. A Sociedade foi redenominada em 1945 de *Société Haïtienne d'Histoire, de Géographie et de Géologie*, nome que ainda usa. Alguns números da Revue podem ser acessados em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb344232009/date1931.liste.r>. Já o *Bureau d'ethnologie* foi criado em 1941 e em 1958 foi criada a *Faculté d'Ethnologie*. Na nota de rodapé 71 trazemos mais detalhes acerca do *Bureau*.

⁶⁶ Segundo Muñiz G. Humberto (2004), uma importante coleção de fontes sobre a história haitiana, por exemplo, é totalmente ignorada em notáveis estudos tanto haitianos como estrangeiros. Trata-se da coleção de Alfred Nemours, intelectual haitiano que escreveu a partir dos anos de 1940 sobre temas pouco estudados da revolução desde a consulta de arquivos franceses e haitianos. Sua coleção possui centenas de livros e de documentos, ilustrações, anotações manuscritas, artigos de revista etc., do século XVII, XVIII e XX, disponíveis na *Biblioteca Regional del Caribe*, da Universidad de Puerto Rico. Foi adquirida no valor de 9 mil dólares. Cf. MUÑIZ, García Humberto et al. La colección Alfred Nemours de historia haitiana, una fuente olvidada, en el Bicentenario de la Independencia de Haití. ***Caribbean Studies***, Puerto Rico, v. 32, n. 2, p. 180-241, Jul-Dez, 2004.

⁶⁷ Sobre as implicações dessas leituras históricas na ascensão do duvalierismo Cf. HURBON 1979; 1987; CASIMIR, 2018.

Como vimos, o principal obstáculo à historiografia haitiana produzida no Haiti é a dificuldade de acesso às fontes, o que tem limitado a precisão empírica das pesquisas desses historiadores. Essa desigualdade de acesso às fontes é analisada por Trouillot (2016), como resultado da dominação neocolonial e torna mais complexa a produção de conhecimento histórico acerca do Haiti. Pois, enquanto a história produzida fora do país é “cada vez mais sofisticada e empiricamente rica, [...] por vezes, todo o seu cabedal discursivo restauram assustadoramente a terminologia do século XVIII” (TROUILLOT, 2016, p.171). Seus discursos continuam sendo altamente estereotipados e estigmatizantes, quando não abertamente racistas, pois “as estruturas narrativas da historiografia ocidental não chegaram a romper com a ordem ontológica da Renascença” (TROUILLOT, 2016, p.172).

A solução proposta por Trouillot para superar o silenciamento em torno da história do Haiti e da sua revolução é uma fusão das tradições historiográficas haitianas e a da historiografia que se escreve fora do Haiti, ou melhor a concepção de uma historiografia capaz de extrair o melhor das duas tradições. Apesar do autor ter identificado trabalhos de historiadores que tentam superar o silenciamento secular acerca do Haiti e da sua história, ele ficou cético referente a uma superação total desse silenciamento. Segundo ele, mesmo com um maior interesse pelos estudos da resistência dos escravizados na academia, o silenciamento acerca da Revolução Haitiana não será revertido totalmente, uma vez que esse silenciamento tem menos a ver com o Haiti ou com a escravidão do que com o Ocidente (TROUILLOT, 2016, p. 173).

E, se pergunta “como poderão o Haiti ou a escravidão ou o racismo ser mais do que meras notas descabidas no rodapé dessa ordem narrativa [no qual o Haiti e o seu simbolismo entram para contradizer o mito da modernidade que o Ocidente criou de si, para si e para os outros]?” (TROUILLOT, 2016, p.173). Um possível caminho pode ser trilhado por meio das propostas das teorias decoloniais. Embora a teoria decolonial tenha como marco de análise a América Latina, é bem provável que suas análises podem ser aplicadas a todos os lugares que sofreram e sofrem com o colonialismo, tendo em conta suas especificidades, percebemos que essa América Latina é apenas a de língua espanhola. O Caribe - independente da noção adotada - e o Haiti não fazem parte.

Mas, apesar de trazerem poucas vezes nos seus estudos o Haiti, julgamos que as propostas das teorias decoloniais podem ser adaptadas e aplicadas

para entender e superar esse silenciamento, uma vez que elas atuam como contrapartida da modernidade/colonialidade. Os pensadores decoloniais propõem uma “crítica descolonial [...] do eurocentrismo por meio dos saberes silenciados e subalternizados, [...] descolonizando a epistemologia e os cânones ocidentais” (GROSFOGUEL, 2008, p.116-117). Assim, a leitura decolonial busca romper com a construção hegemônica e eurocêntrica do conhecimento e, pela decolonialidade, ressignificar a longo prazo, buscando uma heterarquia entre as várias relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero (CASTRO-GÓMEZ 2005; GROSFOGUEL, 2007; MIGNOLO, 2017). É, portanto, possível, no longo prazo, superar a dominação global do Ocidente e chegar à reformulação da história mundial que é, segundo Trouillot (2016), a única forma de reverter totalmente os silenciamentos da historiografia acerca do Haiti e de tantos outros subalternos.

Se, por um lado, a historiografia internacional, de forma geral, tem silenciado a história do Haiti e a sua Revolução, vimos que a historiografia nacional - com todas as suas dificuldades - colocou-se como contradiscurso a essa produção. No entanto, a necessidade de construir uma identidade nacional, a partir de novas formas de coesão social aquém de uma memória de sofrimento, mas mais perto de uma memória de vencedores, a memória heroica da Revolução de 1791 e da proclamação da Independência foi central na história nacional e usada politicamente por diferentes governos com viés variados, inclusive pelos Duvalier e preservada por meio do patrimônio. Assim, esta memória heroica não deixou espaço no mundo patrimonial aos elementos que fazem referência direta à materialidade da escravidão e funcionou como meio para a elite manter seu *status quo*. Os monumentos do *Parc National Historique*, em Milot se enquadram então numa perspectiva de fazer lembrar que a Revolução Haitiana teve lugar, e, portanto, serve como contranarrativa às produções da “biblioteca colonial”. Mas, ao mesmo tempo, apontam que a formação do Estado haitiano – o primeiro país a abolir a escravidão – não escapou dos efeitos da modernidade/colonialidade.

Assim, para dar sequência à nossa pesquisa, no próximo capítulo nos dedicamos mais à questão patrimonial no Haiti. Iniciamos com um estudo histórico e crítico da noção do patrimônio, problematizando o patrimônio como um campo de disputas, e embates pela apropriação de narrativas sobre a nação, aliás, como uma instância de legitimação cultural de determinados grupos sociais. Num segundo momento, apresentamos o processo de construção do PNH-CSSR para depois,

apontar suas várias formas de apropriação tanto pelo Estado como pela população local.

3. CAPÍTULO II - O PATRIMÔNIO, O PARC NATIONAL HISTORIQUE E MILOT

3.1. O PATRIMÔNIO E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO HAITI

É comum que os trabalhos acadêmicos que tratam do patrimônio apresentem a noção a partir da sua evolução desde a Antiguidade romana até os tempos atuais para apreender melhor seu significado. Os estudos clássicos (BABELON; CHASTEL, 1994; CHOAY, 2001), apontam que o patrimônio se referia nos tempos passados, segundo o dispositivo herdado do direito romano, a um bem transmitido de pai a filho, era ligado, então, à estrutura familiar. Mas, desde então o patrimônio passou a adquirir múltiplos usos e adaptações conforme diferentes valores que lhes foram atribuídos, o que atesta para uma noção nômade (CHOAY, 2001). Assim, a origem da noção moderna de patrimônio, intrinsecamente ligada à construção de identidades nacionais, como a empregamos hoje, é bem mais recente. Ela pode ser identificada a partir das últimas décadas do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa e do desenvolvimento urbano nesse país e na Inglaterra no século XIX.

O patrimônio moderno é, por conseguinte, uma construção socio-histórica ocidental. No entanto, é possível identificar sua presença desde os períodos mais remotos, em sociedades não ocidentais e com características totalmente distintas, como aponta o antropólogo José Reginaldo S. Gonçalves (2015). Inclusive, nessa mesma linha, o exemplo do Japão é frequentemente evocado (HARTOG, [2003]/2021, p.199-201). Mas, o modelo patrimonial que nossas sociedades latino-americanas e caribenhas seguem é amplamente influenciado pelo Ocidente, sobretudo pela França. Tal noção de patrimônio engloba todos os bens do passado que resistiram aos efeitos destrutivos do tempo e que passaram assim a serem venerados e preservados pelo e para o Estado-nação. Nesse sentido, o patrimônio deixou de estar relacionado ao âmbito familiar para se relacionar ao âmbito coletivo, público, nacional.

É interessante constatar que o patrimônio só existe mediante a patrimonialização que é o processo pelo qual determinados bens, capazes de evocar

o passado, aliás, uma das tantas leituras do passado, são criteriosamente escolhidos. Ou seja, é pela patrimonialização que certos bens se tornam patrimônio. Esse processo atribui a eles saberes, valores e significados imprescindíveis à sua conservação e transmissão (DAVALLON, 2015). Regina Abreu (2015, l. p. 1), recorrendo a Krzysztof Pomian (1997, p. 51-87), indica que, após ser patrimonializado, o bem nacional perde seu valor de uso e adquire um valor simbólico, tornando-se um semióforo. E, justamente, um semióforo é um objeto que não tem mais nenhuma utilidade além de uma utilidade virtual e apenas o significado de valores invisíveis de que é o portador. Assim, o semióforo só revela o seu significado quando se expõe ao olhar, quando se torna uma peça de admiração e de celebração. São objetos inalienáveis e submetidos a proteção especial; conferem prestígio ao indivíduo ou à coletividade que o possui (POMIAN, 1984, p. 68-75).

Então, pela patrimonialização, elementos da cultura se transformam em semióforos ao serem investidos de novos significados conforme as necessidades de uma sociedade em determinado momento. A dimensão do tempo é, portanto, central na sua confecção, uma vez que “o patrimônio torna visível, expressa uma certa ordem do tempo, na qual a dimensão do passado conta” (HARTOG, 2021, p. 197). Nesse sentido, o patrimônio, geralmente um elemento provindo do passado, evoca no presente, o passado mediante a atribuição de um saber criado acerca desse passado que representa, e o transmite para o futuro. Ele circula no tempo, do passado ao presente e ao futuro. Jean Davallon (2015, l. 13) explica melhor ao apontar que

o objeto patrimonial é, de fato, como Janus, bifacial: de um lado, é saber, um saber presente ao mesmo tempo nos documentos anexos e no próprio objeto oriundo do passado; porém, de outro, é também um objeto material, concreto, sensível, que coloca quem está em contato com ele em relação com um universo do qual, ao mesmo tempo, é o elemento e o representante; de fato, um universo inacessível, intangível sem ele.

Nessa mesma linha, identificamos a importância das noções de originalidade e autenticidade para o Ocidente (DAVALLON, 2015; ABREU, 2015; GONÇALVES 2007a), já que o bem patrimonializado precisa garantir a experiência no tempo de quem o venera a saber, a nação. Como bem aponta José Reginaldo S. Gonçalves (2007a, p. 124), “a crença nacionalista na realidade da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade de seu patrimônio”. Ou seja, é a nação que legitima o bem patrimonializado, acreditando nos valores que lhes foram atribuídos e aceitando-o como representante da identidade nacional. Como

afirma Jean Davallon, (2015, l. p. 7), para que o patrimônio exista “não basta que objetos do passado estejam hoje presentes, que práticas continuem a existir, é preciso ainda que sua significação seja transmitida e aceita”.

Pensar o patrimônio moderno é, por conseguinte, pensar em outras categorias como as noções de memória e de identidade. Ao estudar a patrimonialização no Quebec (Canadá), o antropólogo Richard Handler (1985 apud ABREU, 2015, l. 2) faz uso da expressão “fetichismo da cultura material” para se referir ao patrimônio como “identificador de coletivos de indivíduos”. A noção de “fetichismo da cultura material” permite apreender a razão de ser da patrimonialização no Ocidente que é a de “tornar palpáveis e materializáveis ideias muito abstratas, de difícil assimilação, como a ideia de nação”. Pois, no mundo moderno “ter” um patrimônio passou a significar uma certificação cultural ou uma certificação nacional” (ABREU, 2015, l. 2).

Qual patrimônio uma coleção particular representa é frequentemente uma questão em aberto; mas a ideia de que um objeto ou uma cultura material podem sintetizar uma identidade coletiva – e a sintetizando, serem considerados como propriedade de uma coletividade – raramente é colocada em questão. [...] [...] Falar de patrimônio é visualizar uma cultura nacional como propriedade, e a nação como uma propriedade pertencente a um indivíduo coletivo, para usar a terminologia de Dumont [...] (HANDLER, 1985, p. 192-218 apud ABREU, 2015, l. 2).

Desta forma, o nacionalismo tão importante na formação e êxito dos Estados-nação, depende da construção de uma identidade em comum que é simbolicamente representada no processo de patrimonialização, capaz de assegurar uma unidade nacional. E, é o Estado que faz a escolha dos bens a serem patrimonializados, que os atribui valores e estabelece uma série de medidas para serem incorporadas no discurso nacional. Pode-se dizer, portanto, que a patrimonialização é o processo de atribuição de simbolismo e valor aos bens culturais, todavia, em sintonia com os interesses do Estado-nação. O que, por sua vez, leva a pensar o patrimônio como construção discursiva (GONÇALVES, 2007b), por parte do Estado. Assim, mediante o processo de patrimonialização, instituições são criadas, leis são elaboradas para garantir o trabalho de preservação, de conservação e de restauração dos bens nacionais, pelo Estado.

Faz-se então presente, outras categorias relacionadas ao patrimônio moderno, a de perda e conseqüentemente de conservação (HARTOG, 2006; 2021). A patrimonialização, instrumentalizada para caracterizar e criar conformidade sociocultural, implica na seleção criteriosa de elementos alegóricos que se

encarregam de representar o corpo nacional (FONSECA, 2005). Sendo assim, alguns eventos do passado nacional são lembrados e outros não, e, portanto, o passado evocado pelo Estado, muitas vezes, exclui grande parte da população que não é representada como fazendo parte da nação.

O antropólogo argentino, Néstor García Canclini (1994, p. 96), analisa essa característica peculiar do patrimônio a partir da teoria da reprodução cultural. O autor aponta para a hierarquização dos capitais culturais que acaba por atribuir mais ou menos valor a um determinado bem conforme o grupo social que o produz, outorgando, assim, maior legitimidade a alguns grupos sociais e suas práticas culturais e a negação de outras. O que leva também aos diversos grupos de uma determinada sociedade a se apropriarem da herança cultural de forma diferente e sobretudo desigual. Pois, as desigualdades estruturais existentes em cada sociedade influenciam na formação e apropriação dos bens culturais.

Nessa sequência, Canclini (1994, p. 100) nos ajuda também a perceber o patrimônio cultural como um espaço de disputas políticas, simbólicas e econômicas entre diferentes grupos de uma sociedade (CANCLINI, 1994. p. 100). Uma vez que, esses grupos excluídos, - em vários países da região, por exemplo, notadamente a partir dos anos 1970 e 1980 - se apropriam da patrimonialização, como instrumento de luta política e exigem o tombamento e o registro de patrimônios que também os representassem. É nesse sentido que Canclini orienta para um estudo do patrimônio que também se interesse pelas lutas materiais e simbólicas entre “as classes, etnia e grupo” (p. 97), cada um à sua maneira que tentam se apropriar do patrimônio.

Indicamos previamente que a origem do patrimônio moderno pode ser notada a partir dos últimos anos do século XVIII, e que desde então a noção tem sofrido importantes adaptações até chegar no tempo atual. Agora, apontaremos brevemente alguns momentos-chaves dessas adaptações conforme Regina Abreu (2015), divide a trajetória dos processos de patrimonialização no Ocidente e acrescentamos no mundo ocidentalizado. A autora identifica três principais momentos. O primeiro momento, se estende do século XIX à primeira metade do século XX, no contexto histórico e político do surgimento dos movimentos nacionalistas na Europa e na América Latina. Durante esse período, a patrimonialização legitimava a reconstrução do mito de origem dos Estados-nação.

O segundo momento é marcado pela criação da UNESCO, logo após a Segunda Guerra Mundial - como já vimos no subcapítulo 2.2. Esse segundo momento é caracterizado pela passagem do patrimônio como bem nacional ao bem da humanidade; da apropriação do conceito antropológico de cultura no processo de patrimonialização, passando a ser mais inclusivo. E, por fim, um terceiro momento que tem início no final dos anos de 1980, com o lançamento pela UNESCO da “Recomendação de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares”, com essa recomendação o patrimônio foi abandonando as rígidas fronteiras culturais que o Estado-nação lhe tinha imposto. Aliás, esse último período é identificado pela autora como o período da “patrimonialização das diferenças”, no qual as noções de singularidade ou de especificidade local passam a ocupar lugar central (ABREU, 2015, l. 4).

Certamente as últimas décadas do século passado trouxeram consigo um maior entusiasmo para com os estudos culturais e o multiculturalismo, e conseqüentemente, novos entendimentos sobre a identidade e o pertencimento étnico. Ampliou-se a noção de patrimônio e da participação cidadã a partir da pressão de vários movimentos sociais que se articularam para exigir uma série de direitos. As décadas de 1980 e 1990 e os primeiros anos do século presente foram pertinentes para o reconhecimento constitucional, o tombamento e registro de patrimônios de ressonância indígena e afro, por exemplo, em países como Brasil e Argentina (PIERRE-LOUIS et al., 2019). Como aponta Regina Abreu,

[o patrimônio] deixou de ser uma prerrogativa das elites ou das agências estatais que representavam estas elites, para ser entronizada no senso comum, nos mais diversificados rincões do planeta. [...] [e] os processos de patrimonialização deixaram de ser atributo de algumas falas autorizadas legitimadas no aparelho de Estado para se converterem em falas plurais tecidas em redes em que interagem diversos agentes, entre os quais se destacam as organizações não-governamentais, os especialistas, as comunidades, os patrocinadores, os agentes estatais (ABREU, 2015, l. 12).

Essa busca crescente por patrimônio tanto pelo Estado como pela população civil é decorrente do período compreendido entre a década de 1960 e início deste século, caracterizado por um “boom” patrimonial nas nossas sociedades. Esse fato, segundo o historiador François Hartog ([2003]/2021; 2006), deve-se às crises do moderno regime de historicidade, quando passamos do futurismo ao presentismo. A esperança colocada no futuro - com o término, não abrupto, da vivência do tempo passadista - se desvanece e perde sua importância para o presente que se torna supremo.

Segundo Hartog, o presentismo surge então de uma crise entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa e passa a ser vivenciado como sendo o único horizonte possível, como sua própria inteligibilidade. Neste “presente maciço, onipresente, invasivo” (HARTOG, 2021, p. 238) no qual vivemos, as tradições alcançaram um lugar privilegiado; as noções de memória, patrimônio, comemorações, nação e identidade proliferam-se. Assim,

o que distingue o crescimento patrimonial contemporâneo dos precedentes é a rapidez de sua extensão, a multiplicidade de suas manifestações e seu caráter fortemente presentista, quando o presente tomou uma extensão inédita (HARTOG, 2006, p. 272).

A categoria de análise de regime de historicidade proposta pelo historiador francês, enfatiza a existência de formas diversas de se experimentar o tempo, conforme o próprio tempo e o espaço. Ou seja, essa noção, no nosso caso, nos ajuda a entender o tipo de história que uma determinada sociedade é capaz de produzir conforme sua consciência temporal e, por conseguinte como se relaciona com o patrimônio, já que a memória e o patrimônio são sintomas da nossa relação com o tempo (HARTOG, 2006; 2021), pois, o presente, incapaz de preencher a lacuna, no limite da ruptura, que ele próprio não cessou de aprofundar, entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa [...] se encontra inquieto, em busca de raízes, obcecado por memória (HARTOG, 2021, p. 156 e 238), a serem preservadas para o futuro.

Auxiliado pela noção de regime de historicidade entendemos que a noção de patrimônio ocorre nos lugares e nos tempos de maneira totalmente diferente. Porém, de forma geral, no Ocidente, o patrimônio depende de uma consciência de que algo desapareceu e/ou está pronto em desaparecer, fazendo-se necessário uma crise do tempo - tensões entre o passado e futuro (HARTOG, 2021, p. 197). Essa nova relação com o tempo, essa nova mentalidade é, portanto, imprescindível. Enfim, como disse Dominique Poulot (2009, p. 13), “a noção de patrimônio é o resultado de uma dialética da conservação e da destruição” ou da presença e da ausência, nas palavras de Hartog (2006, p. 272). E, o Estado-nação se tornou o principal vetor de tal dialética. Retomando um pouco do que já foi dito, pensar o patrimônio moderno é, portanto, pensar uma série de categorias caras ao Ocidente como a de originalidade e autenticidade, como as noções de memória, de identidade, de perda, de tempo e por fim de conservação.

No Caribe Insular, os processos de criação da estrutura administrativa do patrimônio se deram de formas variadas⁶⁸. Por exemplo, na República Dominicana, país que divide a ilha de Quisqueya com o Haiti, as primeiras ações do governo para a preservação dos bens históricos priorizavam, sobretudo, os edifícios do Centro Histórico da capital, Santo Domingo. Esse Centro Histórico, a *Ciudad Colonial de Santo Domingo*, foi declarado Patrimônio da Humanidade, em 1990, pela UNESCO. Contudo, a patrimonialização, no plano interno, pode ser identificada a partir do final do século XIX, quando em “*El 3 de febrero de 1870, por el decreto No. 1164, se declaró Monumento Nacional el Alcázar de Colón, así como la columna chata situada en la Cuesta de San Diego [...]*” (MATEO ROSARIO, 2016, p. 59).

Também nos primeiros anos do século XX, algumas ações foram realizadas mas foram pontuais. Foi a partir das décadas de 1930, durante o período da ditadura de Rafael Leónidas Trujillo M. Molina (1930-1961), que a grande parte da legislação e instituições voltadas à preservação do patrimônio foram criadas. Com a restauração da democracia em 1966, iniciou-se um novo processo de gestão institucional importante pela valorização e proteção de bens que não se restringiam desta vez à capital do país. E, a virada do milênio marcou um entendimento cada vez mais abrangente do patrimônio cultural por parte do Estado (MATEO ROSARIO, 2016).

Já no Haiti, as primeiras ações estatais pontuais voltadas para a preservação do patrimônio se deram a partir das décadas de 1920, com a “Lei de 1921 de Utilidade Pública de trabalhos realizados pelo Estado e entidades privadas” e a “Lei de 1927 sobre o Domínio Público e Privado do Estado”⁶⁹. Elas podem ser enxergadas como o início da institucionalização dos bens culturais no país. Na década seguinte começaram os primeiros trabalhos de restauração dos monumentos históricos, com destaque para os monumentos do *Parc National Historique - Citadelle Laferrière, Palais Sans-Souci et Ramiers* (PNH-CSSR), em Milot, os quais pararam na década

⁶⁸ Na América Latina, o caso do México para pensar a patrimonialização na região é exemplar. Desde final do século XIX usufruía de uma Inspeção Geral de Monumentos (ROLIM, 2017). Mas de forma geral muitos países latino-americanos já vinham desde as décadas de 1920 e 1930 se articulando para pensar politicamente o patrimônio nacional. Podemos citar a título de exemplo, os casos do Brasil e da Argentina.

⁶⁹ O aspecto da legislação em torno da cultura e do patrimônio no Haiti foi discutido mais detidamente no meu TCC da graduação e em outro trabalho publicado também. Remete-se a estes trabalhos ao longo destes dois primeiros subcapítulos da dissertação, mas de forma mais breve, porém apontando novas questões. HAÏTI. *Loi du 8 juillet 1921. Le Moniteur* n° 55 du 27 juillet 1921; HAÏTI. *Loi du 26 juillet 1927 réglementant le service des domaines. Le Moniteur* n° 63-64 du 8 et 11 août 1927.

de 1940 para serem retomados nas décadas de 1950 (BULLETIN DE L'ISPAN n.8, 2010). Mas, foi em 1940 que foi promulgada uma lei especificamente voltada à preservação do monumento histórico⁷⁰. Depois, no ano seguinte, foi promulgado o Decreto-lei de 1941, definindo a proteção específica dos objetos arqueológicos e etnográficos⁷¹.

A questão cultural e patrimonial ganhou maior destaque no final da década de 1940, no governo de Dumarsais Estimé (1946-1950), com a Constituição Nacional de 1946. Esta Constituição foi a primeira a fazer menção nos seus artigos à questão cultural, afirmando ser dever do Estado proteger e cuidar dos lugares notáveis por sua beleza natural, seu valor artístico ou histórico⁷². Nessas décadas foi criada o Departamento do Turismo e várias atividades culturais foram realizadas com destaque para a Exposição Internacional do Bicentenário de Port-au-Prince, entre dezembro de 1949 e junho de 1950⁷³. Mas, tais aspectos legais foram suspensos com a promulgação da Constituição de 1950⁷⁴, de Paul Eugène Magloire (1950-1956), que não retomou a questão da preservação dos bens nacionais da constituição anterior. No entanto, esse governo continuou instrumentalizando politicamente alguns

⁷⁰ Tendo como base a lei de 1927 sobre o Domínio Público e Privado do Estado, são considerados monumentos históricos os bens públicos ou de utilidade pública que são os monumentos pré-históricos e arqueológicos, terrenos que contenham depósitos pré-históricos, fontes termais que constituam ou venham a constituir sítios naturais ou monumentos de natureza artística. São também os caminhos, estradas, ruas, mercados e praças públicas, rios, lagos e lagoas; pontes, ilhas ou ilhéus, portos, muralhas, fossos, baluartes de lugares de guerra e fortalezas, canais, monumentos e recordações históricas. Lei 1927, art. 2; HAÏTI. *Loi du 23 avril 1940, art. 1. Le Moniteur n° 34 du 25 avril 1940.*

⁷¹ O Decreto-lei de 1941 criou o *Bureau d'ethnologie*, órgão responsável pela preservação, mas também pela pesquisa científica e divulgação dos resultados das pesquisas acerca dos bens arqueológicos e etnográficos no país. A participação do *Bureau* na vida cultural e intelectual do país foi muito ativa (BÉCHACQ, 2014). Como demonstra Rachel Charlier-Doucet, (2005, p. 115-116), referente às suas produções, o *Bureau* manteve contato com importantes universidades dos Estados Unidos e da Europa, pesquisando e publicando acerca dos estudos arqueológicos, históricos e linguísticos do crioulo, do vodu, dos legados indígenas, à cultura material da classe popular, a música, no âmbito da saúde mental etc. Algumas pesquisas tiveram um aspecto muito mais internacional ao integrar pesquisas voltadas à África, ao Caribe, e inclusive ao Brasil. A autora menciona importantes nomes de intelectuais que atestam para a importância e qualidade desses estudos nos primeiros anos de vida do *Bureau* como Roger Bastide, Jacques Butterlin, Alejo Carpentier, Aimé Césaire, Michel Leiris, Alfred Métraux, André Schaeffner. Ainda o *Bureau* está em função, mas enfrenta bastantes dificuldades financeiras. HAÏTI. *Décret-loi du 31 octobre 1941 créant le bureau d'ethnologie. Le Moniteur n° 94 du 10 novembre 1941.*

⁷² HAÏTI, *Constitution de la République d'Haïti 1946*, Art. 137. *Le Moniteur* 23 décembre 1946.

⁷³ Sendo a primeira Exposição Internacional organizada desde a Segunda Guerra Mundial, a celebração do Bicentenário da fundação da cidade de Port-au-Prince aproveitou para difundir discursos de paz e de progresso com foco em atrair turistas para o país, mostrando os avanços urbanísticos alcançados nesse período (BÉCHACQ, 2014). Algumas fotos desse evento podem ser acessadas no Catálogo oficial da Exposição disponível em: <https://dloc.com/AA00010663/00001/flipbook>. Acesso em: 12/06/2022.

⁷⁴ HAÏTI. *Constitution de la République d'Haïti 1950. Le Moniteur* Novembre 1950.

monumentos nacionais, como os de Milot (Figura 11), explorando a cultura popular como mercadoria turística.

Figura 11 - Nesse jornal publicado pela UNESCO em 1954 para a celebração do 150 Aniversário da Independência Haitiana, a *Citadelle* aparece como emblema do evento. Ao longo do jornal outros monumentos de Milot também aparecem atestando sua centralidade na vida pública



Fonte: Le courrier n. 2, année 7, 1954, p. 5⁷⁵

Essas primeiras ações do Estado Haitiano entre as décadas de 1920 e 1940, configuram o que identificamos como o primeiro período do processo de patrimonialização no país (PIERRE-LOUIS; UHLE, 2021). Apesar desse período se caracterizar por um conjunto de ações isoladas e não contínuas no setor cultural e patrimonial, foi essencial para dar lugar ao segundo período, no final das décadas de 1950 a 1990. É nesse segundo período que se observa uma busca por parte do Estado de criar uma política cultural nacional com a elaboração da grande parte da legislação, assim como da criação das principais instituições administrativas voltadas à cultura e ao patrimônio. A legislação sobre a organização do Parque Nacional Histórico de Milot se deu nesse período a partir de 1961, com o destaque da figura do arquiteto Albert Mangonès⁷⁶.

⁷⁵ Disponível em: [Haïti 54 - UNESCO Digital Library](#). Acesso em: 13/06/2022.

⁷⁶ Albert Mangonès (1917-2009) nasceu em Porto Príncipe, numa família abastada. Integrou a Academia das Belas Artes de Bruxelas e se formou em arquitetura na *Cornell University* nos Estados Unidos onde recebeu o prêmio "*Charles Goodwin Memorial Medal*". Trabalhou nos Estados Unidos e no México antes de voltar para o Haiti onde trabalhou em projetos habitacionais sociais. Participou na criação do Centro de Arte de Porto Príncipe e na Exposição Internacional do Bicentenário de Porto Príncipe; criou o Serviço Nacional dos Monumentos e Sítios Históricos que foi substituído pelo ISPAN. Seus trabalhos foram importantes para o inventário e restauração de vários monumentos históricos no país e para as pesquisas arqueológicas. Tem escrito alguns artigos sobre o patrimônio no Haiti como

Durante esse segundo período entre as instituições criadas e/ou modificadas constam:

o *Office National du Tourisme*, o *Musée du Panthéon National Haïtien*, os *Archives Nationales*, a *Bibliothèque Nationale*, a *École Nationale des Arts*, o *Théâtre National* e o *Troupe Folklorique Nationale*, o *Institut de Sauvegarde du Patrimoine National* (ISPAN), o *Institut National Haïtien de la Culture et de l'Art*, a *Commission Nationale Haïtienne de Coopération avec l'UNESCO* entre outros. O país também aderiu a várias convenções internacionais sobre a cultura e a educação. Uma maior ênfase foi dada também à educação, estabelecendo a estrutura organizacional do *Ministère de l'Éducation Nationale, de la Jeunesse et des Sports* (PIERRE-LOUIS; UHLE, 2019, p. 16).

Muitas dessas instituições foram com os anos extintas, modificadas, substituídas ou anexadas a outras estruturas do governo. Analisando o campo patrimonial no aspecto jurídico, observamos que as iniciativas do Estado carecem de organização pois as legislações apresentam contradições entre si, e se observa sua ineficácia na aplicação das normas. Por sua vez, as instituições apresentam falta de coordenação e duplicidade de funções por falta de uma entidade coordenadora. Pois, o Ministério da Cultura e da Comunicação, criado em 1995 - mas que existia desde 1989 e que foi adquirindo outras denominações -, que tutela a ação cultural no país, não possui uma Lei-Quadro. Ou seja, por falta de uma Lei que define em pormenor os princípios fundamentais do Ministério, atesta-se a uma deficiência legal e institucional da política cultural no Haiti⁷⁷.

Todas as Constituições desse segundo período da patrimonialização (1957, 1964, 1971) estabeleceram nos seus artigos a proteção das riquezas artística, histórica, folclórica e arqueológica do país que constituem o “tesouro cultural nacional”, como dever do Estado. A Constituição Democrática de 1987 traz, por sua vez, a noção de patrimônio ao tratar dos bens nacionais e amplia seu entendimento ao afirmar que

as riquezas arqueológicas, históricas, culturais e folclóricas do país, bem como as riquezas arquitetônicas, testemunhas da grandeza de nosso passado, fazem parte do patrimônio nacional. Como resultado, os monumentos, as ruínas, os locais de grandes feitos de nossos antepassados, os renomados centros de nossas crenças africanas e todos os vestígios do passado são colocados sob a proteção do Estado (HAITI, 1987, Cap. 5, Art. 215).

Architecture et civilisation négro-africaine; La Citadelle, le Palais de Sans Souci, le Site de Ramiers: monument à l'indépendance d'une nation et à la liberté de son peuple; En toute urbanité etc (BULLETIN DE L'ISPAN n.36, 2017).

⁷⁷ É importante realizar um processo de revisão e atualização tanto das leis patrimoniais como das leis voltadas à cultura de forma geral. Segundo o ISPAN (BULLETIN DE L'ISPAN n. 24, 2011, p. 3) alguns projetos foram elaborados para melhorar a questão cultural e patrimonial no país. Este projeto foi estimado a US \$3.550.000,00 para ser realizado em até 2 anos, mas nos outros boletins do instituto nada foi mencionado a respeito.

Esse trecho do artigo da Constituição haitiana é um exemplo de como a retórica da perda acompanha a noção de patrimônio e sua institucionalização. É possível observar um sentimento nostálgico de um passado heroico, grandioso. Vemos, portanto, como a noção de patrimônio nacional está relacionada às noções de memória, história, identidade, nação e como todas são apropriadas pela legislação patrimonial. O artigo acima não faz menção explícita ao patrimônio imaterial, mas está presente nas noções de “riquezas folclóricas” e “crenças africanas”. No Haiti, a conservação do patrimônio cultural intangível é bem mais recente, sendo os primeiros bens imateriais registrados em 2012. Na verdade, o país não possui nenhuma lei especificamente voltada para a salvaguarda dos bens imateriais, além da ratificação da “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO”, em 2009⁷⁸.

Levando em conta o argumento anterior, pode-se afirmar que desde os primeiros momentos até os dias atuais, a patrimonialização no Haiti - parafraseando a Maria C. Fonseca (2009) - está voltada ao aspecto da “pedra e cal”, dos bens culturais. O Instituto de Salvaguarda do Patrimônio Nacional (ISPAN), criado no Haiti, em 1979, gerencia apenas o patrimônio construído, monumentos, fortalezas, igrejas, casas etc. Os estudos do patrimônio no país são também voltados para a análise desses legados, em particular o *Parc National Historique* (PNH-CSSR), de Milot⁷⁹.

Na sua tese defendida em 2015, Kenrick Demesvar aponta que muitos dos estudos do patrimônio no Haiti acerca dos monumentos históricos em Milot visam a gestão e preservação do lugar para um melhor uso de seus potenciais turísticos. Poucos são os trabalhos que estudam a participação da comunidade local nesta valorização turística, ou os aspectos histórico-culturais dessa comunidade. Como exceção podemos citar o trabalho de Saint-Lot Danielle, de 1996, sobre a produção artesanal da população local; o estudo de Marini Serge e colaboradores em 1998, sobre a preservação da tradicional casa rural em torno do parque (DEMESVAR, 2015,

⁷⁸ Entre os patrimônios imateriais está o *Soup Joumou*, uma sopa de abóbora tradicionalmente consumida no Haiti, no 1º de janeiro para celebrar a proclamação da Independência Nacional e a Revolução de 1791. Foi inscrita no final do ano passado na lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. Disponível em: <https://ich.unesco.org/fr/soupe-au-giraumon-01221>. Acesso em: 08/07/2022.

⁷⁹ Analisando os boletins publicados desde 2009 até 2019 pelo ISPAN observa-se que grande parte dos números tratam dos monumentos de Milot e que estão também sempre presentes mesmo quando a publicação está voltada para a análise de outros monumentos. Os boletins estão disponíveis em: <http://www.mappinghaitianhistory.com/new-page>. Acesso em: 08/07/2022.

p. 4-5); e ainda a dissertação de Kenrick Demesvar de 2010 sobre os conhecimentos históricos da população local a partir da análise das suas tradições orais. O trabalho do antropólogo Rodrigo Bulamah (2018), também é exemplar. Se bem que não estuda especificamente o patrimônio, ele analisa a cotidianidade dos moradores de Milot e acaba analisando sua relação com os monumentos do parque.

Esses trabalhos citados não são nada exaustivos. O Instituto Superior de Estudos e de Pesquisa em Ciências Sociais da *Université d'État d'Haïti* possui um programa de mestrado em “História, Memória e Patrimônio”, em parceria com a *Université Laval*, no Quebec desde 2006. E, um estudo dos trabalhos produzidos nessa pós-graduação, por exemplo, juntamente com outros realizados em outros programas permitiria a análise da produção acadêmica sobre o patrimônio no país, revelando suas variações conceituais e apontando seus principais temas de estudos. No entanto, não podemos preencher tal lacuna na pesquisa atual, uma vez que os trabalhos finais dos alunos não estão disponibilizados online. A sua análise exige trabalho de campo nos arquivos e bibliotecas do Haiti. Alguns trabalhos encontrados na internet foram justamente produzidos na *Université Laval*, no Quebec, como a tese de doutorado de Kenrick Demesvar e de Jean Ronald Augustin, a qual referenciaremos mais adiante.

Como apontamos nas páginas anteriores, com a década de 1990 se encerra o segundo período de patrimonialização no país. Precisamente, em 1995, foram tombados um conjunto de bens nacionais, dentre os quais podem ser citados a antiga cidade de *Cap-Haïtien*, o *Fort Jacques*, o *Fort Alexandre*⁸⁰. Depois desses tombamentos, as iniciativas do Estado para com o patrimônio diminuíram para serem retomadas com mais entusiasmo no terceiro período a partir do terremoto de 2010⁸¹. As iniciativas desse novo período foram apoiadas pela UNESCO e visaram a reconstrução do país tendo a cultura e o turismo como pontos estratégicos para o desenvolvimento (BULLETIN DE L'ISPAN n. 24, 2011). Vale dizer que, a criação da estrutura administrativa do patrimônio cultural no Haiti teve em conta, além da preocupação em difundir uma cultura e identidade nacional, sentimentos patrióticos, o desenvolvimento nacional por meio do turismo. Como já vimos, com a UNESCO, o

⁸⁰ HAÏTI. Arrêté du 23 août 1995. **Le Moniteur** n° 68 du 28 août 1995.

⁸¹ O terremoto de 2010 foi um evento devastador que abalou o país causando morte e destruição. Vários monumentos patrimoniais e obras de arte foram totalmente ou parcialmente afetados, sobretudo no departamento do Oeste e Sul do país (BULLETIN DE L'ISPAN n. 9 e 10, 2010).

turismo se reforçou como um mercado promissor, uma alternativa econômica, sobretudo para os países do Terceiro Mundo, e o patrimônio se converteu em seu atrativo principal (CHOAY, 2001; CAMARGO, 2005).

Os estudos do patrimônio nacional, demonstram como o processo de patrimonialização funciona como meio de controle social por parte do Estado. A escolha do patrimônio revela uma estratégia de escrita da história atrelada a projetos políticos, a um imaginário nacional bem definido visando uma determinada memória e identidade, uma unidade nacional supostamente harmônica. O Haiti não é alheio a tal contexto. Lembramos que o segundo período da patrimonialização no Haiti, de 1950 a 1990, coincide com a ditadura dos Duvalier - pai, François Duvalier (1957-1971) e seu filho, Jean-Claude Duvalier (1971-1986), e o início do período de (re)democratização bastante conturbado. Assim, a principal atenção ao patrimônio no país se deu em um contexto de opressão e instabilidade política. É oportuno frisar que entre as décadas de 1960 a 1980 esteve marcado pelo período das ditaduras militares na América Latina e no Caribe, período caracterizado por políticas nacionalistas, autoritárias e uma busca para reforçar cada vez mais as identidades nacionais.

E, no caso do Haiti, o duvalierismo com a roupagem da ciência, fez uso de um discurso que validasse seus ideais baseados no essencialismo racial como doutrina nacional e propunha uma revolução sociocultural (BÉCHACQ, 2014; PALISSE, 2014). François Duvalier, etnólogo e médico, acede ao poder, mediante eleições nacionais em 1957, no contexto da acessão política, desde a década de 1940, dos chamados “autênticos”, homens negros da pequena burguesia, que se apresentavam como “porta voz legítimo” do povo (CHARLIER-DOUCET, 2005). A partir de então as transformações no cenário cultural e político haitiano - as críticas do movimento indigenista; a folclorização da cultura popular⁸² etc. - são orientadas para um radicalismo.

⁸² O movimento indigenista no Haiti teve início com a publicação da *Revue indigène, criada* em 1927, entre outros, por Jean-Price Mars e Jacques Roumain e buscava lutar contra o imperialismo cultural estadunidense e refletir sobre o nacionalismo cultural, enfatizando os legados africanos. O indígena faz referência, nesse contexto, ao haitiano nato e a seus valores de raiz afro. Ao mesmo tempo que podemos identificar no movimento indigenista a importância de incentivar estudos sérios sobre a cultura popular, o movimento é também criticado por não questionar a hierarquia social entre a elite urbana e os moradores do mundo rural. Inclusive, foram reforçados os estereótipos e a hierarquia cultural entre esses dois grupos. Cf. CHARLIER-DOUCET, 2005; BÉCHACQ 2014, DÉLIDE, 2020. Enquanto o vodu era celebrado publicamente, por exemplo, em espetáculos, o decreto-lei de 1935, reforçando um novo artigo do Código Penal no mesmo ano, que proibia danças e práticas populares, muitas delas relacionadas ao vodu, ainda estava em vigor esperando ser revogada somente em 1987 com a Constituição Democrática. Os espetáculos e encenações nos tours turísticos aos quais era submetido

Todas as iniciativas desse período ditatorial voltadas à cultura e ao patrimônio se enquadram num suposto interesse de promover uma consciência nacional para apenas consolidar seu poder, mediante um nacionalismo conservador. [Os ditadores] Apresentaram-se como homens do povo, representantes das massas negras, para conseguir o apoio popular necessário (PIERRE-LOUIS; UHLE, 2021, p. 21).

No entanto, esse período ditatorial apenas deu continuidade às práticas violentas do Estado haitiano, herdadas do período colonial, mas soube se disfarçar o suficiente que aparentou levar a luta contra a violência cultural (HURBON, 1979, p. 93). O duvalierismo, buscando sua legitimidade, estimulou o uso de recursos simbólicos essenciais à manutenção do poder, criou novos sentidos da história nacional, apropriando-se dela. As primeiras décadas do século XX fizeram surgir novamente uma produção de um nacionalismo com base na cultura popular e os Duvalier souberam explorar as colocações do movimento indigenista para criar uma política aparentemente voltada ao povo.

No Haiti, vários movimentos se atribuíram a missão de pensar a identidade nacional desde um aspecto histórico, poético, filosófico, político, étnico, inclusivo ou excludente (DÉLIDE, 2020). Mas, independentemente do movimento, que seja do *Cercle littéraire*, como vimos no ponto 2.3, ou do *Cercle la Ronde* no final do século XIX ou ainda a corrente Indigenista nas décadas de 1930 (DÉLIDE, 2020) - evidentemente, cada um com sua especificidade - o mito de origem se deu em torno da Revolução de 1791 e da proclamação da Independência. A identidade nacional foi desde os primeiros relatos históricos escritos por historiadores nacionais confundida com uma identidade étnico-racial, autores como Leslie François Manigat (2009 apud AGUSTIN, 2016) falam de um etno-nacionalismo. A identidade haitiana perpassa o passado colonial e escravista desonrado e se assenta na bravura dos ancestrais revolucionários.

E, é esta memória heroica da Revolução de 1791 que é preservada por meio do patrimônio, sendo os monumentos do PNH-CSSR, o seu maior representante. Num estudo realizado por Jean Ronald Augustin em 2016 sobre a memória da escravidão no Haiti, o autor demonstra como elementos que fazem

o vodu e a cultura popular faziam parte de uma estética política que respondia aos interesses econômicos e políticos da elite nacional, transformando o vodu num comércio exótico (CHARLIER-DOUCET, 2005). Como bem aponta Béchacq (2014), apesar dos shows folclóricos serem grandemente influenciados pela cultura popular, resgatada do mundo rural, os camponeses nunca participaram desses shows nem nacionais nem internacionais e, portanto, não foram os beneficiários econômicos e simbólicos dos mesmos.

referência direta à materialidade da escravidão no país estão ausentes das principais representações nacionais. Quase nenhuma estrutura dos engenhos foram conservadas, os aquedutos, as senzalas e casas grandes quase não existem mais; as moendas, as caldeiras, os sinos, os fornos etc. estão dispersos, em mãos de particulares servindo como peças decorativas, perderam seu significado essencial (LEREBOURS, 2006, p. 133 apud AUGUSTIN, 2016, p. 294-295)⁸³. “Desde a criação da República Negra, de forma indireta, assiste-se a um esquecimento voluntário, e mesmo uma rejeição de toda memória da escravidão no seu modo de organização social” (AUGUSTIN, 2016, p. 104. Tradução nossa)⁸⁴. O autor aponta que, as razões para o ocultamento das memórias que fazem alusão direta à escravidão no Haiti são diversas, elas são, sobretudo, políticas e históricas (AUGUSTIN, 2016, p. 455-459; 457-460).

São razões históricas porque, as áreas das grandes plantações de cana de açúcar sobretudo, mas também de café, entre outros, foram consideravelmente afetadas durante as guerras revolucionárias. Muitas delas foram totalmente queimadas, num exercício consciente de eliminar o principal símbolo econômico-social da antiga colônia. Mas, é importante lembrar que no período pós-revolucionário, a nova elite nacional tentou restabelecer a política econômica das grandes plantações, e muitos dos engenhos foram resgatados, mas sem muito sucesso, pois a população se negava veemente em voltar às plantações em busca de um novo começo (RENÉ, 2019). E, portanto, foram na sua maioria abandonadas e esquecidas (Figura 12). Ou seja, o abandono das *plantations* está também relacionado à agência popular de não voltar ao trabalho forçado, desafiando a nova elite nacional.

Tais razões são também políticas porque não manter presente no âmbito público, pela patrimonialização, uma memória de sofrimento do período colonial é tanto uma forma do Estado defender a Revolução, criando uma imagem de resistência, ao mesmo tempo que serve para manter uma ordem interna. Ou seja, é

⁸³ O *Parque Historique de la Canne-à-sucre* e o *Musée Colonial Ogier-Fombrun* ocupam antigos *plantations* que guardam acervos relacionados ao período colonial escravocrata, porém Jean Ronald Augustin (2016, p. 204-206) identifica que as narrativas acerca desse passado nesses museus são bastante superficiais. O *Musée du Panthéon National Haïtien* também foi analisado pelo autor e teve as mesmas conclusões.

⁸⁴ *Depuis la création de la république noire, de manière directe, on assiste à un oubli volontaire, voire un rejet de toutes mémoires de l'esclavage dans leur mode d'organisation sociale* (Texto original em francês).

uma tentativa de reforçar uma identidade que representa o corpo nacional. Uma forma de demonstrar o total controle das novas orientações coletivas diferentes dos processos de dominação do passado. Mas, também ao não conservar os suportes materiais desse passado, as consequências sociais da escravidão e a resistência cultural contra a mesma, foram e permanecem invisibilizadas⁸⁵ (AUGUSTIN, 2016, p. 338-413; 457-460).

Figura 12 - Um das poucas ruínas de plantation existentes no país. *Plantation* Dion em Arcahaie, no Haiti. ISPAN, 2009, p. 2; Ruínas da senzala na *plantation* Dion.



Fontes: ISPAN, n. 4, 2009, p. 3

Essas duas posições, segundo Jean Ronald Augustin (2016, p. 388-413; 457-460) são compartilhadas por muitos da população civil que veem na ausência dos traços materiais que evidenciam as formas de vida estruturadas pela economia escravagista, uma tentativa do Estado de invisibilizar as sequelas da escravidão que permanecem na sociedade pós-revolucionária, a saber: a experiência da pobreza, a falta de cidadania e de direitos políticos e civis. Mas, outros veem na empreitada de dar visibilidade à memória da escravidão, uma relação direta ao sofrimento dos antepassados escravizados, e, portanto, desnecessária, já que tiveram a sua “vingança” pela Revolução. Preferem comemorar a memória da liberdade e não

⁸⁵ Jean Ronald Augustin (2016, p. 14) também enfatiza que se bem a memória da escravidão não é evocada na patrimonialização, ela, no entanto, é usada politicamente pela elite nacional para legitimar seu poder. Pois, apropria-se desse passado colonial escravista para justificar as condições políticas e econômicas do país; também para reforçar os laços nacionalistas em torno da imagem revolucionária do país; também é evocada nas lutas hegemônicas de grupos rivais para monopolizar o poder político e econômico. Durante a ditadura dos Duvalier, tal apropriação chegaria ao seu ápice, tendo graves consequências.

da escravidão, pois, para essas pessoas elas são somente descendentes de homens livres e não de escravizados.

Formado sobretudo por camponeses e vodúístas, o primeiro grupo se apropria inclusive dos bens culturais tanto da resistência como do sofrimento. Seus ancestrais são tanto os escravizados como os homens e mulheres livres. Cria-se assim, no Haiti, uma dicotomia entre uma memória gloriosa e uma memória do sofrimento referente ao período colonial. Portanto, falar da memória da escravidão no Haiti não é um exercício simples, apesar de ocupar um lugar central na memória social dos haitianos.

Analisando o caso haitiano podemos alegar que o próprio contexto da Revolução de 1791 impedira a preservação do passado colonial escravista a partir da memória de sofrimento. Era preciso criar novas formas de coesão social, um novo começo, que não se sustentava nas velhas tradições dos engenhos. Mas, também compreendemos que tal escolha é inclusive fundamentada num exercício consciente por parte da elite econômica e política de manter seu *status quo*. Numa tentativa de esconder os traumas, as condições de vida dos escravizados e tornar menos provável estabelecer relações entre esse passado dito superado pela Revolução e a vida dos haitianos com traços visíveis desse passado⁸⁶. Pois, os patrimônios são também portadores de valores cognitivos, remetem a conhecimentos pedagógicos, ensinamentos cívicos e informações variadas para a sociedade (CHOAY, 2001).

Como observou Françoise Choay (2001), no caso da memória da Segunda Guerra Mundial conservada nos campos de concentração que são transformados em monumentos, as memórias dramáticas “lembram um passado cujo peso e, no mais [das] vezes, cujo horror proíbem de confiá-los somente a memória histórica (2001, p. 23). Ou seja, esses monumentos que relembram a dor mantêm presente no cotidiano das pessoas, as atrocidades que já foram praticadas, e a partir de um trabalho de memória se apropriam das mesmas e elaboram novas narrativas no presente e outras possibilidades futuras, atestando assim para a função política e moral da memória (TODOROV, 2000; JELIN, 2002). Nesse sentido, é necessário que

⁸⁶ Apesar do Haiti possuir quase nenhuma materialidade do período colonial que atesta o modo de vida dos escravizados, observa-se algumas ações pontuais desde o final do século XX no âmbito internacional. Destacamos o papel que teve o país no projeto “Rota do Escravo” ao propor, juntamente com vários países africanos à UNESCO em 1993, a necessidade do projeto para romper com o silêncio acerca do tráfico negreiro e da escravidão no mundo. Rota do Escravo disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146546_por. Acesso em: 24/08/2022.

esses bens culturais que fazem referência à organização social dos escravizados no Haiti conquistem também o interesse do Estado, sejam resgatados, ganhando lugar central na memória oficial, trazendo para o debate as desigualdades persistentes nas sociedades, frutos da modernidade/colonialidade.

Porém, sabendo do peso econômico do patrimônio para os Estados modernos é válido indagar sobre a apropriação das memórias historicamente marginalizadas pelo Estado, como a herança africana, apenas como bem de consumo. Exemplos do Haiti, da Martinica - país caribenho de ultramar francês -, e do Brasil, países com realidades diferentes, que lidaram e lidam de forma distintas com a escravidão e suas consequências atestam como essa memória, apesar de ações por parte do Estado de patrimonializá-la, se trata de uma memória subterrânea, fraca (POLLAK, 1989; TRAVERSO, 2012; CARNEIRO; PINHEIRO, 2016, p. 74; CHIVALLON, 2005; 2006), e sobretudo uma memória manipulada pelo poder estatal.

No caso da Martinica, os museus, que, por exemplo, fazem alusão ao período colonial enfatizam uma história industrial e técnica da produção do açúcar sem enunciar a realidade sensível da escravidão, deixando de lado os atores principais desta história, os escravizados (CHIVALLON, 2005; 2006). No caso brasileiro, observa-se que, apesar dos tombamentos do Cais do Valongo no Rio de Janeiro, patrimônio da Humanidade desde 2017 e que é também patrimônio cultural do Mercosul; o tombamento do sítio de candomblé da Casa Branca do Engenho Velho; e o sítio da Serra da Barriga Parte mais Alcantilada - os poucos patrimônios históricos negros no Brasil -, a população negra, é ainda a que mais sofre da violência material e simbólica do Estado (CARNEIRO; PINHEIRO, 2016; PIERRE-LOUIS et al., 2019).

No Haiti, como apontado, os elementos simbólicos avocados e os sentimentos mobilizados, sobretudo, pelo governo ditatorial durante a fase mais marcante da patrimonialização foram escolhas conscientes vinculadas às tradições historiográficas no país, que priorizaram a construção de uma identidade nacional baseada nas memórias gloriosas da Revolução de 1791. Ou seja, a apropriação dos símbolos nacionais pelo duvalierismo fundamentaram-se em valores preexistentes e respeitados pela nação. Enquanto o passado heroico de liberdade era evocado, as principais iniciativas voltadas à cultura e ao patrimônio se deram num contexto socio-histórico bastante violento para com o povo. Um período que se caracterizou por um preconceito aberto aos camponeses e suas manifestações culturais (HURBON, 1979, 1987; VOLTAIRE, 2015). A construção de um nacionalismo heroico como única

identidade nacional não favoreceu a patrimonialização das memórias de sofrimento da escravidão, inclusive, o passado indígena mal é lembrado⁸⁷, e essas escolhas reforçaram violentas práticas. Esse é o contexto socio-histórico e político no qual o Estado haitiano passou a se interessar pelo patrimônio nacional.

Faz-se necessário ainda refletir sobre as formas pelas quais esses bens legitimados foram recebidos pela população diretamente afetada pela patrimonialização de um dos maiores símbolos desse passado épico. Nos referimos aos monumentos do PNH-CSSR e a população de Milot. Mas antes disso falta apresentar um pouco da construção desses monumentos, questão essa que norteia o próximo subcapítulo.

3.2.O *PARC NATIONAL HISTORIQUE*, MILOT E HENRY CHRISTOPHE

Sentez-vous la douleur d'un homme de ne savoir pas de quel nom il s'appelle? A quoi son nom l'appelle? Hélas seule le sait notre mère l'Afrique! [...] Nous, nos noms, puisque nous ne pouvons les arracher au passé, que se soit à l'avenir!

Aimé Césaire, *La tragédie du roi Christophe*⁸⁸

Os Parques Nacionais são áreas de notável importância natural que estão sob o cuidado do poder público e que são reservados para a preservação da fauna e flora para o usufruto humano (GILBERT, 1985, p. 417; HÉRITIER, LASLAZ, 2008, p. 14-15 apud DEMESVAR, 2015, p. 26). Os estudos sobre a preservação da natureza apontam que foi no final do século XIX que a palavra parque passou a referir-se a todo espaço natural extenso protegido (DUBOIS et al., 2011, p. 714-715 apud DEMESVAR, 2015, p. 26), e a ser associada ao nacional, enfatizando assim, a intervenção estatal na questão. Esses estudos também relatam que o primeiro uso da ideia de Parque Nacional foi nos Estados Unidos em 1832, e o primeiro sítio a ser preservado foi o Parque Nacional Yosemite na Califórnia, em 1864 (BARBELLI, ILDOS, 2009, p. 246 apud DEMESVAR, 2015, p. 27).

⁸⁷ Também os bens culturais que relembram a presença indígena no país, estão todos em condições de abandono.

⁸⁸ Você sente a dor de um homem que não sabe qual é o seu nome? Como o nome dele o chama? Infelizmente, só a nossa mãe África sabe! [...] Nós, nossos nomes, já que não podemos arrancá-los do passado, que seja do futuro! (Tradução nossa). CÉSAIRE, Aimé. **La tragédie du Roi Christophe**. Paris: Présence Africaine, 1970, p. 37.

No entanto, os Parques Nacionais passaram a existir oficialmente só em 1872, quando o Congresso Americano do *Yellowstone National Park Protection Act* criou o Parque Nacional com o mesmo nome. Foi nesse momento que se desenvolveram as primeiras políticas de proteção e valorização dos recursos naturais, bem como as primeiras regras de gestão que serviriam de modelo para outros parques nacionais do país e do mundo todo (BARBELLI, ILDOS, 2009, p. 246 apud DEMESVAR, 2015, p. 27; DIEGUES, [1994]/2008). O modelo estadunidense foi adotado por outros países ainda no final do século XIX, como o Canadá em 1885, a Nova Zelândia e o México em 1894 e a África do Sul em 1898. No início do novo século, em 1903, a Argentina criou suas reservas florestais nacionais. Outros países latino-americanos como o Chile, foi em 1926, e o Brasil em 1937 (DIEGUES, 2008, p. 7).

Antônio Carlos Diegues (2008) aponta que, bem que os Estados Unidos foram pioneiros na criação dos Parques Nacionais, os ideais preservacionistas que fundamentaram essas investidas foram detectados na Europa, sobretudo na Inglaterra muito tempo antes. A ideia de criar parques nacionais esteve muito ligada ao desejo de proteger a natureza - com inegáveis valores estéticos (ocidentais) - contra os efeitos do mundo moderno, industrial e urbano; contra ações destrutivas do ser humano. Em compensação deveriam funcionar como um lugar de escape, de desfrute para o ser humano. O modelo de Parques Nacionais dos Estados Unidos enfatizava as unidades de conservação que não tivessem sido modificadas pelo Homem, mas sobretudo, onde o Homem não fosse - e nem devesse ser - morador (DIEGUES, 2008, p. 29). Assim, dos espaços naturais protegidos, foram excluídas populações inteiras que frequentemente mantinham laços com o lugar desde séculos, tendo com isso consequências nefastas sobretudo no Terceiro Mundo.

Mas esse modelo de Parque Nacional, que excluía a presença de moradores locais, começou a ser criticado nos anos 1960. A expulsão massiva de populações indígenas e tradicionais em alguns países africanos e latino-americanos trouxe para o debate as relações entre populações tradicionais e as unidades de conservação com maior ênfase nas décadas de 1980. Nessa perspectiva, segundo Antonio C. Diegues (2008), se destaca o IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, em 1992, que marca uma nítida mudança em relação a esta questão em âmbito internacional. Recomendou-se maior respeito pelas populações tradicionais, e que também mudassem de estratégia sobre o reassentamento dessas populações em

outras áreas, atestada a importância de fazerem parte da área a ser preservada (DIEGUES, 2008, p. 109-110).

A especialista em turismo e patrimônio natural e cultural, Selma Zaiane (2004, apud DEMESVAR, 2015, p. 30), aponta que, em nível internacional, a noção de Parque Nacional tem sido definida de formas variadas ao longo do tempo, mas de forma geral, todas as definições mantiveram a ideia principal de proteção do local pelos seus valores naturais e seu uso para recreação e educação pública. A mais recente definição de Parque Nacional que encontramos foi publicada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em 2008, e diz assim:

Categoria II: Parque Nacional. As áreas protegidas da categoria II são grandes áreas naturais ou próximas de áreas naturais reservadas para proteger processos ecológicos em grande escala, juntamente com o complemento de espécies e ecossistemas característicos da área, que também fornecem uma base para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas aos visitantes, compatíveis com o ambiente e a cultura (IUCN, 2008, p. 16. Tradução nossa)⁸⁹.

Todavia, ao lado da noção de Parque Nacional soma-se a noção de Parque Nacional Histórico. Esse também inclui elementos naturais, mas enfatiza, sobretudo, valores históricos, culturais e artísticos, que sejam monumentos arquitetônicos, esculturas ou pinturas, elementos geológicos e estruturas de carácter arqueológico (GILBERT, 1985 apud DEMESVAR, 2015, p. 31). Nessa definição se enquadra o *Parc National Historique - Citadelle, Sans-Souci, Ramiers* (PNH-CSSR) no Haiti, localizado no departamento do Norte dentro dos limites das cidades de *Milot, Dondon, Plaine-du-Nord* e *Grande Rivière-du-Nord* (Figura 13).

Figura 13 - Mapa destacando o departamento do Norte no Haiti e a superfície do PNH- CSSR.



⁸⁹Category II: National park Category II protected areas are large natural or near natural areas set aside to protect large-scale ecological processes, along with the complement of species and ecosystems characteristic of the area, which also provide a foundation for environmentally and culturally compatible spiritual, scientific, educational, recreational and visitor opportunities (Texto original em inglês).

Fonte: Guide de voyage Petit Futé Haïti 2018-2019⁹⁰

O processo de constituição do PNH-CSSR se inicia nas décadas de 1960 e vai até os anos de 2010. Primeiramente, o perímetro do parque foi, conforme a Lei de 1961, declarada área reservada pelos seus valores naturais. Depois, por decreto em 1968, os Parques Nacionais e Sítios Naturais foram definidos como uma extensão de terra arborizada ou não, contendo monumentos históricos ou naturais, que devem permanecer intactos sem sofrer exploração agrícola ou florestal⁹¹. Esse decreto estipulava que a área a ser preservada deveria ser expropriada caso pertencesse totalmente ou parcialmente a particulares. Os Parques Nacionais e Sítios Naturais foram por esse decreto gerenciados pelo Departamento da Agricultura dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural juntamente com o Serviço Nacional do Turismo.

Assim, uma superfície de pelo menos 250 hectares em torno dos monumentos de Milot foram enquadrados como Parques Nacionais e Sítios Naturais. Dez anos depois, uma série de trabalhos de restauração de utilidade pública foram realizados por resolução, na Cidadela e no Palácio *Sans-Souci*. E, em 1995, foi proposto ao governo, uma lei que introduzisse na administração, complementando o decreto de 1968, a noção de Parque Nacional Histórico. Esse projeto de lei mantém a ideia do Decreto de 1968, mas, a diferença dos Parques Nacionais, os Parques Nacionais Históricos estariam sujeitos às políticas de proteção do patrimônio cultural.

O Projeto-lei de 1995 objetiva a valorização e promoção do patrimônio natural e cultural nacional de maneira equilibrada e durável de acordo com o desenvolvimento social e econômico mediante o desenvolvimento de um turismo respeitoso dos valores culturais, ecológicos e humanos da região⁹². Nesse mesmo ano, o PNH-CSSR juntamente com dezenas de outros monumentos, em sua maioria militares do período colonial e pós-independente, como o *Fort Jacques* e o *Fort Alexandre* - que juntos formam outro Parque Nacional Histórico não muito longe de Porto-Príncipe - foram tombados como patrimônio nacional. Mas, foi somente na década de 2010 que a

⁹⁰ Disponível em: [Etape 2 : Sélectionnez votre format de téléchargement | ebookfute.com](#). Acesso em: 01/07/2022.

⁹¹ HAÏTI. Loi du 31 juillet 1961. **Le Moniteur** n° 76 du 7 août 1961; HAÏTI. Décret du 18 mars 1968. **Le Moniteur** n° 23 du lundi 18 mars 1968.

⁹² Apenas foi localizado o Projeto de Lei tratando da criação do Parque Nacional Histórico em Milot, a Lei não foi localizada. Aparentemente não tem nenhum documento nacional que define o que seria um PNH, no entanto oficialmente o país possui 2 PNH. HAÏTI. **Proposition de loi portant création du Parc National Historique - Sans Souci - Citadelle - Ramiers**. Septembre 1995.

delimitação exata do PNH-CSSR foi estipulada⁹³. Antes disso, em 1982, o parque foi tombado pela UNESCO como patrimônio da Humanidade a partir dos critérios IV e VI conforme orientado pelo ICOMOS⁹⁴. Esses critérios enfatizam os valores universais de liberdade e da abolição da escravidão moderna.

Apesar da UNESCO e o Estado Haitiano enfatizar apenas os valores históricos e culturais do PNH-CSSR, como vimos, pela própria definição de parque nacional histórico, o sítio integra também importantes valores naturais, composto de montanhas, planaltos, planícies, rios, cavernas e cascatas. É uma das mais importantes áreas da biodiversidade do país que integra uma flora e fauna de espécies raras, como aves, répteis, anfíbios, orquídeas e plantas medicinais, por sinal, muitas delas estão ameaçadas de extinção (SERGILE, 2001; 2009; GASPARD 2000 apud DEMESVAR, 2015). Nesse sentido, o Parque Nacional Histórico de Milot, no Haiti, combina valores históricos, culturais e naturais e seus principais monumentos foram idealizados por Henry Christophe.

Henry Christophe, esse homem que se autodeclarou rei Henry I é na historiografia, de forma geral, apresentado como um violento, um extravagante e um audacioso. Jean Price-Mars, importante intelectual haitiano do século XX e que muito contribuiu para a *Négritude*, o apresenta como alguém de personalidade forte, “magnificamente orgulhoso”, animado por um sentimento de superioridade e que supervalorizava a sua dignidade e poder (PRICE-MARS, 1933, p. 22). Thomas Madiou, Beaubrun Ardouin e Joseph Saint-Rémy, principais historiadores haitianos do século XIX, o apresentam como cruel e inumano, em comparação com seu maior rival, Alexandre Pétion.

Os dois homens, Henry Christophe e Alexandre Pétion, se destacaram durante a Guerra da Independência, e são juntamente com Jean-Jacques Dessalines e Toussaint Louverture os mais importantes heróis da nação haitiana. Os três primeiros, Henry Christophe, Alexandre Pétion, e Jean-Jacques Dessalines são os Pais Fundadores da Nação. Os interesses políticos desses três homens se assemelhavam: defender a independência, construir uma nação forte financeiramente e militarmente. Assim, os caminhos percorridos por eles foram os mais diversos, mas

⁹³ HAÏTI. Arrêté du 8 janvier 2014, délimitant physiquement le Parc National Historique Citadelle, Sans Souci, Ramiers. **Le Moniteur** n°. 169, Jeudi 16 Janvier 2014

⁹⁴ ICOMOS. *Conseil International des monuments et des sites. Liste du patrimoine mondial*, n. 180, maio de 1981. Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/180/documents/>. Acesso em 12/10/2019.

todos se iniciaram da mesma forma: em torno da agricultura e da propriedade da terra. Em outubro de 1806, Dessalines, imperador Jacques I, foi vítima fatal de um plano de oposição devido aos descontentamentos motivados, entre outros, pela sua política agrária de estatizar a propriedade no país e de proceder à sua distribuição apenas pela locação temporária (RENÉ, 2019, p. 91-146).

Após o assassinato do “vingador e libertador dos cidadãos haitianos”, como Jean-Jacques Dessalines foi denominado pela Constituição Imperial, uma Assembleia Constituinte teve lugar e uma nova Constituição foi votada estabelecendo um sistema republicano e elegendo como presidente Henry Christophe. Mas, os interesses diferentes levaram à uma guerra civil conduzida pelas elites regionais com a intenção de tomar o poder, levando à divisão do país em dois estados, um no Sul e outro no Norte. Henry Christophe, comandante em Chefe das Forças Armadas e comandante da divisão territorial do Norte, organizou seu próprio Estado em 1807, e autoproclamou-se rei Henry I do Reino do Haiti, em 1811. E, Pétion foi proclamado pelo senado Presidente da República do Sul, formada pelas divisões territoriais do Oeste e do Sul.

No seu reino, Henry I se preocupava com políticas educacionais universais e gratuitas em todos os níveis do ensino. Adotou para sua região a técnica lancasteriana de educação mediada por professores ingleses, e escolheu o inglês como língua de ensino. Fez vir intelectuais europeus que pudessem ajudar na criação de academias para o ensino técnico e superior, fazendo da Cidade Real de *Sans-Souci*, um salão intelectual. O rei se dedicou ao desenvolvimento econômico, conseguiu manter certa relação comercial com o Ocidente e aumentar suas exportações além de manter em alta as receitas do reino. Por isso, ao lado da designação de déspota encontra-se a imagem do “*Roi bâtisseur*” [o reconstrutor]. Um rei que é também conhecido na historiografia por ter construído uma dezena de palácios e castelos e algumas fortalezas que monumentalizam a paisagem nacional. Um rei que modernizou e industrializou seu reino, equipando-o das mais importantes infraestruturas (PÉRARD, 2018).

Essas realizações são analisadas por todos os estudiosos do rei como sendo um progresso violento que custou grande força trabalhadora, dinheiro e sangue. Pois Henry I teria priorizado a grande propriedade, instaurado uma vez mais o trabalho forçado nos campos de agricultura e para a construção das cidades, além de perseguir e encarcerar opositores. O rei era impiedoso, qualquer tarefa ou missão mal elaborada

podia terminar com as punições mais severas ou até a morte. Todos os meios eram adequados para alcançar o progresso e a civilização do Estado-nação nascente (MADIOU, 1987, 1988, tomo 4-6; SAINT-REMY, 1839; PRICE-MARS, 1934; TROUILLOT, 2016).

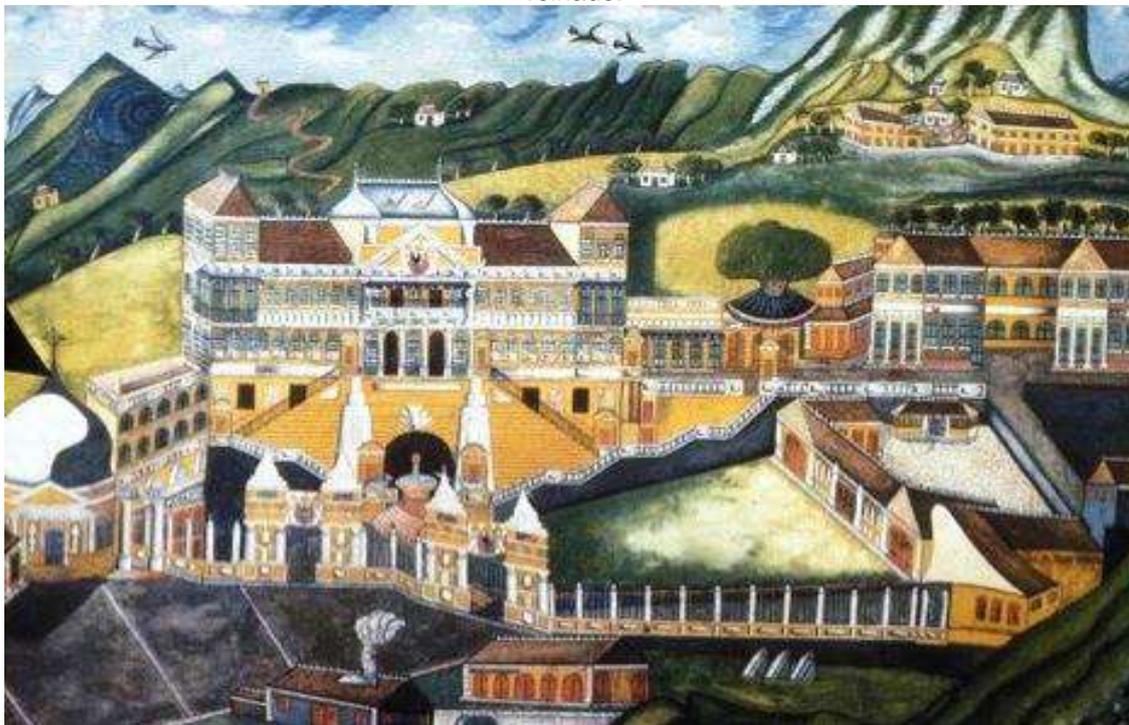
Lembramos que o Haiti era, no início do século XIX, o único Estado que havia abolido a escravidão e, portanto, vivia num contexto bastante hostil no Atlântico. Para se defender desse mundo ameaçador e se precavendo de uma invasão estrangeira e do restabelecimento do sistema colonial escravista, o país tomou uma série de medidas. Entre elas estão os artigos das primeiras constituições nacionais que impediam aos brancos de possuir propriedades no país; outros artigos garantiam a não intervenção da ilha para modificar, de uma forma ou outra, a organização interna das outras colônias, numa tentativa de exportar a Revolução para suas populações, numa tentativa de atenuar a imagem do Haiti como inimigo.

Outra medida tomada foi a orientação dada por Dessalines aos comandantes das divisões militares do país de construir fortalezas de defesa em todo o território nacional. Um mês depois da Proclamação da Independência, foram orientados a elevar nas mais altas montanhas, as mais inacessíveis, fortalezas para manter a integridade do novo Estado-nação⁹⁵. Henry Christophe, sendo o comandante da divisão militar do Norte, fez construir em Milot, a *Citadelle Laferrière* sob o comando de Henry Barréo complexo de *Ramiers* e depois da sua coroação, planejou a Cidade Real de *Sans-Souci*, onde reinou no seu palácio também chamado *Sans-Souc*⁹⁶ (Figura 14).

⁹⁵ *Arrêté qui règle quelques points importants du service militaire et de L'administration*. art. 17. 7 février 1804. Cf. LINSTANT de Pradine. *Recueil Général des Lois et Actes du Gouvernement d'Haiti: Depuis la proclamation de son indépendance jusqu'à nos jours*. 2ème. Ed. Tome 1. Paris, 1886. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=Kel-AAAAYAAJ&pg=GBS.PP8&hl=pt>. Acesso em: 03/02/2022. Segundo Thomas Madiou, essa declaração foi feita em 9 de abril de 1804 (1848, p. 145-146).

⁹⁶ Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 101-111), disserta sobre as prováveis origens do nome do palácio. Entre elas existe a possibilidade de Henry Christophe ter denominado seu palácio, Sans-Souci, por ser sua residência preferida, onde conseguia relaxar e ficar sem preocupações, conforme a tradução de *sans-souci*; ou de ter emprestado o nome do palácio de verão de Frederico o Grande, *Sans-Souci*; ou ainda ter se apropriado do nome de um dos chefes dos bandos insurgentes boçais, Sans Souci, para nomear o seu palácio, num ato ritualístico de se apropriar de uma das suas mais importantes vitórias.

Figura 14 - Numa Desroches, Sans Souci. ca. 1820. Citando La Selve (1881, p. 42-44), Bulamah, informa que Numa Desroches foi aluno da Escola Real de Milot e um dos pintores mais célebres do reinado.



Fonte: *Bibliothèque des Frères de l'Instruction Chrétienne*, Porto-Príncipe In: BULAMAH, 2018, p. 78.

A Cidade Real de *Sans-Souci* era a capital política, militar e administrativa construída entre a cordilheira do *Bonnet à L'Évêque*, no Grande Norte, tendo o *Cap-Henry*⁹⁷ como a capital comercial e financeira (PÉRARD, 2018). A edificação da Cidade Real precisou de grande recurso humano e financeiro. Todo o Norte foi mobilizado para a construção dos monumentos. Estima-se que 10 mil a 20 mil pessoas da população do reino participaram da sua construção (BULLETIN DE L'ISPAN, n. 28, 2011, p. 14), e muitos, pelas condições difíceis de trabalho, mas também por qualquer momento de capricho do rei morreram, segundo Thomas Madiou (1987, 1988, tomo 4 e 5). Aparentemente a população estava mais do que disposta para construir os monumentos que garantiriam a soberania do Estado-nação, mas se queixava da violência exorbitante do rei que achava desnecessária (MADIOU, 1848, p. 147).

A *Citadelle*, o legado de pedra e arrogância de Henry I (TROUILLOT, 2016, p. 63), não chegou a ser finalizada no alto dos 970 metros de altitude acima do

⁹⁷ Com o fim do reino, *Cap-Henry* se tornou *Cap-Haïtien* ou na forma reduzida, *Le Cap*, que era no período colonial *Cap-Français*, a principal cidade de *Saint-Domingue*. Atualmente é a segunda cidade mais importante do país, capital do Departamento do Norte onde se encontra a cidade de Milot.

nível do mar, onde se encontra. Na época do rei, guardava cerca de 360 peças de canhões, tinha no seu interior quartéis e jardins, um sistema muito elaborado de tubos e cisternas e paredes colossais, podendo abrigar e alimentar cerca de milhares de homens⁹⁸. Jean Price-Mars, se refere à *Citadelle* por essas palavras:

é a primeira cristalização de orgulho indomável e dominador de Christophe! A concepção da Cidadela vai além da grandeza do simples propósito de uma defesa heroica contra um ataque. Tal como se apresenta aos nossos olhos deslumbrados [...] percebemos que estava destinado a ser [...] o último refúgio inviolável de um povo que se ampara na sua energia de viver livre ou morrer (PRICE-MARS, 1934, p. 31. Tradução nossa)⁹⁹.

As análises recentes do ISPAN (BULLETIN DE L'ISPAN, n. 28, 2011) apontam para a escolha não muito estratégica, do ponto de vista militar, de Henry I construir tão imponentemente a *Citadelle* (Figura 15). Pois, em termos militares, a cidadela foge de toda tática de guerra, sendo suas proporções mais propícias a serem atacadas (BULLETIN DE L'ISPAN, n. 28, 2011, p. 12). Essa análise corrobora a hipótese de que a fortaleza não foi pensada sobretudo como uma obra de defesa.

Figura 15 - Citadelle Laferrière.



Fonte: Loudmia A. Pierre-Louis, 2019.

⁹⁸ UNESCO. *Parc National Historique – Citadelle, Sans Souci, Ramiers*. Disponível em: [Parc national historique – Citadelle, Sans Souci, Ramiers - UNESCO World Heritage Centre](#). Acesso em: 01/06/2022.

⁹⁹ *C'est la première cristallisation de l'orgueil indomptable et de la fierté dominatrice de Christophe! La conception de la Citadelle dépasse en grandeur le simple dessein d'une défense héroïque contre un siège quelconque. Telle qu'elle se présente à nos yeux éblouis [...], on se rend bien compte qu'elle était destinée à être [...] la dernière retraite inviolable d'un peuple arc-bouté dans son énergie de vivre libre ou mourir* (Texto original em francês).

Jean-Louis Vastey, barão do reino, reportou-se às construções da igreja de Milot e o Palácio *Sans-Souci* da seguinte maneira: “Essas duas estruturas, erguidas por descendentes de africanos, mostram que não perdemos o bom gosto e o gênio arquitetônico de nossos ancestrais, eles que cobriram com seus soberbos monumentos a Etiópia, o Egito, Cartago e a antiga Espanha” (VASTEY, 1819, p. 201. Tradução nossa)¹⁰⁰. Entendemos assim que os monumentos eram os símbolos que serviam para a construção de uma identidade nacional a partir de tradições que não se limitavam ao período colonial escravista e, portanto, à uma memória de sofrimento. Os ancestrais escravizados aparecem como gênios e homens de bom gosto. Os monumentos serviam para reabilitar a dignidade do Homem negro. Eram obras políticas que serviriam também para assentar o poder e majestade do rei, o poder do seu reino¹⁰¹.

Por sua vez, o sítio de Ramiers, era composto por quatro redutos e o complexo residencial e militar complementar de defesa (Figura 16).

Figura 16 - Dois dos quatro redutos do sítio de Ramiers.



Fontes: Raphaëlle Castera/ ISPAN, 2022; TourHaiti, Site des Ramiers, Haïti, 2016¹⁰².

¹⁰⁰ *Ces deux édifices construits par les descendants des africains, démontrent que nous avons conservé le goût et le génie de nos ancêtres pour l'architecture; eux qui ont couvert de leurs superbes monumens, l'Éthiopie, l'Égypte, Carthage et la vieille Espagne!* (Texto no original).

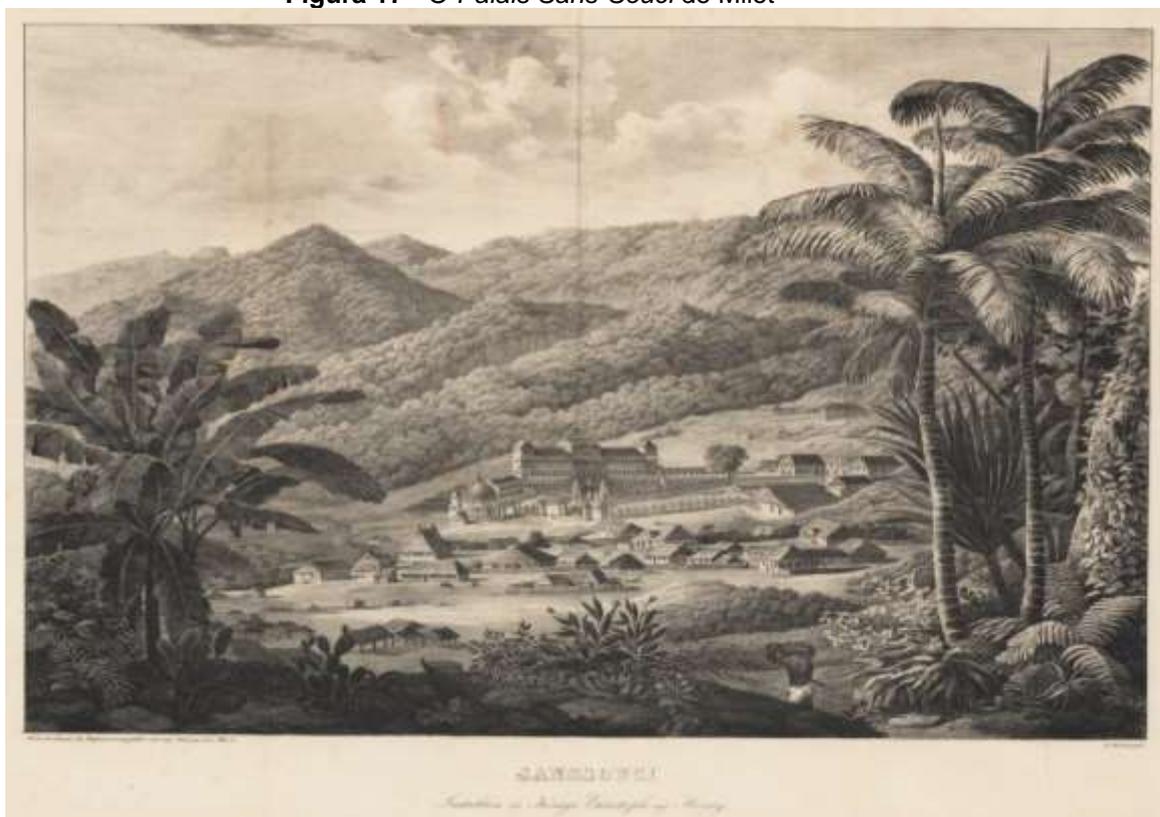
¹⁰¹ Não encontramos nenhum estudo que fizesse uma análise significativa sobre os aspectos arquitetônicos dos monumentos do PNH de forma relacionada às raízes africanas. Em contrapartida, a UNESCO aponta os aspectos barrocos e clássicos da construção de Sans-Souci, e o caracteriza como uma mescla de modelos arquitetônicos diversos da Europa (Potsdam, Viena, Paris). Disponível em: <https://whc.unesco.org/fr/list/180/>. Acesso em: 20/05/2020. Nesse sentido, esse olhar sobre as referências africanas precisa ser estudado e aprofundado. Esta nota de rodapé já consta num trabalho anterior, mas achamos importante reproduzi-lo aqui também. Cf. PIERRE-LOUIS; UHLE, 2021.

¹⁰² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BFe59z3uL9C/>. 23/07/2022.

Já o *Palais Sans-Souci* e as suas dependências foram construídos numa área de cerca de oito hectares. O conjunto arquitetônico incluía as residências da família real, edifícios administrativos, estábulos, quartéis, presídios, arsenal, oficinas de manutenção diversas, hospital, ourivesaria, vidraçaria etc. O conjunto foi embelezado com imensos jardins, lagos e fontes, inaugurado em 1813¹⁰³. Tanto os visitantes nacionais, admiradores e críticos do rei como viajantes estrangeiros no século XIX se surpreenderam ao se depararem com Sans-Souci (Figura 17). Sobre esse ponto Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 68) traz as percepções de alguns viajantes.

O geógrafo Karl Ritter, que desenhou um esboço do Palácio poucos dias antes da morte de Christophe, julgava-o “consideravelmente impressionante para quem o vê”. O visitante britânico John Candler, que viu um edifício deserto e que considerou de mau gosto, admitiu que deve ter sido “esplêndido” na época de Christophe. O médico estadunidense Jonathan Brown escreveu que Sans Souci tinha “a reputação de haver sido um dos edifícios mais magníficos das Índias Ocidentais”.

Figura 17 - O *Palais Sans-Souci* de Milot



Fonte: RITTER, Carl. *Naturhistorische Reise nach der westindischen Insel Hayti*, Stuttgart: Hallberger 1836.

No relato de viagem do oficial francês Edgar La Selve, no Haiti, no final do século XIX, ele nos informa que a cidade já estava totalmente arruinada na

¹⁰³ UNESCO. *Parc National Historique – Citadelle, Sans Souci, Ramiers*. Disponível em: [Parc national historique – Citadelle, Sans Souci, Ramiers - UNESCO World Heritage Centre](https://whc.unesco.org/en/whc/parc-national-historique-citadelle-sans-souci-ramiers). Acesso em: 01/06/2022.

década de 1880. A cidade de Milot, outrora majestosa, estava decaída, nada mais era interessante de se ver, além da *Citadelle* e das ruínas do Palácio (Figura 18). Apesar da cidade estar em ruína, os monumentos, segundo o viajante, ainda atraíam a curiosidade de todos que por ali passavam. De acordo com o relato do francês, ele aceitou o convite de um advogado da cidade do *Cap-Haïtien* para visitar os monumentos aos quais os moradores dessa cidade se referiram com bastante prazer e entusiasmo. Podemos pensar que os monumentos de Milot não foram esquecidos pela população local, pois era comum ter visitas e excursões incentivados por seus relatos adulados. Em contrapartida, esses monumentos foram abandonados pelo poder público.

Pois, Edgar La Selve se preocupava com uma total desapareção das ruínas do Palácio que era demolido pelos locais e usavam seus materiais para a construção de outras edificações, como a de uma igreja na cidade de *Grande-Rivière* à 11km de Milot (LA SELVE, 1881, p. 31). Numa visita realizada em 2019, na ocasião da realização de um trabalho de campo, alguns guias turísticos nos afirmaram que materiais do Palácio, como os azulejos construíram outras casas da cidade. O antropólogo Rodrigo Bulamah num estudo realizado em 2018, na cidade de Milot, também traz relatos parecidos ao nos informar que o piso de algumas casas da cidade é feito de pedras e azulejos que foram retirados do Palácio *Sans-Souci*, ou mesmo pela incorporação nas novas construções de outras ruínas da Cidade Real, conforme contado pelos moradores de Milot (BULAMAH, 2018, p. 61 e 65).

Ainda no final dos anos de 1820 dava para ver alguns detalhes da construção do *Palais Sans-Souci* como a cor das suas paredes de um branco fosco, os jardins com árvores frutíferas ainda existiam e alguns objetos reais ainda vagavam no interior do Palácio. Mas tudo estava já num estado de ruína (D'ORBIGNY, 1836). A cidade em si perdera seu brilho, a igreja real estava quase perdendo o seu domo. A *Citadelle Laferrière*, no entanto, parece que ainda fazia jus aos motivos que lhe deram vida. Durante a visita do naturalista francês Alcide d'Orbigny em Milot, no ano de 1826, ele nos relata que a *Citadelle* era ocupada por militares que impediram a sua entrada na fortaleza (D'ORBIGNY, 1836, p. 15-20).

Todo o esplendor da Cidade Real foi arruinado com o levante da população do Norte contra o rei de muito bom gosto, mas cruel demais. Com a morte de Alexandre Pétion no Sul, Jean Pierre Boyer o substituiu e retomou o movimento de reunificação da ilha, primeiro foi o reino de Henry I, segundo foi a parte leste de

Quisqueya. Uma oposição generalizada obrigou Henry I a renunciar ao poder sem no entanto, se deixar cair em mãos inimigas. Uma crise de apoplexia o tinha deixado sem a mobilidade da parte direita do corpo, o que tinha comprometido a sua habilidade de guerrear. Impossibilitado, então, de enfrentar a oposição, o rei se suicidou em 8 de outubro de 1820 e seu corpo foi enterrado na sua Cidadela. O Reino do Norte ficou sem herdeiro, os príncipes, François Ferdinand e Victor-Henri foram assassinados, e a rainha, Marie-Louise Christophe junto com as princesas, Françoise-Améthyste e Athénaïs se exilaram (SAINT-RÉMY, 1839, p.19). A Cidade Real foi destruída e os bens reais, usurpados.

Foto 18 - Ruínas do Palácio *Sans-Souci*.



Fonte: LA SELVE, 1881, p. 26.

Anos depois, em 1842, um terremoto abalou toda a ilha de Quisqueya acarretando grande perda humana e material, destruiu o que o tempo e as mãos humanas não conseguiram derrubar totalmente. Aparentemente ninguém da nova elite nacional quis fazer seu o legado de Henry I. Apesar do reconhecimento nacional e internacional dos monumentos, apesar da cidade de Milot como as outras cidades do Reino do Norte estarem já bem estruturadas, todo o legado do rei foi abandonado e destruído. Afinal, eram também os símbolos de um período superado, o país não estava mais dividido, doravante era uma só nação.

Como já vimos, a patrimonialização no Haiti privilegiou a memória heroica da Revolução de 1791. E, a memória oficial perpetuada acerca de Milot e de

seus monumentos pelo poder estatal narram a construção da Cidadela e *Ramiers* como fortalezas que serviam para defender a liberdade e independência do povo, conquistada após longa e árdua luta contra o colonialismo francês. O Palácio *Sans-Souci*, por sua vez, atesta a majestuosidade de um rei e de todo um povo negro. Numa tentativa do Estado de eliminar os conflitos em torno desses monumentos, as fortalezas de Milot como as das outras cidades do país são lembradas como símbolo da resistência negra contra a escravidão e o racismo.

Nesse contexto de luta contra o colonialismo e a escravidão podemos dizer que esses monumentos, construídos para defender a liberdade e a independência, funcionam, como aponta Françoise Choay (2001, p. 18), como “uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança [...] de garantia das origens [que] dissipa[m] a inquietação gerada pela incerteza dos começos [...], tenta[m] combater a angústia da morte e do aniquilamento”. Mas, paradoxalmente, eles serviam também para controlar a população nacional e sem contar que seu processo de construção foi bastante violento para com a população local.

O historiador Jean Alix René (2019, p. 131-134) relata que nos limites do que hoje é a *commune* de Dondon, se encontravam um dos territórios quilombola mais importantes do período pós-independência, e essa comunidade liderada por Noël Débaud representava um dos principais inimigos do governo. Tanto Dessalines como Christophe se articulavam para dar fim a essa comunidade e é justamente em uma das montanhas da *commune* de Dondon que foi construído o complexo de *Ramiers*. Coincidência? Talvez, mas certamente com o complexo de *Ramiers*, controlar o território quilombola se tornaria mais fácil.

Jean Alix René, no seu livro, tenta analisar e compreender a formação do Estado Haitiano e a cultura política popular na primeira metade do século XIX. O historiador (2019, p. 15) tenta responder a suas principais inquietações: Por que e como, em uma sociedade onde a liberdade e a igualdade foram tão importantes para sua gênese, o poder estatal conseguiu impor formas diferentes e limitadas de exercício desses direitos? E, sobretudo, quais foram as reações dessa população obcecada por liberdade e igualdade frente às ações estatais? Uma das teses apresentadas pelo historiador para entender a violência estatal é o fato da nova elite política e militar querer obsessivamente reconquistar a outrora condição de “*Perle des Antilles*” de *Saint-Domingue*.

Por muito tempo, a situação complexa que foi para o Haiti de ser o único país, que tinha abolido a escravidão no mundo atlântico e o fato dos diferentes setores da sociedade se encontrarem atados entre a liberdade e a razão de Estado pode ser entendido como uma das origens da violência do Estado Haitiano. Esta razão de Estado girava em torno da prosperidade econômica e militar do país, desatendendo às questões de liberdade do povo (RENÉ, 2019, p. 94). Mas, a questão é que os interesses de classe da elite acabaram se confundindo com a razão de Estado. Como, então, conseguir essa prosperidade no contexto histórico do início do século XIX e frente ao próprio entendimento de liberdade do povo?

Para os primeiros chefes do Estado Haitiano, a solução estaria na grande propriedade e na produção agrícola voltada para o comércio exterior, ou seja, na reorganização do sistema de plantação. O problema era o entendimento radical de liberdade do povo que se negava em trabalhar para os outros, rejeitando o entorno violento, hierárquico e de vigilância que seria o “novo” sistema de plantação. Reclamava para si sua parcela de terra, o controle sobre seu tempo, o controle da sua identidade individual, enfim, sua autonomia, daí que entra a ação violenta do Estado para conseguir a submissão do povo (RENÉ, 2019, p. 37-147). Vemos então que o Haiti ao se tornar independente, apenas articulou a colonialidade do poder sobre novas bases institucionais, o Estado-nação. E, como demonstra os estudos decoloniais (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005; CASTRO-GÓMEZ, 2005), o Estado-nação sendo produto do poder só é possível se for ao mesmo tempo uma estrutura de poder, monopolizador legítimo dos meios de violência e de controle e vigilância da população. Afinal, o “Estado ocidental - Moderno, colonial, capitalista e racista - não pode subsistir sem se inventar miseráveis [...]” (CASIMIR, 2018, p.111, Tradução nossa)¹⁰⁴.

O governo de Henry I está, portanto, localizado dentro desse contexto histórico de um Estado Haitiano preso entre esta razão de Estado e o entendimento popular de liberdade e igualdade. Mas, a memória nacional, histórica acerca dos monumentos construídos por Henry I no seu reino não ressuscitou a imagem do rei violento, do sistema criado por ele que marginalizou a maioria da população, das mortes perpetradas durante o seu governo. Os cerca de 10 a 20 mil homens e mulheres que participaram da edificação dos monumentos da Cidade Real não foram

¹⁰⁴ *L'État occidental - moderne, colonial, capitaliste et raciste - ne peut subsister sans s'inventer des misérables, [...].* (Texto original em francês).

exaltados, aqueles que padeceram também não. Apenas a figura do rei é lembrada e honrada. E, inclusive durante o período mais marcante da patrimonialização, muitos camponeses foram expropriados, sem serem indenizados (HURBON, 1987; PIERRE-CHARLES, 1973).

As obras idealizadas por Henry Christophe podem, então, serem interpretadas a partir da noção de monumentos volúveis, conforme definidos por Alois Riegl ([1903]/2014, p. 31-48). Ou seja, como obras intencionais, concebida justamente para fazer lembrar o poder do rei, a vitória da Revolução, o saber-fazer dos negros ex-escravizados de Saint-Domingue. Mas também os monumentos podem ser pensados a partir da seguinte afirmação de Walter Benjamin ([1940]/1987, p. 226): “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”. Para Michael Löwy (2011, p. 23), a sétima tese sobre a escrita da História de Walter Benjamin pode ser atribuída “à ‘corvéia sem nome’ imposta ao povo”. O povo fica no esquecimento enquanto constrói monumentos prestigiosos em nomes de “grandes” homens lembrados pela história. Além de não ser lembrado, o povo tampouco tem acesso ao bem cultural produzido, não usufrui do mesmo. Michael Löwy (2011, p. 24) explica melhor:

[...] a idéia de Benjamin tem uma significação mais ampla: na medida em que a alta cultura é produzida pelos privilégios advindos da labuta viva das massas, em que ela não poderia existir sob a forma histórica sem o trabalho anônimo (escravos, camponeses ou operários), em que os bens culturais são “produtos de luxo” fora do alcance dos pobres, este tesouros da alta cultura são, inevitavelmente, em todos os modos de produção, fundados sobre a exploração – quer dizer, sobre a apropriação do trabalho excedente por uma classe dominante. Estes são, então, “documentos de barbárie”, nascidos da injustiça de classe, da opressão social e política, da desigualdade, da repressão, dos massacres e das guerras civis.

Milot é, portanto, marcado por sucessivas ondas de violências materiais e simbólicas. No entanto, observa-se uma tentativa de deixar no esquecimento esse lado da história silenciando os abusos praticados na construção da Cidade Real e durante o processo de patrimonialização. O que pensam, então, os moradores de Milot a respeito? Como se relacionam com as ruínas de Henry e suas terras? Qual a memória social que existe em torno de Milot? No próximo subcapítulo nos dedicamos a essas perguntas para tentar entender a apropriação do Parque Nacional Histórico pela população de Milot e sua relação com esse Patrimônio Nacional e da Humanidade. Estudaremos o patrimônio sob o ponto de vista da memória social desses cidadãos.

3.3. MILOT, MEMÓRIA, ORALIDADE E HISTÓRIA

Ao apontarmos anteriormente o papel da UNESCO nos tombamentos dos bens históricos, culturais e naturais no Caribe Insular, e em específico o processo de patrimonialização no Haiti, o contexto socio-histórico desse processo e a memória oficializada em torno dos principais monumentos históricos do país, nos referimos, sobretudo, à chamada memória histórica ou nacional ou à memória monopolizada pelo Estado-nação. Essa memória consiste nas estratégias intencionais do Estado de fazer seu o trabalho de escolher e de materializar os mitos de origens como as memórias do passado recente da nação e forjar assim, uma identidade, um imaginário social e político nacional (LIFSCHITZ, 2016, p. 73-75). E, vimos que através do *Parc National Historique* (PNH-CSSR), em Milot, a memória histórica, nacional lembra a bravura de toda uma nação contra a escravidão e o projeto de progresso de Henry I. Além de terem sido no período da patrimonialização, monumentos portadores da promessa de trazer uma melhor condição de vida aos moradores locais mediante o mercado turístico.

No entanto, também vimos que a construção dos monumentos de Milot, com Henry Christophe, foram violentos para com a população e durante a ditadura dos Duvalier - que marca o período mais notável da patrimonialização no Haiti - os camponeses continuaram sendo um dos grupos mais marginalizados e violentados. E, uma das práticas mais frequentes do período, foram as expropriações das suas terras de forma arbitrária (HURBON, 1987; PIERRE-CHARLES, 1973). Para a delimitação do PNH-CSSR, inclusive, muita terra teve que ser expropriada como previsto no Decreto de 1968 e conforme o modelo de Parque Nacional estadunidense de espaços naturais desabitados. Segundo o balanço feito pelo ISPAN, entre 1979 e 1982 foram construídas casas para os camponeses que haviam sido expropriados, mas o documento não traz nenhum detalhe referente a essas construções, às indenizações e outras questões relacionadas.

No trabalho do antropólogo, Rodrigo Bulamah (2018), os moradores de Milot o relataram sobre a expulsão das suas terras, dentro do espaço que constitui o PNH-CSSR, durante o governo ditatorial. Nas palavras de Valsan, um senhor idoso de Milot, o interesse estatal para os legados do passado trouxera para os moradores as “consequências da história”. “Acabamos por entender que o que é de Christophe não é nosso”, o dissera Valsan, pois “retiraram as casas para deixar somente as ruínas

[...] (BULAMAH, 2018, p. 53). Numa entrevista com Maxime Myrbel em 2020, um guia turístico em Milot, no contexto da realização deste trabalho, informou que os moradores locais “plantavam batata doce, plantavam aipim e banana na Cidadela” [...]. Mas com a transformação dos monumentos em bens públicos “todo mundo perdeu suas posses e ninguém foi indenizado”. Assim, vemos uma oposição evidente entre a memória histórica, nacional e a memória social dos moradores locais.

Vários são os pesquisadores que fizeram da memória o seu tema principal de estudo, analisando-a sobre diferentes prismas. Entre os estudiosos clássicos da memória destaca-se Maurice Halbwachs que, desde o campo da sociologia, pesquisou-a, essencialmente, a partir das relações sociais. Para Halbwachs, a memória é, decerto coletiva, social. O sociólogo enfatiza a impossibilidade de que exista uma memória estritamente individual, sendo “cada memória individual um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, [1950]/1990, p. 51). Para o autor, as lembranças do indivíduo, mesmo as mais íntimas, se dão sempre a partir da sua relação de pertencimento a grupos sociais definidos e dependem das combinações entre os quadros sociais, dos sistemas de valores.

Desta forma, a memória social estaria sempre em constante e incompleta construção no presente. Maurice Halbwachs (1990, p. 71), assim afirma: “[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente além disso preparada por outras reconstruções feitas em época anterior e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. Essas reconstruções feitas em época anterior, referem-se a uma memória “herdada”, “vívda por tabela”, como analisa Michael Pollak (1992, p. 2). São os acontecimentos não vividos pessoalmente pelo indivíduo, mas que pertencem ao grupo ao qual ele faz parte e que são apropriados pela socialização.

Ou seja, para que ocorra o exercício da memória é imprescindível a existência de uma comunidade afetiva, que o indivíduo mantenha laços com o grupo ao qual tal memória pertence. Além do mais, o indivíduo precisa estar engajado com o passado lembrado, pois é isso que determinará como cada um se lembrará dos mesmos acontecimentos, com mais ou menos intensidade. E, é essa adesão afetiva ao passado que permite a construção da imagem identitária. A possibilidade de lembrar e esquecer momentos específicos da sua história é o que sustenta a identidade, como bem apontou John Gillis (1994 apud JELIN, 2002, p. 24). Pois, é o que garante o sentimento de permanência e de pertencimento no tempo e no espaço.

A memória coletiva, social é, por isso, responsável pela manutenção dos valores do grupo, da identidade do mesmo por se referir a um passado que está vivo ou “capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 1990, p. 81).

Sintetizando,

podemos portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva*, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5. Destaque do autor).

Assim, ao contrário da memória histórica - fixada pela escrita, e, portanto, uniforme - a memória social é múltipla, contínua e com limites irregulares e incertos e ela tem na oralidade o seu meio de preservação e de continuação (HALBWACHS, 1990, p. 53-57; 80-89). Segundo Víctor Vich e Virginia Zavala (2004, p. 9-21), tanto a memória como a identidade têm como suporte a oralidade. Para eles, a oralidade, todo o conversado na vida cotidiana formal ou informalmente, constitui-se em meio de interpretar e de dar significado ao passado. Ou seja, constitui-se como meio de atualização da memória. E, portanto, possibilita também a construção das identidades e a formação das comunidades.

Contudo, uma das principais críticas à história oral é justamente referente à inconsistência da memória e, portanto, à sua falta de veracidade. Assim, aproveitamos para enfatizar que a pretensão da história oral não é a busca da verdade - aliás faz tempo que a própria história não pretende mais descrever as coisas “tal como aconteceram”. Essas críticas a respeito da história oral estabelecem uma estreita oposição entre memória e história, sendo sua relação, “na verdade, bem mais complexa, e envolve, concomitantemente, apropriação, diálogo, destruição e contribuição” (DELGADO, 2003, p. 20).

La historia oral se interesa por el conjunto de significados que la gente produce sobre su presente y sobre su relación con los demás. [...] En otras palabras: para los historiadores orales no sólo importa “lo sucedido” sino también las maneras en que la gente suele experimentar los hechos y comienza a interpretarlos desde su propia posición en el contexto social (VICH; ZAVALA, 2004, p. 89-90).

Assim, a história oral não pretende conferir informações “oficiais” mediante as entrevistas. Mas, pela sua devida análise e crítica, sempre interpretada à luz da subjetividade, (BOM MEIHY; HOLANDA, 2020, p. 26), procura se aproximar da versão daquela pessoa entrevistada. É interessante sempre lembrar que “a memória não é um depositário passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de

significados” (PORTELLI, 1997, p. 33). É neste sentido que fazemos, nesta parte do trabalho, uso da memória social e conseqüentemente da história oral. Pois, o que nos interessa são as experiências, a relação dos moradores de Milot e suas narrativas acerca do patrimônio do PNH-CSSR.

O patrimônio, como um dos principais meios de manutenção e de preservação da identidade de vários grupos da nação, constitui-se como espaço de disputas por narrativas entre os diferentes grupos da sociedade. Se o Estado faz uso dos bens patrimoniais para se legitimar, legitimar uma memória nacional específica, a população, ela acaba por se relacionar com os mesmos de forma diferente, ressignificando-os como referência para outras histórias, outras memórias e identidades muitas vezes ausentes das fontes oficiais. A história oral, nesse sentido, pode ajudar a dessacralizar as memórias oficiais, naturalizadas pelo patrimônio histórico e cultural (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2018, p. 138), uma vez que as memórias populares subterrâneas são ressaltadas pela história oral em oposição à memória oficial. A história oral se enquadra, portanto, num esforço de democratizar o saber historiográfico, legitimando as narrativas dos grupos historicamente marginalizados (POLLAK, 1992).

Assim a relação entre patrimônio, identidade, memória e história oral se dá numa tentativa de ampliar as possibilidades de interpretação das narrativas de grupos sociais, como a comunidade de Milot, acerca dos bens patrimoniais. Neste trabalho, por meio da pesquisa oral temática (ALBERTI, 2019, p. 48)¹⁰⁵, pretendemos, portanto, dialogar com os moradores desta cidade, identificando sua relação com a memória e identidade, podendo assim ter maior contato com o envolvimento pessoal da população local com esse patrimônio, um contato mais íntimo.

É incontestável que os monumentos do PNH-CSSR são motivo de grande orgulho nacional, sobretudo, para os moradores de Milot que em seu dia a dia, mantêm relações diversas com os monumentos que são ressignificados. Para os moradores dessa cidade, os monumentos do Parque Nacional Histórico constituem a “oitava maravilha do mundo” (BULAMAH, 2018, p.80) e são transformados em obras de arte que ornamentam as suas casas (p. 49). Ao questionarmos alguns moradores

¹⁰⁵ Rapidamente lembramos que existem três gêneros distintos em história oral: história oral de vida, tradição oral, e história oral temática. A história oral temática é usada em projetos que tenham um recorte temática muito específica, e que não versam sobre toda a experiência de vida do indivíduo, por exemplo, e não depende de um longo trabalho de campo e de observações constantes sobre o coletivo. Exige a existência de um questionário mais criterioso (ALBERTI, 2019; BOM MEIHY; HOLANDA, 2020).

sobre o que significam os monumentos do PNH-CSSR para eles, todos confirmaram que o parque tem grande valor e o relacionam com suas identidades. Myrbel Maxime, homem de 32 anos, quem criou uma associação de guia turística em Milot para seguir melhor as tradições familiares, disse assim:

[...] preciso te contar que os monumentos de Milot significam muito para mim. Mesmo que eu vá para outro lugar, toda vez que penso na Cidadela, sempre penso na minha educação, porque foi com a Cidadela que comecei minha educação. Meu pai e minha mãe começaram a trabalhar com os turistas, os encontrando e, então, decidi seguir na mesma linha. Meu pai é um daqueles que trabalha com os turistas em Milot há muito tempo. Nos anos de 1994 e 1995, durante a ocupação americana¹⁰⁶, se não me engano, ele era escolhido para guiar os soldados brancos da base americana de Cabo-Haitiano para levá-los à Cidadela (Myrbel, 2020).

E continua:

Então, mesmo que eu tenha outro trabalho fixo, eu teria que ter um cavalo trabalhando [levando os turistas até a Cidadela], teria que ficar na Associação de Guias, para que eu possa sempre usar o dinheiro ganho da Cidadela, porque eu amo muito isso. Eu sempre quero proteger o parque, eu sempre quero fazer o que é certo ali, eu sempre quero dar meu apoio, ajudar. Se tem alguma coisa a ser feita, mesmo que não seja por dinheiro, se tem alguma coisa a ser feita e que será bom para o parque, eu sempre quero participar. Mas, tem coisas que gostaríamos de fazer no parque e o ISPAN não nos permite, porque é ele o responsável pelo parque. Por exemplo, a estrada pode estar quebrada e nós tentamos arrumá-la, para facilitar a circulação de carros, mas o ISPAN não nos deixa. Mas isso não nos impede de sempre ficar atento ao parque [...] (Myrbel, 2020).

Os relatos de Sophonie Jean-Blaise, uma artesã que se formou em turismo, também são parecidos:

Sabe, para mim o parque tem tanta importância! Eu sinto que se não tivesse o parque em Milot, Milot não significaria nada, nada mesmo [...]. É graças ao parque que fui criada, que fui à escola. Tem muita importância para mim. Meus pais estavam sempre envolvidos com questões turísticas, trabalhavam com isso. Tem muita gente que vive do parque, comercializando seus produtos. É com o dinheiro dos produtos vendidos aos estrangeiros que cuidam dos filhos, que cuidam da família (Sophonie, 2022).

Para quem não trabalha com o turismo, como a dona Rose-Berthide Dorcin de 37 anos, recepcionista na prefeitura de Milot, os sentimentos são os mesmos:

O PNH, a *Citadelle*, *Sans-Souci*, tem muito valor para mim, porque são Patrimônio Mundial [...]. Quando falo de *Sans-Souci*, da Cidadela eu sinto muito orgulho, eu sinto muito orgulho porque sou de Milot, eu sou de uma cidade que tem monumentos históricos, eu sinto que venho de um lugar

¹⁰⁶ Maxime Myrbel se refere à Operação *Uphold Democracy*, uma intervenção militar encabeçada pelos Estados Unidos, mas na qual participaram vários outros países entre 1994 e 1995. Na ocasião, o país passava por uma crise política depois do presidente Jean-Bertrand Aristide, democraticamente eleito em 1990, ter sofrido no ano seguinte um Golpe de Estado por uma junta militar que estabeleceu um governo militar "provisório".

importante apesar de ser do interior, temos valor histórico¹⁰⁷. Isso me deixa feliz, muito feliz (Rose-Berthide, 2022).

E acrescenta:

Quando você está na Cidadela e olha pra *Ramiers* é uma coisa inexplicável, a Cidadela está lá em cima e *Ramiers* lá embaixo, é uma coisa muito bonita de se ver. Você pode sair da Cidadela a pé e ir para *Ramiers* andando em cima da montanha, pode demorar um pouco, 45 minutos. Acho que é um prestígio para a cidade [...]. Quando você olha para os monumentos, é uma coisa inexplicável. É um prestígio para a cidade, vão permanecer na história (Rose-Berthide, 2022).

Assim, vemos que essa importância não se limita a um sentimento pessoal, mas se estende para o coletivo. Segundo nossos colaboradores¹⁰⁸, para todos da cidade, o PNH-CSSR é muito significativo, tanto se beneficiam como cuidam dele.

Maxime Myrbel nos conta:

Para a segurança da Cidadela é a população quem faz isso. A Cidadela é a população que mora na área que dá segurança, porque as pessoas que contrataram como guardas não estão equipadas, não têm nem mesmo um bastão e cuidam de algo tão grande assim. Isso quer dizer que, caso aconteça alguma coisa, os guardas vão ter que chamar os moradores para ajudá-los. Na verdade, a região, somos nós que a protegemos (Myrbel, 2020).

Maurice Étienne, um senhor de 69 anos que nasceu em 8 de outubro de 1953, no mesmo dia que Christophe se suicidou - “provavelmente para substituir o Rei”, como ele disse brincando - recita trechos enormes de livros, fala de si e da cidade com muito entusiasmo. Responsável por um centro cultural que é também um hostel, ele é uma referência em Milot. Todos com quem falamos explicando o projeto e nossa necessidade de falar com uma pessoa mais velha, mencionaram seu nome. Aliás, ele também foi muito importante nas pesquisas do Bulamah (2018). Maurice Étienne disse assim:

Eu respeito o parque assim como todos os meus avôs o respeitavam, porque se não fosse por eles, não haveria o PNH. Felizmente, tive pais que foram... a história nos é transmitida de pais a filhos, temos pessoas que estão sempre nos mostrando, nos contando a história da Cidadela, a história

¹⁰⁷ A relação entre o mundo rural e o mundo urbano – praticamente representado pela capital, Porto Príncipe - no Haiti é bastante conflitiva. O mundo rural é muito marginalizado mesmo compondo a maioria da sociedade haitiana. Para uma aproximação com essa questão Cf. Gérard BARTHELEMY. *L'univers rural haïtien. Le pays en dehors. Paris, L'Harmattan, 1989.*

¹⁰⁸ Todos os autores que tratam da história oral e que usamos como referência usam a terminologia “depoentes” e “depoimentos” para referir-se aos entrevistados e às entrevistas. No entanto, nós preferimos falar em entrevistas e colaboradores, como defende José Carlos Bom Meihy. Segundo o autor, tratar a entrevista como um depoimento tem uma carga bastante violenta, pensando no uso dessa palavra durante a ditadura militar. E, pensar o entrevistado e o entrevistador como colaboradores enfatiza o trabalho da história oral como um diálogo, uma conversa entre ambos e a construção compartilhada do documento. Enfatiza também o respeito que o oralista tem que ter pelo outro, respeitando suas opiniões e visão de mundo. Cf. BOM MEIHY, 2002, 2021.

de Christophe, o que nos fez ter um amor, não apenas pelas obras de Christophe, mas amor pelo país. Se fosse para o Estado, o PNH não teria valor. O que o torna valioso são as balas de canhão que estão lá, é o monumento *Sans-Souci* que está lá? Mas houve um tempo em que pessoas do Cabo-Haitiano, pessoas de todos os lugares vinham pegar tijolos e pedras de *Sans-Souci* para construir casas, construir outras coisas em outros lugares. Mas é graças ao povo de Milot que se levantou e disse não, não foi o Estado que disse não, que isso não pode ser feito. Desde então, todas as pessoas que vinham buscar tijolos, claro, o povo de Milot também fazia isso, pararam, disseram que não, não podemos destruir esses monumentos que estão ali. Foi por isso que *Sans-Souci* ainda está lá. É verdade que foi destruído pelo terremoto de 1842, mas o que mais o destruiu foi o vandalismo (Etienne, 2022).

Ou seja, segundo os moradores de Milot são eles mesmos que cuidam dos monumentos da cidade antes mesmo de se converterem em patrimônio. Evidenciam o seu protagonismo na proteção do bem tombado e apontam com isso a ausência do Estado na proteção tanto dos valores históricos de Milot como dos valores naturais. Sophonie disse assim:

Pensando no meio ambiente em relação a como Milot era e como é agora, posso dizer que é uma coisa diferente, não tem um Estado que realmente se responsabilize pelo parque. No passado de Milot o parque era bem cuidado, tinha muitas árvores. Mas no momento você vai ver que as coisas estão realmente decadentes, como não tem um Estado, mesmo que tenha alguém que se esforce, você vai encontrar outros grupos de pessoas cortando as árvores. Se vier um estrangeiro, ele vai ver que é muito verde, que está normal e muito bonito, mas em relação a quantidade de árvores que tinha, desmataram muito (Sophonie, 2022).

Rose-Berthide também conta o mesmo:

No passado, quando você ia até a *Cidadela*, havia muitas árvores, não tantas no Palácio *Sans-Souci*. A Cidadela tinha uma fruta chamada tangerina que é feita como uma laranja, as pessoas plantaram muito dela, uma coisa maravilhosa, os pés estavam sempre bem cheios de uma bela verdura, uma fruta linda de cor salmão quase. Agora as coisas são tão difíceis que as pessoas, nos arredores do parque, estão cortando as árvores para fazer carvão. As coisas não são como antes. O outro dia eu estava na Cidadela, fui com um amigo meu, eu vi que não era a mesma coisa, quase não tem mais tangerina (Rose-Berthide, 2022).

Com um tom bastante emotivo, Maurice Étienne pergunta:

Como entender que o espaço do PNH em tempos passados constituía o celeiro da cidade do Cabo-Haitiano, por que a comida que comiam lá vinha daqui, um espaço verde em termos de exportação? Milot era um dos principais lugares que produzia café, cacau, tudo isso. E era isso que muita gente fazia para mandar os filhos para a escola, mas agora muita gente está cortando árvores para fazer carvão. Isso significa que a área verde quase não existe mais, porque as pessoas cortam muitas árvores e o pior disso tudo é que o Estado não faz nada para preservar o PNH e para que as pessoas não derrubem as árvores. Agora tem gente que vai para a República Dominicana para comprar coisas, mas quando eu era criança, você sentia falta de outras coisas, mas você nunca passava fome, porque você encontrava comida em todo lugar, abacate, manga, laranja, muitos legumes, fruta-pão de massa e de caroço. Eles cortaram para fazer carvão, para fazer madeira, mesmo que

destruam o parque assim, não há nada que impeça as pessoas de fazê-lo, não há intervenção do Estado (Etienne, 2022).

Segundo Maurice Étienne, antigamente as pessoas não cortavam tantas árvores, não porque a vida tenha sido em algum momento mais fácil, mas entre os anos de 1960 e 1970, durante a ditadura militar por exemplo, em Milot tinha mais representantes do Estado, e lembra que era a época que coincide com a patrimonialização dos bens. Porém, reconhece que as pessoas tinham mais respeito pelo parque, pelos seus valores naturais, não porque entendiam realmente valorizavam o lugar, mas tinham que ser cautelosas, porque se tratava de uma época com muita violência e pouco valor à vida humana. E lamenta que com o desmatamento em torno do PNH, perde-se a proteção natural do lugar e uma das principais moradas dos espíritos. Com a decadência de Milot, de lugar que produzia muita comida, os ideários de Christophe também decaíram, porque para proteger a independência, ele entendia que o povo primeiro precisava sobreviver e por isso era necessário produzir comida. Nas palavras de Maurice Étienne, Christophe incentivou a agricultura de exportação, mas também de produtos a serem consumidos localmente, e reitera assim o seu encantamento pelo Homem político e suas obras:

É por isso que somos obrigados a amar a Cidadela, obrigados a amar a filosofia de Christophe porque a Cidadela simboliza a vida ou a morte. Então, ou vivemos livres, ou morremos. Porque se vivemos, não podemos viver com vergonha, e do jeito que vivemos, parece um povo que não entende o valor da vida. A vida não é só você ter o fôlego que respira, mas precisa ter um mínimo de bem-estar. É pensando no mínimo de bem-estar, que Christophe não apenas construiu *Ramiers*, a *Citadelle* e *Sans-Souci*, mas deu a terra para trabalhar, deu técnicos para acompanhar a produção, para assim, o povo viver com dignidade (Etienne, 2022).

Com o tempo, Milot mudou. Os moradores não só lamentam porque a cidade ficou menos verde como também no caso de Rose-Berthide, lamenta a perda de alguns costumes:

Quando eu era criança e ia para a *Citadelle* era uma coisa maravilhosa, agora o caminho não é o mesmo. Até os valores do povo estão mudando. Agora o povo só quer usar motos para subir até a *Citadelle*, quase não usam mais os cavalos, e o Banco Mundial quer que voltem com o mesmo costume do cavalo, para que não usem mais a moto para subir até a entrada da Cidadela, eles querem tirar essa coisa. Que eles voltem ao costume do cavalo! Não é mais o mesmo. Mas eu gostaria que em um certo tempo pudéssemos voltar a todas essas coisas, seria uma coisa maravilhosa de novo (Rose-Berthide, 2022).

Maurice Étienne nos conta que antigamente, antes de expandir o caminho que leva à *Citadelle*, facilitando a subida de motos e carros, as pessoas subiam normalmente a pé ou em dorso de cavalo. Ele lembra que inclusive os

trabalhos na época dos Duvalier, para aumentar o caminho trouxe o debate em torno da ideia de autenticidade do monumento. E, agora, com a patrimonialização, os cavalos dos quais fala Rose-Berthide são usados como atrativos turísticos, levam os visitantes até a Cidadela. Maxime Myrbel nos conta como funciona o uso dos cavalos:

Antes, todo mundo tinha seu próprio cavalo, assim, você, tendo condições, podia apenas comprar um cavalo, e prepará-lo corretamente e daí você o coloca na linha para trabalhar. Agora eles criaram um sistema onde fazem uma lista de todos que têm cavalos. Então, se aquele cavalo levou alguém hoje, amanhã, se Deus quiser, quando outro grupo de pessoas vier, será a vez de outro cavalo. É assim que organizamos. É um costume que existe há tempo, mas voltou com mais força com o presidente Michel Martelly [2011-2016] (Myrbel, 2020).

Os relatos dos nossos colaboradores demonstram como as pessoas de Milot se apropriam do PNH-CSSR através da sua importância histórica, natural e sobretudo turística como meio de subsistência. Também o espaço do parque é utilizado por elas para realizar várias atividades de lazer. Rose-Berthide lembra que quando criança brincava no Palácio, por exemplo. Nos diz Bulamah (2018, p. 78-79) que, sobretudo nos espaços do Palácio, as pessoas se encontram e “fazem ensaios de dança, estudam recostadas em alguma das colunas ou jogam futebol no pátio”. Mas, acima de tudo, os monumentos do PNH-CSSR são as bases para uma certa cultura histórica entre os moradores locais.

Para o historiador alemão Jörn Rüsen (1994, p. 7), a cultura histórica se entende “[...] *en cuanto percepción y significación del tiempo, orientación en él y establecimiento de una finalidad en él gracias y por medio del recuerdo histórico*”. Ou seja, a cultura histórica pode ser entendida como o conjunto de “atos ou objetos de cultura em que a perspectiva do tempo e sua interpretação são tematizados e recebem sentido e significado, geralmente a partir de uma narrativa, mas também concentrados em símbolos ou decisões” (CERRI, 2021, p. 62). Pode-se, portanto, “atribuir à cultura histórica todas as produções sociais, individuais e coletivas, que procuram dar visibilidade ao passado, às experiências de grupo no tempo” (ERDMANN, 2006, p. 31-32 apud RIBEIRO, 2013, p. 6). E, os monumentos do PNH-CSSR, evocados pelos moradores de Milot, nos lugares mais diversos - “em escolas, em centros comunitários [...] ou em mercados, [...] praças, bares e ruas ou mesmo nos terreiros das casas” (BULAMAH, 2018, p. 70), - servem justamente para discutirem sobre a história, falar dos tempos passados e do tempo presente enquanto almejam o futuro, produzindo e reforçando a identificação da comunidade com o PNH-CSSR.

Assim, a cultura histórica depende de processos de socialização, da memória social e das tradições compartilhadas de geração em geração entre um determinado grupo (RIBEIRO, 2013). A caminhada à Cidadela ou a festa da Cidadela que ocorre anualmente durante a semana da Páscoa é uma das principais formas como essa cultura histórica se faz presente. Todos nossos colaboradores falaram desta festa que reúne pessoas de todo o país e do exterior. Enfatizaram que era uma ocasião para os moradores locais, tanto de Milot como de outras cidades próximas, de conseguirem ganhar um pouco de dinheiro comercializando alguns produtos - comida, artesanato, lembranças etc. Mas não somente. Durante a festa da Cidadela, várias atividades culturais são realizadas na cidade desde antes mesmo da Semana Santa e é, portanto, um momento de importantes trocas culturais e de lazer. As histórias em torno do porquê celebram a Semana Santa subindo à Cidadela tem versões variadas, mas todos os colaboradores reconhecem nisso um costume, uma tradição que todos seguem.

Conversando com Rose-Berthide, ela nos diz que essa celebração se deve ao fato dos monumentos terem sido construídos nessa época e que, portanto, seria a celebração da inauguração dos mesmos. Maurice Étienne, por sua vez discorda dessa versão, porque aponta que a *Citadelle* é uma obra inacabada e o rei nunca iria querer apresentar às pessoas uma obra inacabada. Mas vê na festa da Cidadela um símbolo patriótico e teme uma provável desapareição dessa festa pois não têm na cidade apoio do Estado para sua devida valorização. Segundo ele, o Estado inclusive perde uma boa oportunidade para lançar mensagens patrióticas e “formar a alma haitiana”.

Mas durante o trabalho de campo de Rodrigo Bulamah (2018), alguns moradores de Milot o contaram que realizam a peregrinação à Cidadela na quinta-feira santa por ter sido o dia de folga fixo que os trabalhadores tinham durante a construção da fortaleza. Como tinham que permanecer no local de trabalho, os familiares então vinham visitá-los e comemoravam juntos o feriado. Segundo eles, a prática de ir até a *Citadelle* permaneceu para além da morte de Christophe, para além da deterioração dos monumentos, “ficou na história” (BULAMAH, 2018, p. 95). Na ocasião da festa da Cidadela, segundo o autor, os moradores de Milot como os visitantes de outros lugares comemoram os ancestrais, os personagens historicamente conhecidos como Christophe e aqueles que a história não registrou o nome.

Assim, “percorrer esse caminho é, por conseguinte, [...] lembra[r] não só a glória de Christophe, mas o esforço e o sofrimento de tantos ancestrais comuns” (BULAMAH, 2018, p. 94-95). Já apontamos essa relação ao evidenciar como alguns haitianos, muitos deles camponeses, se entendem como descendentes de homens escravizados e como descendentes de homens livres, revolucionários. Nessa perspectiva, por meio dos monumentos de Milot os moradores se apropriam da memória gloriosa da Revolução de 1791 e da memória de sofrimentos dos ancestrais subjugados. A memória social em torno de Milot resguarda, portanto, elementos que a memória nacional, histórica quis silenciar, como por exemplo: o protagonismo dos trabalhadores na construção dos monumentos do parque. Os moradores de Milot, apontam também o caráter violento de Henry I e atestam que foi um período difícil, que demandou bastante trabalho forçoso e que ceifou muitas vidas. Nesse sentido Rose-Berthide nos conta:

Muitas pessoas perderam a vida na construção da Cidadela, muitas pessoas perderam a vida na construção de *Sans-Souci*. Quando te contam a história, o imperador era alguém muito violento. Nos arredores da cidade, em cima da montanha tem um lugar que é igual a um dorso de cavalo, o imperador, quando alguém não queria trabalhar, ele o levava lá em cima e lá tinha um penhasco, qualquer passo em falso, podia cair. O imperador levava os soldados e os trabalhadores para desfilar, se escorregassem caíam do penhasco (Rose-Berthide, 2022).

No entanto, para outros moradores como Sophonie e Maurice Étienne, a violência de Christophe é justificável, ele tinha sua filosofia e conseguiu elevar suas obras. Sophonie diz:

Segundo a história foi Christophe que construiu o PNH com seus soldados. E para mim, para te dizer bem, mesmo que Christophe tenha sido violento ou não, o que ele queria realizar ele realizou. Ele tinha um objetivo e foi realizado, para mim, sabe, o sonho de Christophe foi realizado, é assim que entendo a história (Sophonie, 2022).

Já Maurice Étienne reconhece que existem várias correntes na história de Christophe e muitas o retratam como um rei violento, mas ele tenta entender a questão no “seu contexto e da forma mais séria possível”. Pois, nossa independência foi arduamente conquistada, diz ele, e não podíamos baixar a guarda, era preciso sempre ficar vigilantes para preservar a independência, mas os novos cidadãos haitianos não queriam trabalhar, então Christophe não teve outra opção a não ser forçá-los. “Era uma questão de vida ou de morte”. Apontamos também como o historiador Alix René (2019), evidencia o entendimento radical de liberdade do povo que se negava, logo depois da independência, em trabalhar para os outros,

reclamando para si sua parcela de terra e sua autonomia. O Estado haitiano, preso entre a natureza violenta do Estado moderno e uma vontade de sair da colonialidade, negou essa liberdade aos novos camponeses e foi intensamente violento para conseguir a sua submissão (RENÉ, 2019, p. 37-147). Porém, no final, Maurice Étienne duvida dessas práticas violentas por parte do rei tão admirado e diz:

não acho que Christophe forçou todos os trabalhadores para construírem Milot, acho que as pessoas participaram da construção de Milot como se fosse um dever patriótico que tivessem. Porque a ideia de Christophe era mostrar ao mundo inteiro quem somos nós e o que podemos fazer. E é por isso que ele construiu tudo o que construiu, são coisas que podemos tocar com as mãos, coisas que nos dão orgulho. E uma das maneiras de ter orgulho é no trabalho, entende? Estas são todas as ideias por trás da Cidadela, o sítio de *Ramiers e Sans-Souci* (Etienne, 2022).

Mas os relatos dos moradores de Milot não se referem somente ao passado remoto do século XIX, o passado recente também é evocado e carrega lembranças igualmente violentas. Às vezes, também essas violências são entendidas e justificadas. Por exemplo, o período da patrimonialização dos monumentos de Milot, durante a ditadura dos Duvalier, como já apontamos, é lembrado pela desapropriação de terras de muitas famílias. Licius Valsan, morador de Milot relatou à Bulamah

[no espaço do Palácio *Sans-Souci*] havia árvores, fruta-pão, frutas, todo tipo de coisas. No meu caso, meu pai vivia ali, em Sans Souci. Eu nasci no Palácio, no Palácio Sans Souci. Sabe, eu era menino [...], mas foi ali onde eu nasci, foi ali onde eu cresci. (...) Foi com Duvalier que vieram derrubar as casas. Quando terminaram de derrubá-las, começaram a cortar as árvores. (...) depois vieram retirar todos os destroços. Havia bananas, essas coisas.... Nos fizeram cortar tudo, árvores, tudo. O Estado expulsou as pessoas, removeram tudo o que tinha. Fizeram isso pro Palácio ficar vazio. Fizeram isso para deixar somente a ruína (BULAMAH, 2018, p. 52-53).

Sophonie, por sua vez, diz não ter ouvido muitas coisas dos mais velhos do processo de patrimonialização, de como o Estado procedeu para patrimonializar os monumentos, no entanto sempre fazendo alusão aos turistas, nos lembra:

o que eu já ouvi dos mais velhos quando falam do passado é que no parque vinham muitos turistas, o valor do dólar e do *Gourdes* (moeda nacional) não estava tão distante. Na época também muitas pessoas perderam suas terras e por falar em perder terra, até agora o Estado está de olho em várias casas que dizem fazer parte do Palácio. Dizem que tinham inclusive pago a essas pessoas, no passado, para que fossem construir em outro lugar. Mas até agora eu vejo essas casas. As pessoas ainda moram nelas. Ao contrário, continuam construindo. Sim, no passado havia pessoas morando e plantando nos arredores do Palácio (Sophonie, 2022).

Segundo Myrbel Maxime foi com a patrimonialização dos monumentos que o parque passou a ter valor. Antes disso, as pessoas da cidade plantavam no espaço

do sítio como fazia seu avô, porque desconheciam o valor econômico dos monumentos mediante o turismo.

Posso dizer que as pessoas da região conheciam a Cidadela porque costumavam ir lá, mas porque ninguém mais vinha visitá-la, elas não sabiam do seu valor, e acabaram por plantar aí dentro, na época. Eles plantaram batatas, plantaram aipim e plantaram bananas na Cidadela. Antes deles sabiam que a Cidadela era importante e podia ser lucrativa, foi usada como horta. [...] Você sabe como os camponeses faziam? Se uma pessoa trabalhou aquela parcela este ano, ela terá que trabalhar aquela parcela de terra todos os anos, porque é como se a terra fosse dela já. Não foi alugada, não foi comprada, mas se tornou um hábito plantar nela porque é como se aquela parcela de terra fosse dela já, entende? (Myrbel, 2020).

Assim, quando o Estado decidiu patrimonializar os monumentos, acabou por desapropriar as pessoas e deu outras ocupações a elas e aparentemente se conformaram com a desapropriação e entenderam os motivos do Estado. Mesmo que Maxime Myrbel reconheça algumas práticas de desrespeito, nas suas palavras a desapropriação dos moradores parece ter sido um mal necessário.

[...] quando o Estado descobre esses monumentos, foi obrigado a expulsar todo mundo. Todos perderam o que tinham. Mas daí as pessoas ficaram felizes. A razão pela qual as pessoas ficaram felizes é porque depois disso, turistas passaram a frequentar a região, então quem trabalhava a terra, que cultivava, passou a ganhar dinheiro por outros meios. Eles compraram cavalos agora e passaram a alugar esses cavalos e passaram a ganhar dinheiro de outra maneira. Não ficaram chateados, apesar do Estado não indenizar ninguém. Não havia tal coisa. Mas eu sei que depois disso, mesmo aqueles que trabalhavam dentro da Cidadela, que tinham hortas aí, foram as mesmas pessoas que o Estado teve que contratar para limpar o sítio. Embora não fossem 100% empregados. Porque apesar de que essas pessoas trabalhavam há tempo, o Estado nunca realmente as contratava, ele sempre dava um dinheirinho para elas e pronto (Myrbel, 2020).

Nos perguntamos sobre essa suposta felicidade que sentiram os moradores ao serem desapropriados das suas terras sem serem devidamente indenizados. Não sentiram falta das suas terras e de poder plantar nelas? Bem, a ocupação das terras de Bérard, logo depois do exílio de Jean-Claude Duvalier, por moradores de Milot e de outras cidades próximas, pode ser interpretada como o descontentamento por parte da população por ter perdido suas terras e, claro, pelas dificuldades diversas enfrentadas no país. As terras de Bérard, pertencentes ao Estado, eram aproximadamente 200 hectares e parte era arrendada a um grupo canadense ligado à Igreja Católica, utilizada para o plantio de cana-de-açúcar, e cuja produção era destinada à Welch, uma usina estadunidense de produção de açúcar no norte do país. Os camponeses eram os principais trabalhadores desses plantios de cana-de-açúcar enquanto não possuíam terras próprias e nem comida. Colocaram fogo nas *plantations* e a ocuparam (BULAMAH, 2018, p. 236-258). Mas, Maxime

Myrbel relata o período enfatizando o turismo como principal meio de subsistência em oposição à agricultura. Digamos que a ideia de uma relação intrínseca entre o turismo e o desenvolvimento promovida pela UNESCO se encontra no Haiti bem assentada.

Nessa mesma linha de relato, Rose-Berthide, que trabalha na prefeitura, difere bastante. A moradora conta que ninguém perdeu terra nem casa com o processo de patrimonialização dos monumentos e que ninguém fazia horta no espaço. Mas, se lembra de que os camponeses apastavam seus gados, cabritos e vacas nos arredores de *Sans-Souci*.

Nunca ouvi as pessoas dizerem que perderam suas terras ou suas casas. Ninguém perdeu nem terra nem casa, no entanto eu sei que para a reconstrução da igreja iam destruir muitas casas em algum lugar nos seus arredores¹⁰⁹. Tem gente que tem casinhas quase construídas no monumento mesmo, daí iam destruir essas casas só para facilitar a reconstrução da igreja e iam indenizar essas pessoas, não iam destruir as casas e deixar as pessoas na rua. Eles iam avaliar quanto valia a casa que as pessoas tinham para lhes dar dinheiro para comprar outro pequeno terreno e construir outra casa. Agora as casas não foram destruídas, não reconstruíram a igreja, não destruíram nenhuma casa. Ninguém perdeu sua terra ou casa, eles não fizeram isso, não tomaram o bem de ninguém. Ninguém plantava no espaço de *Sans-Souci* ou nos arredores do Palácio, mas as pessoas costumavam amarrar animais dentro, cabras, vacas, cavalos, agora que eles a cercaram, não é fácil encontrar cabras ou vacas lá dentro. Já na Cidadela do jeito que foi projetada, você não poderia amarrar os animais dentro dela, você pode encontrar os animais do lado de fora, na estrada quando você sobe, e lá também faz muito frio lá em cima, as pessoas não amarrariam seus animais, vacas e cabras lá em cima (Rose-Berthide, 2022).

Outro ponto curioso nos relatos é que, enquanto Maxime Myrbel lembra do período ditatorial como sendo muito violento, chegando a dizer que pelas histórias que tem ouvido de seu pai, tio e vizinhos que foram vítimas dos ditadores, que pensa que não conseguiria viver nessa época, Rose-Berthide tem uma versão um pouco mais amena da época. Lembra que Duvalier era um presidente “muito duro, o mais duro que tivemos como presidente no Haiti”, mas ao mesmo tempo lembra da época dos Duvalier como sendo vantajosa para os moradores de Milot, pois nessa época vinham muitos barcos cheios de turistas querendo visitar especificamente Milot. Para a moradora, durante os Duvalier se tinha mais segurança em Milot, lembra das paradas militares organizadas pelo ditador em Milot e sobretudo: “Quando Duvalier vinha em Milot ele passeava no seu carro e jogava dinheiro no ar para as pessoas, era o papel moeda de 2 *gourdes*, 50 *gourdes*, jogava no ar muito dinheiro, as pessoas corriam atrás do carro para pegar o dinheiro”.

¹⁰⁹ A moradora faz referência à capela de Milot que foi incendiada. Mas para frente tratamos um pouco mais disso.

Sabemos que os Duvalier foram populistas e extremamente violentos, e como bem lembra Maurice Étienne, as pessoas tinham mais respeito pelo parque, pelos seus valores naturais não porque realmente o valorizavam, mas porque tinham que ser cautelosas pois se tratava de uma época com muita violência e pouco valor à vida humana. Mas, por ser a época da patrimonialização do PNH-CSSR, a cidade acabou usufruindo um pouco mais das promessas do turismo. No entanto, a situação atual do país, as dificuldades financeiras enfrentadas pela população, talvez levassem a moradora a idealizar o passado tido como melhor. Contudo, também nas falas de Rose-Berthide, ao longo da entrevista foi possível identificar um tipo de incômodo frente ao que ela considera um descaso do Estado para com os moradores de Milot. Pois, a falta de cuidado com Milot não se observa somente nas desapropriações de terra, mas também na ausência de diálogo entre o Estado e a comunidade.

Quando o Estado começou a valorizar Milot, não falou com ninguém. Eu nunca ouvi falar de tal coisa, de reunirem a população numa grande reunião, de nos chamarem para dizer o que vão fazer daqui a 5 ou 10 anos, como vão investir o dinheiro, nada disso jamais aconteceu (Rose-Berthide, 2022).

Também Maxime Myrbel relata a mesma falta de diálogo com os moradores:

Na época, quando o estado começou a ficar de olho em Milot, os olhos dos moradores não estavam muito abertos para querer exigir diálogo com o Estado sobre o destino de Milot [...]. Então o Estado não informou ninguém sobre o que pretendia fazer e nem como pretendia agir. O Estado somente veio e fez o que tinha que fazer. Até agora, o ISPAN, se o ISPAN for fazer alguma coisa, não vai nos informar, vamos só ficar e ver que eles estão fazendo alguma coisa, não vão informar ninguém da região (Myrbel, 2020).

O guia turístico, Maxime Myrbel, nos relata sobre uma experiência recente que teve quando uma equipe veio gravar algumas cenas de um filme na Cidadela. Para a gravação do filme em questão, “Moloch Tropical” (2010) de Raoul Peck que trata sobre o segundo mandato presidencial de Jean-Bertrand Aristide, os moradores também não foram informados. Só ficaram sabendo no dia que chegaram vários carros com muitos equipamentos em direção a Cidadela. Mas, segundo Myrbel ninguém conversa com os moradores de Milot, porque se trata de uma cidade pobre, num país pobre. Então, todos acham que podem fazer o que bem entender desde que consigam dar alguma esmola aos moradores locais.

[...] quando esse filme ia ser gravado, ficamos e vemos um primeiro carro chegar com algumas coisas indo em direção à Cidadela, um segundo carro chegou com as coisas e subiu, um terceiro carro chegou e subiu [à Cidadela]. Daí quando as pessoas começaram a prestar atenção e decidiram exigir explicações, eles [o pessoal do filme] se burlaram de nós, sabem que estamos na pobreza, eles criam uma estratégia, escolheram alguém para

carregar cada material que tinham até a Cidadela e pagaram 100 Gourdes, por cada aparelho, 100 Gourdes. Aí a pessoa vê que conseguiu algo para fazer, que está conseguindo um pouco de dinheiro, não questiona mais, ela não pergunta mais nada. [...] Houve até um momento em que as pessoas da região não podiam nem entrar no parque se não estivessem relacionadas ao filme (Myrbel, 2020).

Os moradores estão fazendo referência à inexistência de uma prática de Educação Patrimonial que os reconheça como agentes ativos na cidade e atores que devem fazer parte dos vários projetos a serem realizados em Milot. No seu texto sobre a Educação Patrimonial, Simone Scifoni (2012), identifica, a partir de Paulo Freire (2011), o que relatam os moradores de Milot como “invasão cultural”. Pois, trata-se de práticas que inviabilizam o envolvimento da comunidade nas ações relacionadas à cidade e ao PNH-CSSR, desconsiderando a sua visão de mundo e conhecimento empírico gerado no lugar.

Também tendo como principal referência o educador Paulo Freire, Sônia Regina Rampim Florêncio (2012, p. 27), identifica a Educação Patrimonial como uma mediação para a construção coletiva do conhecimento e que identifica a comunidade como produtora de saberes e os bens culturais inseridos em contextos de significados próprios associados à memória do local. Assim, a Educação Patrimonial, ao prezar pela comunicação entre os setores públicos responsáveis pela política patrimonial e a comunidade, “pode ser uma importante ferramenta na afirmação de identidades e para que as pessoas se assumam como seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos” (FREIRE, 2011, 42 apud FLORÊNCIO, 2012, p. 29). Desta forma, a comunidade acaba desenvolvendo uma relação muito mais íntima com os bens tombados e, conseqüentemente acabam por valorizar e preservar mais o patrimônio. Inclusive, com uma prática de Educação Patrimonial adequada se evitaria afirmações do tipo: “Na época, [...], os olhos dos moradores não estavam muito abertos para querer exigir diálogo com o Estado sobre o destino de Milot” (Myrbel, 2020).

Os moradores expressam sentimentos de não inclusão também com a realização de outras atividades como casamentos religiosos no PNH-CSSR. Esses casamentos são geralmente de pessoas que não pertencem à comunidade de Milot, são na sua maioria *milat* (mestiços). Rose-Berthide, que vive em união estável e que tem 3 filhos, faz uso da palavra *milat* para se referir não tanto à tonalidade da pele, mas às pessoas de uma classe social mais abastada. E, talvez, seja uma forma de

insinuar que as pessoas de Milot, como ela, não têm condições econômicas de ter o luxo de se casarem no Palácio de Henry I e, portanto, de poderem usufruir desse patrimônio como outras pessoas com maiores condições econômicas.

Como já apontado, durante as entrevistas ouvimos muitas reclamações contra o Estado que faz pouco caso de Milot. Muitos lamentam que apesar de existirem em Milot monumentos como os do PNH, a situação financeira local ser tão difícil. E, apesar de não termos perguntado sobre a igreja de Milot, construída entre 1810 e 1813, na qual Henry Christophe fora coroado rei, nas falas de Maxime Myrbel e Rose-Berthide foi evocada, inclusive com bastante pesar. A igreja, a cerca de alguns metros do Palácio *Sans-Souci*, foi incendiada na madrugada da noite do dia 12 para o dia 13 de abril de 2020. Até o momento, a origem do incêndio é indeterminada, e o monumento ainda não foi reconstruído. Com o incêndio da igreja, todas as cerimônias que ali se faziam antes, casamento, enterro, missa, agora são celebradas no pátio da paróquia do padre, nos diz Rose-Berthide, em tom que deixa supor a falta que a igreja faz à Milot.

Figura 19 - Caminho que leva à Capela de Milot (antes de ser incendiada) e Sans-Souci com a presença de alguns moradores da cidade.



Fonte: Timtraynor, Milot, Haiti, 2017¹¹⁰

Nesse sentido, Maxime Myrbel conta:

a igreja de Milot pegou fogo e até agora nada foi dito. Sempre disseram que a igreja ia ser reconstruída, e a igreja foi encercada sob o pretexto de que a ia ser reconstruída. Mas eu estou convicto de que, não há nada que se quebre no Haiti, nada que você tinha e que perde no Haiti que vai ser recuperado facilmente. Este é um dos meus maiores lamentos, de termos perdido esta igreja, porque acho que em todo o país [...] só em Milot tinha aquela igreja. Então, nós a perdemos, mas eu realmente não acho que a igreja vai ser reconstruída agora, não será reconstruída. Porque pela quantidade de coisas que o Estado tem que fazer, eu com todo meu entendimento, pela quantidade de coisas que vejo que o Estado tem que fazer no Haiti, eu não acho que vai ser a igreja que vão querer reconstruir (Myrbel, 2020).

O cepticismo de Maxime Myrbel acerca de uma mudança num tempo próximo se reforça com a desilusão de promessas feitas pelo Estado e que não foram realizadas.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BYqmnauHfuO/>. 23/07/2022.

Posso até dizer que o povo de Milot não se beneficia realmente da Cidadela. Se tem turistas nós nos beneficiamos, em relação às taxas de ingressos cobradas. [...] O Estado não está de olho realmente em Milot, embora tenhamos todas essas grandes coisas, a *Citadelle*, *Sans-Souci*, *Ramiers*. Inclusive *Ramiers* é pouco visitado porque a estrada é um pouco cansativa, muito desconfortável para as pessoas andarem, porque é pedregosa. Não tem uma boa estrada para chegar até lá. Como *Ramiers* parece estar na cidade de Dondon eles queriam fazer uma estrada de Dondon até a Cidadela, mas até agora nada foi realizado, entende? [...] A *Citadelle* e o *Palais Sans-souci*, pra mim, coisas que podem ajudar no progresso do Estado, que podem levar o Estado Haitiano a ganhar dinheiro, da forma como vejo que são tratados é como se fossem um bem não valorizado (Myrbel, 2020).

Para Rose-Berthide as últimas crises políticas também inviabilizaram a realização de muitos projetos em Milot. Ela diz: “é a morte do presidente que paralisou muita coisa. Tinha um projeto para construir uma linha teleférica de Labadee até Milot, desde a morte do presidente tudo ficou parado¹¹¹”. Labadee é um povoado costeiro que é um dos principais pontos de cruzeiros do país e fica a cerca de alguns quilômetros de Milot. Nas palavras de Rose-Berthide, essa linha teleférica ajudaria Milot a aproveitar dos turistas de Labadee, tornando a situação da cidade um pouco menos difícil.

Rose-Berthide também lembra de muita gente que sempre conta que no passado sempre vinham muitos turistas e se tinha sempre muito dinheiro circulando em Milot. Segundo ela, foi por causa do dinheiro que o Estado viu que podia conseguir que começou a valorizar Milot. “No entanto, quando conseguiram esse dinheiro, [...] eu não vi o que fizeram com esse dinheiro em Milot. Esse dinheiro não ficou na *commune*. Eu não vejo o que fizeram com esse dinheiro, não teve nenhum uso aqui em Milot”. E acrescenta:

gostaria de ver voltar esse tempo. [...] Eu gostaria que fizessem isso de novo, porque não vejo que tenham utilizado o dinheiro para beneficiar a *commune* [...] Porque é somente quando tem turistas que os moradores de Milot se beneficiam do PNH, se você tinha algum produto como coisas artesanais, quando vem os turistas para vender, é somente assim, fora disso não tem nenhum benefício, o benefício é somente para quem faz algo diretamente relacionado ao PNH [...]. Então, segundo eu beneficiaríamos realmente do PNH, se o país tivesse estabilidade e tivesse mais atividades culturais... Sabe, incentivar grupos de mulheres, por exemplo, a se organizar e a comercializar coisas, fazer grupos de ateliês de artesanato nas escolas para as crianças, para ajudar as crianças... (Rose-Berthide, 2022).

¹¹¹ O presidente da República, Jovenel Moïse, foi assassinado na sua residência, na capital do país, em 07 de julho do ano passado. A primeira-dama, Martine Moïse ficou ferida. Conforme o governo atual - que deveria ser provisório e organizar as eleições presidenciais que normalmente iriam acontecer em setembro do ano passado para posse do novo presidente em fevereiro desse ano - as investigações continuam, mas ainda os responsáveis não foram identificados.

Maxime Myrbel lamenta que apesar de Milot possuir o PNH-CSSR, como guia turístico ele não pode ficar na cidade, tem que ficar se deslocando entre Cabo-Haitiano e Labadee e atender outros turistas que estão à procura de mar e sol. E, também com a pandemia do Covid-19, o pouco fluxo turístico - porém constante - observado em Milot, depois do terremoto, a partir de 2012 diminuiu totalmente. As questões políticas e de falta de investimento do Estado que não enquadra a juventude, não investe na segurança e na infraestrutura turística são, segundo Myrbel, questões a serem resolvidas para que as coisas possam melhorar em Milot. Nas palavras de Sophonie:

Antigamente, os turistas ficavam felizes em vir para o Haiti e visitar a *Citadelle*, o Palácio, mas por causa da insegurança, você não encontra um número considerável de turistas que vem para visitar. O que eu gostaria para o parque... porque quando tem turista todo mundo tem dinheiro, todas as camadas têm um pouco de dinheiro. Todo mundo ganha dinheiro quando tem turistas. Para mim, cabe ao Estado trabalhar a favor da segurança e o dinheiro ganho no parque tem que servir para limpá-lo, protegê-lo, proteger o meio ambiente (Sophonie, 2022).

Para Maurice Etienne:

[...] o Estado teria que fazer uma formação patrimonial, uma formação histórica para as pessoas, mas isso não acontece. E foi isso que nos fez decidir fazer o centro cultural, porque vamos poder mostrar o que fizemos com nossas mãos para tentar trazer nossa participação para Milot, por respeito à Christophe, e isso não é uma coisa fácil, é uma coisa muito difícil de fazer. [...] Isso é o que falta ao governo haitiano, não entende a importância da Cidadela. É por isso que abandonaram a Cidadela, tomam a Cidadela como meio para ganhar um pouco de dinheiro todos os anos com o Banco Mundial e a UNESCO. Mas o lado histórico da Cidadela, poderia dizer que não o levam em conta, e quem pode ajudar a levar em conta esses valores é o Estado [...] por uma educação realmente pensada para que as pessoas entendam o valor dos monumentos (Etienne, 2022).

Maurice Étienne enfatiza mais uma vez a necessidade de ter em Milot práticas de Educação Patrimonial como políticas públicas para o patrimônio cultural. Segundo ele, o Estado precisa viabilizar, desde a educação, formas da população local se apropriar do significado e dos diversos valores do PNH-CSSR, e assim se tornar mais responsável pelo parque, já que:

o trabalho com o patrimônio [...] há objetivos muito ambiciosos, mas estimulantes: tornar [o indivíduo] mais responsável, levá-lo a fazer escolhas, propor uma reflexão crítica, apropriar-se do território em que vive... (ICHER, 2008, p. 158 apud LONDRES, 2012, p. 16).

Podemos interpretar as narrativas dos nossos colaboradores a partir de uma visão generalizada de todos da comunidade? Bem, uma outra das críticas à história oral é referente a uma suposta impossibilidade da visão individual expressar

a visão de toda uma época ou de todo um grupo. Mas, como enfatizava Halbwachs (1990), não existe uma memória verdadeiramente individual, uma vez que o ato de lembrar e de esquecer se dá sempre no âmbito coletivo, entre uma comunidade afetiva. E os oralistas concordam que “o que garante unidade e coerência às entrevistas enfeixadas em um mesmo conjunto é a repetição de certos fatores que, por fim, caracteriza a memória coletiva” (BOM MEIHY; SALGADO RIBEIRO, 2021, p. 28).

A importância social ou grupal na história oral se dá justamente pelo fato das experiências individuais, as memórias e identidades serem construídas socialmente e receberem as influências do meio em que vivem, sem, portanto, deixar de serem autênticas, afinal cada um interpreta de forma singular o passado. Ou seja, o aspecto coletivo e individual na história oral é igualmente valorizado (BOM MEIHY; SALGADO RIBEIRO, 2021, p. 27-28). E, na nossa experiência, observamos elementos similares em todos os relatos recebidos, ao mesmo tempo que particularidades permaneceram.

Aparecem nas memórias dos moradores elementos dos contextos históricos, espaciais, econômicos, políticos, todos de maneira interdependente. Observamos que de forma geral, os relatos dos colaboradores remetem ao PNH-CSSR como espaço de lazer, apontando seus diferentes usos, e as práticas sociais realizadas nele. O turismo também é sempre evocado por eles como meio para proporcionar o desenvolvimento de Milot. Mas também observamos que a memória social dos moradores de Milot traz elementos abafados pela memória nacional como as práticas violentas do Estado, sobretudo durante o reinado de Henry I, do governo ditatorial dos Duvalier, e são constantes as críticas feitas ao Estado que falha no seu dever de proteção legal, de conservação e fiscalização dos bens. E, ao mesmo tempo, suas narrativas estão impregnadas dessa memória nacional, histórica que evoca a grandiosidade do PNH-CSSR e a importância da figura de Henry Christophe. A nostalgia de um tempo que já foi bom permanece presente, já que no curto prazo, o futuro não promete grande coisa.

Fazendo uso de Lygia Sigaud (1977) Rodrigo Bulamah (2018, p. 40), tratando de Milot, identifica a dimensão idílica de um tempo anterior melhor como uma “idealização do passado”, enquanto “o presente é, [...] muitas vezes referido como um tempo parado”. Nessa mesma linha podemos evocar a François Hartog (2021, p. 148) que aponta como o presentismo marcado pela aceleração, pela busca do efêmero e

por uma sociedade de consumo também pode aparecer como um tempo parado. Pois, fazendo referência a Pierre Bourdieu (1997, p. 263), ele explica que, em caso de desemprego e, estando limitadas as opções de consumo, o tempo “parece se aniquilar”. Se todos nossos colaboradores realizavam alguma atividade econômica, todos também reclamavam das dificuldades financeiras. Rose-Berthide por exemplo, que trabalha como recepcionista na prefeitura local contou que fazia vários meses que não recebia salário. Ou seja, no caso dos moradores de Milot, estão confinados em um presente e num “presentismo agora penoso e desesperado” (HARTOG, 2021, p. 148).

Mas é necessário que tentemos ir um pouco mais longe nessa reflexão e pensar nas relações entre a memória e nossa organização sociopolítica-econômica neoliberal e nas consequências dessas relações, a partir das análises de Enzo Traverso (2017). Segundo o filósofo, o neoliberalismo dissipa as possibilidades do futuro. Para o autor, é importante pensar o presentismo no qual estamos vivendo como um regime de historicidade neoliberal que afeta nossas formas e nossos processos de elaboração da memória coletiva. E, uma das implicações dessa relação é o fim das utopias. Já que o presentismo como vimos com Hartog (2021), se caracteriza por tentar preencher insatisfatoriamente a lacuna deixada pela ruptura entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa, controlando o futuro visto como assustador, sem esperança, e conservando o passado num presente eterno.

Esse passado é reificado, mercantilizado como bem de consumo, como atração turística por meio da indústria cultural. Nessa busca incessante do presentismo neoliberal por memória, ela acaba por se despolitizar. Este passado despolitizado é desprovido de toda reflexão crítica e de toda ideia de ação coletiva (TRAVERSO, 2017, p. 4). Sendo assim, o passado está desprovido de utilidade para uma crítica radical das injustiças do presente. “*El pasado y el futuro están encapsulados en el presente*” (TRAVERSO, 2017, p. 4), um passado e um presente incapazes de se projetar no futuro em busca de novas possibilidades.

Como então fazer um bom uso das memórias, do passado? Para Tzvetan Todorov (2000), a função política e moral da memória não teria que ver com o fato de termos - indivíduo, sociedade civil e Estado - que escolher entre suprimir ou conservar determinada memória - uma vez que “*conservar sin elegir no es una tarea de la memoria*” (TODOROV, 2000, p. 17). Mas, a questão seria sobre a recuperação e o uso da memória numa tentativa consciente de fazer um bom uso, evitando o abuso

da mesma. Ou seja, é sobre o papel que o passado deve desempenhar no presente. No final das contas *“el culto a la memoria no siempre sirve para las buenas causas”* (TODOROV, 2000, p. 28), e o uso do passado nacional haitiano pelos Duvalier demonstra muito bem isso.

Uma das formas para identificar o bom uso e os abusos da memória seria perguntando, balanceando, cadenciando o bem e o mal com o resultado que tais memórias teriam, trariam para as nossas sociedades, *“prefiriendo, por ejemplo, la Paz a la Guerra”* (TODOROV, 2000, p. 30). Outra forma de identificar o bom uso e os abusos da memória seria criticar os usos da memória a partir de uma distinção entre diversas formas de reminiscência, interpretando de maneira exemplar e não literal a memória recuperada, permitindo liberação e justiça (p.30)¹¹². Andreas Huyssen (2000, p. 37), também reflete sobre um bom o uso da memória. E, afirma que: “Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva [...]”.

É nesse sentido que Elizabeth Jelin (2002, p. 14), fala em trabalhos da memória para fazer referência à memória que concebe e transforma o mundo social mediante a agência dos humanos *“que «trabajan» sobre y con las memorias del pasado”*, produzindo transformações simbólicas e sentido do passado. Trabalhar a memória seria o meio pelo qual se evitaria a repetição ritualizada e, conseqüentemente, a instrumentalização e manipulação de um “excesso do passado” (p.14). Assim,

en el plano colectivo, entonces, el desafío es superar las repeticiones, superar los olvidos y los abusos políticos, tomar distancia y al mismo tiempo promover el debate y la reflexión activa sobre ese pasado y su sentido para el presente/futuro. [...] Esto implica un pasaje trabajoso para la subjetividad: la toma de distancia del pasado, «aprender a recordar». Al mismo tiempo implica repensar la relación entre memoria y política, y entre memoria y justicia (JELIN, 2002, 16).

Bem, a realidade dos moradores de Milot nos aponta para a fragilidade da noção de desenvolvimento aplicada à América Latina e ao Caribe, pois,

¹¹² A memória literal seria a memória que não vai além dela mesma e submete o presente ao passado, mantendo o presente preso ao passado. Nesse sentido, Todorov disse que a comemoração excessiva do passado serve para reprimir o presente. A memória literal se sacraliza ao defender sua unicidade e incomparabilidade, tornando-se, assim, estéril. Em contrapartida, a memória exemplar reconhece a singularidade do evento relembrado, porém se abre à analogias e generalizações, transformando-se assim, num *exemplum*. Permite utilizar as lições do passado para melhor atuar no presente. Enquanto a memória literal reprime, a memória exemplar é potencialmente libertadora, se traduz em justiça (TODOROV, 2000, p. 29-41).

não basta ter um bem legitimado pela UNESCO para acabar com as desigualdades sociais pelo desenvolvimento “promissor” do turismo cultural. É preciso antes de tudo levar em conta os efeitos da modernidade/colonialidade na realidade local, é preciso de justiça social. As memórias evocadas pelos colaboradores apontam para a necessidade de bem-estar-social. O Estado precisa antes de tudo garantir segurança, como os próprios moradores de Milot disseram; precisa enquadrar a juventude, investir em programas sociais e criar a infraestrutura básica necessária para receber os tão sonhados turistas. Mas, sobretudo, o Estado precisa levar em conta a importância da Educação Patrimonial de forma interconectada com outras políticas públicas. Porém, como vimos, os nossos colaboradores são todos céticos em relação a uma mudança real da sua condição de vida no Haiti e em Milot em particular. Esperam que o Estado assegure os direitos sociais, civis e políticos dos haitianos, mas ao mesmo tempo não são muito esperançosos. O regime de historicidade neoliberal dissipou suas expectativas de futuro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se os estudos acerca da memória têm sido, por muito tempo, marginais nas ciências sociais, os últimos anos do século passado trouxeram um sério interesse pela questão que é apreendida com uma das preocupações culturais e políticas das nossas sociedades que ficaram seduzidas pela memória e com um pânico generalizado do esquecimento (HUYSSSEN, 2000). Talvez esse pânico do esquecimento tenha norteado nossos passos até a realização desse trabalho de dissertação. Não estabelecemos, contudo, nenhuma linha intransitável entre lembrança e esquecimento, nem consideramos a lembrança como dádiva de *Mnemosine* e, conseqüentemente, o esquecimento como um tipo de mal que absolutamente devemos evitar.

Mas, ao tratarmos do Haiti e de bens patrimoniais que têm sua inteligibilidade na Revolução de 1791, tornou-se quase impossível não tentar pelo menos realizar um trabalho de resgate ou de desmarginalização da história do país no campo historiográfico ou mesmo deixar despercebidas as tensões existentes dentro do próprio Estado-nação haitiano. Assim, acabamos por privilegiar conscientemente um trabalho de fazer lembrar. Isso não quer dizer que não silenciemos algumas questões, uma vez que seria descabida a pretensão de embarcar tudo na nossa análise. O nosso recorte temático, as fontes analisadas, as metodologias usadas, nossas escolhas narrativas nos levaram indubitavelmente a ignorar certos pontos.

O que fizemos nesse trabalho foi primeiramente tentar superar o suposto excepcionalismo haitiano que segundo Trouillot (2020) corrobora a marginalização do país. Esse excepcionalismo cria um Haiti tão único que se torna estranho, inexplicável e sem possibilidade de estabelecer reais relações com os demais países do mundo, o que dificulta estudos empiricamente sérios da realidade do país. Nesse sentido, começamos nossa pesquisa estudando o Caribe, analisando as formas como é apreendido dentro da academia, para assim tentar estudar o Haiti e seu patrimônio num contexto não apenas nacional, mas um pouco mais amplo, desde a sua inserção no Caribe.

Descobrimos um Caribe fluido, múltiplo e polissêmico, um Caribe que se constitui numa “*región de regiones*”. Mas, também um Caribe marcadamente moderno, porém de outro modo (TROUILLOT, 2011). Entre as várias formas como o

Caribe é estudado estão: *el Caribe Insular o etno-histórico*; 2) *el Caribe geopolítico*; 3) *el Gran Caribe o Cuenca del Caribe*; e 4) *el Caribe Cultural o Afro América Central* (GAZTAMBIDE-GEIGEL, 2006). Preferimos a noção de Caribe Cultural por nos permitir analisar as violências da colonialidade e, também analisar as várias formas de resistência praticadas por parte dos povos caribenhos. No entanto, justificamos nosso interesse nesse trabalho pelo Caribe Insular, por estudar em particular o PNH-CSSR, patrimônio cultural do Haiti, parte desse Caribe.

Por ser o PNH-CSSR, no Haiti, um Patrimônio da Humanidade também estudamos a UNESCO, suas várias fases desde sua criação depois da Segunda Guerra Mundial até a atualidade. Ao identificarmos seu protagonismo no Caribe Insular, criticamos o papel outorgado ao turismo cultural como meio de facilitar o encontro das culturas, e as relações intrínsecas estabelecidas entre o turismo e o desenvolvimento para os países pobres/empobrecidos. Esse Caribe Insular abriga 13,7% dos bens patrimoniais da América Latina e Caribe, cuja grande parte está em Cuba. Se a maioria desses patrimônios são bens culturais monumentais que remetem à administração colonial, o patrimônio *Blue and John Crow Mountains*, na Jamaica, o único patrimônio cultural misto da região é uma exceção e está relacionado à resistência dos povos indígenas e negras. Por outro lado, um patrimônio que também remete à resistência dos negros no continente é o Parque Nacional Histórico na cidade de Milot no Haiti.

Tendo o Parque Nacional Histórico sua origem na Revolução de 1791 estudamos essa Revolução e apontamos o seu lugar marginal entre as Revoluções Modernas. O surgimento do *haitianismo* marcou a história do país e explica a construção dos monumentos do PNH-CSSR e a necessidade da escrita de uma história nacional que ditaria a memória que esses monumentos seriam portadores. A memória heroica da Revolução de 1791 e da proclamação da Independência foram centrais na história nacional e foi usada politicamente por diferentes governos como os Duvalier e preservada por meio do patrimônio. Mas, essa memória de tipo heroica não deixou espaço aos elementos que fazem referência direta à materialidade da escravidão e funcionou como meio para a elite manter seu *status quo*.

Ser o primeiro país a abolir a escravidão não significa que a formação do Estado haitiano escaparia dos efeitos da modernidade/colonialidade e que a nova elite econômica, política e intelectual do país iria ser menos violenta para com a população. Os monumentos de Milot, construídos por cerca de 20 mil pessoas sob o

comando de Henry Christophe, carregam várias práticas violentas do Estado, tanto durante a construção dos mesmos e durante a sua patrimonialização na época dos ditadores Duvalier, e essas práticas não fazem parte da memória nacional em torno do PNH-CSSR. A memória oficial lembra a bravura de toda uma nação contra a escravidão, exaltam a figura de Henry I junto com seu projeto de progresso; e os monumentos foram, no período da sua patrimonialização, e ainda são portadores da promessa de um futuro melhor mediante o mercado turístico. No entanto, a memória social dos moradores de Milot, lembra esses momentos de violência, contudo, ora são minimizados, justificados ora são até postos em dúvida. “Não importa se Henry I fora violento ou não, o que importa é que o sonho dele foi realizado”. Ou, “Duvalier foi o presidente mais “duro” que tivemos, mas na época o país era agradável”. Essas duas sentenças foram de Sophonie e Rose-Berthide, respectivamente, duas moradoras de Milot.

O que os relatos dos moradores de Milot podem nos revelar além da questão patrimonial no Haiti, mas atestando para uma cultura histórica nacional? Como criticar, cobrar um Estado que parece que suas ações são sempre justificáveis? Bem, nossos colaboradores reclamam do Estado, falam repetidamente de um Estado irresponsável ou mesmo de uma ausência do Estado. Criticam a falta de infraestrutura para os tão sonhados turistas, criticam os seus direitos usurpados e a falta de diálogo entre o Estado e os moradores; a falta de uma Educação Patrimonial para uma melhor relação com o PNH-CSSR. Assim, as violências simbólicas, políticas e físicas do Estado haitiano para com a população continuam e são identificadas pelos moradores de Milot. Mas, o que mudou então do governo de Henry Christophe e dos Duvalier para cá? Por que as violências desses governos em particular são justificáveis?

O que é possível de se observar é que não existe uma análise conjuntural da situação do país nas entrevistas realizadas. Apenas aparecem nelas críticas pontuais nos quais cada governo responde por seus atos e nenhuma relação, ou possibilidade de análise e de compreensão da história e da situação atual do país é estabelecida de forma sistemática. Não estamos dizendo que a história haitiana é uma continuidade incessante de fatos desde a colonização até os dias atuais, como se andássemos numa linha reta. Mas enfatizamos que alguns fatos e eventos históricos têm importantes pontos de conexões. E, que não seja possível analisar a decadência política e econômica dos últimos governos democráticos sem levar em conta de que têm suas raízes no período ditatorial e inclusive numa prática de

violência e de corrupção sistêmica do Estado haitiano e de todos os governos, com menor o maior grau. Abre-se assim caminho para uma pesquisa da relação entre a cultura histórica e a cultura política¹¹³ da comunidade de Milot.

¹¹³ O trabalho de Luis Fernando Cerri (2021), é instigante para pensar a relação entre esses dois conceitos. Por meio de uma análise da cultura política pode-se identificar “o grau de conhecimento que os cidadãos têm do sistema político [suas estruturas ou papéis específicos, os responsáveis por esses papéis e as políticas públicas específicas] e a crença nesse sistema [...]; os sentimentos [que têm os cidadãos] sobre o sistema político [...]; [e seu] julgamento e [suas] opiniões sobre o sistema político [e sobretudo, a compreensão de si mesmo como agente/paciente integrante desse sistema] (ALMOND; VERBA, 1989 apud CERRI, 2021, p. 58 e 62).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (Org.). **Memória e Novos Patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015. Disponível em: [Memória e novos patrimônios - Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil - OpenEdition Press](#). Acesso em: 31/05/2022.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ra. ed. 2da reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A melancolia dos objetos: Algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural. In: Letícia Bauer e Viviane Trindade Borges. (Org.). **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. 1ed. São Paulo: Letra e Voz, 2018, v. 1, p. 137-163.
- ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, p. 539-560, Setembro/Dezembro 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922010000300007&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20/05/2021.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUGUSTIN, Jean Ronald. **Mémoire de l'esclavage en Haïti**. Entrecroisement des mémoires et enjeux de la patrimonialisation. 2016. Thèse (Doctorat en Ethnologie et Patrimoine) – Université Laval, Québec, Canada, 2016. Disponível em: <https://corpus.ulaval.ca/jspui/handle/20.500.11794/26648?locale=fr>. Acesso em: 20/04/2022.
- AVELLA, Francisco Esquivel. El Caribe: bases para una geohistoria. In: ELÍAS CARO, Jorge E.; S. VALLEJO, Fabio. (Ed.). **Los mil y un Caribe... 16 textos para su (des) entendimiento**. Colombia: Universidad del Magdalena, 2009. p. 29-53.
- BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. **La Notion de Patrimoine**. Paris, Liana Levi, 1994.
- BALBUENA, Y.; BRUSCHETTI, L. Jean Louis Vastey y la revolución epistemológica haitiana. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 33, 2020. Disponível em: [Jean Louis Vastey y la revolución epistemológica haitiana | Anuario de la Escuela de Historia \(unr.edu.ar\)](#). Acesso em: 02/03/2022.
- BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 02/11/2021.

BARROS, Flavio Luis Soares de. **Civilização, diversidade, desenvolvimento: a UNESCO e as dimensões da cultura - bens, serviços e conteúdos culturais**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-01082017-183407/pt-br.php>. Acesso em: 23/05/2021.

BARROS José D'Assunção. **O campo da história: Especialidades e abordagens**. 9. ed. 6ta reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

BARTRA, Roger. **El mito del salvaje**. México: FCE, 2011.

BÉCHACQ, Dimitri. L'ethnologie et les troupes folkloriques haïtiennes. Politique culturelle, tourisme et émigration (1941-1986). In: BYRON, Jhon Picard (Dir.). **Production du savoir et construction sociale. L'ethnologie en Haïti**. Presses de l'université d'état d'Haïti; Presses de l'université Laval: 2014. p.123-152. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01924447>. Acesso em: 23/05/2022.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre a literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Sérgio Paulo Rouanet (Trad.). 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, v. 1. 3ra ed. 1987. p. 222-232. Disponível em: <https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/10/obras-escolhidas-vol-1-magia-e-tc3a9cnica-arte-e-polc3adtica.pdf>. Acesso em: 20/03/2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Soc. estado**. vol.31, nº.1 Brasília, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em: 20/06/2022.

BLACKBURN, Robin. Haiti, Slavery, and the Age of the Democratic Revolution. **The William and Mary Quarterly**, v. 63, no. 4, p. 643–674, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4491574>. Acesso em: 15/03/2022.

BULAMAH, Rodrigo Charafeddine. **RUÍNAS CIRCULARES: vida e história no norte do Haiti**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333454>. Acesso em: 15/02/2020.

BULLETIN DE L'ISPAN. nº 4, 1er Septembre 2009. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/53348503e4b09be6564e601a/t/5679a82805f8e24bd8bd637c/1450813480906/bulletin_ispan_no_4.pdf. Acesso em: 05/06/2022.

BULLETIN DE L'ISPAN. nº 8, 1er Janvier 2010. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/53348503e4b09be6564e601a/t/5679a9c969492eb7623396c9/1450813897216/bulletin_ispan_no_8.pdf. Acesso em: 05/06/2022.

BULLETIN DE L'ISPAN. nº 9, 1er Février 2010. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/53348503e4b09be6564e601a/t/5679a9646949>

[2eb76233936c/1450813796290/BULLETIN+DE+L%27ISPAN+No+9.pdf](https://static1.squarespace.com/static/53348503e4b09be6564e601a/t/5679b49bdc5cb468974c434a/1450816667590/BULLETIN+DE+L%27ISPAN+No+9.pdf). Acesso em: 05/06/2022.

BULLETIN De L'ISPAN. n° 10, 1er Mars 2010. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/53348503e4b09be6564e601a/t/5679b49bdc5cb468974c434a/1450816667590/BULLETIN+DE+L%27ISPAN+No+10.pdf>. Acesso em: 05/06/2022.

BULLETIN DE L'ISPAN. n° 24, 1er Mai 2011. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/53348503e4b09be6564e601a/t/567ac50e05f8e24bd8c3cbc4/1450886414223/BULLETIN+DE+L%27ISPAN+No+24+WEB+recto.pdf>. Acesso em: 05/06/2022.

BULLETIN DE L'ISPAN. n° 28, 1er Septembre 2011. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/53348503e4b09be6564e601a/t/567ac99f25981d64c1c4be71/1450887583715/bulletin+ISPAN+28.pdf>. Acesso em: 05/06/2022.

BULLETIN DE L'ISPAN. n° 36, Août-Septembre 2017. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/53348503e4b09be6564e601a/t/5c17faff562fa736351aa759/1545075456641/BULLETIN+DE+L%27ISPAN+No+36.pdf>. Acesso em: 05/06/2022.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: ALBERTI, V.; FERNANDES, TM.; FERREIRA, MM. (orgs). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 85-98. Disponível em: [Pesquisa | SciELO Livros](#). Acesso em: 22/07/2022.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2da Ed. São Paulo: Contexto, 2020.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe; SALGADO RIBEIRO, Suzana L. **Guia prático de história oral**. São Paulo: Contexto, 2021.

BREÑA, R. Los movimientos de independencia en el continente americano durante la Era de la Revolución. **Investigaciones y Ensayos**, n. 71, p. 139–172, 2021. Disponível em: <https://www.iye.anh.org.ar/index.php/iye/article/view/254>. Acesso em: 30/10/2021.

CABRERA, Olga. Caribe Brasil: una relación en debate. **Memorias**, Barranquilla - Colombia, Año 4, n. 8, p. 22-29, Noviembre, 2007. Disponível em: <https://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/memorias/article/view/401>. Acesso em: 22/05/2021.

CABRERA, Olga. Brasil y la creación de revistas científicas fuera de los grandes centros: Revista Brasileira do Caribe. **Desacatos**, núm. 42, pp. 258-270, mayo-agosto 2013.

CAIRE-JABINET, M-P. **Introdução à historiografia**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, [1994]/2003.

PEIXOTOO, Haroldo L. **Patrimônio e Turismo, uma longa relação: história, discurso e práticas**. Maio 2005. Disponível em: [Patrimônio: Lazer & Turismo - Revista Eletrônica - UNISANTOS](#). Acesso em: 21/04/2018.

CANALS, Roger. Representaciones fílmicas del Caribe: del exotismo a la auto-representación. **Boletín Americanista**, Barcelona, n.º 66, p. 101-17, 2013. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/BoletinAmericanista/article/view/271822>. Acesso em: 05/02/2021.

CANCLINI. Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.º23, p. 95-115, 1994. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf. Acesso em: 15/05/2022.

CARNEIRO, Sandra de Sá; PINHEIRO, Márcia Leitão. Cais do Valongo: patrimonialização de locais, objetos e herança africana. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 384-401, 2015. Disponível em: [SciELO - Brasil - Cais do Valongo: patrimonialização de locais, objetos e herança africana Cais do Valongo: patrimonialização de locais, objetos e herança africana](#). Acesso em: 17/05/2022.

CASIMIR, Jean. **Une Lecture Décoloniale de L’histoire des Haïtiens: Du traité de Ryswick à l’occupation américaine 1697-1915**. Port-au-Prince: L’imprimeur, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, Violência Epistêmica e o Problema da “Invenção do Outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade do saber eurocentrismo ciencias sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em: 04/09/2022.

CÉLIUS, Carlo A. Crise du discours colonial et apparition de l’historiographie haïtienne. **Revue d’histoire des sciences humaines**, Paris, n. 34, p. 67-93, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rhsh/3053#bodyftn42>. Acesso em: 30/10/2021.

CERRI, L. F. . Interfaces entre cultura histórica e cultura política. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 54-76, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/3w9PsRNDxnxTrQ7dcVTXmFg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24/08/2022.

CHARLIER-DOUCET, Rachelle. Anthropologie, politique et engagement social. L’expérience du Bureau d’ethnologie d’Haïti. **Gradhiva**, 2005, p. 109-125. Disponível em: [Anthropologie, politique et engagement social \(openedition.org\)](#). Acesso em: 30/05/2022.

CHIVALLON, Christine. L’émergence récente de la mémoire de l’esclavage dans l’espace public: enjeux et significations. **Revue d’histoire moderne & contemporaine**, n.º 52-4bis, p. 64-81, 2005. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-d-histoire-moderne-et-contemporaine-2005-5-page-64.htm>. Acesso em: 15/01/2022.

CHIVALLON, Christine. Rendre visible l'esclavage. Muséographie et hiatus de la mémoire aux Antilles françaises. **L'Homme**, n° 180, p. 7-41, 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-l-homme-2006-4-page-7.htm>. Acesso em: 15/01/2022.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

COUSIN, Saskia. L'Unesco et la doctrine du tourisme culturel: Généalogie d'un «bon» tourisme. **Civilisations**, n. 57, p. 41-56, dez. 2008. Disponível em: [L'Unesco et la doctrine du tourisme culturel \(openedition.org\)](https://www.openedition.org/revue/11541). Acesso em: 24/09/2021.

V CONGRESO Internacional Doceañista Liberty, Libertad, Segunda sesión: Revolución hispánica vs. Revoluciones atlánticas,. **Youtube**, 19 de março de 2013. Cádiz: Universidad de Cádiz, 09/03/2009. 1 vídeo (1h 42mn.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DBg0dVoN4xY>. Acesso em: 15/10/2021. Moderador: Fernando Durán López. Exponentes: Roberto Breña; Txema Portillo

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (ORG.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press. Tradução de Germana Henriques Pereira de Sousa. 2015. Disponível em: [http://books.openedition.org/oep/866](https://books.openedition.org/oep/866). Acesso em: 30/05/2022.

DÉCORET-AHIHA, Anne. L'exotique, l'ethnique et l'authentique. **Civilisations**, Bruxelles, n.º 53, p. 149-166, 2005. Disponível em: [http://journals.openedition.org/civilisations/600](https://journals.openedition.org/civilisations/600). Acesso em: 08/02/2021.

DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, v. 6, 2003, p. 9-25. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 10/06/2022.

DÉLIDE, Joseph. Genèse du nationalisme culturel haïtien. Le Cercle littéraire de 1836-1839 **Cahiers d'études africaines**, Paris, n. 237, p. 63-88, 2020. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-d-etudes-africaines-2020-1-page-63.htm>. Acesso em: 07/04/2022.

DEMESVAR, Kenrick. **Interprétation et mise en valeur du patrimoine naturel et culturel, matériel et immatériel dans les parc nationaux - Cas du Parc National Historique: Citadelle, Sans-Souci, Ramiers de la République d'Haïti**. Tese. Doctorat en ethnologie et patrimoine Philosophiæ Doctor (Ph.D.), Québec, Canada, 2015.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ta. ed. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, [1994]/2008.

DOURADO, Sheilla Borges. Patrimônio de diversidade cultural: direitos de povos e comunidades tradicionais. In: WAHENER, Alfredo e al. (Organizadores), **Patrimônio Cultural: identidades coletivas e reivindicações**. Manaus: UEA Edições, PPGSA/PPGAS – UFAM, 2013, p. 11-50. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/06-patrimonio-cultural-identidade-coletiva-e-reivindicacao/>. Acesso em: 27/05/2021.

DUBESSET, Éric. Penser autrement l'identité régionale caribéenne. **Études caribéennes**, n. 21, p. 1-26, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etudescaribeennes/5739>. Acesso em: 28/02/2021.

DUSSEL, Enrique. 1492. **El Encubrimiento del Otro. Hacia el origen del mito de la modernidad**. La Paz: Plural Editores, 1994.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade-do-saber-eurocentrismo-ciencias-sociais.pdf. Acesso em: 23/12/2022.

DYTZ FILHO, Nilo. **Crise e reforma da Unesco: reflexões sobre a promoção do poder brando do Brasil no plano multilateral**. Brasília: FUNAG, 2014.

ELÍAS CARO, Jorge E. Integración y fronteras en el Caribe. Nuevas visiones. In: _____; S. VALLEJO, Fabio. (Ed.). **Los mil y un Caribe... 16 textos para su (des) entendimiento**. Colombia: Universidad del Magdalena, 2009. p. 85-125.

ELÍAS CARO, Jorge E; S. VALLEJO, Fabio. A manera de introducción: antillanidad, Caribeñidad, costeñidad: tres categorías diferentes una realidad absoluta. In: _____; _____. (Ed.). **Los mil y un Caribe... 16 textos para su (des) entendimiento**. Colombia: Universidad del Magdalena, 2009. p. 07-27.

ESCOBAR, Arturo. "Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latino-americano". **Tabula Rasa**, núm. 1, pp. 51-86, enero-diciembre, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600104>. Acesso em: 16/05/2021.

EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. **A Unesco e o mundo da cultura**. 2000. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280781>. Acesso em: 18/05/2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n.5, p. 314-332, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12/04/2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018. Disponível em:

<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>.

Acesso em: 22/07/2022.

FICK, Carolyn. La Révolution haïtienne dans l'Atlantique révolutionnaire: Les enjeux contradictoires de la liberté, de la citoyenneté et de l'indépendance nationale. **Revue d'Histoire Haïtienne**, Québec, n 1, p. 151-188, 2019. Disponível em:

<https://www.revuehh.org/index.php/rhh/issue/archive>. Acesso em: 30/10/2021.

FLÉCHET, Anaïs. L'exotisme comme objet d'histoire. **Hypothèses**, Sorbonne, vol. 11, no. 1, p. 15-26, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-hypotheses-2008-1-page-15.htm>. Acesso em: 06/02/2021.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila B. (Org.). **Educação Patrimonial: Reflexões e práticas**. (Caderno Temático, 2). 1. ed. João Pessoa: Iphan, 2012, p. 22-30

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea: discurso de posse. **RIHGB**. Rio de Janeiro: ano 166, n. 428, p. 165-175, jul./set. 2005.

FONSECA, Maria Cecília. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.) 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59-80.

FREITAS, Maria Teresa. EXOTISMO E ALTERIDADE: HISTÓRIAS BRASILEIRAS DE BLAISE CENDRARS. **Revista USP**, n. 38, p. 178-184, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28413>. Acesso em: 09/02/2021.

GEARY, Patrick J. **O Mito das Nações. A Invenção do Nacionalismo**. São Paulo. Conrad Editora do Brasil, 2005.

GAZTAMBIDE-GEIGEL, Antonio. La invención del Caribe a partir de 1898 (Las definiciones del Caribe, revisitadas). **Jangwa Pana**, Magdalena, Colombia, n. 5, p. 1-24, nov. 2006. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo630426-la-invinci%C3%B3n-del-caribe-a-partir-de-1898-las-definiciones-del-caribe-revisitadas. Acesso em: 15/06/2021.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: UFJF, [1996]/2005.

GOMEZ, E. Alejandro. **Le Syndrome de Saint-Domingue: perceptions et représentations de la révolution haïtienne dans le monde atlantique, 1790-1886**. Thèse (Doctorat en Histoire) - ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES, Paris, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761>. Acesso em: 15/11/2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. IN: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007a. p. 117-137. (Museu, memória e cidadania). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3753385/mod_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf. Acesso em: 24/05/2022.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007b. p. 139-157. (Museu, memória e cidadania). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3753385/mod_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf. Acesso em: 24/05/2022.

GONDAR, J. O. Cinco proposições sobre memória social. In: Vera Dodebei; Francisco Farias; Jô Gondar. (Org.). **Por que Memória Social?** 1. ed., Rio de Janeiro: Híbrida, v. 9, 2016. p. 19-40.

GONZÁLEZ ARANA, Roberto; VIDAL ORTEGA, Antonino. El Caribe y su pasado. In: ELÍAS CARO, Jorge E.; S. VALLEJO, Fabio. (Ed.). **Los mil y un Caribe...** 16 textos para su (des) entendimiento. Colombia: Universidad del Magdalena, 2009. p. 55-64.

GROSGOUEL, Ramón. "Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico". In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (compiladores). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-145, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 12/07/2022.

GROU, Élizabeth. **Débats contemporains dans l'historiographie de la Révolution haïtienne**. Mémoire (Maîtrise en histoire) - Département d'histoire, Faculté des arts et sciences, Université de Montréal, Montréal, 2013. Disponível em: <https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/handle/1866/10684> Acesso em: 03/11/2021.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**: Caxias do Sul, n. 3, p. 2-24, jan-Jun 2010. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/416>. Acesso em: 10/04/2021.

HAESBAERT, Rogério. Conceitos fundamentais da geografia: Região. **GEOgraphia: Niterói, UFF.** v. 21, n. 45, jan./abr 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/28995>. Acesso em: 10/04/2021.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, [1950]/1990.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidades:** Presentismo e experiências do tempo. 1. ed.; 4. reimp. Belo Horizonte, Autêntica, [2003]/2021.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia.** Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273, jul.dez. 2006. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em: 15/05/2022.

HECTOR, Michel. L'historiographie haïtienne après 1946 sur la révolution de Saint Domingue. **Annales historiques de la Révolution française, Révolutions aux colonies**, n° 293 294, p. 549 550, 1993. Disponível em: [L'historiographie haïtienne apres 1946 sur la révolution de Saint-Domingue - Persée \(persee.fr\)](http://www.persee.fr/doc/ahrf_0003-4186_1993_293_294_1_0). Acesso em: 15/05/2021.

HELLER, Leonid. Décrire les exotismes: quelques propositions. **Études de lettres**, Lausanne, 2-3, p. 317-348, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/edl/447>. Acesso em: 05/02/2021.

HELLER, Reginaldo J.. **Diáspora atlântica:** A nação judaica no Caribe, século XVII e XVIII. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2008. Disponível em: https://www.catedra-alberto-benveniste.org/fich/17/Tese-2008_HELLER_Reginaldo_Jonas-S.pdf. Acesso em: 15/01/2021.

HERNÁNDEZ, Juan Antonio. **Hacia una historia de lo imposibles:** La revolución Haitiana y el “Libro de pinturas” de José Antonio Aponte. 2005. 285 p. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy, Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2005.

HURBON Laënnec. **Culture et dictature en Haïti. L’imaginaire sous contrôle.** Paris: Les Éditions L’Harmattan, 1979.

HURBON Laënnec. **Comprendre Haïti.** Essai sur l’État, la nation, la culture. Paris: Les Éditions Karthala, 1987.

HURBON, Laënnec. **Le Barbare imaginaire.** Paris: Les Éditions du Cerf, 1988.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Acroplano, 2000.

IUCN. Guidelines for applying protected area management categories. 2008. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/pag-021.pdf>. Acesso em: 10/07/2022.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002. Disponível em: <http://cesycme.co/wp-content/uploads/2015/07/Jelin-E.-Los-trabajos-de-la-memoria.-.pdf>. Acesso em: 22/04/2022.

JOSEPH, Handerson. A morte do presidente do Haiti e o neocolonialismo. **Instituto Humanitas Unisinos**, 12 de julho de 2021. Disponível em: [A morte do presidente do Haiti e o neocolonialismo - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#). Acesso em: 11/09/2021.

KÖHLER, André Fontan. As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, v. 9, n. 2, p. 138-163. dez. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/8358>. Acesso em: 04/09/2021.

LA SELVE, E. **Le pays des nègres**: Voyage à Haïti, ancienne partie française de Saint-Domingue. Paris: Hachette et cie, 1881. Disponível em: [Le pays des nègres : voyage à Haïti, ancienne partie française de Saint-Domingue : La Selve, E. \(Edgar\), 1849-1892 : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#). Acesso em: 04/03/2022.

LIFSCHITZ, J. Alejandro. Em torno da Memória Política. In: Vera Dodebei; Francisco Farias; Jô Gondar. (Org.). **Por que Memória Social?** 1. ed., Rio de Janeiro: Híbrida, v. 9, 2016. p. 67-82.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila B. (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas** (Caderno Temático, 2). 1. ed. João Pessoa: Iphan, 2012, p. 30-38.

LÖWY, Michael. "A contrapelo". A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18578>. Acesso em: 22/03/2022.

MADIU, Thomas. **Histoire d'Haïti**. Tome III - 1803-1807. Haiti: imp. J. Courtois, 1848. Disponível em: [#9 - Histoire d'Haïti, par Thomas Madiou, fils ... v.3. - Full View | HathiTrust Digital Library](#). Acesso em: 10/08/2019.

MADIU, Thomas. **Histoire d'Haïti**. Tome IV - 1807-1811. Haiti: Édition Henry Deschamps, 1987. Disponível em [Histoire d'Haïti: 1807-1811 - Google Play Livros](#). Acesso em: 12/04/2020.

MADIU, Thomas. **Histoire d'Haïti**. Tome V - 1811-1818. Haiti: Édition Henry Deschamps, 1987. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=pm4KAQAAlAAJ&pg=GBS.PP12&hl=pt>. Acesso em: 03/06/2022.

MADIOU, Thomas. **Histoire d'Haïti**. Tome VI - 1819-1826. Haiti: Édition Henry Deschamps, 1988. Disponível em: [Histoire d'Haïti: 1819-1826 - Google Play Livros](#). Acesso em: 20/04/2020.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.4, out.-dez. 2009, p.855-880. Disponível em: <https://periodicos.fiocruz.br/en/publicacao/18645>. Acesso em: 16/10/2021.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, T. P. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 97–117, 2011. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.1590%2F2237-101x012023006>. Acesso em: 25/10/2021.

MATEO ROSARIO, Grace. **Leyes del patrimonio histórico y cultural del Centro Histórico de Santo Domingo en la República Dominicana**. 2016. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, 2016. Disponível em [Repositório Institucional da UFPel - Guaiaca: Leyes del patrimonio histórico y cultural del Centro Histórico de Santo Domingo en la República Dominicana](#). Acesso em: 27/12/2021.

MAUREL, Chloé. Le projet d'éducation de base de l'Unesco dans la vallée de Marbial (Haïti). 1947-1954. **Revue de la Société haïtienne d'histoire et de géographie**, Port-au-Prince, p. 46-86, 2013. em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-02564120>. Acesso em: 01/06/2021.

MAUREL, Chloé. L'Unesco: un âge d'or de l'aide au développement par l'éducation (1945-1975). **Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique**, Paris, n. 108, p. 145-170, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/chrhc/1819>. Acesso em: 01/06/2021.

MEF. Ministère de l'Économie et des Finances. **Plan de Gestion Environnementale et Sociale pour la réhabilitation de la place de la Reine et ravalement de façade à Milot**. République d'Haïti, 2016.

MIDDELANIS, Carl H. Les mémoires fleurissent dans les lieux ruinés: *Le voyage dans le Nord d'Hayti* ou les paradoxes de l'historiographie d'une jeune nation. **Ethnologies**, v. 28, n. 1, v. 28, p. 99–118, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/014150ar>. Acesso em: 31/10/2021.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2017.

MIGNOLO, Walter. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, v. 48, n.48 p.187-224, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 12/05/2022.

MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravocrata**: O que não deve ser dito. 1ra ed, Jundiaí/SP: Paco, 2017, 348, pp.

MOTA, Carlos Renato. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 23-33. Disponível: <https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12789/Livro-ADificilSustentabilidade-MarcelBursztyn.pdf>. Acesso em: 10/11/2022.

MUÑOZ, Laura. El Caribe en los mapas de la revista National Geographic. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luis-MA, v. XIV, nº28, p. 271-290, Jan-Jun 2014. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/2899/pdf>. Acesso em: 10/01/2021.

NASCIMENTO, Washington Santos. São Domingos, o grande São Domingos: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista. **Dimensões**, Vitória, v. 21, p. 125-142, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2486>. Acesso em: 29/10/2021.

ÑÁÑEZ GONZÁLEZ, Omar. Identidad y diversidad lingüística en el Caribe. In: ELÍAS CARO, Jorge E.; S. VALLEJO, Fabio. (Ed.). **Los mil y un Caribe**...16 textos para su (des) entendimiento. Colombia: Universidad del Magdalena, 2009. p. 65-84.

NIELSEN, Bjarke. L'Unesco et le culturellement correct. **Gradhiva**, n. 18, p. 74-97, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/gradhiva/2713>. Acesso em: 20/05/2020.

D'ORBIGNY, Alcide. **Voyage pittoresque dans les deux Amériques**. Paris: L. Tenré; Henry Dupuy, 1836. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b86267486>. Acesso em: 12/05/2022.

PALISSE, Marianne. La Faculté d'ethnologie de l'Université d'État d'Haïti. Des projets de Price-Mars et de Roumain à la réalité des années 2000. In: Byron, Jhon Picard (dir.). **Production du savoir et construction sociale**. L'ethnologie en Haïti, Éditions de l'Université d'État d'Haïti; Presses de l'Université de Laval: 2014. p. 83-98.

PEIXOTO, Paulo. A corrida ao status de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas IESP**, p. 23-45, 2002. Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/veredas_01_p_023-045.pdf. Acesso em: 09/08/2020.

PEPIN, Amélie. **Du mythe à la subversion**: trois manifestations de la figure du zombie filmique. Mémoire - Faculté des lettres et sciences humaines, Université de Sherbrooke, Sherbrooke, 2011.

PÉRARD, Jean-Herold. **Henry Christophe: un grand méconnu**. Canada: Protech LP, 2018.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC, Recife, 2012. 178 p. Disponível em [RI UFPE: O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil](#). Acesso em: 08/09/2021.

PIERRE-CHARLES, Gérard. **Radiographie d'une dictature**. Haïti et Duvalier. Montréal: Les Éditions Nouvelle Optique, 1973. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/contemporains/PIERRE-CHARLES_Gerard/Radiographie_une_dictature/Radiographie_une_dictature.html. Acesso em: 07/12/2022.

PIERRE-LOUIS, Loudmia Amicia; FERREIRA DE LIMA, Bárbara; CENEVIVA EID, Félix. A (de)colonialidade do patrimônio na América Latina: lugares do negro e do indígena no caso brasileiro e argentino. **RELACult**, v. 5, maio 2019. Disponível em: [A \(de\)colonialidade do patrimônio na América Latina: lugares do negro e do indígena no caso brasileiro e argentino | RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade \(claec.org\)](#). Acessado em: 10/11/2019.

PIERRE-LOUIS, Loudmia A.; UHLE, A. R. . Identidade, Estado-nação e patrimônio: O tombamento do Parc National Historique no Haiti (1940-1990). **Revista CPC (USP)**, v. 16, p. 39-68, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/173291>. Acesso em: 23/01/2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 08/06/2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 09/06/2022.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi: memória - história**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. v.1; p. 51-86, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/course/view.php?id=3343>. Acesso em: 5/06/2022.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 15/12/2020.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: dos monumentos aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade In: _____ **Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural**. Caxias do Sul: Educs, 2003. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/artigo_pozenato.pdf. Acesso em: 25/03/2021.

PRADO, Maria Lígia Coelho do.. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, São Paulo, n. 145, p. 129-149, dez. 2001.

PRICE-MARS, Jean. Le sentiment de la valeur personnelle chez Henry Christophe. **Revue de la Société d'Histoire et de Géographie d'Haiti**, Port-au-Prince (Haiti), v. 5, n. 13, p. 19-39, Janvier 1934. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6133515c>. Acesso em: 10/06/2021.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales**, v. 6 nº 2, p. 73-90, mayo-agosto 2000. Disponível: <https://red.pucp.edu.pe/ridei/wp-content/uploads/biblioteca/100520.pdf>. Acesso em: 15/11/2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina
LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade do saber eurocentrismo ciencias sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em: 04/09/2022.

REIS, João José. Revoltas escravas. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da Escavidão e Liberdade**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 392-399.

RENÉ, Jean Alix. **Formation de l'État et culture politique populaire (1804-1846)**. Haiti: Le Natal S.A., 2019.

RIBEIRO, Regina Maria de Oliveira. A construção de sentidos históricos: cultura histórica e atribuição de significância em narrativas de estudantes do ensino fundamental. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal - RN. Caderno de resumos. UFRN, 2013. v. 1. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875180_ea65eb4ce9522e8571360acc25a1eed3.pdf. Acesso em: 30/08/2022.

RICARDO, Núñez Fernández. **Gestion du Tourisme dans les sites patrimoniaux**. Habana: UNESCO, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000217015_fre?posInSet=5&queryId=b49ed6b0-c214-4c0c-8d20-fc80e8f6456f. Acesso em: 30/05/2021.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: A sua essência e sua origem**. 1ra. ed. São Paulo: Perspectiva, [1903]/2014.

ROLIM, Mariana de Souza. **Preservação em sistema: patrimônio mundial entre as Américas e a Europa**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3259#:~:text=A%20partir%20de%20s%C3%ADtios%20presentes,estabelecer%20uma%20rede%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15/05 2021.

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Trad. de F. Sánchez e Ib Schumacher. Versão espanhola inédita do texto original em alemão publicado em FÜSSMANN, H. T. Grütter y RÜSEN, J. (eds.). **Historische Faszination. Geschichtskultur heute**, 1994.

SAINT-RÉMY, Joseph. **Essai sur Henri-Christophe**. Général haitiana. Paris: Imprimerie de Félix Malteste et Cie, 1839. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6133572d.texteImage>. Acesso em: 23/06/2022.

SAN MIGUEL, Pedro L. Consideraciones intempestivas sobre los estudios caribeños. In: MUÑOZ, Laura. (Ed.). **Narrar el Caribe: Visiones históricas de la región**. México: Instituto Mora, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=AQrPDwAAQBAJ&pg=PT545&lpg=PT545&dq=Odette+Roy+Fombrun+quisqueya+ou+hispaniola&source=bl&ots=SrHijY55uL&sig=ACfU3U2TqKFCs9JDuz49xCvwPTBzXOYtlQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiP5Pv325TuAhVUELkGHZjCCA8Q6AEwCHoECAYQAg#v=onepage&q=exotis&f=false>. Acesso em: 15/01/2021.

SANTANA CASTILLO, Joaquín. Repensando el Caribe: Valoraciones sobre el Gran Caribe Hispano. **Revista Clío América**, Santa Marta. v. 1, n. 2, p. 303-334, 2007. Disponível em: <https://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/clioamerica/article/view/351>. Acesso em: 17/03/2021.

SANTHIAGO, R.; BARBOSA DE MAGALHÃES, V. Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, v. 27, p. 1–18, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/102266>. Acesso em: 22/07/2022.

SANTOS, Ivana Morales Peres dos. **Direito Internacional e Gestão Pública do Patrimônio Cultural Transnacional ou de Fronteira: Estudo do caso da Ponte Internacional Barão de Mauá enquanto Patrimônio Cultural do Brasil, do Uruguai e do Mercosul**. 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6193>. Acesso em: 10/05/2021.

SANTOS, Nathan; DARIDO, Marcela. Desenvolvimento como farsa e a saída Decolonial. **Revista Fim do Mundo**, nº 5, p. 133-157, mai/ago 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11125>. Acesso em: 15/11/2022.

SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila B (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas** (Caderno Temático, 2). 1. ed. João Pessoa: Iphan, p, 30-38, 2012.

STASZAK, Jean-François. Qu'est ce que l'exotisme? **Le Globe, Revue genevoise de géographie**, n. 148, p. 7-30, 2008. Disponível em: https://www.unige.ch/sciences-societe/geo/files/4314/4464/7645/Globe2008_Article1_.pdf. Acesso em: 20/01/2021.

TAYLOR, Frank Fonda. **To hell with paradise: a history of Jamaican tourist industry.** Univ of Pittsburgh Pr., 1993.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América.** A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Barcelona: Paidós Asterisco, 2000. Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Todorov.pdf>. Acesso em: 13/05/2022.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: História, Memória e Política.** Lisboa: Edições Unipop, 2012.

TRAVERSO, Enzo. Políticas de la Memoria en la era del neoliberalismo. **Aletheia**, v. 7, n. 14. Disponível em: <https://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/ATHv7n14a21>. Acesso em: 22/08/2022.

TROUILLOT, M.-R. Moderno de otro modo. Lecciones caribeñas desde el lugar del salvaje. **Tabula Rasa.** Bogotá - Colombia, N.14, p. 79-97, enero-junio, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n14/n14a04.pdf>. Acesso em: 15/06/2021.

TROUILLOT, M.-R. **Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História.** Curitiba: Huya, [1995]/2016.

TROUILLOT, M.-R. O estranho e o ordinário: o Haiti, o Caribe e o mundo. **Vibrant.** Brasil, n. 17, p. 1-8, 2020. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-17-2020/>. Acesso em: 04/11/2021.

UNESCO. *Acte constitutif de l'Organisation des Nations unies pour l'éducation, la science et la culture.* Paris, Unesco, 1946. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133425>. Acesso em: 04/06/2022.

VASTEY, Pompee-Valentin Baron de. **Essai sur les causes de la révolution et des guerres civiles d'Hayti:** Faisant suite aux réflexions politiques sur quelques ouvrages et journaux français, concernant Hayti avec différentes pièces. Imprimerie Royale, Sans-Souci, 1819. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_8mRKAAAACAAJ. Acesso em: 21/03/2021.

VICH, Víctor; ZAVALA, Virginia. **Oralidad y poder.** Herramientas metodológicas. Bogotá. Grupo editorial Norma, 2004.

VOLTAIRE, Frantz. **Mourir pour Haïti. La résistance à la dictature en 1964.** Éditions du CIDIHCA, Montréal, 2015.

VIVAS, L. M. B. . Turismo e desenvolvimento social no Caribe: o lugar do Outro. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, vol. 2, n. 2, p. 74-88, 2012.

Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/677>. Acesso em: 12/11/2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412>. Acesso em: 20/11/2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO BASE DE PERGUNTAS

1. *Gostaria de pedir que se apresentasse. Diga seu nome completo, idade, cidade onde nasceu; onde está morando, com quem e a quanto tempo.*
2. *Poderia me contar sobre como organiza seu dia a dia? Que tipos de atividades realiza? - Trabalho, estudos...*
3. *Me conta o que sabe acerca da construção dos monumentos do PNH, a história da Cidade? Qual seu entendimento acerca do reinado de Henry I?*
4. *Me conta sobre a festa da Cidadela e outras atividades culturais que são organizadas no PNH, ou pelo Estado ou pelos moradores de Milot.*
5. *Como você se relaciona com o espaço do PNH, com seus valores históricos e naturais?*
6. *Me conta como se sente em relação ao PNH. Quais sentimentos te provoca o PNH, o que representa para você e a cidade?*
7. *Na sua opinião o que aconteceu para que o PNH fosse considerado como Patrimônio Nacional e da Humanidade nos anos de 1980 e 1990?*
8. *Alguém tinha entrado em contato com as pessoas mais velhas, informando que o PNH seria considerado Patrimônio? Alguém pediu o consentimento das pessoas mais velhas sobre os monumentos serem considerados patrimônio?*
9. *O que os representantes do Estado diziam sobre a importância de considerar os monumentos do parque como patrimônio?*
10. *O que prometeram com a patrimonialização dos monumentos?*
11. *E quais dessas promessas se cumpriram?*
12. *O que as pessoas mais velhas contam sobre sua relação com o PNH quando eram jovens? O que contam da época quando o PNH começou a ganhar mais visibilidade? E o que dizem ter mudado na sua vida e na cidade depois dessa época?*
13. *Que tipos de dificuldades as pessoas mais velhas relatam que enfrentaram durante o processo de visibilidade do PNH?*
14. *Você sabe de algum camponês que perdeu terra ou casa na época?*
15. *Esse camponês foi indenizado? Como, quando?*
16. *E, sobre a ditadura dos Duvalier, o que sabe? Como as pessoas mais velhas contam da vida em Milot durante a ditadura dos Duvalier?*
17. *Na sua opinião, o que de muito fundamental aconteceu com o PNH e a cidade de Milot durante essa época?*
18. *Em sua opinião, como você e os demais moradores de Milot beneficiam-se do PNH?*
19. *Quem você acha que mais se beneficiou com a visibilidade do PNH? E porquê?*
20. *Na sua opinião como Milot poderia se beneficiar ainda mais do PNH?*

APÈNDICE B - ENTREVISTA COM MAXIME MYRBEL

08/06/2020

Bonswa Loudmia, mwen panse pa p gen pwoblèm pou w itilize antrevi a nan etid ou a paske m gentan disponib pou sa deja premyèmman e dezyèmman m gentan deside m, m reponn wi, donk m paka di non ankò. E pou mprezante m, non pa m se Myrbel maxime, m fèt Milo, dezyèm seksyon, m ka di se yon zòn touristik an Ayiti. Manman m, papa m jiskaprezan y ap viv la, Milo, men mwen menm, mwen te oblije fè yon ti ekate m de vil la, de Milo, mwen te vin viv Okap, ansanm avèk yon zanmi m, e mwen ap viv ansanm avè l. Mwen se yon gid touristik, men akòz aktivite yo pa twò mache, mwen te oblije al taravay Labadi, nan mache touristik Labadi an kote m fè 8 an ap travay, m panse. Sa se premye eksperyans travay mwen e m ka di ke m se yon moun ke edikasyon m komanse ekzakteman ak touris. Se rezon sa ki fè, chwa pa m menm, menm, menm se devni yon moun ki la dirèkteman pou sèvi e pwoteje touris yo lè yo vinn nan katye kote m lan.

Se konsa, depi lontan, lè m te fini lekòl klasik mwen, m te deside fokis chak samdi, dimanch nan etidye pou m te ka antre nan touris, jis pou m te ka jwen mwayen ekonomik pou m te ka ede tèt mwen, pou m te ka ede paran m yo tou, paske bagay yo te toujou yon jan difisil. Chak samdi, dimanch, m al nan touris, e m te komanse ap fè ti kòb tou piti avèk touris yo, epi m te komanse tou ap aprann pale anglè nan American Institute, Okap Ayisyen. M te deside aprann pale espanyòl tou. M te komanse konsa. Epi, aprè, bon, lè m vin kalkile bagay yo, mwè map antre nan laj, m te vin deside achte yon cheval, pou m te ka mete nan liy lan pou travay, tankou wè yon taksi pou touris yo monte e dasan Sitadèl. M sonje a lepòk touris lan te konn peye 10 dola US, chak fwa yo monte epi yo desann. Men pou lemoman, pou lemoman, tout bagay sa yo vin pase. Epi mwen menm, mwen vin ap konprann bagay yo, mwen vin ap grandi mantalman, m vin deside kreye yon asonsyasyon gid. Nou aprann istwa nan men moun ki te gentan konnen deja yo... Koulye a nou vin ap fonksyone. Men pou lemoman bagay yo on ti jan pa fasil. Oparavan, m panse si mwen monte Sitadèl m al fè yon gid pandan tout yon jounen, sa te ka rapòte m 120 a 150 dola US, sa depann de kantite moun ke m te trouve pou m al fè tou ansanm avèk yo a. Se sa k fè tou ou vin pa gen yon tarif fiks, pa gen yon tarif dirèkteman ou ka di men konbyen kòb ou ka fè pa jou ou travay. M panse si, pa ekzanmp, ou gen 10 moun ou pral fè tou ansanm avè l, si se 10 etranje, yo bay 15 dola, ou touche 15 dola pou chak moun.

Lè Sitadèl la te kon toujou ap fonksyone, nan moman an yo pap fonksyone paske pa gen touris, men lè se te Sitadèl nou te konn ap fonksyone, nou te konn oblije travay diran tout semèn lan jiska samdi, paske samdi se youn nan jou ki toujou bay anpil moun. Kidonk se jou dimanch lan nou toujou chwazi, dimanch aprè midi pou nou ka soti ansanm avèk yon zanmi, nou ka al nan yon ba, oubyen nan pisin, nan lanmè, nou konn ale Labadi n al benyen, konsa nou toujou manje ti pwason, ti fruits de mer, ou konprann, pou n enjoy nou epi nou bwè ti byè nou tou... Se toujou konsa, men anfèt depi lontan m te toujou pa renmen program lannuit. Tankou, si se aswè bagay la ap fèt, li difisil pou yon moun wè m ladan. Wi, m pa renmen kite ta bare m nan lari menm.

Pi gwo lè ki ka pran m nan lari se 10 zè. Depi li gentan komanse fè 6 zé, m wè latè komanse kouvri, m toujou gentan ap fè vizyon pou m rantre lakay, kit se nan travay, kit se nan plezi, nenpòt kote m te ka ye, depi l komanse lè sa yo m santi m ta dwe lakay mwen. E, se pa poutèt ensekirite, non, paske an realite, fòm di l klè, menm si tout bagay te ka toujou tèt anba nan peyi a, menm lè ou ta tandè bagay yo on jan di, Okap bagay yo on ti jan toujou pi fasil. Sa son bagay ki nan mwen de nati.

E menm nan jou m pa travay yo depi m jwen ak yon touris m toujou enfòmè l sou Sitadèl la. Premye bagay ki toujou vin nan tèt mwen pou m enfòmè l sou Milo, pou m enterese l tou, se fè l konnen si ke l pa moun Okap, se vini li vini nan nò pou l ka vizite, si l pa al Labadi, li pa al Sitadèl se kòm si l pa t janm vin Okap. Sa se premye bagay m toujou di nenpòt moun m rankontre ki ta made m enfòmasyon. Kòm mwen se yon moun ki toujou renmen mache ak badj mwen sou mwen, si yon moun wè badj la, li wè Sitadèl la ladan l e li ta inpresyone, m toujou reponn li konsa, m di l: “bon son lye ki trè apwopriye a vizite, e si ou ale w ap enterese. Si w ta depanse yon ti mwayen ekonomik pou w rive la ou pap regrèt, paske y ap resevwa w byen, epitou, w ap toujou jwen ti bagay ke ou pa two abitye avè yo, w ap fè yon eksperyans nouvo, w ap satisfè de vizit lan kanmenm. Gen cheval pou w monte e gen moun nan zòn lan k ap bay ti sèvis...tout, tout moun nan zòn lan trè, trè, trè apresye moun nan yon sans”.

Se konsa m toujou ankouraje moun yo pou yo al vizite Sitadèl, paske bagay sa vle di anpil pou mwen. Menm si mwen ta va ale nenpòt kote, a chak fwa mwen panse ak Sitadèl, mwen toujou panse ak edikasyon m tou, paske se youn nan bagay ki komanse edikasyon m, se avèk sa papa m, manman m te komanse, epi mwen vin jwen yo ladan l, kidonk mwen vin deside pou m suiv liy lan. Papa m se youn nan moun k ap fè touris lontan, lontan, depi sou okipasyon amerikènn an 94, 95, m panse. Nan epòk sa, yo te konn vin chache papa m kò m gid pou l vin pran blan militè yo nan baz amerikenn Okpa pou menen yo Sitadèl. Jiskaprezan papa m son jèn moun e mwen ak li nou travay ansanm Labadi... Pandan korona a la nou pa travay menm kote, men nou te travay menm kote, Labadi.

Kidonk menm lè m ta gen yon lòt djòb m ap fè dirèkteman m ta dwe gen swa yon cheval nan liy lan k ap travay, m ta dwe toujou rete nan asosyasyon gid la, mwen menm pou m ta toujou ap itilize lajan mwen fè Sitadèl dirèkteman, paske m renmen sa. M toujou anvi proteje pak la, m toujou anvi yo fè sa ki bon ladan l, m toujou anvi pote la main forte. Si gon bagay ki dwè fèt, menm lè se pa dirèkteman pou lajan, si gon bagay k ap fèt, k ap bon pou pak la m toujou anvi patisipe ladan l. Menm lè gen bagay nou konn anvi fè, ISPAN pa pèmèt nou fè yo, paske se li ki responsab pak la. Tankou rout la konn gen yon ti kraze ladan l, nou pran nou bouche tou an pou pèmèt machin lan monte alèz, li pa dakò nou fè yo. Men sa pa anpeche, sa pa anpeche nou voye je sou li. ISPAN toujou vle fè montre ke se travay li, men pandansetan li kon pran yon pakèt tan anvan l fè travay sa yo.

Dayè pou sekirize Sitadèl la epi palè a menm menm se popilasyon an ki fè l, sitou Sitadèl. Sitadèl la se popilasyon k ap viv nan zòn lan se yo ki sekirize l paske moun yo mete anlè a, tankou moun ki sekirite yo pa gen anyen nan men yo, menm yon baton omwen moun yo pa gen nan men yo e y ap jere yon gwo bagay konsa. Sa vle di si tout fwa ta gon bagay, se moun ki anba yo pou sekirite yo al chache pou ede

yo. Epitou zòn lan menm, menm, menm, se moun yo ki fè sekirite zòn lan, paske pa genyen sa menm.

Milo pa genyen sekirite, menm lè son zòn ki tankou yon pla men, Milo son zòn ki pa genyen sa ki rele sekirite, paske si yon zòn touris ap frekante l, menm lè se te sèlman 5 moun li ta genyen k ap viv ladan l ta dwe gon sekirite ki nòmal, tankou pou voye je sou touris yo, paske nou genyen Palè Sansousi, nou gen Sitadèl. Bon nan moman an gen sa ki rele tewòris k ap fè la une e toujou gen yon pwoblèm sinyal nan zòn Sitadèl la, pa gen sinyal kel Digicel kel Natcom nan zòn nan. Sa vle di ta sipoze gon sekirite ki la dirèkteman pou voye je sou Milo, se pa pou voye je sou touris k ap vini an non, pou voye je sou Milo. Sa m wè pou zòn lan, pou kesyon sekirite a, yo ta dwe mete tankou, swa yon pòs polis a chak yon kantite km ke w pran anvan w rive Milo, paske Milo vin twò vas, yon zòn k ap gen touris, k ap gen etranje k ap rantre ladan l son kote ki ta dwe pwoteje, se sa m panse.

Paske si Leta pa mete sekirite li menm li gen tèt kase pa l l ap peye pi devan, paske rezon, a chak fwa touris lan vini isi, si l al Sitadèl, touris lan peye tikè, li merite pwoteksyon, eske w konprann? Leta pa ta oblije tann dirèkteman se lè touris lan chope, epi kounya pou l al kouri deye moun ki chope touris lan pou l arete l. Poukisa li pa wè sa dabò, pou l gentan ranje sa l gen pou l ranje yo. Pandan se tan ou konnen ayisyen, n ap viv nan peyi kote tout moun nan chomaj, tout moun m te ka di majorite moun nan grangou, se pa tout blan... mwen menm m gentan konnen, paske m frote ak blan anpil, paske m fè 8 tan ap fonksyone Labadi, m getan konnen ke se pa tout blan ki parèt devan je m ki posede sa k rele lajan an e gen blan ki ka vin devan m mwen pi byen pase l ou konprann? Men se pa tout moun ki konn sa, moun ki pa konnen blan an li ka wè blan an ap fe ti mache a pye, fè ti monte, fè ti desann, pa ekzanp, li ka gon move entansyon sou blan an, li ka fon atak sou li, kidonk lè l fin fè l la kounye a se lè sa Leta pral lage nan deye moun ki te fè l la, men li gentan fè l deja!

Pou m di w byen Sitadèl la se te yon kote ki te abandone. Sa se pa dapre sa m wè paske m se moun 1990, se dapre istwa m ap li ke Albert Magonèse te ekri. Sitadèl la se te yon lye ki te konpletman abandone aprè lamò rwa a, aprè lamò Christophe. Te gen yon gwoup moun ki te chwazi ap fè ti vizite, tankou, lè n te vin gen okipasyon amerikènn, anvan peryòd sa tou, te gen moun k ap vizite l nan ti elikotè e nan fè ti mache, e se moun sa yo ki te vin dekouvri Sitadèl la. Rapid vit yo tou pran moun pou te komanse netwaye li, sekle, epi se lè sa Leta te vin komanse mete l an konsiderasyon, yo vin netwaye li, yo pran swen l epi, restore pati ki te kraze nèt ladan l pou jiskaske yo vin mete moun ap siveye pyès kanon, boulèt, tout bagay ki ladan l yo. Leta te vin komanse rekonèt li. Men tou m ka di ke moun zòn lan yo te konnen Sitadèl la paske yo te konn toujou al ladan l, men poutèt pa t gen lòt moun ki te konn ap vin vizite l, yo pa t konn valè l, yo te oblije fè jaden andan l, a lepòk. Yo te konn plante patat, plante sa k rele tayo, yo te konn plante bannan andan Sitadèl la. Anvan yo te vin rekonèt ke Sitadèl lan son bagay ki enpòtan, ki ka bay kòb, yo te gentan konn fè jaden andan l anvan sa. Ou konn kijan abitan yo te kon fè l? Si gen yon moun ki te travay bò sa ane sa, chak ane, l ap gen kòm devwa pou l travay li, paske li vin tankou

pou li menm. Se pa yon kote l lwe, se pa yon kote l achte, men l ap toujou pran yon abitud pou plante ladan l paske li vin tankou se pou li li ye, bò kote sa, ou konpran?

Men, Lé leta vin dekouvri moniman sa yo, li menm, li oblije fè tout moun soti. Tout moun yo te vin pedi sa yo te posede. Men tou moun yo te vin kontan tou. Rezon ki fè moun yo te vin kontan se paske aprè sa, moun vin ap frekante zòn lan, kidonk moun ki te kon travay, ki te kon kiltive yo, yo vin pase pa fè kòb pa yon lòt mwayen. Yo vin achte cheval kounya, y ap lwe cheval, kounya y ap fè kòb la yon lòt fason. Sa pa t etone yo tou. E, a lepok Leta pa t dedomaje moun sa yo. Pa t gen bagay konsa. Men, m konnen aprè sa te fin fèt, menm moun ki te travay andan Sitadèl la, ki te gen jaden andan l yo, se te menm moun sa yo yo te oblije ba ti anplwa pou yo te ka netwaye andan an. Si byen ke yo pa t anplayè a 100%. Paske malgre moun sa yo te gon kantite tan yo tap travay, yo pa t janm amplwaye yo vremanvre, yo te toujou konn ba yo ti kòb y ap ba yo a nan men e pi yo fini.

Moun sa yo ke m ap di yo la, se moun ki te ka granpapa m, gran granpapa m nan laj sa yo plizoumwèn. Paske, yo toujou fè m konnen, - yon istwa tou kout, istwa ki soti nan bouch manman ak papa m, - ke granpapa m te kon travay pa deyè do Sitadèl la, ou konpran? Li te kon plante patat deyè do Sitadèl la. E lè li soti nan jaden mwen menm m te kon toujou al jwen li, paske m te timoun, m toujou al jwen li, chita nan mitan janm li, li kon pot ti patat pou mwen. E jou lè li pral mouri, li te fenk soti nan jaden, epi li t ap ban m ti patat pandan m chita nan janm li, se nan moman sa ke yon moun t ap koupe yon pye bwa pa lòt bò lari a epi li menm li te chita nan yon lakou. Yo di tout moun soti la, tout moun soti, men li menm li panse pyebwa a pa t ap rive kote l ye a, epi bwa a rive nan lakou a kote l te chita ansam avèm lan epi yon branch pye bwa a frape l nan tèt epi l tou mouri. Se konsa granpapa m mouri, gran gran papa m.

Mwen m ka di se sou Martelli yo vin kontrate moun vre pou sèvi pak la. Dayè se te sou Martelli, m santi ke pak la te plis frekante pa touris, bon n ap oblije di l menm si se pa politik n ap fè. Se sou Martelli la m santi nou te pi on ti jan anakò epi moun yo te sikile pi byen. Wi, paske, anvan peryod, an di 2012, 2013 yo plizoumwèn, pak la pa t gen twop vizibilite. Nou potko gen kiosque d'accueil ki fèt nan Palè Sansousi a, epi nou potko gen centre d'accueil ki fèt nan dezyèm paking Sitadèl la, potko genyen yo. Sou Martelli yo te vinn fè kiosque d'accueil yo, yo te oblije mete moun travay ladan l. M pa ka di si se te Lameri, oubyen si se te Minis Touris lan ki te deside fè l, men yo te mete yon gwoup moun pou resevwa touris yo. Te gen moun ki te lejislatè, te gen sa ki te ajan disiplinè, te genyen youn, de, ou twa moun konsa yo te mete pou jere lis yo, pou rele moun yo lè touris lan vini.

Menm kesyon cheval la ki oparavan te kon fonksyone yon jan, koulye a yo fè l yon lòt fason sou Martelli. Oparavan, chak moun te gen pwòp cheval pa yo, tankou ou ka annik parèt konsa, ou gen mwayen, ou kab achte yon cheval, ou prepare cheval la byen nòmal epi ou mete l nan liy lan pou l travay. Kounya yo vin kreye yon sistèm kote yo fè yon lis ki gen chak moun ki gen yon cheval. Kidonk, si cheval sa monte jodi a, demen si Dye vle, lè gon lòt gwoup moun ki vini, son lòt cheval k ap monte. Se konsa nou oganize l. Son bagay ki la yon ti tan, men li vin pran larelèv se sou prezidan Martelli.

M ka di nan epòk sa, se kom si m te vin wè touris yo te vin ogmante, e pi mwen menm ki se yon moun k ap viv de touris, sa vin soufle yon van despwa sou mwen paske te gen ti aktivite k ap bouje timidman. Epi, an realite tou, m pa ka di an jeneral, paske m pa suiv sans de vi tou moun yo, men moun m konen ki te ap viv nan touris, ki tou pre m yo, tankou sa ki gen timoun lekòl, sa ki gen aktivite pou regle, bagay yo ton jan amelyore. M toujou di sa e m wè sa vrèman son realite: Depi gen touris sitiasyon an ta sipoze chanje, rezon, paske ap vin gen plis aktivite, ou konprann? Si chak moun ki nan touris yo gen aktivite touris y ap regle, kounya w ap toujou jwen chak moun ki te gon bagay pou l regle lakay li, yon travay, yon reparasyon pou l te fè, oblije peye yon lòt moun kounya nan kòb l ap fé nan touris la, pou fé aktivite sa pou li, konsa ap gen plis moun k ap gon bagay pou yo fè.

Se sèl konsa mwen ka di ke moun Milo benefisye de Sitadèl la. Depi gen touris nou benefisye, pa rapò ak kòb tikè. Poum klè avè w, tankou epòk jedi sen, ki son kountim nou genyen Milo, lè w tandè gen jedi sen son kantite kòb, wi, moun yo rantre, paske gen anpil touris pandan nenpòt 3 jou. Tankou w wè sou lari a machin pa ka pase, moun sou moun ap monte, 3 jou. Yo toujou pran 50 goud nan men chak tèt moun ki vini pou antre andan an, kidonk ou wè gon kantite kòb ki fèt pandan 3 jou sa. Men, kòb sa yo, yo pa fè anyen avè yo. Daprè sa m realize, kòb sa son kòb, sitou pou lemoman, son kòb yo pran yo mete chita yon kote. M gen papa m epi m gen yon ti sèm ki t ap travay nan jesyon Sitadèl la. Ti sèm lan t ap netwaye kiosque lan, se te wòl sa li te genyen, netwaye kiosque lan chak maten. Papa m li menm li te travay nan ajan disiplinè, tankou moun k ap bay disiplin k ap anpeche moun kole sou touris yo twòp, ou konprann? Yo fè moun sa yo fè 32 mwa ap travay, yo poko janm peye yo jiska prezan. Plis ke 2 zan. Sa vle di yo pa janm peye yo. Sa m ap di an son realite, paske papa m menm menm, papa m epi yon ti sèm ap travay nan sa... yo pa janm peye yo. Yo fè yo mache, kouri monte, kouri desann jiska prezan, yo pa janm peye yo, yo pa janm peye yo. Se sa ki fè m ka di ke, jiskaprezan se kòm si, dapre mwen menm, Sitadèl la, plis Palè Sansousi, pou mwen menm, yon bagay ki ede Leta avanse, yon bagay ki ka ede Leta Ayisyen fè kòb, se kòm si dapre mwen menm, jan mwen wè yo trete l, se kòm si son kote yo pa rekonèt, dapre mwen menm.

Lè Leta te vini Milo pou l mete moniman yo an valè li pa t mete okenn moun okouran de sa li te vin fè Milo ni kijan li t ap al aji. Leta annik parèt li fè sa l ap fè an. A lepòk, lè Leta komanse vin gen je sou Milo, je moun Milo pa t two louvè pou yo te ka rive gen yon konvèsasyon avèk Leta sou desten Milo. Yon moun ki se yon abitan, ki abitye travay latè selman, ki abitye pran manje latè voye vann lavil, lè moun sa gade, li wè yon moun parèt li bal yon ti anlwa epi moun lan peye l yon ti kòb de tanzantan, li wè li pa oblije pale anpil, li touche ti kòb li, li pa bezwen konen ki sa ki pral rive aprè. Paske, ou konnen koutim moun lontan yo, sa ki vini an vini, yo pap poze okenn kesyon, si se te ti jèn kounya la yo, yo te ka toujou anvè konen kisa ki pral fèt pa kiryozi, men granmoun lontan pa t kirye, depi yo jwenn sa yo bezwen an tout bagay ok. Jiskaprezan ISPAN, si ISPAN gon bagay li pral fé, se gade nap annik gade, nou wè yo vini yo fè li, yo pa p mete moun zòn lan okouran.

M sonje, pa ekzamp, m te gentan fin grandi, lè sa m te gentan na 19, 20 tan, li te ka 22 yo tou, lè gon tounaj ki te fèt Sitadèl lan. Fim sa rele "Moloj Tropicakal". Fim lan

pran 3 mwa pu l fèt e moun ki te vin monte fim yo, aktè prensipal yo se te nan Sitadèl la yo te domi. Yo te fè 3 mwa andedan Sitadèl la. M te patisipe ladan l, lè fim sa t ap fèt, se konsa nou te chita nou annik gade nou wè yon premye machin vini ak kèk bagay monte Sitadèl, yon dezyèm machin vini ak bagay yo monte, yon twazyèm machin vini yo monte. Kounya lé moun yo vin ap suiv, lè moun yo vin deside vin revandike, yo pran moun yo nan yon kou, yo konnen nou nan povrete, yo kreye yon strateji, chak bagay yo vin avè l, yo fé yon moun pote monte avè l Sitadèl, yo ba w 100 goud, chak bagay yo ba w 100 goud. Moun lan kounya vin wè l ap travay, l ap kreye yon aktivite, l ap kreye yon ti kòb, li pa kesyone, li pa mande anyen, se jis lé fim lan prèske fini se lè sa moun yo deside pou yo konprann sa k te vin fèt la. Ou konprann? Te menm vin gon epòk kote moun zòn lan te vin pa ka antre andan an san se pa yon bagay yo pra l fè ki gen rapò a fim lan. Anvan sa, si y ap pran imaj nan yon bò Sitadèl la yo bare bò y ap pran imaj la, moun pa t gen aksè vizite l, men lòt bò a ou ka vizite l, se konsa yo te fè l, men aprè sa te vin chanje.

Ou wè sa m ap di w lan? Pa jam gen okenn dyalòg ak moun Milo. Yo fè sa yo gen pou yo fè epi pwen. Mwen menm antan ke yon jèn m te pran yon desizyon, m te deside pou m te kesyone sa. Men sepandan lè nou pran desizyon pou n kesyone sa k ap fèt la, al rele majistra zòn lan, majistra Mika, anba na Lameri an, lè majistra a vini popilasyon an te gentan wè ke yo jwenn yon avantaj nan sa k ap fèt la, paske y ap rantre ti kòb chak semèn, yo menm yo leve kanpe kont majistra a yo kouri dèyè do l. Moun yo pa t mete tèt ansanm ditou. Se tout sa tou ki te vin ban m yon fòs pou m kreye asosyasyon m kreye an. Sa k pi mal la se ke pa gen sendika Milo. Pou touris lan menm, menm, se sèl bagay, sèl sa nou kreye, son asosyasyon gid touristik. Lòt sa ki gentan la yo moun yo pa kreye yo pou rantre na vi prive okenn moun, yo kreye yo pou jere ti bagay touris yo antre yo, men bagay sa, li pa rive lwen vrèman. Wi, li pa rive lwen. Se kòm si m ta di w nou pa prè vre pou touris yo.

Mwen menm, m kontwole, Milo gen otèl “La Belle Maison” ak yon lakou ki rele “Lakou Lakay”, ki se lakou pa mesye Étienne Maurice. Étienne Maurice, son gran, gran, gran istoryen, son moun ke nou gen anpil respè pou li tou, paske gen kèk bagay lè nou bezwen yo, se li menm nou voye al pran yo, ou konprann? Wi, paske son gwo istoryen. M konn travay ak li tou. Nan “Lakou lakay” la touris toujou desann. Aprè sa pa gen lòt kote ankò Milo pou touris desann.

Sa vle di pa gen kote vreman pou resevwa touris Milo. Majorite touris ki vini, k al vizite sit lan, touris sa yo le pi souvan yo desann “Hotel Christophe” Okap, yo desann “Monjolie”, yo desann “Satamar”, elatriye. Men, pou Milo menm, menm, menm, mpanse si yon touris ta vini li ta gen ide fon ti rete, fon 2, 3 jou, l ap fè l “Lakou Lakay” oubyen “La Belle Maison”, sèlman sa. Men relasyon moun sa yo ansanm avèk moun konsène yo, m pa konn koman ralasyon an ap deroule, m pa kon ki dil ki gen antre yo. Milo pa menm gen yon bon restoran kote touris ka manje, ke “Lakou Lakay” oubyen “La Belle Maison”. “Lakou Lakay” li menm se bagay natirèl li perpare sèlman, men “La belle maison” an li menm li prepare tout kalte manje. Se de sèl kote sa yo menm, menm yon touris ka al chita manje, paske lòt kote yo se ti bagay sou men, ti bagay sou lari, konsa, konsa. Pa gon gran bagay vre kote pou moun lan al enjoy li, kote touris lan ka ouvri kò l antan ke touris, kòm si pou l satisfè vreman.

Ou konprann? Mwen menm, m gendwa gon touris ki mande pou l manje nan restoran lari yo, m gendwa pa twò aksantye pou m konseye l pou l al manje kote sa yo, malgre yo fè ti manje yo nòmal an realite. Rezon ki fè m m pa konseye l, se paske ou konen, moun lan se touris ke l ye, m ta toujou renmen pou l al yon kote ke m plis fé konfyans, ki pi kontwole. Si Leta te ankadre yo, ti restoran y ap fè sou men yo, si yo te ka fè l on ti jan pi pwòp, tankou Leta te pase men yo, eseye fon ti tcheke sa y ap fè yo, lè touris lan vini li t ap pi alèz, paske t ap vin gen meyè kalite. Touris Milo yo tou vin plis enterese manje yon ti mega, yon ti kokoye rache, y ap plis enterese bwen dlo kokoye, ou konprann, epi gen kèk lòt ti bagay natirèl tou ou ka toujou ofri moun lan, men gwo, gwo restoran, pa gen bagay sa yo di tou, pa genyen bagay sa yo.

Sou Duvalier, istwa ke m toujou tande papa m epi moun zòn lan ap bay, te vin koz ke m te vin santi ke mwen menm m patap ka viv nan epòk sa mwen menm. Rezon se paske m toujou tande papa m ap pale de Tonton Makout sa yo te konn fè. Moun sa yo konn toujou ap fè papa m kouri, paske yo konn fè papa m fè 3, 4 jou ap domi anba raje, li pa janm vin lakay la, a lepòk. A lepòk m sonje papa m te konn ap fé tan deyo li pa janm ka vin lakay lan. Kidonk lè bagay sa yo te konn ap deroule papa m di ke rat kon ap manje pye li nan raje. M te gon tonton m ankò yo te konn toujou ap fè kouri. Te gon mesye nan zòn lan, jiskaprezan mesye sa la, li rele Capheus. Mesye sa t ap ban m istwa ke yon lè li te annik ap pale avèk yon chèf, chèf sa li ki t ap dirje Milo, ki t ap dirije pak lan, li te rele Jn. Denis. Mesye sa se yon mesye ki te trè, trè, trè dwòl, depi li jwen avè w, li te gentan bezwen w deja, oubyen li ka jwenn avè w konsa li annik rele w, w ale kote l epi li bay chaplèt wi. Adje! Se konsa li konn ap eksplike m. Mesye a dim konsa, yon lè pandan l ap pale, l ap regle bagay touris, epi li gen cheval li, l ap lwe cheval li pou l fè ti kòb, Jn. Denis te toujou gen politik pa l, li toujou ap veye moun. Li di “ey, Capheus vin pale w”, epi li bou, li pete kouri deyè yon bannan, li di nèg yo tire deyè l anba bannan lan, li di li kouri li ale pou l pa pran bal yo.

Aprè sa gon mesye ki rete tou pre lakay papa m lan, Mesye sa rele Henry. Mesye sa la jiskaprezan, men sèlman li pedi yon zye. Mesye sa toujou ap di ke li te gen yon klou ki leve nan men l. Li di m li te gen bagay sa, pandan li gen klou an epi l ap rele, l ap rele, li paka al lopital, epi mesye a parèt li jwen avèk li k ap soti devan lakay li, li di: “Henry, sa w genyen?” Li di: “o, kaporal, yon klou, wi, m genyen k ap fè m mal, m pa ka sipotè”. Epi kaporal la di l konsa: “eben avanse” e pi li ale. Kaporal la di: “ban m wè klou a”, li di: “men li kapo” epi li di li montre l men an, epi kaporal la tou kenben men an, epi l peze l li retire tout sa ki andan l nèt, epi mesye a mete ajenou, se tankou se souf li ki t ap koupe. Kidonk li di l: “ou wè ou pa bezwen al lopital ankò, men mwen geri w”. Son bagay ki ka fè w ri, men se konsa sa te pase. Ou konpran? sa vle di pwoblèm sa yo lé y ap eksplike m yo, bagay sa yo toujou fè yon chè de poul sou mwen antan ke jèn m di woy, m patap ka viv peryòd sa, paske se swa... m pa konn si m t ap ògeye konsa, paske m son moun ki ògeye. M pa aksepte moun fè m nenpòt bagay, pandan m pap fè moun nenpòt bagay. M panse nan peryòd sa m t ap mouri wi (yon ti ri jennen).

Imajine w, kote m ye a son yon zòn andeyò, si tout bagay sa yo te konn ap fèt ladan l, se ke Potoprens menm se te yon bagay ki te pi ekstraòdinè an realite. Men li

te konn fèt nan tout kote. Petèt ka gon zòn, tankou ka gon zòn, ki gendwa yon ti jan pi modere ke lòt zòn yo, men nan moman an se tout Ayiti ki gen zam, se tout Ayiti, tout Ayiti ki gen sa ki rele zam. Sa yo rele bandistisme lan, jan yo rele lan, bandi, tankou moun a zam se preske tout peyi a ki genyen l pou lemoman. Men pou Milo, pou Milo, le pi souvan moun yo konn fè ti dyèl katye ak katye, men si tout fwa ou vin vizite Milo, ou pap gen okenn pwoblèm. Tou senpleman nan monman an la gon bagay ki te kon ap fèt, yo fè m konnen aktyèlman gen DCPGI ki deside pou yo kanpe sa, se yon zòn ki rele Pon Blanch, lè w prale Milo. Gon gwoup moun Pon Blanch ki te kon toujou ap fouye moun yo, kanpe bis yo, pran bagay moun yo, bagay sa yo, men sa gon bon ti tan depi sa fèt, e... apre sa... se aktyelman la yo fè m konnen moun DCPGI yo debake la, yo te komanse tire deye yo, yo fè moun sa yo komanse ap bay zòn lan, komanse gon ti amelyorasyon k ap fèt. Men mwen sa ki etone m dè fwa se paske, de jou an jou se komsa m ap wè, m pa kon si se politik la ki vin koz sa, Milo m te konnen lè m te piti a se pa li m ap wè devan zyèm ankò.

Lontan m sonje pou m al lekòl, m kon desann a pye soti anba Sitadèl, pou m al nan bouk Milo, paske lokal m te kon ale a te tou pre Meri a, m fè primè m anba a. Aprè lè m lage a 1 è ankò m retounen monte mòn lan a pye pou m al lakay mwen, sa vle di, se te yon bagay ki te, douloure, ki te kon pot anpil doulè lakay mwen, men mwen te reziyen m kanmenm. Men kounya la, se kòm si m te ka wè jèn ki gentan rive nan yon pozisyon lekòl, yo pa vle aprann anyen ankò lekòl, ki entansyon yo se chita nan baz bwè kleren, chita la ap pale anpil, paske yo pa jwen anyen pou yo fè. Tandis ke nou nan yo lye touristik. Mwen m te panse t ap gen plis sipò, tankou kreye mwayen pou fè jèn yo trouve dè bagay pou yo fè dè fwa, konsa, konsa Milo ap vin gen yo respè anplis, sa k te gen anvè pran zam y ap gentan gon aktivite y ap fè, y ap inyore sa k rele zam lan.

Leta pa gen je sou Milo vre, malgre nou gen tout gwo bagay sa yo, Sitadèl, Sansousi, Ramye. E Ramye li menm, yo pa trò al vizite l, rezon, paske rout lan on ti jan fatigan e pi pa gon rout vrèman ke moun ka alèz pou mache ladan l, paske se plis roch, yo pa fè rout pou ale ladan l. Ramye plis sanble Dondon ke Milo an realite, e se sa k fè yo te vle fè yon rout k ap soti Dondon pou te monte nan Paking Sitadèl la, men jiskaprezan bagay sa yo poko ka realize, ou konprann? Legliz Milo a li menm li te pran dife e jiska prezan pa gen anyen ki di. Jiskaprezan pèsan pa ka di koman legliz la fè boule. Bagay sa pale piti piti, men se pa bagay ki pran lari, ou konnen mòd bagay sa yo ap toujou gen rimè, y ap toujou di se sesi y ap toujou di se sela, ou konprann? Men vrè realite m ta ka di se mèt koze a dirèkteman ki konenn l paske depi son bagay ou gentan gen plizyè dout sou li ou pa ka gon deba fiks, ou konprann? paske yo di sesi, sela, yo di men koman l boule... men orijin dife a nou pa konnen l, nou pa konn kòman legliz la boule.

Yo te toujou pwopoze ke legliz la pral refèt, yo bare legliz la preske tou won, sou pretèks ke legliz la pral refèt. Men, mwen menm m gon bagay m toujou genyen nan tèt mwen, pa gen anyen ki kraze an Ayiti, pa gen anyen ke w te gen e w pedi an Ayiti pou w fasil rejwen li ankò. Sa se youn nan pi gwo regrè ke m genyen ke nou pedi legliz sa, paske dapre mwen menm, pou tout peyi a, pou tout peyi a, m poko vwayaje, menm lè m al Sen Domeng, men m poko al pi lwen, m kontwole pou tout peyi a, se

sèl Milo ki te gen legliz sa. Kidonk nou rive pedi l men m pa met nan tèt mwen vrèman, legliz la son legliz k ap rekonstwi kounya, li pap rekonstwi. Paske pou kantite bagay Leta gen nan men l pou l fè la, bon mwen men m ak konsyans mwen, pou kantite bagay, mwen wè Leta gen nan men l pou Leta fè an Ayiti la, m pa kwè se legliz la yo pra l wè vrèman

APÈNDICE C - ENTREVISTA COM ROSE-BERTHIDE DORCIN

22/07/2022

Bonswa Loudmia. Pou m komanse, mwen vle di, mwen byen kontan kolabore evèk ou nan rechèch la pou m ka reponn ou kèk ti kesyon ke w gen pou poze m. E mwen ba w otorizasyon pou w itilize apel la nan rechèch la, pa gen pwoblèm.

Bon, non pa m se Dorcin Rose-Berthide, Men mwen gen yon ti non jwèt kote m ap viv la, yo rele m Bethi. Mwen fèt Milo, mwen grandi Milo. Mwen apèn sot gen 37 lane 12 jiyè ki sot pase a la. Mwen te lekòl nan komin Milo, de premye ane jiska sètifika. Lè m fin konpoze nan sètifika mwen fè 6zyèm jiska reto nan College Laferrière de Milot. Lè m fim konpoze nan reto, mwen rantre Okap al fè filo, nan Formation Classique. Mwen, nan moman an la m ap travay nan Mèri Milo kòm resepsyonis. Mwen pa marye non, men gen 3 pitit, 3 tigason. Dezyèm lan apèn gen 3 zan, li fèt 14 jiyè, premye tigaso m nan pral gen 11 zan, li menm li fèt 3 novanm e dènye a apèn gen 8 mwa, li menm li fèt 10 novanm. Nou tout ap viv ansam, marim lan tou kay manman nan yon kay kote chak moun gon ti espas. Li pa ase, men nou la, nou kolabore, nou rete la toujou, paske sitiasyon moun Milo difisil.

Pou le moman aktyel, komin lan preske gen 2 zan la nou pa gen majistra, nou pa gen maire e sa vin gen plis pase 34 mwa depi n pa janm touche. Sa vin yon katastròf, son katastròf pou lavi m paske m pa te gen lòt travay. Mwen te konn fè komès, mwen te konn vann pèpè, sirèt, mwen reziyen m paske ou gen timoun, e lavi an Ayiti pa janm ofri moun anpil bagay. Si mari m pa sot nan lari a li al travay, li ta banm yon 500 goud m pap jwen li fasil. Sa vin fè tou m kon jwen bòlèt (yon ti ri tou piti), ki fè m konn gen lajan nan men m ki ka fè m yon semèn, paske kòb la timoun yo manje l, fò achte daypè, fò w fè tout bagay pou yo. Menm m viv kanmenm. Jodi a pou 20 dola ameriken ou gen 600 dola ayisyen nan mewn w, sa vle di bagay yo difisil e nou pa konnen kibò sa ap rive jan peyi an prale a.

E mwen men m, se al travay epi rantre lakay mwen. Pou m byen di w, m pa renmen zanmi m pa soti fasil, le maten m toujou pase nan meri a pou 5 minit paske gen moun ki kon bezwen papyè, ki konn bezwen yon enfòmasyon... epi depi m soti, m rantre pa gen soti ankò, m chita nan lakou ak yon sè m nou ka bay blag, si nou pap bay blag, m chita nan telefòn mwen, m gade nouvel, men m pa ale lakay moun. Men, tigaso m lan, sa ki pi gran an li pra l fè 8yèm ane, li menm li renmen soti al jwe foutbòl, epi li nan kou mizik tou 2 fwa pa semèn nan vakans lan, li ale 8è pou midi nan kou mizik, men li renmem foutbòl anpil.

Si m ta pran rakonte w istwa Milo!...Grannmoun yo, gid touristik yo di lè yo t ap konstwi Sitadèl la se te avèk san bèt, avèk lacho Christoph te itilize pou l kabab konstwi palé a, e vreman lè w ap gade konstriksyon palé a, malgre li gen yon kantite ladan l ki te kraze, lè w gade l ou wè l rete byen djanm. Gen de lè, lontan lè nou te konn jwe andan palé a, kounya yo bare l, lotan li te rete ouve, nou kon al jwe andan palé a, timoun yo konn bezwen pran brik, li kon pran n apil tan, pou w ta rive siye yon brik, li ka pran w tout on jounen telman konstriksyon an solid, malgre an 1842 tranbleman detè de pase li pran yon mòso ladan l. Tankou Sitadèl la li menm, li te bati nan menm

epòk ak Sansousi, paske nan moman an yo di m konsa te gen 2 konstriksyon ki t ap fèt alafwa, se te Sitadèl, se te Sansousi. Ramye te vin bati li menm apre Sitadèl la te fin konstwi paske anperè a te sistepèk si li anlé nan Sitadèl la, si li bezwen al pase yon sejou, oubyen si ta gen yon annui pou l ta gon kote pou l ale. M pa kwè Christophe te bati Ramye se pou l te goumen, m te plis kwè li te bati Ramye se pou l t al sere si gen yon konfli.

Lè w kanpe Sitadèl w ap gade Ramye son bagay inespikab paske Sitadèl la anlè, epi w ap gade Ramye anba, son bèl bagay. Ou ka soti Sitadèl ou ale Ramye a pye sou tèt mòn lan, li yon bon ti tanm 45 minit. Malgre Ramye a moun yo pa twò fokis sou li. Depi m te piti m pa te kon tandè pale de Ramye fasil non. Yo te plis pale de Sitadèl, Sansousi wi, se jis aprè, m pa sonje nan ki ane yo te dekouvri Ramye, paske raje te kouvri l. Ramyen a menm m pa yon sit komsa ta di ki gen yo gran renome, m pa wè pouki yon touris ta enterese pou l vizite Ramye. Mwen wè se Sitadèl, Sansousi ki gen anpil chanm pou w vizite, Ramye li menm se ti bout miray yo ki rete. Men m ka di ke pak nasyonan la, Sitadèl, Sansousi, yo gen gwo valè pou mwen menm paske se patrimwàn mondyal yo ye. M kwè son valè ki pou komin lan, son valè. Yo vin elaji Sitadèl la pou 3 komin kounya, Milo, Dondon, Plèndinò, paske yo gen yon bò nan pak la. Lè w ap gade yo son bagay ki inespikab, se bèl bagay. Son valè li ye pou komin lan, y ap rete nan listwa. Lè m ap pale de pale Sansousi, de Sitadèl mwen santi m fyè, mwen santi m fèy paske mwen soti Milo, m soti nan yon komin ki gen moninman istorik, m santi m soti yon gwo kote menm si se yon zòn andeyò, nou gen yon valè istorik lakay nou. Sa fè m kontan, sa fè m kontan.

Malgre tou, nan konstriksyon Sitadèl ak Sansousi gen apil moun ki pèdi lavi yo. Anpil moun pèdi lavi yo nan konstriksyon Sitadèl la, gen anpil moun ki pèdi lavi yo nan konstriksyon Sansousi. Lè y ap rakonte listwa, anperè a se yon moun ki te vyolan. Tankou anlè do Sitadèl la gon kote ki gen yon do cheval, anperè a, lè yon moun pa sou travay li fè w al make pa anlè a, e la gen yon kote ki gen yon tou, yon falèz, depi w manke pye w ap tonbe. Anperè a te konn fè ni solda ni travayè al make pa anlè a, depi w manke pye ou anba, ou tou ale.

Men Milo gen anpil valè pou nou. Lè Semèn Sènt, pa ekzanmp, avan w pran Pak moun yo toujou gon koutim chak ane, mèkredi sen, jedi sen, vandredi sen pou yo monte Sitadèl. Nan epòk sa w ap jwen apil moun Milo, w ap wè se tankou se yon fèt chanpèt, tout kote mou soti pou vin wè Sitadèl la, pou vin wè Sansousi. Yo di se nan epòk sa Wa a te bati yo, se fèt Sitadèl, se fèt Sansousi. Nan epòk sa yo w ap jwen tout kalite moun ki soti lòt kote vin fè manje pou vann devan palè a. Moun yo fè anpil bagay artizanal pou touris yo. Malgre kounya la touris la pa bay nan komin lan ankò. Paske moun yo vin pè pran avyon, sa vin met touris la an bès. Gen yon mache touris ki gen bagay pwodui atizanal, tankou chapo, poupe, zano, braslè, tablo, yo fè sitadèl la, lòt bagay yo fè tablo peyizàn. Se sa yo ki atire touris la, aprè sa pa gen anyen ankò, lè w rive nan paking nan pou w monte Sitadèl ou gen yon mache touris tou moun yo fè, w ap jwen menm bagay yo, men pa gen lòt bagay ankò ke yo mete pou atire touris, se sèl sa yo w ap jwen. Mou yo konn òganize fwa nan pak la, gendelè yo konn ap òganize fèt kitirèl, konn gen anpil bann, bann ki konn jwe ak tambou, gwoup fòklò ki soti lòt kote ki soti nan lari, yo fè bèl defile, soti anba pou monte anwo Sitadèl la, kounya la,

Bank Mondyal te vin di Sitadèl la pa ka resevwa anpil moun ankò paske li ka sonbre, li pa ka resevwa plis ke 250 moun andan an, se pou evite risk. Men w ap toujou wè chak ane gen anpil moun ki vin vizite l. Se nan epòk Semèn Sent ou ka fon ti komès pou w fè ti kob, se konsa li toujou ye chak ane ant mas ak avril sa depan de lè semèn sent lan tonbe.

Yo konn fè plizye maryaj anle a nan Sansousi an tou, men lè y ap fè yo ou dwe pase pa ISAPN. M pa kon kijan yo konn fè l, si yo konn fè moun yo peye, men lè y ap fèl se plis nan Sansousi. Konn gen plizyè milat ki konn vin marye isit la, se nan Sansousi yo konn chante l. Lè legliz la pot ko boule yo konn pran Bazilik Rwoyal lan pou yo fè bèl maryaj. Kounya pandan nou pa gen legliz la, m wè yo pa preske vin marye, paske yo boule legliz lan. Nan moman an nou gen yon sèl pawas la nan lakou pè a, pè a fè legliz pou nou nan sal pawasyal la chak dimanch. Yo mete yon televizyon epi yo voye imaj la pou moun ki deyo nan lakou a epi moun ki andan, andan. Se konsa, men nou pa gen legliz. Se sal pawasyal la pè a itilize pou ni maryaj, ni antèman, ni mès. Anvan sa se te nan legliz la, men depi l boule a se nan sal pawasya la. Yo pa janm bay kijan legliz la te fè boule, yo te toujou di yo te mete yon ankèt deyo pou yo te ka konnen ki jan l boule, pa janm gen okenn repons ki soti nan ankèt la, pa gen moun ki konnen. Jiskaprezan ISPAN te di l ap rebati l pou nou, sa te fon pouse ane pase men depi prezidan an mouri an tout bagay kanpe, m pa tandè anyen ankò. E nan mwa jiyè a la y ap tounenn ak tout kòb yo paske yo pa gentan fè pifo nan pwoje yo ki te nan bidjè vil la, e m kwè legliz la te ladan l. Nou pa gentan benefisye l, m pa konn si y ap retounen ankò avèk pwojè a men nou t ap gentan genyen l wi, se akòz lanmò prezidan an, gen apil projè ki kanpe.

Lè m di w sa, bagay yo chanje anpil Milo, pa gen Leta, e ta sanble anvan nan tan lontan bagay yo te pi bon. Te gen plis touris e menm lanati te kon fleri. Nan tan lontan lè w te kon ap mote Sitadèl te gen apil pyebwa, men nan Sansousi a nou pa te gen anpil pyebwa ki te plante andan l oubyen akote li. Sitadèl te gon fwi yo rele mandarin ki fèt tankou zoranj, moun yo te plante l anpil, yon bèl bagay, pye yo toujou founi, zoranj lan bèl, li koule somon, li bay yon bèl verdure. Kounya la tan an sitelman vin ap di, moun yo ozalantou pak la, moun yo ap koupe bwa pou yo fè chabon, sa vle di bagay la vin pa mem jan. Toudenyeman an la mwen te Sitadèl, mwen te ale avèk yon zanmi m, m pa wè l menm jan an, pa preske gen mandarin nan rout la ankò. Menm valé moun yo chaje, kounya moun yo se preske sèl moto yo itilize pou monte, yo preske retire bagay cheval la e Bank Mondyal bezwen tounen ak menm koutim cheval la, pou yo pa itilize moto pou monte jis nan antre Sitadèl la, yo vle retire bagay sa kounya. Se pou yo tounen ak koutim cheval la. Li pa menm jan ankò. Men m ta renmen nan yon certain tan ankò pou nou te ka tounen ake tout bagay sa yo, li t ap tounen yon bèl bagay ankò.

Nan tan lontan, sou ansyen granmoun yo, m te gen grannan m kite la epi yon tonton a manman m tou ki konn pale de yon ansyen batiman ki konn antre, yo te rele Skawade. Lè Skawade vini se pou Milo li vini direktèman, se Okap blan yo te konn desann epi yo vini Milo. Se pa jodi a nou gen pale istorik sa. Leta pate ko pran l pou yo te ka mete je sou li, men lotan se la granmoun yo te kon fè lajan yo pou yo pati. Tankou konn gen blan ki konn renmen moun yo epi yo tou pati avè yo, wi. Wi, batiman

an te rele Skawade. M gen apil moun Milo ki kon toujou ap pale jan nan tan Skawade jan lajan te kon ap drive Milo. Se te sou Duvalier Skawade te konn antre, te kon gen anpil touris, te konn gen anpil bèl bagay ki te kon fèt nan komin lan sou Duvalier. Malgre Duvalier, yo di m, se yon prezidan ki di li te ye, se prezidan ki te pi di ki te pase, sou Duvalier peyi a, lè w ap tandè, nan epòk sa peyi a te dous malgre l te gen yon strikti l te mete ki pa telman te bon, men peyi a te dous. Ou te ka mache lè ou vle, se te sou Duvalier yo te mete Sitadèl ak Sansousi plis an valé. Gen epòk menm, Duvalier kon desann soti Pòtoprens vin fè parad militè nan komin lan, vin nan Palè Sansousi. Lè Duvalier kon vini Milo li konn ap pase nan machin ap voye kòb bay moun, ap bay lajan, se te goud ki te alamod, 2 goud, 50 goud, y ap voye yo pa bann e pa pakèt, moun ap kouri dèyè machin lan ap pran kòb.

Nan epòk sa m pa janm tandè moun yo di yo te pèdi tè osinon kay. Pa gen moun ki pedi ni kay ni tè sèlman sa mwenn konnen pandan yo t ap al refè legliz la, yo t ap al kraze anpil kay yon kote ki anba legliz lan. Gen moun ki gen ti kay se sou moniman an preske yo bati kay la, kounya la yo t ap pral kraze kay sa yo se jis pou te fasilite kostriksyon legliz la e yo t ap pral dedomaje moun sa yo, yo pa t ap kraze kay la pou yo te lage yo nan lari. Yo t ap avalye konbyen kòb kay la yo te monte an ka vo pou te bay yo kòb pou yo te achte yon lòt ti anplasman pou yo te monte yon lòt ti kay. Kounya la kay yo pa gentan kraze, yo pa mete men nan legliz la yo pa kraze onkenn kay. Pa gen moun ki te pèdi tè ni kay, yo pa fè sa, yo pa pran byen a moun. E ni pa t gen moun ki te konn plante nan espas Sansousi oubyen soukote palè a, men moun yo te kon mare bèt andan an, kabrit, bèf, cheval. Kounya la depi yo fin bare l la se pa fasil w ap jwen ni kabrit ni bèf andan an, sa se Sansousi, paske Sitadèl lan jan l fèt la ou pa ta ka mare bèt andan l ou ka jwen bèt yo deyo nan rout lan lè w ap monte, epitou anwo an fè anpil fredy, moun yo pa t ap al mare ni bèf ni kabrit anlè a la. Sèl sa m konnen touris te kon vin Milo pa bann e pa pakèt.

E se akòz de kòb Leta wè ke l te ka rantre ki fè yo te vle mete milo an vale. Se plis pou te fè kòb, plis pou te fé kòb. Lè kòb sa yo vin fèt tou, pandan yo vin mete strikti anwo a, lè lajan ap antre m pa wè anyen lajan sa fè Milo. Lajan an pa rete nan komin lan vre. Yo vin pran yon senatè, son senatè fi ki te rele Diudonée Etienne ki te senatè, yo te mete yon gwoup moun anlè a k ap travay nan ministè touris la pou ramase tout kòb yo. M pa wè anyen yo fè ak kòb la pou komin lan, son bagay ki pase nan kanpay, li pa sèvi Milo anyen. Sèl sa yo ka fè se netwayaj nan pak la, fè yon ti asenisman. Si yo pran 100 moun, 200 moun yo ta bay bale pa jou, 100 dola pa jou, 300 dola, li pa reprezante anyen pou komin lan. Mwen, janm mwè granmoun yo konn ap pale de Skawade, lè batiman te konn ap antre ak touris, Milo te tankou yon gwo vil. Pito m te wè sa yo te tounnen. Menm blan Labadi yo nou pa pwofite. Pou m byen di w, se prezidan an ki mouri an ki fè anpil bagay pa arive fèt. Te gen yon pwojè pou te mete yon teleferik ki soti Labadi pou rive Milo, depi lè prezidan an fin mouri a bagay sa yo kanpe.

M ta renmen yo investi nan vil la, paske m pa wè kòb yo itil komin lan anyen. Se pou yo ta fè aktivite pou tout moun, paske se komsa m ta di w se sèl moun Milo ki na touris ki benefisye de pak la, paske se le gen yon touris, si w genyen yon ti machandiz, tankou si w ap vann bagay atizanal yo, sèl nan fason sa, apre sa pa gen

okenn benefis non, benefis la se au profit de moun k ap travay nan pak la sèlman. Si w pap travay nan pak la ou pa p jwen okenn benefis. Pal la fasilite komès nan komin lan. Daprè mwen menm son sèl fason pou moun Milo ta benefisye vrèman de pak lan, se si peyi a ta vin gon stabilite ladan l epi yo ta vin fè plis programm kiltirèl, lè gen touris, yo fè yon seri de gwoup ak moun yo, yo fon seri de ti gwoup fanm, group ki ka fè komès, fé atelye nan lekòl pou timoun yo montre yo bagay atizanal pou ka ede timoun yo, fè gwoup pou pale ak moun yo. Leta ayisyen pa janm fè sa. Menm lè yo te vin Milo pou yo komanse ba l valè, yo pa t pale ak okenn moun. M pa janm tandè yon bagay konsa fèt pou yo te mete popilasyon an chita pou fè yon gran rankont, pou yo te rele nou pou yo di men sa y ap fè nan 5 an nan 10 zan ankò, men kisa lajan an pral itil... pa janm gen sa ki fèt. E sa k fè nou pa janm wè sa lajan an fè.

Se sou Martelli la, wi, lè Martelli te prezidan, bagay la vin on jan pi serye, yo vin klotire Sansousi a nèt ak fil babele ak griyaj, yo pa mete blòk, yo fè baraj yo ak griyaj. Epi lè pou antre, yo mete 2 gwo pòtay nan antre a epi pa deyè. Lè touris la vini li pase nan biro a achte tikè, si son blan w ap peye an ameriken, 15 dola, si son ayisyen w ap peye an ayisyen, 10 dola, se konsa yo te fè l. Anvan pa t gen biro a lameri te fè yon fason pou l te rantre kòb la, li te mete moun pou touche kòb la, anviwon 5 moun. Men lameri pa t mete kòb sa nan bidjè a, yo pa t rantre l nan bidjè meri a se sa k fè sa te vin fé yon ti bri, Minis Touris lan pwan l e yo pa janm bay lameri redevans pa l la fasil, gen moun ki t ap travay se toudènyeman an la yo peye yo pandan prezidan an mouri an la.

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM JEAN-BLAISE SOPHONIE

24/07/2022

Non pa m se Sophonie Jean-Blaise, mwen fèt Milo, e fanmi m se moun Milo tou. Aktyelman mwen rete Milo, m ap viv ak manman m ak papa m, mwen sèl paske m poko gen timoun. E, mwen ka di wi, ti pale nou an jodi a, ou ka itilize l jan l ap bon pou ou.

Nòmalmman aktivite m fè nan Milo se plis biznis, m fè bagay pou touris, pwodui atizanal, tablo, mask. Ou we? m plis travay nan domèn atizanal pou biznis, se mwen ki fè pwodui m yo, m konn achte pou m revann tou. Mwen te nan Syans touristik, mwen tèmine, aprè sa, kòm mwayen ekonomik yo pa anpil, nou oblije chita ap bwase pou n wè, nou chita n ap bwase. Aprè sa, mwen, se legliz mwen ale. E se nan moman fèt Sitadèl, mwen plis vann. Des et des années oparavan, te konn gen festival, gen kèk tan m pa wè sa. Konn gen festival 3, 4 jou ki komanse depi anvan fèt la, moun soti tout konte pandan tout 3, 4 jou yo, vini Milo, plen moun. Gen kèk ane m pa wè yo fè aktivite nan pak la non, senpman w ap wè moun yo vini, yo monte Sitadèl, machann yo, moun nan vil lan toujou resevwa moun yo, men jan l kon ye oparavan, se pa menm jan. Men yo toujou fè sa yo kapab pou yo resevwa moun yo, pou yo fè de, twa goud.

Paske depi gen touris, depi touris la antre ou toujou wè moun yo toujou ap kreye pwodui atezanal pou yo fè lajan. Depi gen touris ou pa ka pa fè lajan. Moun Milo viv de pak la menm. Mwen menm menm se pak la ki grandi m, li voye m lekòl. Paran m se te nan kesyon touris yo te kon ap travay. Lè m di w sa, pou mwen menm pak la telman gen enpòtans! Mwen santi si pa t gen pak la nan Milo, Milo pa tap sinyifi anyen, anyen menm. Pak la gen anpil enpòtans pou mwen. Gen anpil moun ki viv de pak la, se ladan yo fè biznis a yo, lè etranje yo kon vini se pwodui yo vann yo ki pran swen ti moun yo, ki pran swen fanmiy lan. Wi, moun Milo tèlman benefisye de pak la! Pou anpil moun son mwayen ekonomik li ye pou yo nourri fanmi a yo. Se a lè de pak la yo nourri fanmi a yo. Yo pwodui aprè sa menm sa yo vann nan se li ki reponn a bezwen fanmiy lan. M ka di 80% moun yo se konsa. Menm si rès yo se biznis li yo ye se vre, men si pa gen touris, si pak la pa t ekziste pa tap gen touris. Se sa k fè pou mwen menm pou m byen di w, listwa di nou ke se Christophe avèk solda yo ki te konstwi pak nasyonal la, e pou mwen kit Christophe te vyolan ou pa, sa l te vle realize a li te realize l. Li te gon objektif e objektif li a te realize, pou mwen menm wi, rèv Chirstophe la te realize, objektif li a te realize, se konsa m konprann listwa.

Men, bagay yo vin chanje anpil Milo. Daprè sa m konn tandè lè granmoun yo ap pale pa rapò lontan se ke pak la te kon gen anpil touris lontan, dola a te gen anpil valè. Lontan touris yo te alez pou yo te antre an Ayiti pou y al vizite Sitadèl, Palè a men a koz de ensekirite a ou pa jwenn yon kantite touris vrèman vre ki deplase pou vin vizite. Sa m ta renmen pou pak la... paske lè gen touris tout moun gen lajan, tout kouch nèt manyen, tout moun jwen kòb depi gen touris, pou mwen se pou Leta ta mete sekirite e menm kòb yo kap rantre nan pak la pou yo te ka netwaye l, pwoteje l, pwoteje anvowonnman an. Paske pou kesyon anvowonnman an, pa rapò a jan Milo te ye e

aktyelman, m ka di se de bagay diferan a koz vin pa vin gon Leta vrèman vre ki pran responsabilite pou pak la. Pa rapò a jan Milo te ye a, yo te vrèman vrèman proteje pak la, pran swen pak la, w ap paret ladan w ap wè l toujou pwòp w ap wè tout pye bwa kanpe nòmal.

Men, pou kounye a w ap wè bagay yo vrèman an dekadans, kòm pa vin gon Leta, menm si gen kèk moun ki toujou ap fé efò, w ap jwen yon lòt group moun k ap koupe bwa. Si yon etranje parèt l ap wè li vrèman vert, li vrèman nòmal, li vrèman bèl, men pa rapò ak kantite ki te genyen, yo debwaze. Te menm kon gen anpil agrikilti a, men nan moman an li pa tèlman vrèman elve nan zòn lan. Lontan wi, men kounya non. Moun yo te menm konn plante nan tou espas pak la, yo te konn ap viv nan espas pak la lontan. Men, nan epòk lè Leta te vini rekonèt moniman yo anpil moun te vin pedi tè, dayè si se pou pedi tè jisk aprezan Leta mete je sou plizye kay yo di ki fè pati de palé a. Yo di yo te menm ba moun yo lajan lontan, yo te ba yo lajan pou yo t al bati kay yon lòt kote. Men jiskaprezan mwen wè kay sa yo toujou la. Moun yo toujou nan yo. Au contraire se bati y ap bati.

APÊNDICE E - ENTREVISTA COM MAURICE ETIENNE

09/08/2022

Mwen menm mwen rele Maurice Etienne, moun Milo ban m yon ti non Derius. Gen yon istwa pou sa, men ma gentan rakonte w sa. Mwen m toujou ankouraje jèn ayisyen ki deside etidye, okontrè mwen fè w konpliman pou chemen ke ou chwazi pou lavi w e mwen, mwen ba w otorizasyon pou w itilize antrevi ke n ap fè a nan kad rechèch ou pou inivèsite a.

Bon, mwen menm mwen se moun Milo natif natal, jan nou renmen di li an, paske tout aryè paran m yo se moun Milo ke yo ye, du côté maternelle e du côté paternelle. Mwen fèt Milo 8 oktòb 1953, sa ki fè ke an oktòb prochen m ap gen 70 zan. Mwen fè vi m Milo, mwen grandi Milo, m ale lekòl Milo. Men aprè sètifika mwen te oblije deplase al Okap, epi de Okap m ale Pòtoprens, mwen fè yon ti tan Pòtoprens epi de la mwen vwayaje, epi mwen retounen nan kominote a poum sèvi kominote a. Sa vle di ke mwen menm aktyèlman la se Milo ke mwen ye. Christophe te suicide tèt li 8 oktob 1820, alò mwen menm mwen fèt 8 oktob trè pwobableman pou m ranplanse Christophe, (gwo ekla ri). Nan jou fèt Christophe, Milo toujou gen aktivite kiltirèl. Nan jou fèt lamò Christophe gen aktivite ki fèt depim maten, kote tout otorite yo patisipe nan tedum, ou ka jwen lòt tip moun tou tankou kelke relijye ki patisipe nan aktivite relijyèz ki fèt le maten nan Milo. Nan aprè midi ou konn twouve aktivite kiltirèl, yo konn fè teyat, menm bal yo konn fè nan sètèn okazyon, yo ka fè yon resepsyon yon kote kelkonk. Aktivite yo varye suivan ki moun ki majistra nan zòn lan e suivan koman peyi a ap dewoule.

Gen Fèt Sidèl la tou ki se youn nan fèt kiltirèl ki reyini tout moun isit la. Son fèt ki pi enpòtan menm pase kanaval, paske tout moun jwen kanaval lakay yo, men fèt sa se la selman ou jwen li, moun tou patou soti lakay yo vin Milo, Gwo Mòn, Plezans, Lenbe, toupatou. Orijin fèt sa gen plizye vèsyon, gen moun ki di w konsa ke fèt sa se inogirasyon Sansousi, gen moun tou ki di se te inogirasyon Sitadèl e se sa ki bay nesans ak fèt la. Men nou menm nou konnen ke Sitadèl la pa t fini. E pou karaktè Christophe m kwe li pa t ap janm prezante moun yon èv inacheve. Donk m pa kwe ke se sa ki bay nesans ak fèt la. Sa k pase, m konprann tou, aprè lokipasyon amerikèn te gen anpil bagay ki fèt Milo, tankou an 1934 nou te gen legliz Milo a dom nan te refèt, te gen anpil travay ki fèt Sansousi tou e yo te pwofite de okazyon sa pou envite sèvitè Leta pou ale Milo pou al wè sa ki fèt Milo yo, pou al observe èv Milo yo. Se te yon mouvman patriotik kòm senbòl pou di ke jamè n ap aksepte okipasyon ankò e fèt sa li te koenside ak epòk Semèn Sent la. Donk sa vle di se yon fèt vrèman patriotik ki fè moun Milo, tout moun peyi vin vezite èv Milo tankou senbòl pou nou pa tonbe dans la honte de l'occupation américaine ankò.

E son fèt nenpòt lè nou ka pedi l, paske menm la ou pa wè prezans Leta. Paske se ta okazyon pou w ta lanse de mesaj patriotik pou w ta fòme l'âme haïtienne, pou w reyèlman montre yo valè moniman yo. Men malerezman fèt sa vin gon karaktè mondain kote moun yo monte yo manje, yo danse, yo di betiz, yo ekri non yo sou Sitadèl la, yo fè rara nan des espaces très dangereux. Donk Leta konplètman

abandone espas la e si Leta prezan se selman pou kolekte yon taks ke moun yo peye chak ane, se sa sèlman ki montre prezans Leta, men pa gen Leta vrèman ki la pou ta enpeche yon moun ki ta deside vòlè yon boulèt, oubyen yon group jèn ki ta deside pran bwa an akajou ouvriye Christophe yo menm te fè pou kenbe kanon yo. Erezman nou genyen yo la, ki reziste a tout entanperi, se yon paj d'histoire ki enteresan. Men yo pa konprann sa, lè yo ale nan fèt Sitadèl sa yo fè tout on seri de bagay, men kote istorik la totalman neglije. E sa se devwa Leta ki te dwe pwofite de okazyon sa, de fèt sa ki la ankò vivan, paske compte tenue de conjoncture politique peyi a, fèt sa te gendwa disparèt, men non, pou yon rezon kèlkonk li trè, trè vivan. Semèn avan e dè semèn aprè fèt pak se lè sa yo moun yo reyelman anvayi Milo. Son fèt Leta ta dwe pwofite pou pale de vale patriotik, son fèt, avantaj Leta genyen se ke tout moun patisipe ladan l. Men pa gen Leta ki konpran sa Christophe mouri kite pou nou an, ki ròl Christophe gen nan istwa nou avan men endepandans nou.

Istwa Milo, Christophe son bagay enpresyonan. A vrai dire, gen plizyè kouran sou istwa Christophe e anpil reprezante l kòm yon Wa vyolan. Mwen m eseye konprann ke endepandans lan se te yon moman difisil fas a lame fransèz. Fòn konpran ke endepandans nou an nou pran l nan vyolans, paske se pa men yo te pase nan tèt nou, di nou ke apati de jodi a nou endepandan, non. Nou te oblije itilize vyolans paske la violence engendre la violence, paske fransè yo te itilize anpil vyolans sou nou. E aprè endepandans lan anpil moun konprann ke kounya nou endepandan nou pa bezwen travay, se bwè kleren, danse epi fè aktivite ki antrene lwazivte, men Christophe pa t wè l konsa. Se vre ke nou endepandan, men fòk nou presève endepandans lan. E pou nou kenben endepandans lan fòk nou konstwi èv sa yo. Paske Dessalines te pase lòd ak Christophe, pou Christophe konstwui moniman sa yo.

Milo premyèman se pa au hasard ke Christophe chwazi Milo. Christophe diran tout lavil li fè 15 chato, men kote li menm li te rete, kote l te viv plis se te Sansousi e se Milo ke l fè l e se pa au hasard ke li chwazi anplasman sa. Se te tout yon strateji pou kenben endepandans lan, pou l ka goumen kont nenpòt moun. E youn nan fason pou l te ka goumen se rete le plus loin de la mer, paske fransè yo se sou bato ke yo ap vini, men lè yo vini ya p gen anpil difikilte pou yo rive nan Sitadèl la. E moun yo ki te patisipe nan konstriksyon Milo se kòm si se yon devwa patriotik yo te genyen. Paske nan ideyal Christophe la menm se pou n montre a lemond antye kiyès nou ye, kisa n ka fè. E se pou sa li konstwi tout sa l konstwi yo, se dè bagay nou ka touche ak men nou, bagay ki ba nou fyète. E youn nan fason nou te ka gen ògèy se nan travay, ou wè? Se tout ide sa yo ki dèyè Sitadèl, Sit des Ramiers ak Sansousi.

Sa ki di nan kesyon espas pak nasyonal la se ke Leta ayisyen neglije l totalman. Se yon fason pou yo resevwa kòb sou non Christophe li ye pou yo. Yo vle fè sanblan ke y ap fè yon bagay, men yo pa fè anyen vre. Paske koman w ka konpran yon pak nasyonal ki au bon vieux temps te konstitiye grenier de la ville du Cap paske manje pou yo te manje se la yo te soti, son epas ki te vèt, an terme d'exportation, Milo se youn nan presipal kote ke te pwodui kafe, kakao, tou sa! E se sa anpil moun te kon fè pou voye timoun yo lekòl, men kounya anpil moun tonbe na koupe bwa, fè chabon. Sa vle di son espas vèt ki pa ekziste preske ankò, paske moun yo koupe anpil bwa e sa k pi bèl la se ke Leta pa fè okenn manèv pou presève pak la e pou moun yo pa koupe

pye bwa yo. Kounya gon bann moun ki pra l Sen Domeng, ki pra l achte bagay Sen Domeng, men lè m te timoun ou te manke lòt bagay, men ou pa t konn soufri grangou, paske ou te kon jwen manje toupatou, zaboka, mang, zoranj, anpil legim, anpil lam veritab, labapen. Yo koupe yo pou yo fè chabon, yo siye yo pou yo fè bwa, alòs ke se pak la menm y ap detwui e pa gen anyen ki anpeche moun yo fè sa, pa gen okenn entevansyon Leta.

Lavi an Ayiti toujou difisil, men gen yon epòk moun yo pa t kon koupe tout pye bwa sa, poutan lavi a te toujou di e menm pi di ankò. Yo te toujou koupe bwa wi, men pa konsa, si nou monte nan ane 60 e men 70 yo w ap wè te toujou gen moun ki t ap veye Milo, ajan touristik, Leta. Te gen respè pou Leta ki te fon fason pou l te toujou la e se sa k fè nou te gon ti respè pou moun yo, pou bwa yo. Men fò m di w byen ke sou Duvalier yo pa te bay Milo pi grande importance pase sa paske moniman yo te toujou abandone, okontrè sou Duvalier te gon seri de chodyè nan Sansousi a anban yon kaskad ke Christophe te mete, se sou Duvalier yo retire yo, ou wè? Kote bagay la plase a li sipoze rete la, men non, yo retire l. Te gen dè kanon ki te la nan Sansousi a mwen sonje tout pandan m timoun se sou Duvalier yo deplase bagay sa yo. E sa k fè te gon ti respè se paske te gen tonton makout toupatou e moun sa yo pa t gen respè pou lavi moun menm, respè pou dinyite humaine. Nèg la parèt ak yon bout baton, li prè pou l kale, papa, pou l kale madanm, pou l kale pitit, si w gen chans, paske li te ka touye w. Se sa k fé moun yo te gen yon ti respè pou Sitadèl, pou enwiwonmam an, men se pa yon edikasyon ki te fèt vrèman pou moun yo konpran vale moniman yo.

Men kounya pa gen anyen menm. Lwa yo se sou papye sèlman yo ye, men dans la réalité pa gen anyen ki fèt, anyen. Donk, kounya Leta pa la, e moun lan li pa gen anyen ki anpeche l koupe bwa yo, ... se konsa. Sou tout rout Sitadèl la te gen anpil pye bwa, te men gon sous dlo ki te anba yon pye bwa kote pa gen moun ki pral Sitadèl ki pa pase bwè la, e dlo sa li te pi bon pase nenpòte lòt dlo, culligan, mòd bagay konsa. E pa gen sa ankò, pye bwa sa m kwè se koupe yo koupe l. Se sa, nou manke yon Leta responsab ki pou konnen sa ki bon e sa k pa bon pou yon peyi.

Nou te te gen anpil manje, Milo te kon fè anpil manje, e se la ankò lide Christophe yo pran plas, paske pou n pwoteje endepans lan fòn siviv, e pou n siviv fòn manje. Se sa l te vle. Li distribiye tè ak agrikiltè, e li di yo kisa pou yo plante. Paske, malgre yo plante kafe, bagay pou voye vann yo te oblije plante maje pou nou manje nan peyi a, si sa yo t ap retire tè a nan men yo. Kounya ou wè nenpòt ti bagay nou bezwen n ap achte yo nan men Sen Domeng. E sa m ap di w la li vrè pou tout vil ki fè pati de pak nasyonal lan.

Paske pak nasyonal la se pa pou Milo sèlman li ye se pou tout ayisyen, sa l reprezante an li reprezante l pou tout peyi a. Paske se nou tout ki te konstwi l, e se pa nesèsman vyolans ke Christophe te itilize. Se vre li te ka itilize vyolans, men imagine w Sitadèl la konstwi a 3 mil pye au dessus de la mer, sa vle di Christophe pa t ap janm ka fose moun yo monte Sitadèl la, menm si l ta anlwaye tout lame ki genyen. Sitadèl la son volonte, volonte pèp ayisyen an pou yo konstwi l. Sa vle di yo te prefere mouri pandan y ap konswi l lan pase yo tounen nan lesklavaj, yo te vle lite pou endepandans la. Pou mwen menm pak nasyonal la son bagay ki montre ke pèp ayisyen an malgre tout kalamite istwa nou, li montre nou nou son pèp ki solidè. Non selman chak ane pèp

ayisyen an reyini pou al Sitadèl la, sa se yon bon siy ki montre ke d'une façon ou d'une autre nou konprann enpòtans Sitadèl la, paske pou ale Sitadèl la fò w mache 2 zèd tan a pye pou monte ladan l, e moun yo konsanti ti efò sa, ti sakrifis sa chak ane. Donk se dirijan nou yo ki pa konprann enpòtans, ki pa pran sa an men ki fè ke ak prezans ayisyen sa yo ki soti toupatou ke yo pa refome mantalite ayisyen lan, paske sa se trè, trè bèl okazyon pou yo lanse dè mesaj serye, dè mesaj enpòtan. Donk m kwe ke se pa Leta ki di moun yo vini, se yo menm menm ki chwazi pou yo vini. Donk sa son trè, trè bon siy.

Mwen menm m respekte pak la menm jan ke tout aryè paran m yo te respekte l, paske si se pa t pou yo pa t ap gen pak nasyonal la. Si se te pou Leta pak nasyonal la pa t ap gen okenn valè. Sa k fè l gen valè se boulèt yo ki la, se moniman Sansousi a ki la a. Men te gon epòk, moun Okap, moun toupatou vin pran brik, vin pran pyè taye nan Sansousi a pou al fè kay, pou al fè tout konstriktyon lòt kote. Men se gras ak moun Milo ki kanpe ki di non, se pa Leta, se moun Milo ki di non sa pa ka fèt. Depi lè sa yo kanpe tout moun ki te kon vin pran brik, bien entendu moun Milo tou, yo di yo non nou pa ka detwi moniman sa yo ki la a. Se sa k fè Sansousi ankò la li kanpe toujou. Se vre ke li te detwi pa tranbleman de tè ki te pase an 1842, men sa ki pi detwi l se vandalisme.

Pou mwen menm son kote ki sakre, e fò Leta ta fè fòmasyon patriomyal, yon fòmasyon istorik pou moun yo, men se pa sa ki fèt. E se sa k fè nou deside fè yon sant kiltirel, ki gen pou misyon prezève kilti nou, istwa nou kòm ayisyen. O mwen nou menm n ap ka montre men sa nou fé ak men nou pou nou esye pote patisipasyon pa nou ak Milo, pa respè pou Christophe, e sa pa yon bagay ki fasil, son bagay ki trè difisil pou n fè. Paske mwen oblije travay nan konstriktyon pou m konstwi sant kiltirèl la e c'est avec les moyens du bord ke m ap fè sa paske li pa finanse ni pa yon oganizasyon ni pa Leta. Sa gen anpil tan depi ke na p antreprann yon tèl aktivité e jis kounya nou nan chantye paske nou poko fini. Son bagay ki enterese m anpil e mwen oblije pase anpil tan ladan l, majorite tan m, m fè l nan konstriktyon sant lan. Sant kiltèl sa gen plizyè aktivite landan l, li fonksyone tankou otèl, paske Milo, tradisyonelman, pa janm gen otèl donk se nou ki pyonye ki vini avèk yon sistèm ke yon moun ka ale domi Milo, fè yon ti tan Milo. Donk nan sant kiltirèl la, nou mete des chambres d'hôtes a dispozisyon moun yo, men l pa yon otèl senk etwal, bien sûr. Pafwa tou mwen bay sèvis kom gid touristik evantyèlman Okap Ayisyen men se sitou èv Christophe yo ant Sansousi, Sitadèl mwen montre moun.

E nou gen anpil respè pou enwiwonman yo tou, se sa k fè si w parèt nan sant kiltirèl la, w ap wè pye bwa yo nou respekte yo, paske bwa a nou ka manje l senbolikman, nou pa ka manje wòch yo, ak brik yo, men fwi bwa a nou ka manje l. E se sa Christophe te vle paske fò w ka siviv. E nan moman difisil se sa ki sove nou, paske gade madan m lan te ale nan mache, li pa jwen anyen pou l achte, e se gras ak sa nou te gen nan jaden nan lakou a nou rete nou fè 2 semèn jiskaske bagay yo chanje. Paske manje Milo se moun Dondon, ki soti Laplèn, ki vin vann, men a koz de kovid, konfinman an fè pèsan pa deplase. Epi, lajan an nou pa t ka manje lajan an, nou pa ka t manje wòch yo, menm si w t ap konstwi yon chato a 20 etaj ou pa ka manje brik yo. E sa k fè nou gen pou devwa prezeve tout ti pye bwa yo. E nan sant kiltirèl la nou pwofese sa yo rele respè pou pye bwa, arbres fruitiers, pou kelkeswa pye bwa a pa

selman fruitier, paske pye bwa yo bay frechè tou, e pye bwa yo gon aspè kiltirèl paske tout pye bwa yo se tanp anpil espri ki abite nan yo. E nou trè fyè de patisipasyon nou nan zon nan, nou eseye fè moun yo konprann enpòtans pye bwa e se sa k fè Milo trè vert, se pa mwen ki fè l bwaze, men te gon debwazman sovaj e moun yo vin kanpe sou li.

Ramye fè pil tan li te rete inaksesib, moun yo pa t tèlman te kon vizite Ramye, pa twò gen rout tou pou w ale la, gen ti santye, men ki bouche, ki pa fin two aksesib. Se pandan y ap fè travay yo, an 1979, dayè se premye fwa yo fè fèt Christophe, se nan epòk pou mete pak nasyonal la kòm patrimowàn mondyal yo vin mete Ramiye tou an valè. Ramye, anpil fwa nou pa janm ale ladan l vrèman, nou wè l de lwen. Enpòtans Ramye se ke son fò ki te konstwi au fond de la Citadelle. Au sud de la Citadelle se Ramye, paske gon ti mòn la, e akòz de ti mòn lan yo te ka atake Sitadèl la pi fasilman. Donk sa Christophe fé, sou ti mòn sa yo rele Ramye a, li konstwi yon fò. Fò sa son palè rezidansyèl, menm jan pou Sansousi men ki pa aussi gran ke Sansousi men ki gen 4 redout pou defann li. Redout sa yo defann kote sid la, sa vle di anpeche lenmi avanse. E si jamè kanmenm lenmi an ta rive pran l yo plase des jeux de canons nan Sitadèl la menm pou detwi Ramye, pou detwi Sitadèl la. Alòs se sa enpòtans Ramye, se pa yon rans li ye! Se sa k fè nou oblije fòse renmen Sitadèl la, fòse renmen filozofi Christophe paske Sitadèl la senbolize lavi ou lamò. Donk, se oubyen nou viv lib, oubyen nou mouri. Paske si n ap viv, nou pa p ka viv dans la honte, e jan ke n ap viv la, komsa son pèp ki pa konpran ki valè lavi. Lavi se pa sèlman ou gen souf w ap respire, men fò w gen yon minimòm de byennèt e minimòm de byennèt la, Christophe li pa t sèlman konswi Ramye, li pa t konstwi Sitadèl, li pa t konstwi Sansousi. Li te ba w tè a pou w travay, li te ba w teknisyen pou akonpanye w, pou viv ak dinyite.

E si jamè fransè yo ta oze vini kanmenm, si nou pa ka viv ak dinyite sa nou prefe mouri. Se sa ki fè ke pou l defann Sitadèl la li konstwi Ramye e si ennmi an ta rive pou l pran Ramye li mete kano pou detwi Ramye. Se sa k fè ke nan Sitadèl la gen 2 fòm kanon, gen kanon pou tire lwen rive sou lennmi an, gen kanon tou ki plase pou detwi Sitadèl la. Paske yo menm, les français, ils ont abandonnés leurs canons, donk nou pran yo kòm des dépouilles de guerre, men nou menm nou posede Sitadèl la e nou p ap lese Sitadèl a pesòn. Si yo ta rive gen ase dodas, ase de kouraj pou yo ta rive nan Sitadèl la eben nou plase kanon pou nou detwi Sitadèl la. E menm lè nou detwi Sitadèl la sa pa vle di se la fin de la lutte, paske te gen rout sekrè anba tè ki te fèt pou nou kite Sitadèl epi pou n al reprann lagè a, paske se te yon kesyon de vie ou de mort, se te yon kesyon de la liberté ou la mort.

Donk se sa wi Sitadèl la reprezante pou nou. Se sa ke chak grenn sitwayen ayisyen dwe konprann pou l al vizite Sitadèl la ak anpil respè. Se sa wi gouvènman ayisyen an make, yo pa konprann enpòtans Sitadèl la. Se sa k fè yo abandone Sitadèl la, yo pran Sitadèl la kòm yo marchandage pou yo fè ti lajan de tanzatan ak Bank Mondyal, ak UNESCO. Men kote istorik Sitadèl la, kòm si m ta di w yo pa genyen l vrèman, e ki moun ki pou fè w genyen l se Leta. Erezman nou menm nou te gen dè paran ki te... l'histoire nous arrive de père en fils, nou gen moun ki toujou ap montre nou, ap rakonte nou istwa Sitadèl la, istwa Christophe, sa k fè nou gen yon amour, non

selman pou èv Christophe yo men amour pour le pays. Se sa k fè nou menm nou mete pierre pa nou paske konstriksyon pou Christophe son bagay sakre. Premye blan ki te vizite Sansousi, d'ailleurs se te yon anglè, yon certain Propalm. C'était la cession du Nord et de l'Ouest, Propalm te vizite Pétiyon, li wè nan lwès, Port-au-Prince, moun yo pa fè grandes choses, nèg yo chita, y ap bwè, jwe domino, danse. Men lè li rive nan nò li wè kafe, canne-a-sucre, konton, kakao ap pwodui e ekspòte vers l'extérieur. Le li rive Milo, li tandè tanbou ap bat, li wè konbit pou plante kafe, kakao, tè a ap mouv, tout moun an mouvman, epi li di Christophe, "men w ap touye moun yo nan travay!"

Christophe fache e li te bay misye yon repons, e se repons sa ki rezime sa yo rele idéal christophien: "Écoutez monsieur, vous ne comprenez pas que ma race est aussi ancienne que la vôtre. Sauf à Haïti, nulle part sur le globe les nègres n'ont pas su vous résister. Partout ailleurs nous sommes devenus des bêtes, et comme le bétail sous le fouet, nous nous sommes soumis. Pourquoi? Parce que Monsieur, nous manquons d'orgueil, et nous n'avons pas d'orgueil parce que nous n'avons pas de souvenirs. Si nous avons quelque chose à vous montrer, vous, blanc, vous nous respecteriez. Si nous avons quelque chose à toucher de nos mains, que nous construisons de nous même, nous nègres nous nous respectons. Écoutez, Monsieur, vous entendez le chant d'un tambour. Quelque part, mon peuple est en train de danser. C'est tout ce que nous avons. Nous n'avons rien de ce que l'homme blanc est capable d'apprécier. Ma vie durant, soyez en sûr, je travaillerai pour bâtir l'orgueil de mon peuple, et je le bâtirai de telle manière qu'il sera compréhensible aux blancs et aux noirs. Je pense à l'avenir, monsieur, non au présent J'apprendrai l'orgueil à mon peuple, dussé-je, pour cela lui briser les reins au travail".

Sa m sòt di la se yon pasaj nan liv John Vandercook. Aló se sa misye konprann, se pou n gen pwòp souvni nou, bagay ke n ka touche ak men nou, pou n ka montre lòt moun, pou n fè lòt moun respekte nou. Se sa yo Sitadèl, Sansousi, Sites des Ramiers e tout lòt bagay Christophe te konstwi yo, se sa ke yo reprezante pou nou pèp ayisyen.